

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 113.º



COIMBRA
1949

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO	<i>Presidente</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM	<i>Vice-Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LOBO	»
JOSÉ PINTO LOUREIRO	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO	<i>Tesoureiro</i>
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES	<i>Director da 1.^a classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS	» » 2. ^a »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA	» » 3. ^a »
CORONEL BELISÁRIO PIMENTA	<i>Director da Biblio-</i> <i>teca</i>

O INSTITUTO

VOLUME 113.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 113.º



COIMBRA

1949

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS
MANUEL LOPES DE ALMEIDA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha n.º 1

COIMBRA

A INVESTIGAÇÃO ASTRONÓMICA BASEADA NA POLARIZAÇÃO DA LUZ

Num interessante trabalho «Sur l'étude de la polarisation en astronomie» (1) demonstrava o astrónomo francês Salet no ano de 1910, que o estudo da polarização da luz se encontrava ainda, nessa época, num abandono surpreendente dentro da astronomia, e que os resultados mais importantes neste campo ainda podiam ser atribuídos, na sua maior parte, a Arago. Desde então, os métodos polarimétricos desenvolveram-se consideravelmente e obtiveram-se já muitos resultados de grande interesse para a astronomia. O mérito desses trabalhos cabe, em primeiro lugar, a Lyot (2), principalmente pela minuciosa análise de polarização a que submeteu os planetas. Mas, há ainda um grande número de outros investigadores que contribuíram diligentemente para a expansão deste ramo da astrofísica.

Os fenómenos relacionados com a polarização da luz têm assim podido ser aproveitados por outras maneiras, na astronomia. Vários métodos fotométricos e colorimétricos foram desta forma, desenvolvidos segundo esse princípio. Assim, a polarização e a dupla refração da luz foram também utilizadas para a construção de filtros monocromáticos para investigações sobre o Sol e micrómetros para medir as estrelas duplas. Faremos a seguir, uma breve exposição das várias aplicações da polarização da luz na astronomia.

(1) *Annales de l'observatoire de Paris*, 27, 1910.

(2) *Annales de l'observatoire de Meudon*, 8, fasc. 1, 1929.

I. DIFERENTES TIPOS DE EFEITOS DE POLARIZAÇÃO NA NATUREZA

Um corpo na natureza, que em tamanho excede consideravelmente o comprimento de onda da luz, origina ao ser encontrado pela luz, uma *difusão por reflexão*. O raio reflectido desta maneira é, em geral, mais ou menos polarizado e a proporção de luz polarizada depende, principalmente, do chamado «ângulo de visão» entre o raio projectado e o reflectido, e ainda da natureza da superfície. Um exame mais rigoroso da polarização dependente do ângulo de visão, fornece portanto, certos pontos de partida para uma análise material que poderá completar de maneira valiosa medições fotométricas e medições de cores.

Partículas de grandeza comparável ao comprimento de onda da luz originam o complicado *fenómeno de difracção*, e a luz difusa é então, via de regra, nitidamente polarizada. A proporção de luz polarizada depende do comprimento de onda da luz, da grandeza das partículas e das características físicas. Por vezes, acontece mesmo que a polarização é «negativa», o que quer dizer que as oscilações da luz reflectida continuam predominantes no plano de visão.

Se a grandeza das partículas é consideravelmente inferior ao comprimento de onda da luz ou se são constituídas de moléculas livres e de átomos, falamos em *difusão* da luz. A luz azul do céu fornece-nos um exemplo deste efeito e, neste caso, para um ângulo de visão de 90° produz-se uma polarização completa ou quase completa. A intensidade de difusão da luz varia de acordo com o comprimento de onda, segundo a conhecida lei de *Rayleigh*.

Os electrões livres produzem uma interessante difusão da luz conhecida pelo nome de *difusão de Thomson*. Mesmo neste caso, a polarização será completa num ângulo de visão, de 90° , mas, ao contrário da difusão de Rayleigh, a luz difusa tem a mesma coloração da fonte luminosa.

Todos esses fenómenos luminosos podem ser resumidos sob a denominação de irradiação secundária em contraposição à irradiação primária dos corpos luminosos. Há no entanto, ainda um tipo de radiação secundária de interesse astronómico que é a *radiação de ressonância e fluorescência* das moléculas livres e dos átomos. As riscas e bandas espectrais de emissão que são assim reflectidas, podem, também, revelar efeitos interessantes de polarização.

Na irradiação primária não se verificam, via de regra, efeitos de polarização. Em presença de campos magnéticos, efeitos característicos de polarização aparecem em relação com o *fenómeno de Zeeman*. Estes efeitos, também, são de grande interesse astronómico.

II. MÉTODOS PARA A MEDIÇÃO DA POLARIZAÇÃO DA LUZ

Métodos visuais. Nas investigações efectuadas nos corpos celestes mais luminosos, p. ex.: os planetas, os métodos visuais têm sempre grande importância. Os mais conhecidos entre os polarímetros visuais, são os instrumentos de Lyot (1) e Wright (2). Um polariscópio do tipo *Savart*, mas com maior sensibilidade, é usado para descobrir as irradiações polarizadas. A proporção de luz polarizada é medida em seguida por meio de um «compensador», p. ex.: uma lâmina de celuloide que é colocada com uma certa inclinação de maneira que a polarização primitiva fique compensada. Lyot tem conseguido medir com o seu instrumento variações na proporção de luz polarizada apenas com a grandeza dum milésimo.

Métodos fotográficos. Para as investigações efectuadas nos corpos de menor intensidade luminosa é necessário, frequentemente, recorrer aos métodos fotográficos. O tipo mais simples de polarígrafo é uma máquina fotográfica equipada com um filtro de polarização, p. ex.: um filtro Polaróide.

(1) *Loc. cit.*, pág. 1.

(2) *Journal Opt. Soc. America*, 24, 206, 1934.

Para conseguir determinar a proporção de luz polarizada e o plano de polarização são necessárias, no entanto, com este dispositivo tão simples, três exposições nas quais o filtro deverá ser colocado em posições diferentes. O mais cómodo será utilizar um polarígrafo com um prisma bi-refringente,

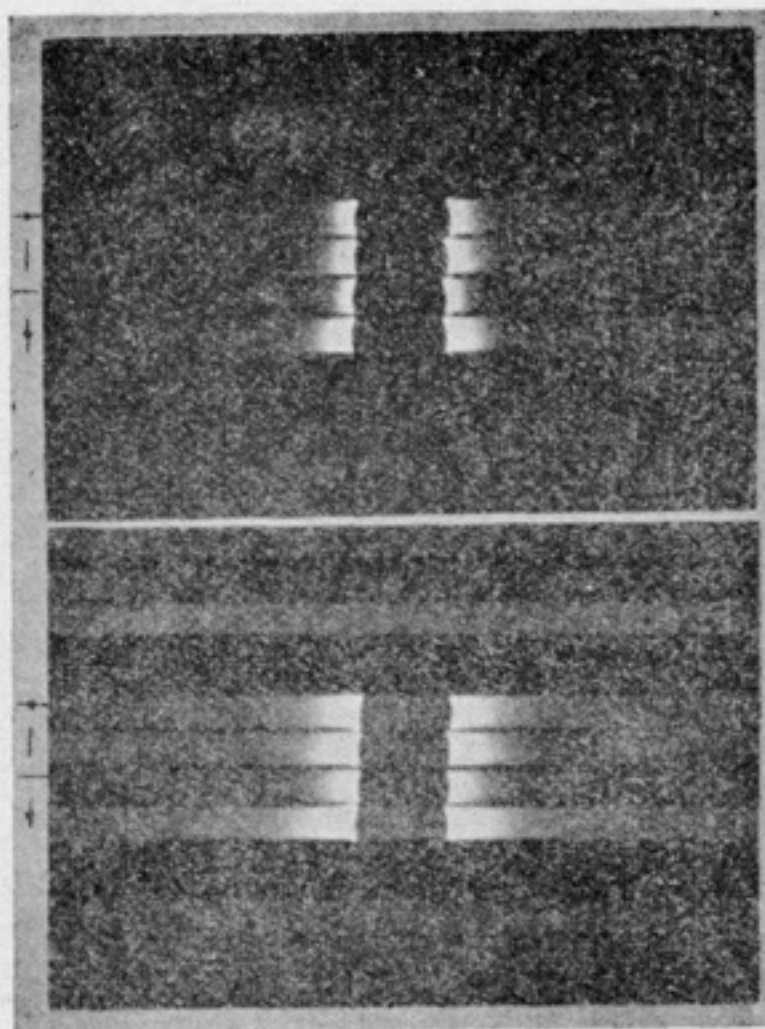


Fig. 1

A coroa solar fotografada com um polarígrafo que dá duas imagens azuis e duas violetas, sobrepostas, com diferentes planos de vibração. As duas imagens centrais são violeta. O plano de vibração da luz é dado à esquerda.

cada vez mais sensíveis, os métodos para a medição da polarização adquiriram crescente importância. A fig. 2 representa esquematicamente duas modalidades de um pola-

p. ex.: o prisma de Wollaston. A fig. 1 mostra uma fotografia da coroa solar tirada a 9 de Julho de 1945 com um polarígrafo construído pelo autor ⁽¹⁾, no qual dois prismas de Wollaston separados por uma lâmina de quartzo divide a luz. Desta forma, tornou-se possível, ao mesmo tempo, a divisão em duas cores. Para a medição das chapas são necessárias escalas fotométricas que estabelecem a relação entre a intensidade e a densidade (escurecimento).

Métodos fotoelétricos. Por se terem conseguido células fotoelétricas e multiplicadores de electrões

(1) *Stockholms Observatoriums Annaler*, Vol. 15, N. 2, 1947.

rímetro fotoelétrico baseado no chamado método de cintilações alternadas.

Como polariscópio é usado em um dos casos um filtro polarizador giratório⁽¹⁾ e na outra variante uma lâmina de meia onda, rotatória⁽²⁾. Se a luz irradiada for de algum modo polarizada, a célula fotoelétrica registrará uma corrente alternada cuja frequência é duas vezes a frequência de rotação do filtro de polarização (1.ª alternativa) ou quatro vezes a frequência de rotação da lâmina de meia onda (2.ª alternativa). A corrente alternada é medida com um voltímetro sensível à frequência empregada.

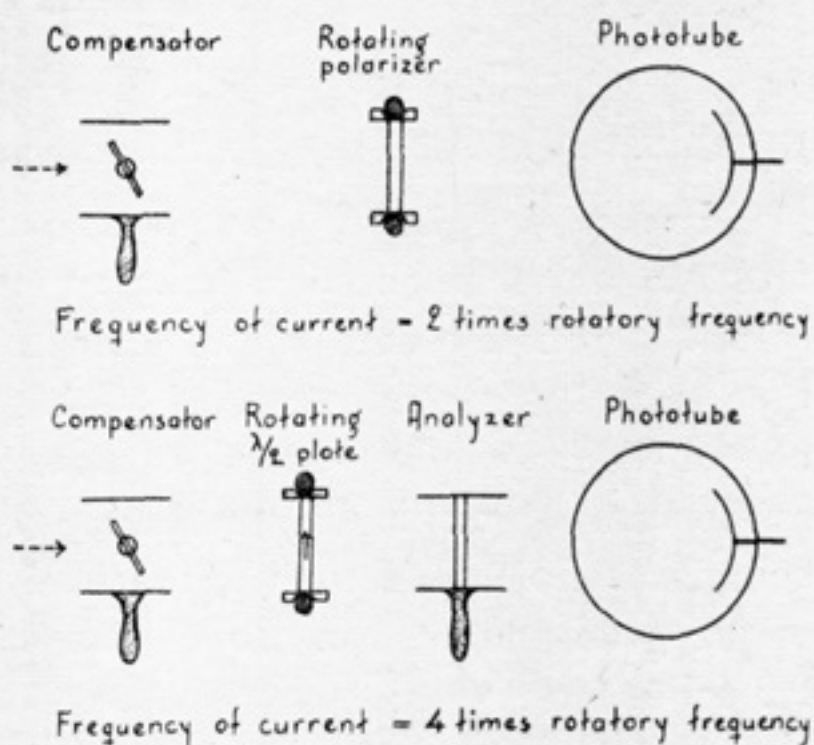


Fig. 2

Princípio para duas variantes do polarímetro fotoelétrico que foi experimentado no Observatório de Estocolmo. Um polarizador rotatória ou uma lâmina $\lambda/2$ origina, com a luz polarizada, uma corrente alternada que é registada com um voltímetro sensível.

(1) *Stockholms Observatorium*, Meddelande, N. 54, 1943 e N. 55, 1945.

(2) *Stockholms Observatoriums Årsberättelse för året*, 1944.

Em *Comptes Rendus*, Janeiro de 1948, divulga Lyot o conteúdo de um «plis cacheté» depositado na Academia de Ciências de França desde o ano de 1923, e onde se refere a uma tentativa feita com um polarímetro semelhante.

sibilidade deste método é a chamada «signal-to-noise ratio» R segundo a relação

$$R = p \sqrt{\frac{I}{e (f_1 - f_2)}} \quad : (1)$$

onde p é o grau de polarização, I a intensidade efectiva, e a carga eléctrica e $f_1 - f_2$ intervalo de frequência.

Para a medição do grau de polarização é usado, de preferência, um compensador, p. ex.: uma lâmina de celulóide colocada obliquamente e que é inclinada de tal modo que a polarização fica compensada. O ângulo de inclinação fornecerá, então, o grau de polarização. O autor tem conseguido com o auxílio de um fotómetro fotoelétrico do tipo acima mencionado, e usando um multiplicador de electrões, medir graus de polarização da luz da lua tão fracos como 0,2 milésimos.

Métodos polarimétricos espectrais: No estudo da polarização da luz é, por vezes, importante decompor a luz num espectro e medir a polarização de comprimentos de onda menos nítida. Muitos dos métodos acima citados podem ser modificados de modo a permitir, simultâneamente, uma análise espectral. A decomposição da luz num espectro traz, ainda outras possibilidades como, p. ex.: o uso da banda de interferência revelada em lâminas de cristal de luz polarizada (1). Em todos os métodos espectrográficos é necessário eliminar completamente a polarização que provém do próprio espectrografo.

III. INVESTIGAÇÕES NOS CORPOS CELESTES

O Sol. Já Arago fez investigações para verificar a polarização da luz solar mas não conseguiu observar nenhum efeito. Lyot (2), que repetiu estas investigações, conseguiu,

(1) Dufay e Gronillier, *Publication de l'observatoire de Lyon*, II, Série I, 1936.

(2) *Loc. cit.*, pág. 4.

por vezes, registar efeitos extremamente fracos próximos da periferia do sol.

Manchas solares. Em 1908, Hale realizou a sua notável descoberta do efeito de Zeeman nas manchas solares. O efeito de Zeeman pode ser demonstrado pela presença de riscas de luz polarizada circularmente (ou em linha recta), nos diversos componentes das riscas espectrais. Esta descoberta preparou o campo para investigações mais completas do campo magnético das manchas solares.

As Protuberâncias. Os espectros das protuberâncias são caracterizados, principalmente, pelo número de riscas brilhantes, entre as quais se distinguem particularmente a risca $H\alpha$ do hidrogénio e a risca $D3$ do hélio. Em 1929, mostrava o autor ⁽¹⁾ que as riscas brilhantes, apareciam de algum modo como as radiações de ressonância ou de fluorescência, e deviam trazer sinais de polarização. Alguns anos mais tarde, conseguiu Lyot ⁽²⁾ demonstrar fracos efeitos de polarização nessas riscas.

As protuberâncias mostram, ainda, um espectro contínuo fraco, devido possivelmente à difusão de Thomson, dos electrões livres. Para essa radiação, encontrou Lyot uma polarização de 15 por cento aproximadamente.

A coroa solar. No início do século XIX, Arago já encontrava indicações de que a luz da coroa solar era polarizada. Somente em 1851, por ocasião de um eclipse solar, conseguiu Edlund ⁽³⁾ demonstrar cabalmente a exactidão dessas investigações. Esta interessante polarização que, sem dúvida, se origina pela difusão de Thomson dos electrões livres, tornou-se mais tarde, objecto de minuciosas investigações por parte de grande número de investigadores.

(1) *Monthly Notices*, 89, 479, 1929. V. também Zanstra, *Monthly Notices*, 101, 251, 1941.

(2) *Comptes rendus*, 198, 249, 1934.

(3) *Oversikt av Kongl. Vetenskapsakademiens Förhandlingar*, 8, 189, 1851.

A Fig. 3 mostra como esta polarização varia com a distância à periferia do sol, segundo as observações do autor⁽¹⁾ por ocasião do eclipse de 9 de Julho de 1945. Pesquisas desta natureza forneceram importantes esclarecimentos sobre a constituição da coroa. Assim, pode-se inferir da fig. 3

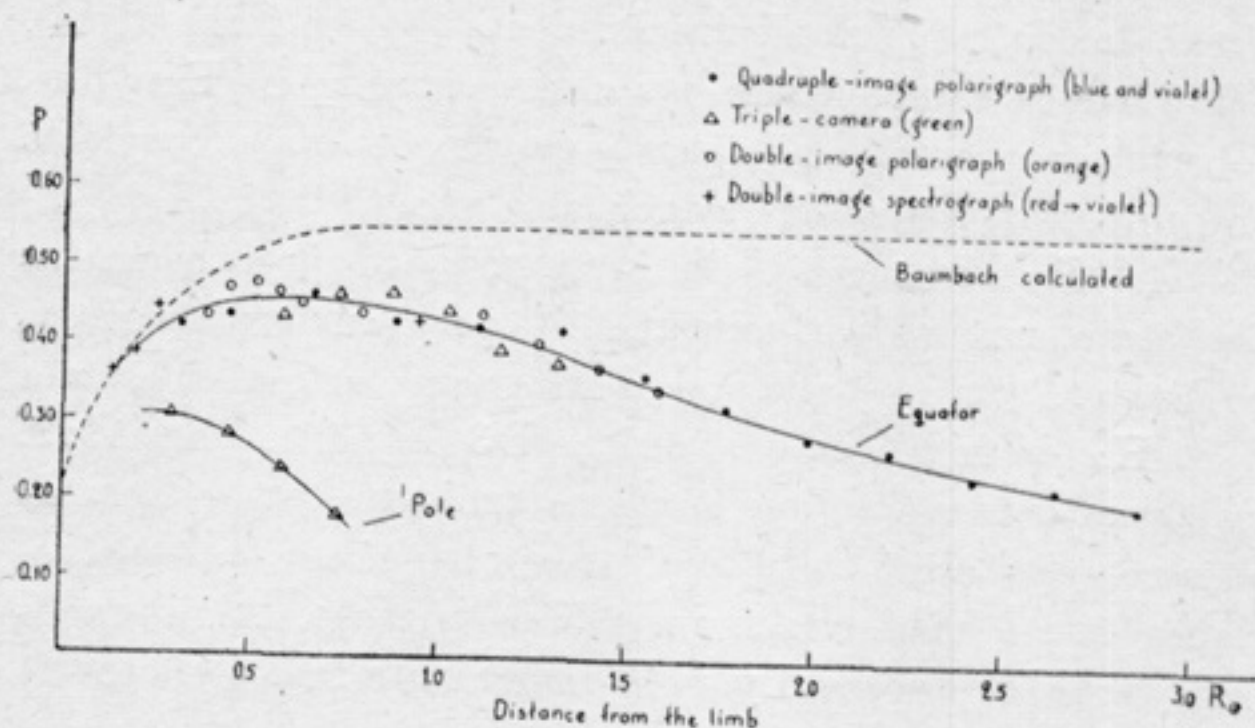


Fig. 3

Polarização da coroa solar, segundo observação do autor durante o eclipse de 9 de Julho de 1945.

que a coroa é composta de dois elementos diferentes, dos quais um é polarizado e o outro não.

A *Lua e os planetas*. Como já ficou assinalado acima, é sobretudo devido aos trabalhos de Lyot⁽²⁾ que os nossos conhecimentos da polarização dos planetas são tão profundos. A Lua, Mercúrio e Marte, mostram curvas de polarização muito semelhantes. A forma dessas curvas aparece claramente na fig. 4, onde o grau de polarização foi marcado em função do ângulo de visão. Para pequenos ângulos de visão

(1) *Stockholms Observatoriums Annaler*, Vol. 15, n.º 2, 1947. Nesse trabalho são feitas referências a numerosas investigações de outros pesquisadores como Allen, Vashakidse, Cohn, e outros.

(2) *Loc. cit.*, pág. 1.

verifica-se uma polarização «negativa», isto é, o plano de polarização está inclinado 90° em relação à orientação do plano de polarização que caracteriza a simples reflexão. Através de um estudo da curva de polarização da Lua, Lyot conseguiu demonstrar que a superfície da Lua é coberta de uma camada de cinzas vulcânicas.

O planeta Venus mostra, segundo Lyot, uma curva de polarização inteiramente diferente, o que é muito natural pois a espessa atmosfera do planeta impede-nos de observar a superfície do planeta, propriamente dita. A polarização é consideravelmente «negativa», o que significa que a difracção tem grande importância na reflexão da luz.

Os planetas Jupiter e Saturno mostram diferenças interessantes a respeito da polarização da luz, apesar de serem

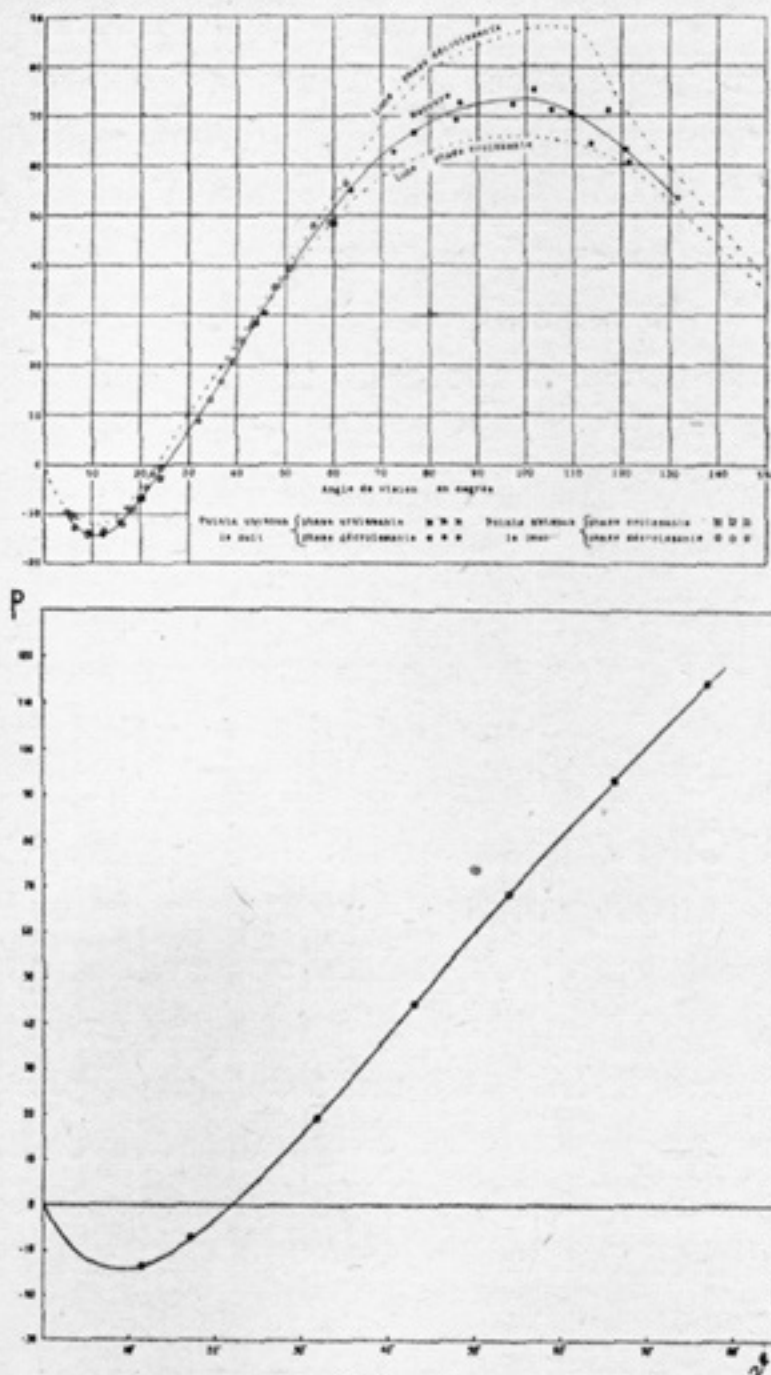


Fig. 4

Grau de polarização em função do ângulo de visão da Lua e de Mercúrio. Na parte superior a luz da Lua integrada e a polarização de Mercúrio segundo as medições visuais de Lyot. Em baixo, curva de polarização para um ponto próximo da cratera Bessel, na Lua, segundo medições fotoeléctricas do autor.

os planetas, sob numerosos aspectos, muito semelhantes entre si. Como característica comum, possuem, no entanto, uma polarização peculiar nas calotes polares que Lyot pôde demonstrar mesmo quando os planetas estão em oposição.

Para o pequeno planeta Vesta, Lyot efectuou medições de polarização utilizando métodos fotográficos.

Os cometas. Arago descobriu, já em 1819, sinais de polarização num cometa que apareceu nesse ano. Quando apareceu o cometa Halley em 1835, pôde o efeito ser confirmado com segurança. Posteriormente, um grande número de cometas tem sido objecto de investigações sobre a polarização.

Por muito tempo manteve-se a opinião de que a polarização nos cometas tinha a sua origem, exclusivamente, na difusão e reflexão da luz solar. Quando apareceu o cometa de Cunningham em 1941, o autor⁽¹⁾ pôde demonstrar que mesmo as bandas brilhantes de emissão apresentam sensível polarização. Os efeitos observados que sobem a 10%, constituem, com toda a segurança, exemplos de polarização, de fluorescência e resonância. A fig. 5 mostra duas imagens duplas do espectro do cometa de Cunningham, fotografadas com a objectiva-prismática e o polarígrafo. A diferença na intensidade das imagens é revelada inteiramente pela polarização da luz.

Luz zodiacal. A polarização da luz zodiacal foi demonstrada pela primeira vez por A. W. Wright, em 1874. Mais tarde, especialmente Dufay⁽²⁾ estudou este efeito que alcança 13 por cento a uma distância do sol de cerca de 60 graus.

Estrelas fixas. A luz das estrelas não é, geralmente, polarizada. Entretanto H. W. Babcock⁽³⁾ descobriu recentemente, que as linhas espectrais de algumas estrelas com grande velocidade de rotação, estão sobrepostas em compo-

(1) *Stockholms Observatoriums Annaler*, 13, n.º 11, 1941.

(2) *Le Journal de Physique et le Radium*, VI, Tomo X. 219, 1929.

(3) *Ap. J.*, 105, 1947.

mentos de polarização circular. Os eixos de rotação nos corpos em questão, coincidem realmente, com a linha de visão



Fig. 5

Imagens duplas polarizadas do espectro do cometa de Cunningham, mostrando nitidamente efeitos de polarização na banda de emissão de C_2 (em cima) e CN (em baixo).

e os efeitos deveriam por conseguinte, ser análogos aos que se verificam nas manchas solares, próximo ao centro do disco solar. As observações mostram que estrelas com

grande velocidade de rotação podem ter um campo magnético geral de muitos milhares de Gauss.

Uma fraca polarização, semelhante à da coroa solar, foi recentemente identificada como uma variável de eclipse. A observação está de acordo com os cálculos realizados por Chandrasekhar (1) sobre a importância da difusão de Thomson nas camadas atmosféricas das estrelas B.

As nebulosas de reflexão. Tem-se efectuado um grande número de pesquisas sobre os efeitos de polarização nas nebulosas por reflexão. Em 1920, Meyer (2) conseguiu verificar efeitos na nebulosa variável NGC 2261. Mais tarde, Struve, Elvey e Roach (3) descobriram polarização na nebulosa junto a ρ Ophiuchi. Também Henyey (4) observou efeitos na NGC 7023 e Walter (5) numa nebulosa junto a FU Orionis. Todos esses trabalhos são de grande interesse para o nosso conhecimento da difusão da luz nesses corpos.

Nebulosas extragaláticas. Fizeram-se várias tentativas para descobrir efeitos de polarização no sistema de estrelas extragalático. Numa grande investigação da grande nebulosa de Andromeda, conseguiu o autor (6), demonstrar ligeiros efeitos de polarização nalgumas nuvens iluminadas, nessa nebulosa. Estas observações são de interesse para o problema da inclinação real das nebulosas no espaço, e os resultados das observações confirmam, efectivamente, a teoria geral da rotação das nebulosas espirais, desenvolvida por Lindblad.

Actualmente, realizam-se pesquisas polarigráficas de dois outros sistemas extragaláticos, pela Sr.^a A. ELVIUS, do Observatório de Estocolmo.

(1) E. M. Jansen, A. J. 103, 1946.

(2) *Lick Obs. Bull.*, 10, 68, 1920.

(3) *Ap. J.*, 84, 219, 1936.

(4) *Ap. J.*, 84, 603, 1936.

(5) *Zeitschrift für Astrophysik*, 20, 256, 1941.

(6) *Stockholms Observatoriums Annaler*, vol. 14, N. 4, 1942.

IV. INSTRUMENTOS ASTRONÓMICOS BASEADOS NA POLARIZAÇÃO DA LUZ

Fotómetros. Na astronomia, como em muitas outras ciências, a polarização da luz alcançou grande importância na construção de fotómetros de diversos tipos. O conhecido fotómetro de Zöllner é baseado nesse princípio. Girando dois polarizadores, coordenadamente, tem-se um método muito prático para modificar a intensidade de um raio de luz, pois, como é sabido, o fluxo luminoso emitido é proporcional ao quadrado do cosseno do ângulo entre os planos de vibração dos polarizadores. A princípio eram usados os prismas de Nicol na construção de fotómetros mas, nos últimos anos, o filme Polaróide de Land tem sido empregado largamente. Pickering, no seu conhecido fotómetro meridiano, serviu-se de prismas de dupla refração, o que proporcionou certas vantagens para a comparação de estrelas.

Colorímetros e colorígrafos. A polarização cromática pode ser vantajosamente usada nas medidas de coloração dos corpos celestes. Zöllner já combinava o seu fotómetro com um dispositivo onde a dispersão rotatória que aparece no deslocamento do plano de polarização, era aproveitada para a determinação da coloração das estrelas. O autor tem usado um método fotográfico semelhante para a medida de coloração (1). Este método consiste em polarizadores de prismas de dupla refração, pelos quais se obtém quatro imagens de um só e mesmo objecto. Duas das imagens são produzidas numa cor e duas noutra. Este método permite determinar a coloração tanto de estrelas como da superfície dos corpos. Na última hipótese (cf. fig. 1) divide-se o campo visual com um certo número de linhas grossas, paralelas, de modo a evitar a sobreposição das imagens.

A polarização pode, ainda, ser utilizada vantajosamente, nas pesquisas espectrométricas. Alguns métodos espectro-

(1) *Annales d'Astrophysique*, 1, 129, 1838.

fotométricos baseados neste princípio têm sido empregados com êxito no Observatório de Estocolmo (¹).

Colorímetros fotoelétricos de polarização. Desde 1942 o autor (²) tem trabalhado no Observatório de Estocolmo com um método fotoelétrico de polarização sensível, para a medida de coloração dos corpos celestes. Como detector é usado um filtro polarizador rotatório. A (fig. 6) mostra, esquematicamente, o princípio do dispositivo que é empre-

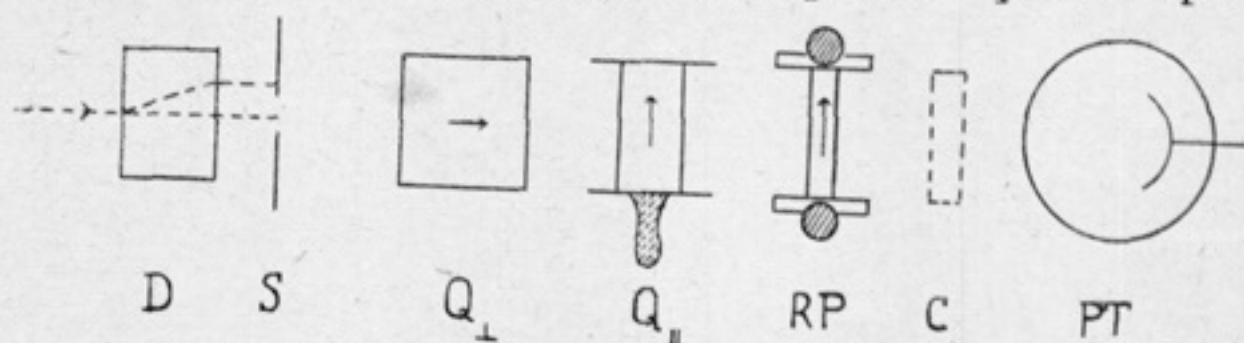


Fig. 6

Representação esquemática de um colorímetro fotoelétrico baseado no princípio de cintilações e usando a polarização da luz.

gado actualmente. Um diafragma S é colocado no foco do telescópio. Diante deste diafragma, os raios de luz atravessam o prisma de dupla refração D , que desloca os raios extraordinários para uma imagem ao lado do diafragma e deixa apenas penetrar no aparelho os raios ordinários. O raio desviado fornece uma imagem na direcção da luneta e, além disso, consegue se eliminar em grande parte a influência do céu nocturno sobre a medição da coloração das estrelas. O céu nocturno não é polarizado pelo prisma de dupla refração.

Depois de passar pelo diafragma S , a luz atravessa uma lâmina de quartzo Q_{\perp} , talhada perpendicularmente ao eixo e que, desta forma, produz a dispersão rotatória. Q_{\parallel} é outra lâmina de quartzo, polida paralelamente ao eixo. Esta

(¹) *Stockholms Observatoriums Annaler*, vol. 12, n.º 6, 1936. *Stockholms Observatoriums Annaler*, vol. 13, n.º 6, 1940.

(²) *Stockholms Observatorium*, Meddelande, n.º 54, 1943 e n.º 55, 1945.

lâmina pode ser colocada em diversas posições e a posição é lida num círculo graduado. A luz passa, então, por um rápido polarizador rotatório RP e penetra, em seguida, no multiplicador de electrões, PT .

Em geral, verifica-se como consequência da rotação do filtro de polarização, um fenómeno de cintilações alternadas e uma corrente alternada revela-se, também, no multiplicador de electrões. Esta corrente alternada é registada por um voltímetro sensível à frequência empregada (cfr. pág. 3). Colocando-se a lâmina de quartzo Q_{11} numa posição conveniente, pode-se conseguir eliminar completamente o fenómeno de cintilações alternadas (¹). A condição para isso pode ser expressa por:

$$\int_0^{\infty} f_1(\lambda) f_2(\lambda) \cos 2[\varphi + \psi(\lambda)] d\lambda = 0 \quad .(2)$$

Nesta fórmula $f_1(\lambda)$ é a sensibilidade fotoeléctrica em função do comprimento de onda, $f_2(\lambda)$ a distribuição da energia no espectro estelar, $\psi(\lambda)$ a dispersão rotatória na lâmina de quartzo Q_{\perp} e φ o ângulo entre a vibração principal para a lamina Q_{11} e a vibração dos raios ordinários em D . Com a medição de φ obtém-se, desta maneira, um número que caracteriza a função $f_2(\lambda)$, por outras palavras, um equivalente de cores. Para obter a maior sensibilidade, a lâmina de cristal Q_{\perp} deve ser ajustada de maneira adequada à função $f_1(\lambda)$.

Se a condição (2) não é observada, o detector RP regista uma polarização p de grandeza

$$p = \frac{\int_0^{\infty} f_1(\lambda) f_2(\lambda) \cos 2[\varphi + \psi(\lambda)] d\lambda}{\int_0^{\infty} f_1(\lambda) f_2(\lambda) d\lambda} \quad .(3)$$

(¹) A lâmina Q_{11} deve ter uma espessura de 4^{mm} , pelo menos, de modo que o \cos onde é a diferença de fase entre os raios ordinários e extraordinários em Q_{11} , varie rapidamente de sinal ao modificar-se o comprimento de onda λ .

Para que o método seja tão sensível quanto possível, a curva que segundo (3) precisa a relação entre p e φ deverá ter um mínimo tão agudo quanto possível.

Este método de determinação da coloração apresenta a vantagem de que a determinação propriamente dita consiste numa operação geométrica. O método tem provado ser muito útil, p. ex.: no estudo da absorção selectiva inter-estelar.

Se a lâmina Q_{\perp} for de espessura adequada, os filtros de cores poderão ser empregados para a limitação de espaços convenientes no comprimento de onda. Desta maneira, podemos investigar cómodamente os equivalentes de coloração nos diversos sectores espectrais. A fig. 7 mostra uma comparação entre um equivalente de coloração verde e um azul violeta, para algumas estrelas e para os planetas Marte e Saturno. O planeta Marte mostra no verde uma «cor» excepcionalmente pronunciada, o que está relacionado, certamente, com o facto de a luz verde atingir a própria superfície do planeta, enquanto os raios azul-violeta são difundidos, especialmente, na atmosfera do planeta, e apenas em proporção insignificante são reflectidos na superfície do planeta (1). Compare-se esta relação com a bem conhecida fotografia de Marte obtida por Wright no violeta e no infravermelho.

Microfotómetros. O princípio da polarização já começou a ser usado até na construção de um grande número de microfotómetros para a medição de chapas fotográficas. Instrumentos fotoeléctricos muito interessantes e com certos caracteres comuns aos polarímetros fotoeléctricos já descri-

(1) O método de cintilações pode ainda, ser usado para a medição do poder rotatório. Usa-se luz monocromática, e Q_{11} na fig. 6 é substituída por uma chapa $\lambda/4$. Numa posição determinada, a luz plano-polarizada é transformada em luz de polarização circular e o detector RP não dará, então, nenhum efeito de cintilação. Para outras posições, é registado um grau de polarização p segundo a fórmula $p = \cos 2\varphi$.

tos (fig. 2), foram construídos por Hiltner⁽¹⁾ e Eichner⁽²⁾, e outros, no Observatório de Rutherford nos EE. UU.

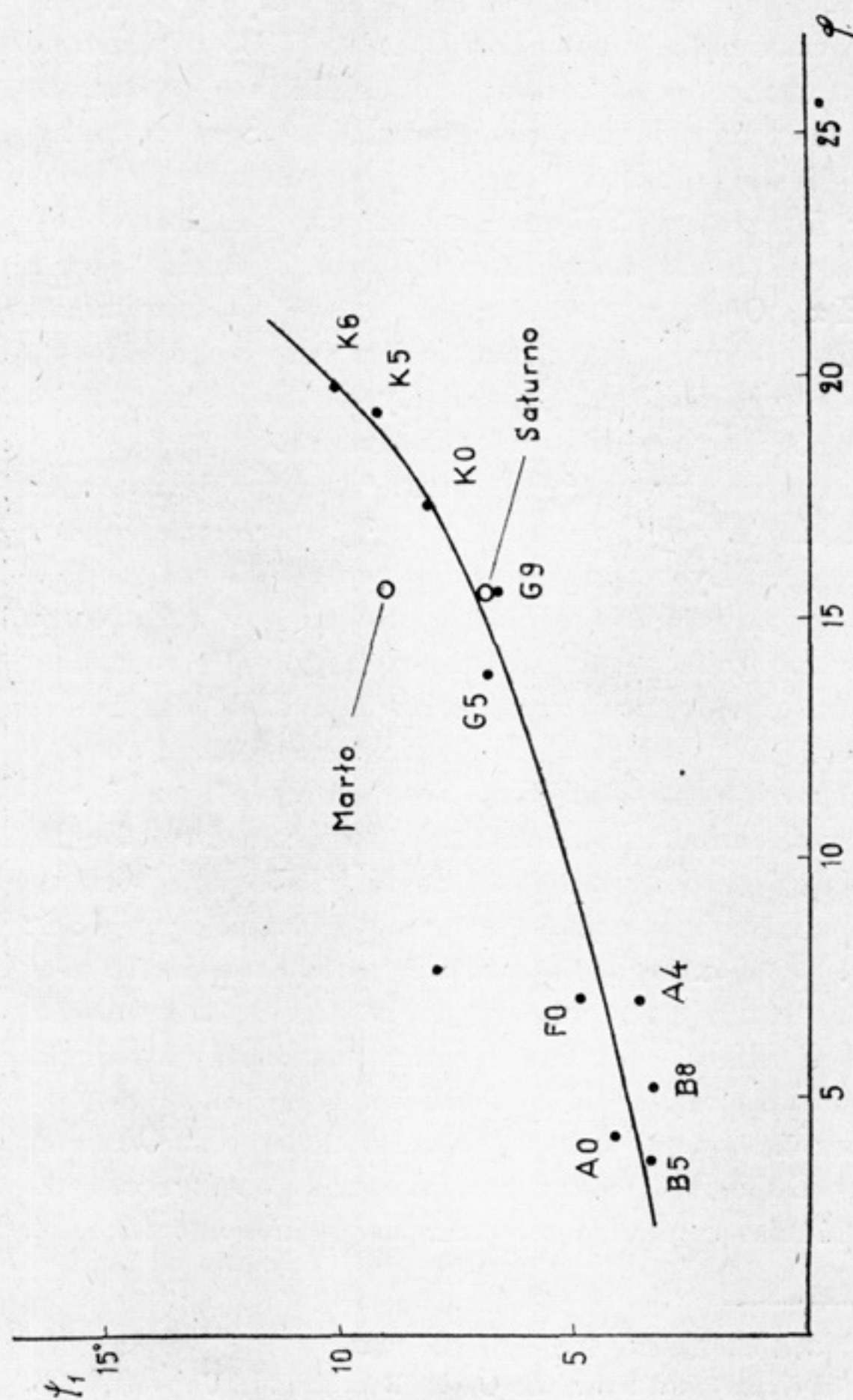


Fig. 7

Comparação entre alguns equivalentes de cores, verdes e azul-violeta, obtidos com um colorímetro fotoelétrico na primavera de 1948.

(1) *Publ. Astr. Obs. Univ. Michigan*, 8, 45, 1940

(2) *Astronomical Journal*, 53, 25, 1947.

Monocromadores. O primeiro homem de ciência que surgiu com a ideia de empregar a polarização da luz para a construção de monocromadores, parece ter sido Lyot⁽³⁾. Numa breve comunicação, demonstrava ele em 1933 o princípio para um monocromador composto de lâminas de quartzo sobrepostas e de polarizadores intercalados. Sem ter conhecimento desse trabalho, o autor⁽⁴⁾ encomendou à firma *Steege & Reuter*, em 1937, um instrumento semelhante destinado a ser usado como filtro de protuberâncias para a linha H α . O autor teve a possibilidade de usar filmes Polaróides, os quais ainda não tinham sido descobertos ao tempo da primeira tentativa de Lyot. Desta maneira, o projecto pôde ser realizado mais facilmente.

Mais tarde, Evans⁽⁵⁾ e Pettit⁽⁶⁾, entre outros, mas, em primeiro lugar o próprio Lyot⁽⁷⁾, aperfeiçoaram este instrumento. Lyot conseguiu desenvolver de tal modo a redução da largura das regiões espectrais que até a coroa pôde ser fotografada com as suas riscas verde e vermelha.

Como base do monocromador estão as chamadas bandas de Müller. Essas bandas escuras de interferência, como é sabido, atravessam o espectro ao ser colocada uma lâmina de quartzo, talhada paralelamente ao eixo, num ângulo de 45° entre os polarizadores. Se for usada uma série de lâminas semelhantes, com espessuras variáveis, como 1:2:4:8 . . . , extingue-se a maior parte do espectro com excepção de um certo número de bandas de transmissão, estreitas e tenues, e obtém-se então, uma notável redução da largura das bandas de transmissão.

Simultâneamente com as pesquisas solares no Observatório de Estocolmo, o autor reiniciou as observações das protuberâncias com uma máquina fotográfica aperfeiçoada,

(3) *Comptes Rendus*, Dezembro de 1933.

(4) Discurso em honra de Östen Bergstrand, Uppsala, 1938.

(5) *Publ. Astr. Soc. Pacific*, 52, 305, 1940.

(6) *Publ. Astr. Soc. Pacific*, 53, 171, 1941.

(7) *Annales d'astrophysique*, 7, 31, 1944.

na qual foi montado o monocromador primitivo. A fig. 8 mostra duas protuberâncias que foram fotografadas recentemente no Observatório de Estocolmo pelo autor e Mr. L. Dahlmark.

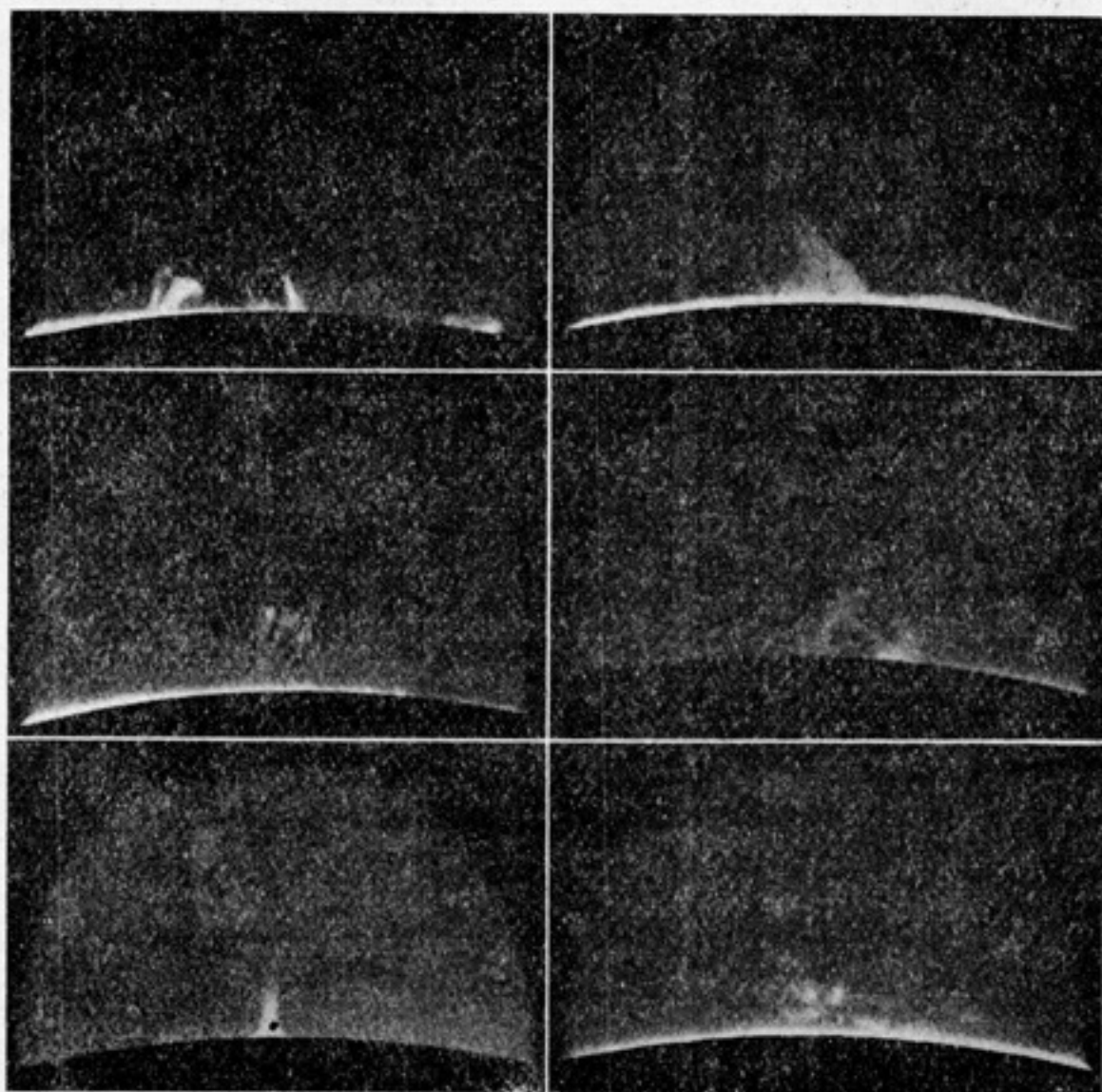


Fig. 8

Algumas protuberâncias fotografadas em 1947 e 1948 com o cromador de polarização no Observatório de Estocolmo.

Micrómetros. Há muito que a bi-refracção da luz é utilizada na medida de estrelas duplas, distantes. Rochon já construía em 1783 um micrómetro semelhante. Entre as construções dos últimos tempos, as de Hargreaves ⁽¹⁾, Davidson e Symms ⁽²⁾, são de especial interesse. Nesses

(1) *Monthly Notices*, 92, 72, 1931.

(2) *Monthly Notices*, 98, 176, 1937.

instrumentos produz-se, de facto, uma estrela dupla artificial tendo exactamente a mesma distância, grandeza estelar e o mesmo ângulo de posição que uma estrela dupla verdadeira. Com este método é, portanto, possível uma fotometria rigorosa e, além do mais, eliminam-se os erros na medida da distância que poderiam ser provocados pela diferença na grandeza das estrelas.

Do breve resumo acima, deve-se poder concluir que a polarimetria, actualmente, deve ser considerada como um importante ramo da astrofísica. Na realidade, a literatura é de tal forma extensa que um resumo, relativo a estes problemas, não pode ser senão extremamente sumário. Ocupamo-nos mais dos métodos fotoeléctricos e comunicamos aqui alguns resultados ainda não publicados.

O autor expressa o seu agradecimento ao assistente da Universidade, S. Pontes Nogueira que, de bom grado, traduziu o presente artigo para português.

YNGVE ÖHMAN

TRÊS JUNQUEIROS DISTINTOS,
MAL CONHECIDOS DE AMIGOS
E INIMIGOS (1)

SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA;
SENHORES PROFESSORES DA UNIVERSIDADE;
SENHORAS D. FILOMENA E D. MARIA ISABEL GUERRA
JUNQUEIRO;
MINHAS SENHORAS; MEUS SENHORES:

Não proponho uma charada na declinação do título desta palestra — assim Deus me ajude a levá-la a termo.

Nem o podia ser, porque abomino a charada, porque cheguei à extrema da ladeira descendente da vida sem ter morto sequer a charada... dos meus incertos destinos.

Sim. Talvez por incompetência para a conjugação do verbo matar. Imaginem V. Ex.^{as}: — por largos lustros fui caçador; fui devoto de S.^{to} Huberto; fui andador de montes e vales.

Pois tendo semeado por lá arrobas de chumbo, não matei uma perdiz.

É verdade: — a minha santa caçadeira podia ter descido à vala comum do ferro velho, de palmito e capela — tão virgem do crime de sangue como a menos ofensiva das Onze Mil Virgens.

A propósito, ou despropósito — como V. Ex.^{as} quizerem — antes de entrar na via a percorrer, permito-me evocar um passo da minha gesta platónica de caçador incruento que teve Junqueiro por protagonista.

Um dia — onde isso vai! — batidos os cabeços penhascosos duma das colinas da Riba Douro, desci à beira do rio e entrei na estação ferroviária da Ferradosa com três

(1) Redacção definitiva, simplificada e revista pelo autor.

perdizes à cinta — mortas, sim, mas já nem sei por quem.

Precisamente a essa hora chegava à estação o comboio da Barca de Alva ao Porto. Passei em frente duma carruagem de primeira. E ao passar, uma voz trovejou sobre a minha cabeça:

— Ó Sousa Costa! Que mal lhe fizeram essas inocentes?!

Ergo os olhos, no quebranto, assim Deus me salve! do pobre Adão, surpreendido no tal pecado ... então original.

E o que vejo? Vejo-o ainda, como nesse instante, e no mesmo vágado de agonia: — sobre a minha cabeça consternada, à janela da carruagem, barretinho negro de fora, erguia-se a cabeça augural de Junqueiro — a fronte genésica crispada de horror; as barbas jeovânicas trémulas de espanto; o nariz onipotente fulvo de cólera; o olho onnisciente abrasado de relâmpagos.

Fulminado, não tendo tempo ou coragem para me desonerar da responsabilidade do triplo assassinato, não fiz mais nada: — arranquei as inocentes do cinto, e, num impulso de contrição, lancei-lhas para o compartimento.

O comboio ia já em marcha. Junqueiro disse-me adeus com dois dedos — quase no gesto de quem absolve. E enquanto a centopeia de ferro, novo trovão, rolava no silêncio augusto dos pendores, eu disse com os meus botões — *mea culpa! mea culpa!* — eu que, porque disfrutara a honra de me sentar, mais duma vez, à mesa do semi-deus, me cuidava habilitado a dizê-lo, traduzindo à tôa o seu gesto de indulgência:

— Bem. Entra em casa, senta-se à mesa, empunha o garfo e a faca, e concede-me a absolvição plena — comendo as inocentes com molho de vilão...

Logo me arrependi do juízo temerário. E no calafrio do arrependimento, vi outra vez erguer-se sobre mim, portentosa, a cabeça do Patriarca, como se sobreposesse às montanhas que lhe foram berço e estavam a ser o meu purgatório. E supliquei o seu perdão — o perdão que suplico outra vez, perante a sua venerável memória, aos pés de V. Ex.^{as}, meus confessores.

Voltemos ao princípio. Tornemos à charada. Abomino charadas. E assim, vou traduzir em vulgar o título da minha palestra: — viagem de via reduzida à volta da grande figura do Mago da Rima.

Três Junqueiros distintos, mal conhecidos de amigos e inimigos.

Junqueiro, à hora em que morreu Vítor Hugo, estava no auge da sua hugolatria aguda — universal, nesses tempos.

Então, no delírio da febre, compôs um novo Apocalipse, em que há esta alegoria excessiva e fulgurante: — «Ésquilo, Virgílio, Juvenal, Dante, Cervantes, Shakespeare e Molière, essas sete almas que não são um sete estrêlo, quizeram um dia conhecer-se, viver reunidas, intimamente, no mesmo prédio. Marcaram o dia e o lugar do encontro. O dia foi 26 de Fevereiro de 1802. O lugar foi o cérebro de Victor Hugo. E aí está como dum simples crâneo, se fez um ninho de águias».

Convém registrar que Junqueiro, no período de revisão da sua obra, sem negar o todo poderoso, enjeitou os exageros da crise hugolátrica — disse-mo de viva voz.

A ilegitimidade da alegoria provém, em especial, da junção, no mesmo ninho, de sete águias de idades, climas e hábitos irreconciliáveis.

Não seria sequer uma liberdade literária a denúncia no crânio do autor da *Legenda dos Séculos* do ninho de águias do Hugo Lírico, do Hugo Épico, Romancista, Filósofo, Profeta, Panfletário: — águias cujo voo transcende as cumieiras do seu século.

É o caso de Junqueiro. Em Junqueiro não há uma só e única pessoa. Há um complexo de pessoas de larga envergadura — o seu crânio *ipso-facto*, um ninho de águias.

Junqueiro Lírico, Junqueiro Épico, Junqueiro Filósofo, Junqueiro Religioso, Junqueiro Satírico, Junqueiro Anti-quário.

Mesmo no âmbito episódico do virtuoso do *bric-à-brac*, ele subiu a virtuosismo às alturas dum culto, alturas marcadas no diagrama da sua *Casa Museu*.

E não coexistirão com aqueles, o Junqueiro Trasmontano? O Junqueiro Amoroso? O Junqueiro Lavrador?

— Coexistem, de facto, integrados nos demais, estes três Junqueiros distintos — que não foram ainda devidamente considerados e estudados pelos entendidos na estimativa da personalidade do luminar; que não foram até hoje suficientemente previstos, nos seus aspectos reveladores de causas determinantes ou circunstanciais em relação ao carácter do Homem e à obra do Polígrafo, nem pelos amigos, nem pelos inimigos.

E afigura-se-me — não dogmatizo, não decreto leis, aponto premissas, proponho um problema — que estas três pessoas distintas, se não fornecem um grão de areia ao bloco luminoso constituído pelos Junqueiros já conhecidos, pois, sem elas, o vemos projectado em grande no quadro da sua vida e da sua obra, são fundamentais no que respeita ao processo preparatório, à instrução, identificação e compreensão de certos passos meridianos dessa vida e dessa obra.

Não fatigarei a atenção de V. Ex.^{as} ocupando-me dos Junqueiros já instruídos e sentenciados pelos seus julgadores. Limitar-me-ei a recordar, sumarissimamente, meia dúzia de julgadores ilustres: — dos que se debruçaram dos aspectos conhecidos da vida e obras do Varão assinalado, no fito de tornar mais nítida a projecção na tela dos três Junqueiros de que especialmente vou ocupar-me.

Fidelino de Figueiredo. Mestre da Crítica. Mestre de Mestres de Literatura. Ocupa-se de Junqueiro na *História da Literatura Realista*. Diz, em resumo, que, na *Morte de Dom João* — a obra que o consagrou — Junqueiro «fundiu o lirismo épico de Vítor Hugo e o satanismo de Baudelaire, pelo arrojado das suas imagens». Na *Velhice do Padre Eterno*, «atacou de frente o clericalismo, o falso fanatismo, a hipocrisia religiosa». No entanto, na *Velhice*, com as peças de sectarismo, coexistem as do terno bálsamo da emoção tranqüila», que «todos sentem, porque brota de fontes sempre vivas em todos os tempos e na alma de todos». Analisa o

Finis Patriae e a *Pátria*, esta última obra identificando, pela sua arte, o poeta de génio. Os *Simples* — «uma obra prima de lirismo, outra obra de génio». *Oração ao Pão, Oração à Luz*: — «inauguraram uma nova estética, inteiramente nova, na poesia portuguesa, uma espécie de misticismo panteísta, interpretado dum modo muito pessoal». E termina assim o seu julgamento: «Só Guerra Junqueiro podia poéticamente representar a síntese do oxigénio e hidrogénio pela faísca eléctrica:

Almas das águas, quando se casaram,
Foi com beijos de luz que se beijaram.

Leonardo Coimbra. O Leonardo Coimbra da fase pascaliana, a alma do Cristão e o espírito do Filósofo em convergente ascensão para Deus. Considera a *Velhice do Padre Eterno* inferior como sátira: — a sua ironia nunca é de ordem transcendente. *Morte de Dom João*: — sendo «uma obra desigual, nela brilham, por vezes, versos de enternecido lirismo». A *Pátria*? Uma visão histórica deminuta, em que há figuras de grandeza e beleza intrínsecas. Os *Simples*? «Eis uma obra eterna» — exulta, comevido: «Junqueiro não é o maior Poeta, porque o critério da quantidade se não aplica ao espírito. Mas é um Poeta como Ésquilo, Dante, Shakespeare, Camões». Na *Oração ao Pão*, na *Oração à Luz*, é um panteísta, um evolucionista. Mas sobrevém a doença. Fica em contacto de experiência com o mal e a Dor. E corrige a sua obra, «de acordo com a sua crescente intuição e o seu aumentado amor cristão». Eis porque Junqueiro — acentua Coimbra — deixa tombar a sua cabeça entre os braços amorosos dum Crucifixo».

Lopes de Oliveira, Prosador-Músico, Crítico-Pintor, o *capa rôta* mais fulgurante, o plebeu mais fidalgo, o revolucionário mais cordeal da minha geração coimbrã. De todos os plumitivos meus contemporâneos, foi o que acompanhou mais de perto as crises morais e espirituais do Cidadão e do Escritor.

Por isso, as *Memórias de Guerra Junqueiro*, livro da sua autoria, recomenda-se pelos dons singulares que lhe conferem a prosa do Escritor, a visão do Crítico e os elementos informatórios colhidos à bica da fonte.

Guerra Junqueiro e a sua obra poética, de Amorim de Carvalho. Obra de crítica, completa, exaustiva. Regista, discute, define, em linguagem específica, de viva feição técnica, tendências e influências, glórias e precalços, aspectos ascendentes e descendentes da multimoda personalidade focada pela objectiva.

E porque não dou sentenças, e porque venho a campo no único intento de indiciar novos factos, não me interessam os termos dos processos contenciosos já julgados. Aos amigos e inimigos de Junqueiro que porventura se interessarem por eles, remeto-os para esses processos, para aqueles de que tenho notícia, apontando-os, tanto quanto possível, pela sua ordem cronológica:

— *Memórias*, de Raul Brandão; *Antologia, Guerra Junqueiro*, de Agostinho de Campos; *Ensaio, 1.º*, de António Sérgio; *As Tendências do Lirismo Contemporâneo*, de Hernâni Cidade; *Guerra Junqueiro e a Mulher*, de Emília de Sousa Costa; *Galeria das Sombras*, de Júlio Brandão; *Guerra Junqueiro e o problema das influências francesas na sua obra*, de Pedro Hourcade; *Guerra Junqueiro e os Vencidos da Vida*, de João de Barros; *Guerra Junqueiro*, de P.º Moreira das Neves; *O Único Vencido da Vida que também o foi da Morte*, de Veva de Lima.

Lembremos ainda Junqueiro Satírico, melhor, Junqueiro Anedótico, Mefistófoles de barbas apostólicas e ditos fulminantes, faulhas de génio a erguerem-se da poeira do seu caminho.

Num dia de Agosto, no meu segundo ou terceiro ano de Direito, o Poeta e Amigo deu-me a honra de convite para almoçar à sua mesa, nas Pedras Salgadas, no *Grande Hotel Universal*.

A meio do almoço atravessa o refeitório um cavalheiro, meão e roliço, que cerimoniosamente o cumprimenta.

— Mestre: — quem é este gordo senhor? — pergunto, em surdina.

A resposta não se fez esperar, tiro rápido, pontaria certa:

— É uma máquina de transformar... carne de vaca, em carne de porco.

Tratava-se dum aristocrata, obêso por dentro e por fora, a quem fui apresentado nessa tarde.

Outra, contada Júlio por Brandão na *Galeria das Sombras*:

«Um titular, que em tempos fôra barbeiro, e que mais tarde versejou toscamente, encontrando o grande Poeta, exclamou, com enfâse:

— Como está, Mestre?

Junqueiro sorriu nos olhos penetrantes e respondeu:

— Freguês, freguês...»

Ainda outra, para finalizar.

Reproduzo-a também da *Galeria das Sombras*.

Indicaram ao Poeta, ao Antiquário, um confeitiro que vendia quadros antigos, de muito valor. O Poeta foi ver. Apareceu-lhe, numa pastelaria sebenta, um homenzarrão, com ares terríveis — que se sumiu num sótão, a buscar misteriosamente os grandes quadros.

Trouxe três ou quatro.

— De quem é este? — perguntou Junqueiro.

— Rubens! — exclamou o homem, arregalando os olhos.

— Quanto vale?

— Dez contos de réis.

— E este, de quem é? — perguntou o Poeta, apontando outra detestável tela.

— Rafael! — gritou o homem. — Seis contos de réis!

— E este?

— Velasquez, escola espanhola, seis contos de réis.

Então o Poeta, olhando à volta, descobriu um pastel cheio de moscas, debaixo duma gaze esverdeada e suja.

— E este pastel, quanto custa?

— Um vintém — disse o homem, com má sombra, esboalhando imensamente os olhos.

— Pois levo-lho. É a única coisa autêntica e verdadeiramente antiga, que o senhor possui».

Isto posto, reverenciemos ainda Junqueiro Antiquário, vénia devida a feição de alto relevo na sua fisionomia. Já foi festejada em público, na elegância e graça duma gravura de Watteau, pelo consagrado humorista Luís de Oliveira Guimarães. Junqueiro Antiquário apresenta-se à posteridade em obra monumental. A que foi ordenada e sistematizada na *Casa Museu Guerra Junqueiro*, no Porto, pelas Senhoras Dona Filomena Guerra Junqueiro e Dona Maria Isabel Guerra Junqueiro Mesquita de Carvalho, aqui presentes, Mulher e Filha do grande de Portugal. Obra de dois corações ligados à memória do Artista pelos vínculos do sentimento e do sangue. Sente-se na sua estrutura modelar o espírito de unidade e a expressão anímica que o Artista lhe comunicaria, se fosse ele o seu orientador. Obra grande, doada pelas ilustres Senhoras ao Município portuense, é preciso conhecê-la, para compreensão integral do Poeta.

E vamos aos três Junqueiros distintos, mal conhecidos de amigos e inimigos.

Junqueiro Trasmontano. Junqueiro Amoroso. Junqueiro Lavrador.

Junqueiro nasceu no planalto de Trás-os-Montes, ao de cima dos pendores vinhateiros do Alto Douro. Nasceu em Freixo de Espada-à-Cinta — burgo aninhado na abada de altas colinas, sob a vigilância de velho castelo. O planalto, com a sua expressão bélica marcada pela tónica do castelo, assume grandiosa austeridade, considerado nos variados aspectos morfológicos que o caracterizam — terras de cultivo, desprovidas do bálsamo de massas verdejantes de arvoredo; «encostas escalvadas, secas, desertas e nuas» de moldura a zelosos e produtivos lavradores; montes arrogantes, subindo em sucessivos escalões, formando os contrafortes das serras do Masouco e de Poiães. E, dominando o enclave mediterrânico do rio Douro, que esbraveja ao fundo, por entre fragedos de xisto, o solo precipita-se vertiginoso-

samente sobre o rio, quebra-se em escarpas, tomba em despenhadeiros que lembram tragédias cósmicas, convulsões cósmicas, rebeldias, desafios — «cenário, como disse o Escritor, para um profeta ou para um bandido».

Enfrentados os dois cenários, em cima o da criação, em baixo o da lavoura do Poeta, convenço-me de que não é possível interpretar condignamente as perspectivas da sua vida e da sua obra, sem colar o ouvido e o coração ao seio das colinas que lhe embalaram o berço; que lhe abriram os olhos para a luz; que foram a escola das suas primeiras letras no curso elementar dos quês; que foram o santuário da sua primeira comunhão no culto interno dos porquês.

Depois, nado e criado, ao longo da jornada da existência, deviam ter sido elas, com suas tumultuárias inquietações geológicas, que sugeriram ao espírito e à consciência do metafísico os primeiros problemas que o perturbaram.

Evidentemente: — ao esboçar este tema, não vou embrenhar-me na floresta de teorias dos Lamarks, e Darwins, e Heckels e seus dogmas de identificação geneológica, por força de certos fenómenos geográficos e paleontológicos. Não vou encostar-me a Goethe, afirmando, sob o signo do grande da Germânia, que da Natureza é «a responsabilidade de todas as faltas e de todos os méritos de Junqueiro»; ou que o seu complexo psicológico é fruto exclusivo daquela Natureza inquieta, por ela feito à sua imagem e semelhança.

Não pretendo desenraizar Junqueiro do agro humano constituído pelos elementos da sua formação étnica; irrigado pelos afluentes vivazes do contributo mental das gerações; enriquecido pelas estratificações sedimentares dos bens espirituais herdados e adquiridos. De resto, se assim não fosse, se pretendesse chegar à conclusão de que Junqueiro é grande, só por obra e graça da montanha mater, V. Ex.^{aa} lógicamente concluiriam que são Junqueiros... todos os filhos de Freixo de Espada à Cinta.

Não há dúvida. Nas altitudes nascem águias. No entanto, na Serra da Estrela, nos *Cantaros*, ninho de águias,

o ninho cimeiro de Portugal, já ouvi a cotovia, de manhãzinha, cantando a sua oração à luz.

Se não meto por tais caminhos, creio, afirmo e juro que não é possível devassar, em todos os seus meandros, a letra e o espírito da obra do autor da *Morte de Dom João*, dos *Simplex*, das *Orações*, sem conhecer a região do seu nascimento e da sua criação. A bem da estima exacta da confluência de certos valores na formação dessa obra, é indispensável interrogar o silêncio hierático das cumieiras, estas, convulsas de cólera, aquelas, em litúrgica atitude; é necessário interpretar, no seu significado de rebeldia ou de misticismo, as esfinges da serra, os píncaros altaneiros — cumieiras, píncaros, cada um com sua voz, com seu gesto, com seu drama, com sua mensagem.

Concordo. Não é o claustro que faz o santo. Fornece, porém, ambiente à florescência da santidade.

Esta acção catilítica do meio nota-se em todos os reinos da Natureza, sem excluir o vegetal. Uma laranjeira de Setúbal, no seio da sua família, desentranha-se em favos de mel. Desterrada para a serra do Mezio, ou não frutifica, ou produz triaga. A cepa régia da Riba-Douro, a do *Port-Wine*, nos xistos trasmontanos da Terra do Vinho dá à luz o *Lacrimae Christi*. Transplantada para a veiga granítica do Vale d'Aguiar, vale da minha terra, também trasmontano, dá fel e vinagre.

De resto, a actuação da montanha nas sensibilidades privilegiadas está certificada e reconhecida pela autoridade de espíritos proeminentes. Paul Sebatier, insigne agiógrafo do montanhês São Francisco de Assis, afirma que foi a ascensão do Poeta santo ao monte Alverne, o seu Tabor, que mais aproximou o Cristo da Idade Média do Cristo da Cidade Antiga.

Descreve o Monte Alverne. Parece uma escarpa da Riba-Douro — «só osso», como diria Junqueiro. «Massa basáltica, talhada a pique, dela se descortinam vastos horizontes, fazendo descer sobre as almas aquilo a que *Trovador de Deus*, São Francisco de Assis, designava por... «nostal-

gia das colinas eternas». Foi dali, do alto daquelas colinas — acrescenta o agiógrafo — que Francisco se ergueu às mais formosas visões — «o olhar estático nas tintas hieráticas da luz da montanha».

Por sua vez Jacob Burckardt, o grande evocador da *Civilização da Itália nos Tempos da Renascença*, regista a acção da Natureza sobre o temperamento dos Poetas gregos e latinos, da Idade Média e Renascença. Dante comove-se, profundamente, «na presença duma paisagem grandiosa». É fundamental a interferência da montanha na concepção da obra de Petrarca. S.^{to} Agostinho, nas *Confissões*, exalta a «admiração do homen pelas altas montanhas».

A montanha é, não há dúvida, a mais sugestiva expressão terrena da majestade e da força, da rebeldia e da misericórdia, da liberdade e da liberalidade — desde o Monte Ararat, desde o Satuza ao Tabor, a maior colaboradora do Homem nas suas jornadas cíclicas.

Assim, sem desvincularmos Junqueiro da sua própria natureza; sem o desfocarmos do sistema cósmico de ideias e sentimentos em que gravitam os seres do seu hemisfério, já podemos assegurar, isentos do precalço das abstracções abusivas, que toda a sua obra está autenticada pelo sinal público do seu berço.

Se o convívio da montanha ampliou a visão espiritual de Francisco de Assis, exaltou Dante, fecundou Petrarca, como não havia de actuar, eminentemente, na alma e no coração do hiper-sensível gerecido nas suas entranhas; arrolado às suas vozes; amamentado aos seus peitos; instruído na sua escola; sacramentado pelos seus horizontes?

É lê-lo, é prescutá-lo, depois de vista e prescutada a montanha mater — e não nos fica sombra de dúvida sobre a influência do berço na compleição do Poeta.

Comecemos pela *Morte de Dom João*, o seu primeiro grande livro.

Quantas vezes, ao ler a *Introdução* desta obra, eu disse, de mim para mim, que o recorte bronzeo e a toada rítmica desses versos, continham em si, como os búzios marítimos,

a música, o movimento, a grandeza, a solenidade das vagas petrificadas do planalto trasmontano!

Eu era mundo e só na rocha de granito,
 Por sobre a minha frente a sombra do infinito.
 Em volta, a solidão, e o mar junto a meus pés,
 Cantando um hino igual aos hinos de Moisés.

E é verdade. *A Morte de Dom João*, informa alguém da ilustre família do Poeta, foi concebida, composta e ditada em Freixo de Espada à Cinta. Junqueiro caldeava os versos *in mente*. Depois, batia-os, um por um, na bigorna da memória, passeando, em silêncio. E, só depois de caldeados e lapidados na forja e na bigorna, os depunha no papel. Ditou o poema, no seu burgo álpestre, ao primo e amigo Manuel Guerra — Poeta de merecimento, que, por seu punho, deu ao poema a fixidez da forma escrita.

E certifica-o o próprio Poeta, na referida *Introdução*, entre outras, nesta passagem expressiva:

— Cobriam-se de neve os largos horizontes.
 Rompeu a madrugada. O sol vibra nos montes
 Raios de ouro e de luz, que saltam pelo espaço,
 Como frechas batendo em armaduras de aço.
 A aldeia dorme ainda. Apenas se pressente,
 Como que a ruminar silenciosamente,
 O boi, rijo operário, esse animal antigo,
 Que faz florir a vinha e faz nascer o trigo.

Ouçamos a voz da sua saudade, doce e nostálgica, na «nostalgia eterna das colinas sagradas», consoante o dizer de Francisco Assis. Ouçamo-la no poema em que há mil e uma imprecações contra a Igreja, em que fulguram excomunhões contra o clero, contra o próprio Cristo, na *Velhice do Padre Eterno*. E aqui se nos depara o mesmo motivo dominante, a montanha, e com ela o berço, a mãe, a ama, os cavadores, os simples.

Três Junqueiros distintos

Benditos sejais vós, almas que esta alma adora.
É vosso: — fostes vós o meu primeiro altar.
Lá da minha distante e encantadora infância,
Desse ninho de amor e saudade sem fim,
Chega-me ainda a vossa angélica fragância,
Como uma harpa eólia a cantar a distância,
Como um véu branco ao longe, ainda a acenar por mim!

E suspira, e proclama, *urbi et orbe*, no mesmo poema;
na mesma veemência, na mesma religiosidade:

Ó crentes, como vós, no íntimo do peito,
Abrigo a mesma crença e guardo o mesmo ideal.
O horizonte é infinito e o olhar humano é estreito:
Creio que Deus é eterno e que a alma é imortal.

Mas na obra, quanto a mim, em que mais flagrantemente palpita a sugestão da linha gótica dos picos altaneiros, «e das tintas hieráticas da luz da montanha», segundo a frase de Sebatier, é no grande poema os *Simples*, série de composições intencionalmente líricas, obra consagrada aos humildes, à moleirinha, ao carvalho patriarcal, aos pastores, aos lavradores, aos deserdados.

Não é um poema épico. É, como acentuei, um poema lírico.

No entanto, a sua construção musical, a sua linha hierática são mais épicas do que líricas. Fidelino de Figueiredo refere-se ao lirismo épico de Junqueiro na obra citada. Amorim de Carvalho considera os *Simples* uma epopeia lírica. Lopes de Oliveira designa o Poeta de «génio nacional, que floresce em lirismo e frutifica em epopeia».

E Manuel Laranjeira, numa crónica de há muitos anos, na honrosíssima *Ilustração Trasmontana*, expressa-se nestes termos, em relação aos *Simples*: «Sendo o poema das coisas obscuras e humildes, nem por isso deixa de irradiar aquela religiosidade épica que envolve numa atmosfera luminosa e mística toda a obra do Poeta».

Junqueiro — ninguém o ignora — viveu alguns anos, mais duma década, na formosa, na feiticeira, na típica cidade

de Viana do Castelo: — linda capital da ribeira Lima, glorificada por nobilíssima e exuberante flora intelectual de índole limiana, de feição regionalista.

Em Viana conheceu a Mulher que adorou até ao último suspiro. Em Viana acolchoou o ninho em que embalou as suas filhas. Em Viana, no seu ninho, acalentou os seus amores.

Muito bem. Em nota final aos *Simplex*, o Poeta afirma que a *Moleirinha*, uma das mais belas composições do poema, é minhota. Que o primeiro canto do *Préstito Fúnebre*, minhoto é. Já o segundo canto, *In Pulvis*, — acrescenta — é de todo trasmontano».

Respiguemos, ao acaso, uma quintilha da *Moleirinha*, limiana, minhota, segundo diz o Poeta.

Vendo esta velhita, encarquilhada e benta,
Toc, toc, toc, que recordação!
Minha avó velhinha se me representa,
Tinha eu seis anos, tinha ela oitenta,
Quem me fez o berço, fez-lhe o seu caixão...

Outra quintilha, esta do primeiro canto, limiano, minhoto, do *Préstito Fúnebre*:

Pela estrada, que entre cerejais ondeia,
Uma pequerrucha, tro-la-ró, la-rá!
Vai cantando e guiando o carro para a aldeia...
São os bois enormes e a carrada cheia,
Com um castanheiro, apodrecido já.

Ainda outra quintilha, esta, do segundo canto, do canto trasmontano, *In Pulvis*..

Queima-se o gigante, rude centenário,
Que jamais os astros hão-de ver florir ..
E do seu cadáver... o esplendor mortuário
Faz dessa choupana quase um sacrário,
Com uma alma de oiro dentro dela a rir.

Declaro, à fé de quem sou, que não enxergo a menor dissonância, quer na linha plástica, quer na orquestração

musical, quer no sentido lírico entre os poemas de assunto minhoto, limiano, e os de assunto designadamente montanhoso.

É que, nas composições minhotas, os temas poderão ser do Minho, de Viana, da Ribeira Lima. A voz, o gesto, a expressão que lhes comunicam personalidade e vida, esses são de Trás-os-Montes — ostentam a signa inconfundível do Junqueiro Trasmontano.

Chegados aqui, permitam-me V. Ex.^{as} ligeiríssima incursão no horto lírico de outros bardos insignes, no desígnio de melhor salientar, em face do documento comparativo, o ritmo épico do lirismo junqueireano.

Junqueiro enquadrou no Minho, na região limiana, a *Moleirinha* e o primeiro canto do *Préstito Fúnebre*. Começemos, pois, por um trecho da *Elegia Rústica*, de António Feijó, um dos rouxinóis laureados da região banhada pelo Lima — na evocação do *Roble Gigantesco*.

No roble que recorta o azul da imensidade,
Que o poente corava em gradações suaves,
Ouvia-se o cantar monotonico das aves,
E em baixo murmurava o rio entre salgueiros.
O perfume subtil das rosas dos canteiros
Dum effluvio dormente a Natureza enchia...
Que tristezas no adeus melancólico do dia!
Da janela entreaberta, os reflexos do luar,
Davam-lhe ao rosto meigo um resplendor solar
Como a aureola que têm os santos nos altares!

Agora escutemos o murmúrio lírico do rio Lima no cristal das *Limianas*, obra de devoção regionalista, obra de exaltação *limianista*, insignia regional criada pelo seu autor, António Ferreira, Doutor e Poeta de hoje, Poeta e Doutor como António Ferreira, o de ontem, o do século XVI:

É noite... vou entrar num sonho lindo,
À tua beira, ó Lima! Como é bom,
O mistério das coisas descobrindo,
Sonhar, adormecer o coração,
Neste silêncio augusto!

Vejo estrelas no céu... a luarina,
 Tal como o refflorir de etéreo arbusto,
 Já caprichosa, em tuas águas borda,
 O arabesco da sua tremulina.

E mais adiante, noutro passo do mesmo poema, António Ferreira suspira, o coração em sentido diante do «rio que enfeitica»:

Só por ele, sentindo a nostalgia
 No coração pungir,
 Chorou Feijó na Escandinávia fria,
 E Diogo Bernardes em Quibir.
 (Às vezes cada lágrima que vinha,
 Toda a água do rio em si continha).

Junqueiro é filho da montanha xistosa da Riba-Douro, «escalvada, seca, deserta e nua». Pelo que, vem a propósito ouvirmos a voz do grande Poeta António Corrêa de Oliveira, filho da montanha granítica da Riba-Vouga, todo o ano no traje vistoso do burel verde da urze, as costuras picadinhas do ouro vivo do tojo. E porque Junqueiro exaltou o Pão e a Luz em orações líricas, ouçamos Corrêa de Oliveira na sua lírica oração ao *Pão Nosso, Alegre Vinho, Azeite da Candeia*:

Desde a candeia, a arder ao nosso lado,
 Pregada ao velador como na cruz,
 Bendito sejas tu — Senhor! Jesus! —
 Por quanto doce bem nos tenhas dado.

De quanto é belo, estável e sagrado,
 Ao que, por nosso amor, se reproduz;
 Desde as leivas do céu, na eterna luz,
 Aos fecundos torrões que faz o arado;

Louvado sejas, tantas vezes quantas,
 São as ondas do mar, as aves santas,
 Cantando sobre os púlpitos da serra.

Bendito, em todo o lar, todo o caminho,
 Pela luz, pelo pão e pelo vinho,
 Que nos dão, por teu mando, o sol e a terra.

A maioria das obras de Junqueiro afina o tom musical pelo diapasão da avena lírica — sendo minoria as que o

afinam pela tuba sonora do metro heróico. Escutemos, por último, um soneto de Camões, o Lírico excelso, o Épico-Mor da Literatura Portuguesa:

Um mover de olhos, brando e piedoso,
Sem ver de quê; um riso brando e honesto,
Quase forçado; um doce e humilde gesto,
De qualquer alegria duvidoso;
Um despejo quieto e vergonhoso;
Um repouso gravíssimo e modesto;
Ûa pura bondade, manifesto
Indício da alma, limpo e gracioso;
Um encolhido ousar; ùa bandura;
Um medo sem ter culpa; um ar sereno;
Um longo e obediente sofrimento;
Esta foi a celeste fermosura
Da minha Circe, e o mágico veneno
Que pôde transformar meu pensamento.

Estes poetas, sim, na modulação lírica das suas composições, na expressão dos seus arroubos, das suas evocações, dos seus amores, acertam o registo dos cantares pelo tom melódico do lirismo de sempre — cada um impondo à sua melodia a signa da sua personalidade.

Junqueiro, não. O lirismo de Junqueiro, por vezes terno, por vezes meigo, sem nunca ser sensual, sem nunca ser píegas, no seu recorte linear de faceta de diamante; no seu trilo de cristal batido por cristal; no seu tinido de aço ferido pelo aço; no seu tom de bronze, quer na hora do baptizado, quer na hora do funeral, reveste-se de cadência épica, mesmo nos versos de intenção mais lírica.

Filho da montanha, o bardo herdou a voz da sua mãe — afinada pelo diapasão das cristas hieráticas das altitudes.

Tornemos aos *Simples*, ao lirismo de evocação minhota, ao *Castanheiro Morto*.

Castanheiro morto; que é da vida estranha,
Que no ovário exíguo duma flor nasceu,
E criou raízes, e se fez tamanha,
Que trezentos anos sobre uma montanha,
Seus trezentos braços de colosso ergueu!

Pois sim, dir-me-ão, daqui e dalém:

— Essa diferença de toada rítmica, provém do tipo métrico usado por Junqueiro nos *Simples*:— verso bi-pentassilábico, com a característica sónica da acentuação ímpar.

Mas, se a toada épica do lirismo dos *Simples* resulta apenas da orquestração métrica, vejamos como vibra o mesmo ritmo, neste trecho do *Melro*, verso fácil, correntio, estrutura composta, vasada em dois tipos de metros:

Assim que o padre cura abria a porta
 Que dá para o passal,
 Repicando umas finas ironias,
 O melro, dentre a horta,
 Dizia-lhe: — «Bons dias»!
 E o velho padre cura
 Não gostava daquelas cortezias.

Mais explícito ainda, em sua urdidura composta, é o lirismo da *Oração ao Pão* — poema que é amor e dor; poema que não podia brotar do coração do Poeta, bloqueado, em Lisboa, pelos hortejos de entre o zimbório clássico da Estrela e as álgidas torres de Santa Isabel: — poema que lhe irrompeu do coração, mãos postas, olhos nos cimos sagrados do seu monte Alverne, em face dos cavadores que comem o pão de cada dia amassado em rios de suor, levedado em eternidades de inquietação, e rezam, em acção de graças:

Trigo de Abril, riso e verdura,
 Dá-nos a candura!
 Trigo de Agosto, oiro que alumia,
 Dá-nos a alegria!
 Trigo da foice, trigo da grade,
 Dá-nos a humildade!
 Trigo da azenha, trigo de lírio:
 Dá-nos o martírio!
 Trigo do trigo, trigo da mesa,
 Dá-nos o amor e a dor, a paz e a fortaleza!
 Dá-nos ao corpo tudo isto,
 Dá-nos à alma tudo isto,
 E faremos de nós, o pão de Cristo,
 O pão de Deus, o pão do Bem,
 O pão da eterna Glória, o pão dos pães, amen!

E o lirismo da *Oração à Luz* — clarim de guerra no estridor do seu canto à paz da alvorada?

Não, minhas Senhoras e meus Senhores: — este poema não podia ter sido gerado no Porto, na varanda envidraçada da rua de Santa Catarina, estufa sem ovários erguida a meio de beirais brumosos e quarteis de hortaliça. Não! A *Oração à Luz* foi concebida e orquestrada, olhos em céu turqueza, sem jaça de humidade, coração fito na montanha mater, que se lhe levanta em frente — na contemplação da estrela da manhã; dos picos que se doiram de luz; dos cerros que se abrasam de calor; dos pendores que se afogam na sombra; da lua; das estrelas. Por isso ele pôde cantar, em êxtase:

Cândida luz da estrela matutina,
Lágrima argentea na amplidão divina,
Abre meus olhos com o teu olhar!
Viva luz das manhãs esplendorosas,
Doira-me a fronte, inunda-me de rosas,
Para cantar!

Luz abrasando, crepitando chama,
Arde em meu sangue, meu vigor inflama,
Para lutar!

Luz das penumbras a tremer nas águas,
Vela as montanhas dum vapor de máguas,
Para sonhar!

Luz dolorosa, branda luz da lua,
Embala, embebe a minha dor na tua,
Para chorar!

Luz das estrelas, vaga luz cilente,
Cai dos abismos do mistério ardente,
Chora calvários, infinitamente,
Para eu rezar!

E cantando, e lutando, e sonhando, e chorando, e rezando,
Farei da cega luz que me alumia
A luz espiritual do grande dia,
A luz de Deus, a luz do Amor, a luz do Bem,
A luz da glória eterna, a luz da luz, amen!

Encerro o capítulo de Junqueiro Transmontano — demasiado extenso, com prejuízo de Junqueiro Amoroso e de Junqueiro Lavrador, cuja evocação reduzirei a ligeiros

esquemas — por esta nota final, por esta observação oportuna:

Afirma-se, todos os dias, que o jogo da antítese na obra de Junqueiro é imitação, ou sugestão de Hugo, Padre Mestre da antítese, que dela extraiu efeitos deslumbrantes.

Valha-nos o Senhor! A antítese — demonstra-o Albalat, na *Formação do Estilo*: — a antítese, «é o processo geral dos grandes escritores». Praticaram-na abundantemente Demóstenes, Cícero, Tácito, Pascal, Bossuet, Rousseau, Lamartine, Taine, eu sei lá! A Vítor Hugo pertence, sem dúvida, a tiara dum dos seus pontífices máximos.

Mas Junqueiro, mesmo sem Hugo, teria de ser um dos seus pontífices, sendo, como é, um grande escritor — o maior dentre os grandes que compunham o cenáculo dos *Vencidos da Vida*, chama-lhe Veva de Lima, no notabilíssimo livro já citado, livro escrito acerca do seu Pai, um dos grandes do cenáculo. Poeta igual a Ésquilo, Dante, Shakespeare, Camões — consoante ouvimos afirmar a Leonardo Coimbra.

A sequência, o encadeamento de altos e baixos das suas antíteses, dá-nos até a sensação de que observamos o cosmorama da montanha: — picos e abismos; penedias e vergeis; luz e sombra; a paixão da cepa crucificada no calvário dos socalcos, sobre o martírio da poda; a ressurreição da amendoeira florida, subindo aos altares das colinas!

Mais — até aquilo a que chamam as contradições de Junqueiro. O que é o génio, senão a rebeldia contra a rigidez do horizontal? Até esta aparece registada nos acidentes da montanha e no ritmo do verbo junqueireano — gráfico da febre criadora do Poeta!

Junqueiro Amoroso. Porque não? Nenhum outro dos nossos Poetas neste campo lhe ganha a palma. Não há fibra da obra de Junqueiro em que se não sinta palpar o coração do amoroso, do possesso de amor!

Não do amor de vista baixa. Não do amor de Venus, Circe que tantas vezes transforma o príncipe da Criação em animal de sofregos grunhidos. Sim, do amor que trans-

cede a esfera brumosa dos apetites, restituindo a criatura à dignidade do Criador.

«O amor — o sempre grande; o amor, o sempre casto» — diz ele, neste verso síntese, legenda simbólica da *Introdução à Morte de Dom João*.

Ignoro a esgrima do paradoxo. Não conheço senão o jogo choutão dos factos. Pois, apesar disso, ou por isso mesmo, alicerço esta parte do meu trabalho neste credo de aparência paradoxal: — a própria obra negativa, ou destrutiva de Junqueiro lhe foi ditada pelo amor — o amor, que é o superlativo absoluto da afirmação, da construção! Até essa, mergulha a raiz no Amor, *Fons Vitae*, caudal de toda a seiva, fonte de toda a vida.

Antes de procurar-mos, porém, a justificação do aparente paradoxo, espreitemos o Poeta por fresta aberta no perpeanho da sua obra construtiva e do seu lar.

E ouvimo-lo asseverar, a ele, o caudilho da heresia, a ele, o campeão da sátira, no prefácio ao livro de versos do *Cantador de Setúbal*:

— «Os grandes poetas, são os grandes homens; e a grandeza humana, aos olhos de Deus, mede-se pela virtude, pela inocência, pelo sentimento verdadeiro da nossa alma, pela ternura infantil do nosso coração». Observemo-lo, ao grande Poeta, ao grande homem, na ternura infantil do seu coração, no culto da sua mãe, da sua ama, da sua mulher, das suas filhas.

É verdade: — a obra de Junqueiro Amoroso desconhece a mulher dos outros. A Mulher, para Junqueiro — amor, o sempre grande; amor, o sempre casto — é a sua mãe, a sua ama, a sua mulher, as suas filhas. A Mulher, nas suas líricas, não se chama Laura, Beatriz, Natércia — chama-se mãe, ama, Filomena, a esposa; Maria Isabel, Júlia, as filhas. A Mulher, quanto a ele, define-se assim, define-a ele, ao referir-se ao *Campo de Flores*, a João de Deus: — «É graça, piedade, dor, amor, misericórdia, a Virgem das Virgens, a Mãe de Cristo, a Mãe de Deus em mulher. É Deus no feminino».

A sua ternura infantil por sua mulher, Filomena, a Senhora de olhos azuis, exprime-a neste gorgoeio, nesta quadra:

«Quantos astros tem o céu? Quantas ondas tem o mar?
Quantos mares no meu peito! Quantos céus no teu olhar»!

Quando a sua mulher, a sua Filomena, a sua Meninha, faz vinte anos, celebra noutra gorgoeio o terno jubileu:

Vinte anos! Pedes crêr, pomba que eu idolatro,
Que, se o corpo fez vinte, a alma, não: — fez quatro.

Arrolando-a, como menina no berço, incensando-a, como santa no altar, reza, murmura:

Adoro-te!... Não és só graciosa, és bondosa;
Além de bela, és santa; além de estrela, és rosa.
Bendito seja Deus, bendita a Providência
Que deu o lírio ao monte e à tua alma a inocência;
O Deus que te criou, anjo, para eu te amar,
E fez do mesmo azul o céu e o teu olhar!

Pai amoroso, os olhos da alma na filha, Maria Isabel, escreve na *Carta a Mimi*:

Se vejo, cabeça louca!
As frescas rosas singelas,
Confundo-as com a tua boca
E vou-me aos beijos a elas.

A sua mulher... é a trave e a candeia da sua casa. Sua musa vitalícia, dedica-lhe *Os Simples*, nesta legenda repassada de doce veneração: «Querida. É este por enquanto o meu melhor livro. Pertence-te».

O «por enquanto» envolve alusão, de certo, ao livro futuro, à *Unidade do Ser* — obra que o preocupou através de largos anos. Sem a sua publicação, disse-me ele, já perto do fim — ficaria inédito. Concepção do Pensador, desenvolvida no laboratório, iluminada pelos reverberos da Filosofia, a Ciência e a Fé de mãos dadas, em busca da solução dum dos problemas máximos da Vida Cósmica — que teve a sua mais bela alegoria, no século XIII, na comunidade fraterna

de S. Francisco de Assis, a irmã estrela e o irmão pó, o irmão lobo e o irmão cordeiro, a irmã Vida e a irmã Morte, comunidade universal congregada no *Cantico di Frate Sol*, unificada sob o báculo de Deus, seu Dom Abade.

Mas, tornemos ao Junqueiro Amoroso.

Doi-lhe que a sua Meninha, de tacões altos, coloque o varão, fisicamente, em plano inferior ao dela. Exorta-a ao sacrifício dos tacões—sacrifício impossível, por força da Moda.

Junqueiro e esposa vão a Lisboa. Visita-os, no hotel, a Duquesa de Palmela — grande Senhora, grande no talento, na alma e no corpo, cujo talhe, no pavilhão de escultura dos seus jardins, me surpreendi um dia a medir pela estatura de Ramalho, que ali me levou de romagem, e pela minha corpulência... um metro e oitenta, fora a cabeça.

Claro:— muito crescida, usava tacões razos — o que Junqueiro, por gestos, fez notar à sua Meninha. À saída da insigne Fidalga, observa, triunfante:

— Vês, Meninha, como é moda? E que bem lhe ficam!

Resposta da sua Meninha:

— Pudera! Com aquela altura!

E como a sua Meninha não condescenda no sacrifício dos tacões, em homenagem às leis do equilíbrio físico, murmura, desolado:

— É isto, filha! Tens os tacões entranhados na alma!

Outro traço saliente da adoração pela querida Meninha.

O casal da excelsa ventura encontra-se na casa da sua *Quinta da Batoca*, domínio de Junqueiro Lavrador, na Riba Douro.

Em tarde fria de Outono aparece-lhes na quinta um bojudo homenzarrão, comprador da aguardente bagaceira do Senhor Poeta — finíssimo *cognac*, pelo Senhor Poeta consignado à consorte, a título de fundo de meneio dos seus alfinetes.

A Senhora Dona Filomena, que recebe o homenzarrão numa das salas da casa, não podendo acompanhá-lo ao armazém pede a Junqueiro que a substitua no trato da transacção mercantil.

— O quê?! — pergunta ao marido, fechado o negócio, no lance em que ele regressa à sala e lhe comunica o preço da venda: — Vendeste-lhe a aguardente... por essa miséria?!

Junqueiro explica, nos olhos o fulgor da águia, na voz o trilo da andorinha:

É que o homem perguntou-me: — quem é aquela menina? É a minha mulher, disse-lhe eu. E ele, respondeu-me: — É mesmo... um pedacinho de céu! Minha filha! Dava-lha... até de graça!

O amoroso da mulher e filhas, era, simultâneamente, o amigo certo, na hora incerta, de amigos e camaradas. Isto prova-o o auxílio anónimo prestado a Sampaio Bruno nas atribulações do exílio. Isto demonstra-o o esforço dispendido, após a proclamação da República, a benefício de Bulhão Pato e Gomes Leal. Queria-os a coberto de dificuldades económicas. A António Corrêa de Oliveira, monárquico incondicional, amanuense do Estado, procura elevá-lo a situação condigna. «Um Poeta de génio — ouvi-lhe clamar — britando cascalho nas obras públicas!»! Bate-se pela colocação de António Patrício e Justino de Montalvão na Diplomacia. A Pascoais deseja-o no coruto de uma embaixada. Acode, espontâneamente, a Luís de Magalhães, monárquico, em amargo transe político. A mim — porque não referir o facto? — bacharel de quinze dias, ainda a cheirar às fraldas de Minerva, indica-me, fui o primeiro indicado! para o lugar de Secretário da Legação de Berne.

Como eu não pudesse, lamentavelmente, aceitar o cargo honroso, por insuficiência orçamental, com mulher e filhos, — constituí família em estudante — Junqueiro comentou, dolorido:

— Tem razão. Não podemos casar os honorários do cargo... com a tesoura do alfaiate e a agulha da costureira...

E é a uma formação moral deste quilate, que na *Batoca* estabelecera um prémio a favor dos jornaleiros que salvassem ninhos da destruição, fossem de coruja ou de cotovia, que inimigos avulsos atribuem reles trapaças de vendilhão

sem escrúpulos. O homem que, Ministro na Suíça, se recusa a receber abono suplementar, por não ser extensivo a todos os diplomatas em igualdade de circunstâncias -- facto certificado por carta do Diplomata a Bernardino Machado, publicada por António Machado, e transcrita, na *Aurora do Lima*, veneranda avòzinha de inúmeras gazetas lusíadas, pelo meu amigo e ilustre camarada sr. Júlio de Lemos.

Inimigos depois da morte, que é o eterno repouso!

Porquê?

Porque Junqueiro é tão grande, que mesmo sepultado ensombra os vivos! Além de que, só o zero sem unidade pelo braço, o zero celibatário, desce à sepultura—virgem de conflitos. Até nas árvores, o crescer demais, é delito que se paga por tabela dura.

Mas, como já disse, o documentário mais expressivo do Junqueiro Amoroso, está precisamente na sua obra demolidora.

Seria fácil legalizar a obra negativa do autor da *Velhice*, condicionando-a à atmosfera frondista, rebeldia e inconformismo, em que floresceu e frutificou a sua inclita geração — a geração de Antero, razão pura que naufraga no mar alto da dúvida, no transe em que buscava o seu porto de abrigo; de Eça, o insinuante, o feiticeiro iconoclasta que, com uma cena do *Crime do Padre Amaro*, tresmalha mais almas do que Junqueiro com todas as imprecações da *Velhice do Padre Eterno*; de Oliveira Martins, Gomes Leal, Ramalho, Fialho, todos e cada um, de camartelo em punho, relampejantes de satânismo, a desmoronarem a *Cidade Antiga* — em regra... apenas no afan de desmoronar, não no anseio de reconstruir.

Não é preciso, entretanto, para observarmos o Junqueiro demolidor, desfocá-lo de si próprio.

Amoroso? Sim, senhor. Em todas as fibras do seu corpo, em todas as inquietações da sua alma.

Ora o amor é um louco!

O *Menino Cego*, denunciado por Camões, se lhe furtam uma migalha, um nada, aos bens do morgadio, enlouquece

de desespero; insulta mãe e pai; cospe o ídolo da sua cegueira, se o cuida cúmplice ou passa culpas em desacato aos seus ditames.

Ah, bem! Ele ama a Verdade, a Virtude, a Moral, ali-cerces da Família. «Amor, o sempre grande; amor, o sempre casto»!

Detesta «a devassidão idealista, a prostituição do matrimónio, a desordem moral, o amor demagogo, o amor livre» — como acentua, no prefácio à *Morte de Dom João*.

Mas, todos esses inimigos do amor, o grande, o casto, campeiam neste Mundo. Então, o amoroso vem a terreiro, no desígnio de os abater. E lança a público a primeira obra de combate, a *Morte de Dom João*. Mata D. João, de morte abominável, D. João, o «torpe aventureiro», tipo síntese da depravação e do vício. Impéria apodrece num monturo — Impéria, representação viva da luxúria e do gozo.

«Esta Venus hedionda, a Venus da miséria»!

Na *Morte de D. João* clama, em ameaça aos torpes profanadores do amor grande, do amor casto:

Ó minha lira, aquilo,
Que eu tenho de mais puro, e cândido, e tranquilo,
Tu que és a minha amante, a minha esposa calma,
Que és o sacrário azul onde guardo a alma,
Que palpitas de amor e de paixão trasbordas,
Ó minha pobre lira! hei-de arrancar-te as cordas,
E, unindo-as nesta mão, vibrá-las e torcê-las,
Para fazer, ó musa, um látego de estrelas!

Agora consideremo-lo no amor a Deus, no amor a Cristo, no amor à dignidade do ofício, no amor à integridade do sacerdócio.

Cristo, o que perdoou à Pecadora, ferido em seu amor pelo desamor de vendilhões e fariseus, castiga os vendilhões, esconjura os fariseus — fariseus e vendilhões que, sendo de ontem, são de hoje, são de sempre.

O Poeta, sob a acção do amor ferido pelo desamor de vendilhões e fariseus, empunha o látego e enfrenta a turba

sacrílega, na sua cegueira, — o Amor é cego! — na sua loucura — o Amor é louco! — blasfemando, é verdade, sou eu o primeiro a lamentá-lo! blasfemando do próprio Cristo, do ofendido pelos maus servos, centro vital da sua órbita de amoroso.

Não preciso, em abono da tese de que foi o muito amor que o levou à violência, encostar-me à autoridade de Camilo, o místico da *Divindade de Jesus*, nas suas laudas em louvor da água lustral da *Velhice do Padre Eterno*. Não preciso, para o demonstrar, socorrer-me da profissão de fé religiosa de Junqueiro, na primeira parte da mesma *Velhice*, profissão lida já: «Creio que Deus é eterno e a alma imortal»...

Basta-me a nota final da *Morte de Dom João*, obra anterior à *Velhice*, em que Poeta declara:

— Depois da negação, a afirmação. Depois de ter destruído o mal... é necessário afirmar a justiça, encarnada em duas figuras sublimes — *Cristo e Prometeu*.

É por essa altura que concebe o *Prometeu Libertado*, de que fez o esboço, não concluído, esboço entregue a Luís de Magalhães pouco antes de morrer, por Luís de Magalhães prefaciado e publicado em hora postuma.

No *Prometeu* cuido ver a figura símbolo da sua geração — racionalista e blasfema. Prometeu, o racionalista, o blasfemo, arrepende-se das suas construções metafísicas; renega as suas heresias; confessa os seus erros.

«Chora, trágicamente. Cristo aparece-lhe, no transe aflitivo. Cristo conforta-o, absolve-o, redime-o. E Prometeu diz, convertido ao Cristianismo:

— Só agora sou livre. Foi Cristo que me libertou!

Em 1895, isto é, 28 anos antes da morte corporal, escrevia o esboço do poema *O Caminho do Céu*, esboço prefaciado e publicado, depois da morte do Poeta, por João Grave. Nesta obra incompleta, o Peregrino, outro Parsifal, outro *Louco Puro*, corre mundos. Empunha uma espada que pesa montanhas. Decapita monstros, aos golpes do seu gládio, entre eles a serpente da negação. Alcança o São Graal.

Atinge o Céu. Ajoelha. Reza. Chora. Então, aparece lhe Cristo, que lhe diz:

— Ama infinitamente, na infinita Dor, e chegarás a Deus, a glória Eterna!

Sempre o Amor! Sempre Cristo! Sempre Deus!

Aqui e além intercala, nestas exaltações místicas, novas imprecações sacrílegas? Não discuto essas e outras contradições ou soluções de continuidade na trajectória do seu misticismo — como não discuto o tão discutido problema da conversão do Poeta ao catolicismo, na hora última.

Em face de tais contradições, relâmpagos que não ofuscam o Sol, lembro-me de que não há amor sem arrufos. Como não há lume que leve a indiferença à fervura. É pelos arrufos que o amor se confessa em voz alta. E lembro-me, acima de tudo, da deliciosa surdina de S.^{ta} Cecília, que se ergue, em seu doce arroubo, dentre as apostrofes satânicas de *Velhice do Padre Eterno*:

Minha mãe, minha mãe! ai que saudade imensa,
Do tempo em que ajoelhava, orando, ao pê de ti.
Caía mansa a noite; e andorinhas aos pares,
Cruzavam-se voando em torno dos seus lares,
Suspensas do beiral da casa onde eu nasci.

.
E, mãos postas, ao pé do altar do teu regaço,
Vendo a lua subir, muda, alumando o espaço,
Eu balbuciava a minha infantil oração,
Pedindo aos Deus que está no azul do firmamento,
Que mandasse um alívio a cada sofrimento,
Que mandasse uma estrela a cada escuridão...

E o que é a *Pátria* senão o mais veemente, o mais angustioso, o mais colérico grito de amor a bem da Terra Portuguesa — que o Poeta considerava vilipendiada pelo desamor de portugueses?

Não discuto se foi justo ou injusto para o Rei Dom Carlos, para os servidores da Monarquia, visados pelas flechas incandescentes da sua ira. Não discuto o seu arrependimento

por alguns dos dardos despedidos contra Dom Carlos — e suprimidos na última edição da *Pátria*, revista por seu punho.

Olho apenas a isto: — na exaltação do seu amor pela Terra Portuguesa, considerando-a perdida por maus servidores monárquicos, diz, na *Pátria*:

— Viva a República, é hoje sinónimo de viva Portugal!

Rolam anos. Implanta-se a República. Muitos dos servidores do novo regime não dão à Terra Portuguesa metade do que lhe haviam prometido; nada do que o sonho de amor de Junqueiro lhe queria dar.

E ele açoita os republicanos, seus correligionários, mais cruel do que nos açoites aos monárquicos, seus adversários.

Estou a vê-lo, brandindo o látigo. Convidara-nos, a minha mulher e a mim, para um passeio, com a Senhora Dona Filomena, ao mosteiro de S. Bento da Porta Aberta, nos contrafortes da Serra do Gerez. Chegamos. As duas senhoras entraram no templo. Nós, os varões, demoramo-nos em passeio no adro circunjacente.

Junqueiro passeava, falando do novo regime. E entra a exautorar os maus republicanos. E rompe em imprecações contra a falência dos maus governantes da República. Jeová não troou mais colérico ao expulsar do Paraíso os infiéis depositários. Eu tinha a impressão dum gigante, naquele cenário gigantesco, a clamar uma nova *Pátria*, mais irosa do que a primeira, nesta, o *Doido*, o mesmo, Portugal; mas, em vez do Rei, do Astrolabus, do Magnus, a passearem na cena grandes e pequenos magistrados da República, humilhados sob a exautoração.

E ele, o sacrílego da *Velhice do Padre Eterno*, o republicano militante da Propaganda, publicada, pela República, a *Lei da Separação da Igreja e do Estado*, lança contra ela esta excomunhão maior, maior do que a de todos os bispos em pé de guerra:

— Tem garras! É uma lei que desconhece Deus! É uma lei satânica!

O que é isto, esta cólera, senão amor, amor profundo, voltado do avesso — sobrepondo à bandeira do seu Partido, a lógica da sua Dignidade!

São horas. Vou terminar. Terminei esboçando a esfu-minho o nobre perfil de Junqueiro Lavrador — indispensável à boa interpretação de Junqueiro Trasmontano, mesmo à de Junqueiro Amoroso, até à de Junqueiro Poeta, até à de Junqueiro Religioso.

Já sabemos que é trasmontano, do planalto alcandorado nas cumieiras da Riba-Douro — «um caso típico de geografia humana», na designação do sábio Naturalista Prof. Bettencourt Ferreira.

Ora, não há trasmontano, ou beirão, do planalto riba-duriense, que não ame a cepa como a si mesmo e a vinha sobre todas as coisas.

Desta sorte, Junqueiro, inclito riba-duriense, simbiose espiritual de dons eminentes, se não fosse lavrador, mas lavrador à altura desses dons, estaria em discordância consigo e com o berço.

Faz-se lavrador na hora agitada — hora de febre, expectativa, esperança e fé — da cruzada homérica da reconquista: — no transe em que todo o desfiladeiro da Riba-Douro, cortado a meio pelo rio de «mau navegar», se encontrava assolado, desbaratado pela invasão da filoxera.

Hora cruciante de santa cruzada, as quintas mortas pela invasão, centenas de quilómetros quadrados de «mortórios», começam a repovoar-se, ao esforço hercúleo da reconquista — repovoam-se de cepas, que restauram a aleluia primaveril dos vinhedos, que renovam a ressurreição outonal das vindimas.

Junqueiro adquire, comprando-as — não as herdou, não senhor! — as colinas concelhias da *Batoca*, separadas das colinas fronteiras, as da Barca de Alva, além Douro, pelo fosso profundo do rio.

Aquilo, a essa data, era o cáos, antes do verbo ser — escarpas à ilharga de escarpas; morros às cavaleiras de morros; penhascos às turras em penhascos; abandono, con-

vulsão, tragédia, horror: — «terra ingrata onde a urze a custo desabrocha»; cratera formidável, de dentuça arreganhada para o céu.

Estou a ver o Lavrador, Lavrador e Caudilho, Caudilho e Poeta, o senhor Poeta, capitaneando as «ranchadas» de titans, que, em linha de batalha, acometem o belo horrível — para a obra gigantesca, para o novo Génesis, o novo Jeová, então de bigode, não de barbas.

É verdade. As barbas, não à Tolstoi, à Lavrador, cresceram-lhe muito posteriormente, em era de longa doença, curtida na *Batoca*, onde Figaro não descia.

No comando dos titans, estoira penhascos, severas torres de bronze. Rasga o ventre das colinas, a ferro e dinamite. Arroteia as encostas bravias, «de caras acima», dos fundos para as altitudes. Pulveriza pedras, o pão da cepa de amanhã — da cepa que come pedra e bebe fogo, segundo o ditado do Lavrador. E logo, nos flancos estirpados das colinas, assenta socalcos. Sobrepõe escadórios. Levanta anfiteatros — os socalcos que são os baluartes do bacelo americano contra a filoxera invasora; os escadórios que são os altares onde o bacelo estrangeiro se consorcia com a videira patricia; os anfiteatros que são os presépios em que as donas patrícias vão ser mães — mães do vinho rei, o que, sob o cognome de *Port Wine*, tem velhos e novos mundos por vassalos. Assim, o que ontem era abandono, convulsão, tragédia, esterilidade, horror, transfigura-se, por força do trabalho titânico, à lava daquele Sol tropical, em ordem, equilíbrio, paz, beleza, vida — na grandiosidade do anfiteatro, donas e donzelas a assistirem à luta épica do homem pigmeu com os gigantes da Natureza.

Obra de heroísmo, de sacrifício e abnegação — a construção desses baluartes, desses altares, desses presépios, exige o consumo de cinquenta, sessenta, setenta libras, ouro, por milheiro de cepas. O nosso Lavrador, na *Batoca*, deu cama, mesa e assistência condigna a cento e quarenta mil cepas, a cento e quarenta mil parturientes. E, imaginem V. Ex.^{as} a desproporção! — a grandiosa maternidade não dá

à luz, em cada ano, coisa que se pareça com cem pipas de mosto! A ruína-dourada!

Por isso eu digo que, para ser Lavrador na Riba-Douro, é preciso ser poeta ou louco — o poeta, não olha à ruína, ensimesmado nas fugas do sonho e da glória; o louco, confunde moinhos de vento com tunéis de ouro — ouro têm eles, mas quanto ouro custam?! — e nem o asno de Sancho Pança o subtrai ao abismo!

Junqueiro Lavrador nem ali, no campo da lide, esquece Junqueiro Poeta, nem sequer na composição e ritmo dos socalcos — parelhas de alexandrinos, escritas a ferro e fogo no flanco dos pendores. Ali vai, de estação a estação, em busca do pólen e do mel da sua colmeia — ali laborando muitas das suas páginas, alguns dos seus poemas. Estou em crer que foi aquele cenário apocalíptico, cenário «para profeta ou bandido», como ele diz, que lhe forneceu a luz e a sombra da grande visão simbólica do *Doido*, na *Pátria* — espetro do Portugal Alto-Douro, outrora poderoso e opulento, após a cruzada homérica da reconquista relaxado, pelos governos, aos colmilhos da Fraude e da Usura: — «gigante roto, cadavérico, longas barbas esqueléticas, olhos profundos de alucinado».

Mas Junqueiro Lavrador não esquece Junqueiro Religioso: — a sua «natureza religiosa e metafísica», como ele acentua, exalta-se naquelas naves de Catedral, cresce de inquietação mística, ergue-se «à visão da glória celeste, à esperança do Dia Eterno, do Amor Eterno».

Mas Junqueiro Lavrador não esquece Junqueiro Amadoro. Amorosamente, semana a semana, mês a mês, ciclo a ciclo, multiplica-se nos mil e um sacrifícios do culto da vinha — de que é sacerdote, cura da sua freguesia. Se não cura de almas, cura de corpos, sacrários de almas — promovendo, por novas combinações químicas, a cura de antigas e novas moléstias. Ele o publica, proclamando: — «o homem tem de ligar-se ao solo num bloco para produzir vida».

Sim, senhor: — o filho de Trás-os-Montes, no regaço materno da montanha, à candeia da estrela de alva, apren-

dera a rezar, com a sua infantil oração, todos os mistérios do rosário da Vida — em que os Padre-Nossos se declinam pelo presente do indicativo do verbo Amar.

Depois, sempre e acima de tudo amoroso, reza o seu rosário, cantando Deus, Amor sublime; cantando os *Simples*, Amor humilde; cantando o Pão, cantando a Luz — fontes vitalícias de Amor. E nem no amanho das colinas de bronze, o amoroso esquece a graça da sua Musa, o viático da sua Filomena — cantando-a nestas rimas de epopeia, canto de águia, que eu dou por fecho, chave de ouro, a este cantochão de romeiro:

És tu quem me conduz, és tu quem me alumia.
Para mim não desponta a aurora, não é dia,
Se não vejo os dois sois azuis do teu olhar.
Deixei-te, há pouco mais de um mês — mês secular.
E nessa noite imensa, ha, digo-te a verdade!
Dominou-me sempre o luar da saudade.
E nestes montes por onde eu tenho andado,
Trágicos vagalhões dum mar petrificado,
Sempre adiante de mim, dentre a aridez selvagem,
Vejo, como um lírio branco, erguer-se a tua imagem!

Porto. «Conventinho de Contumil».

SOUSA COSTA

CORRECTION D'UNE ERREUR SYSTÉMA-
TIQUE AFFECTANT LES DENSITÉS STEL-
LAIRES DANS L'ESPACE CALCULÉES
PAR UNE MÉTHODE NUMÉRIQUE

1. -- Lorsque l'on veut déterminer les densités stellaires dans une région de l'espace, on procède généralement de la manière suivante: on prend un cliché photographique de la région étudiée puis, sur ce cliché, on compte les nombres d'étoiles, par degré carré, plus brillantes que les magnitudes apparentes $m, m + 1, m + 2, \dots$, c'est-à-dire les nombres $N(m), N(m + 1), N(m + 2), \dots$.

Si $A(m) dm$ représente le nombre d'étoiles, par degré carré, de magnitude apparente comprise entre $m - \frac{1}{2} dm$ et $m + \frac{1}{2} dm$, les nombres $A(m)$ sont liés aux $N(m)$ par les relations

$$A(m) = \frac{d N(m)}{dm} (m = m, m + 1, m + 2, \dots) \quad (1)$$

De la connaissance de ces nombres $A(m)$, on essaie alors de déduire les valeurs de la densité $D(r)$ aux différentes distances r du soleil, en ayant recours à la formule bien connue

$$A(m) = \int_0^{\infty} \omega r^2 D(r) \varphi(m + 5 - 5 \log r) dr. \quad (2)$$

ω est l'angle solide du cône d'observation, qui a pour valeur

$$\omega = \frac{4 \pi}{41.253}, \quad (3)$$

tandis que $\varphi(M)$, où M est la magnitude absolue

$$M = m + 5 - 5 \log r, \quad (4)$$

représente la fonction des luminosités, supposée connue.

Pour résoudre l'équation intégrale (2), on utilise souvent une méthode numérique, car les méthodes numériques sont plus souples que les méthodes analytiques. On décrit, autour du soleil comme centre, une série de sphères dont les rayons ont des logarithmes en progression arithmétique de raison égale à 0,2 et on considère les portions de ces sphères correspondant à l'angle solide ω . On ramène alors l'équation intégrale (2) à la forme

$$A(m) = \sum V D \varphi(M), \quad (5)$$

où V représente le volume d'une couche comprise entre deux sphères consécutives et D la densité moyenne de cette couche. En résolvant le système d'équations (5), on obtient les densités moyennes des différentes couches.

Soit D_i la densité moyenne ainsi déterminée de la couche i caractérisée par un $\log r$ moyen égal à $\log r_i$. On admet généralement que cette densité moyenne D_i représente la valeur $D(r_i)$ de la densité à la distance r_i , mais on commet ainsi une erreur systématique qui, dans bien des cas, n'est nullement négligeable.

Le but de cette note est de calculer la correction δ qu'il faut appliquer à $\log D_i$ pour avoir la valeur de $\log D(r_i)$. Nous considérerons d'abord le cas simple où les densités suivent la loi de Seeliger, puis nous passerons aisément, de là, au cas général où les densités varient d'une manière quelconque.

2. — Supposons donc, en premier lieu, que les densités obéissent à la loi de Seeliger

$$D(r) = \gamma r^{-s}, \quad (6)$$

où γ et s sont des constantes.

Considérons la couche correspondant au $\log r$ moyen $\log r_i$, c'est-à-dire la couche comprise entre les sphères

dont les rayons extrêmes r_1 et r_2 sont donnés par les relations

$$\begin{aligned}\log r_1 &= \log r_i - 0,1, \\ \log r_2 &= \log r_i + 0,1,\end{aligned}\tag{7}$$

ou par les relations équivalentes

$$\begin{aligned}r_1 &= r_i \cdot 10^{-0,1}, \\ r_2 &= r_i \cdot 10^{0,1}.\end{aligned}\tag{8}$$

Le volume V_i de cette couche a pour expression

$$\begin{aligned}V_i &= \int_{r_1}^{r_2} \omega r^2 dr \\ &= \frac{\omega}{3} r_i^3 \cdot 10^{-0,3} (10^{0,6} - 1).\end{aligned}\tag{9}$$

On en déduit, en se rappelant la valeur (3) de ω ,

$$\log V_i = \bar{4}, 181 + 3 \log r_i.\tag{10}$$

Le logarithme du volume des couches augmente donc de la quantité constante 0,6 quand on passe d'une couche à la suivante.

Désignons par D_i la densité moyenne de la couche considérée. La valeur de D_i est égale, par définition, à

$$\begin{aligned}D_i &= \frac{\int_{r_1}^{r_2} \omega r^2 D(r) dr}{\int_{r_1}^{r_2} \omega r^2 dr} \\ &= \frac{\int_{r_1}^{r_2} \omega \gamma r^{2-s} dr}{V_i}.\end{aligned}\tag{11}$$

Remplaçant dans (11) V_i par sa valeur (9), on obtient, en tenant compte de (8),

$$D_i = \gamma \frac{3}{3-s} r_i^{-s} \frac{10^{0,2(3-s)} - 1}{10^{0,6} - 1} 10^{0,1s}. \quad (12)$$

D'autre part, la densité à la distance r_i est, d'après (6),

$$D(r_i) = \gamma r_i^{-s}. \quad (13)$$

De (12) et (13), on déduit:

$$\frac{D(r_i)}{D_i} = \frac{3-s}{3} \frac{10^{0,6} - 1}{10^{0,2(3-s)} - 1} 10^{-0,1s}. \quad (14)$$

Il s'ensuit que

$$\log D(r_i) = \log D_i + \delta, \quad (15)$$

en posant

$$\delta = \log \frac{(3-s)(10^{0,6} - 1) 10^{-0,1s}}{3 [10^{0,2(3-s)} - 1]}. \quad (16)$$

La table I donne les valeurs de δ en fonction de s . On voit que la correction n'est généralement pas négligeable; elle n'est nulle que pour $s = 0$, ce qui correspond au cas où la densité est constante.

On peut entrer dans la table I, soit avec la valeur de s , soit avec la valeur correspondante de

$$\beta = 0,2(3-s). \quad (17)$$

TABLE I
INTERVALLES D'UNE MAGNITUDE

$$\log D (r_i) = \log D_i + \delta$$

Valeurs de δ en fonction de s ou de $\beta = 0,2 (3 - s) =$
 $= \frac{1}{2} \left[\log (VD)_{i+1} - \log (VD)_{i-1} \right]$

β	s	δ	β	s	δ	β	s	δ
0,90	- 1,5	- 0,041	0,60	0,0	0,000	0,30	1,5	0,025
0,88	- 1,4	- 0,038	0,58	0,1	0,002	0,28	1,6	0,026
0,86	- 1,3	- 0,035	0,56	0,2	0,004	0,26	1,7	0,027
0,84	- 1,2	- 0,032	0,54	0,3	0,006	0,24	1,8	0,028
0,82	- 1,1	- 0,029	0,52	0,4	0,008	0,22	1,9	0,029
0,80	- 1,0	- 0,026	0,50	0,5	0,010	0,20	2,0	0,030
0,78	- 0,9	- 0,023	0,48	0,6	0,012	0,18	2,1	0,031
0,76	- 0,8	- 0,020	0,46	0,7	0,014	0,16	2,2	0,032
0,74	- 0,7	- 0,017	0,44	0,8	0,016	0,14	2,3	0,032
0,72	- 0,6	- 0,015	0,42	0,9	0,017	0,12	2,4	0,033
0,70	- 0,5	- 0,012	0,40	1,0	0,019	0,10	2,5	0,033
0,68	- 0,4	- 0,009	0,38	1,1	0,020	0,08	2,6	0,033
0,66	- 0,3	- 0,007	0,36	1,2	0,022	0,06	2,7	0,034
0,64	- 0,2	- 0,005	0,34	1,3	0,023	0,04	2,8	0,034
0,62	- 0,1	- 0,002	0,32	1,4	0,024	0,02	2,9	0,034

Il est facile de se rendre compte de la signification de β . Des expressions (9) et (12) de V_i et D_i , on déduit aisément, en représentant par $(VD)_i$ le produit $V_i D_i$,

$$\frac{d \log (VD)_i}{d \log r_i} = 3 - s = \text{Cte} \quad (18)$$

Il résulte de (17) que

$$\beta = \frac{1}{5} \frac{d \log (VD)_i}{d \log r_i} \quad (19)$$

β est donc la quantité constante dont augmente le $\log (VD)_i$ d'une couche i quand on passe à la couche suivante $i + 1$ caractérisée par un $\log r$ moyen

$$\log r_{i+1} = \log r_i + 0,2. \quad (20)$$

On peut d'ailleurs le vérifier directement en calculant V_{i+1} et D_{i+1} par (9) et (12), où l'on remplace r_i par r_{i+1} .

3. — Passons maintenant au cas où les densités varient d'une manière quelconque. Comme les densités ne s'écartent que progressivement de la loi de Seeliger, nous pouvons admettre qu'elles suivent, dans chaque couche, une loi analogue à (6), γ et s étant susceptibles de varier d'une couche à l'autre.

En vertu de (16), la correction δ relative à une couche quelconque i est indépendante de γ et ne dépend que de s ou, par (17), de β , qui cesse maintenant d'être une constante. Pour chaque couche i , on entrera donc dans la table I avec la valeur correspondante de β tirée de (19). Cette valeur de β sera déterminée, soit par une méthode graphique, soit par le calcul; on pourra généralement se contenter d'adopter la valeur suffisamment approchée

$$\beta = \frac{1}{2} [\log (VD)_{i+1} - \log (VD)_{i-1}]. \quad (21)$$

4. — Quand on étudie la distribution des étoiles de type spectral connu, on donne souvent les valeurs observées $N(m)$, $N(m + 0,5)$, $N(m + 1)$, $N(m + 1,5)$... c'est-à-dire que l'on fait varier m par intervalles d'une demi-magnitude au lieu d'une magnitude. On considère alors des couches comprises entre des sphères dont les logarithmes des rayons forment une progression arithmétique de raison 0,1 au lieu de 0,2.

Le volume V_i de la couche caractérisée par un $\log r$ moyen égal à $\log r_i$ devient

$$V_i = \frac{\omega}{3} r_i^3 10^{-0,15} (10^{0,3} - 1), \quad (22)$$

ce qui entraîne

$$\log V_i = \bar{5},855 + 3 \log r_i. \quad (23)$$

Le logarithme du volume d'une couche augmente donc maintenant de 0,3 quand on passe à la couche suivante.

En raisonnant comme au N° 2, on obtient finalement, pour δ , l'expression

$$\delta = \log \frac{(3 - s) (10^{0,3} - 1) 10^{-0,05 s}}{3 [10^{0,1(3-s)} - 1]} \quad (24)$$

La table II donne les valeurs de δ en fonction de s ou de β . Pour une même valeur de s ou de β , la correction δ est quatre fois plus petite environ que dans le cas des intervalles d'une magnitude.

TABLE II

INTERVALES D'UNE DEMI-MAGNITUDE

$$\log D (r_i) = \log D_i + \delta.$$

Valeurs de δ en fonction de s ou de $\beta = 0,2 (3 - s) =$
 $= \log (VD)_{i+1} - \log (VD)_{i-1}$

β	s	δ	β	s	δ	β	s	δ
0,90	-1,5	-0,011	0,60	0,0	0,000	0,30	1,5	0,006
0,88	-1,4	-0,010	0,58	0,1	0,001	0,28	1,6	0,007
0,86	-1,3	-0,009	0,56	0,2	0,001	0,26	1,7	0,007
0,84	-1,2	-0,008	0,54	0,3	0,002	0,24	1,8	0,007
0,82	-1,1	-0,007	0,52	0,4	0,002	0,22	1,9	0,007
0,80	-1,0	-0,007	0,50	0,5	0,003	0,20	2,0	0,008
0,78	-0,9	-0,006	0,48	0,6	0,003	0,18	2,1	0,008
0,76	-0,8	-0,005	0,46	0,7	0,004	0,16	2,2	0,008
0,74	-0,7	-0,004	0,44	0,8	0,004	0,14	2,3	0,008
0,72	-0,6	-0,004	0,42	0,9	0,004	0,12	2,4	0,008
0,70	-0,5	-0,003	0,40	1,0	0,005	0,10	2,5	0,008
0,68	-0,4	-0,002	0,38	1,1	0,005	0,08	2,6	0,008
0,66	-0,3	-0,002	0,36	1,2	0,005	0,06	2,7	0,009
0,64	-0,2	-0,001	0,34	1,3	0,006	0,04	2,8	0,009
0,62	-0,1	-0,001	0,32	1,4	0,006	0,02	2,9	0,009

Il est à remarquer que nous continuons à définir β par les formules (17) et (19). Par suite, β représente, maintenant, le double de la quantité constante dont augmente le $\log (DV)_i$ d'une couche i quand on passe à la couche suivante $i + 1$ caractérisée par un $\log r$ moyen

$$\log r_{i+1} = \log r_i + 0,1. \quad (25)$$

Lorsque les densités ne suivent pas la loi de Seeliger, on entrera dans la table II, pour chaque couche i , avec la valeur correspondante de β donnée, cette fois, par la formule approchée

$$\beta = \log (VD)_{i+1} - \log (VD)_{i-1}. \quad (26)$$

5. — Résumons, pour terminer, la façon d'utiliser la méthode précédente; nous supposons que les valeurs de $\log (VD)_i$ relatives aux différentes couches i ont été déterminées, au préalable, par une méthode numérique quelconque.

Examinons d'abord le cas des intervalles d'une magnitude. Du $\log (VD)_i$ de chaque couche i , nous retranchons le $\log V_i$ correspondant tiré de (10) et nous obtenons ainsi les $\log D_i$. Pour chaque couche i , nous calculons ensuite la valeur correspondante de β par la formule (21), puis nous entrons dans la table I avec cette valeur de β et nous en déduisons la correction δ qu'il faut appliquer à $\log D_i$ pour avoir $\log D(r_i)$.

Quand les intervalles sont d'une demi-magnitude, on opère de la même façon, sauf que les $\log V_i$ sont, cette fois, calculés au moyen de la formule (23) et les corrections δ extraites de la table II, où l'argument est la valeur (26) de β .

Observatoire Royal de Belgique, Mars 1949.

J. WARZEE

ENSINO AGRÍCOLA EM ANGOLA

A ESCOLA AGRO-PECUÁRIA
DR. FRANCISCO VIEIRA MACHADO (1)

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Muitas vezes tive ocasião de assistir, nas salas desta velha e gloriosa sociedade, a conferências de homens de valor nas ciências, nas letras e nas artes. Não calculava que chegaria a ocasião de, por minha vez, vir aqui proferir umas palavras e que arcaria com a responsabilidade de fazer. E, todavia, sem ter a veleidade de pôr em confronto as minhas pobres qualidades com as daqueles que por aqui têm passado, espero, ao menos, contribuir um pouco para o conhecimento de um dos assuntos que maior importância tem para o nosso império colonial: refiro-me ao ensino agrícola recém-estabelecido em Angola, e ao que tive ocasião de aprender durante a permanência de seis anos e meses no sul daquela admirável terra portuguesa.

Durante esta nossa ausência levou a morte alguns dos sócios deste Instituto. As minhas primeiras palavras são de homenagem respeitosa à memória daqueles que nos deixaram. E essa homenagem condenso-a, recordando saudosamente os nomes ilustres do nosso antigo presidente, o sábio Prof. Doutor Francisco Miranda da Costa Lobo, a cuja extraordinária actividade Coimbra tanto deve, do Prof. Doutor João Duarte de Oliveira, homem de bem e carácter íntegro que foi Reitor da Universidade, do General António Gomes de Sousa, inesquecível figura de militar, tanto pela sua

(1) Conferência pronunciada no dia 30 de Junho de 1949, na sede de O Instituto, sob a presidência do Ex.^{mo} Prof. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.

ilustração como pelas virtudes cívicas. Rememorando a convivência que tive com homens deste alto valor moral e intelectual, a amizade com que me distinguiram, os ensinamentos que deles recebi, presto igualmente a minha homenagem a todos aqueles que já não vivem, mas que deixaram atrás de si o rasto brilhante da sua passagem por este Instituto.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Ouviu já esta cidade de Coimbra conferências sobre Angola. Sobre ela falaram os malogrados Prof. Doutor Luiz Carriço e Dr. Torres Garcia, o venerando Reitor desta Universidade Doutor Maximino Correia, e o ilustre governador geral de Angola, Comandante Álvaro Morna; mais motivos seriam estes para não me atrever, depois de isso, a vir aqui. Mas Angola é tão grande que nunca é demais falar nela. E hoje o assunto de que me quero ocupar é apenas o do ensino agrícola que foi estabelecido no Sul de Angola.

O sul de Angola... Toda essa região que se estende desde o litoral atlântico até às remotas paragens do Cuan-gar, no qual encontramos a par da magnífica e luxuriante serra da Chela, o deserto de Namib com as suas miragens alucinantes, solar único da admirável welwitschia; que tem, entre os seus povos o cuanhama altivo, o mucubal pastor e o mucancala medroso e arredio; no qual se encontram cidades florescentes como Sá da Bandeira e Moçâmedes, com a sua densa população branca, vilas risonhas como a Humpata, a Chibia e Caconda, contrastando com as regiões ricas de caça do Vicuari, da Mupa, da Donguena e Calueque; que dispõe dos terrenos férteis do Pocolo e do Mulondo, a par das dunas estéreis do litoral; e em que encontramos ora rios majestosos como o Cunene e o Cubango, ora cursos de água que só na estação das chuvas se enchem.

Falar no Sul de Angola seria rememorar a acção notável de um Artur de Paiva no fim do século passado, percorrendo num carro boer vastas regiões que cuidadosamente

observou e estudou, seria recordar em comovido silêncio os mortos do Vau do Pembe, ou os dias gloriosos do Cuamato, o trabalho admirável de João de Almeida, a servidão e grandeza dos anos de 1914 e 1915, o combate da Môngua e por fim, a consolidação da soberania portuguesa na NGiva.

Seria prestar homenagem à obra de civilização que devemos a missionários como os padres Barroso e Antunes, Leconte e Bonnefoux — citando apenas alguns dos que já não vivem — que levaram a palavra de Cristo até às mais longínquas paragens dessa região três vezes maior do que a Metrópole.

E, seria ainda lembrar o trabalho científico de Welwitsch e José de Anchieta que há quase um século estudaram a flora e a fauna, os trabalhos mais recentes de Gossweiller, de Carriço e Mendonça, de Nascimento e de Mouta, a construção do caminho de ferro da Chela, obra notável que se deve aos nossos engenheiros, a abertura de estradas feita pelos funcionários administrativos, etc.

À força de vontade, aos sofrimentos de tantos portugueses, muitos do nosso tempo, devemos nós o podermos percorrer toda a vastíssima extensão do território de Angola com a mesma segurança e despreocupação com que andamos na Metrópole, de podermos contar com a mão de obra indígena, sem necessidade de meios coercivos, para auxiliar o muito que há a fazer para o progresso da Colónia, para o seu desenvolvimento industrial e agrícola.

Mas, não nos refiramos apenas ao sul de Angola — tendência, aliás, natural da nossa parte, por ser esta a região onde estivemos — pois que, de facto, a acção civilizadora portuguesa fez-se sentir em toda a parte onde outrora chegou a bandeira das quinas. Essa acção reconhecem-na os estrangeiros com maior entusiasmo, por vezes, que os portugueses.

Publicou-se há pouco na Bélgica um trabalho sobre Angola que merece ser conhecido e divulgado entre nós. A permanência do seu autor — o engenheiro Gabriel Lefèbvre — naquela terra tão portuguesa, permitiu-lhe

observar e compreender o que representa a nossa obra colonizadora. Não podendo reproduzir todas as passagens que a ela se referem, limitar-nos-emos a algumas que traduzem de forma evidente a admiração que lhe merece a nossa acção. Diz o escritor:

«Telle est cette colonie de l'Angola, la première colonie européenne d'Afrique qui ait été véritablement colonisée, et dont les expériences successives ont servi de leçon et de modèle pour toutes les formes modernes de politique coloniale.

«Sa conquête, son organisation, son administration, son évolution et sa mise en valeur vers un développement économique complet et bien équilibré (social, commercial, agricole et industriel) furent, dans l'ensemble, lents mais paisibles, malgré des périodes malheureuses, parfois terribles ou difficiles. Son histoire révèle combien le Portugal apporta de sentiment et d'humanité dans son œuvre civilisatrice, combien son souci de christianisation des royaumes indigènes fut profond, combien cette œuvre fut grande, héroïque.

...«Créateur d'empires», certes, le Portugal le fut, et depuis le xv.^e siècle, et il fut le premier en date des peuples colonisateurs. Que serait le monde d'aujourd'hui si le Portugal avait compté dix millions d'habitants en l'an 1500 au lieu de un million et demi? L'hégémonie mondiale ne serait-elle pas lusitanienne, donc latine? Restreignons le champ de notre supposition et demandons-nous quel serait le monde religieux d'aujourd'hui si le Portugal n'avait pas, depuis le début de son expansion, guerroyé pour la foi chrétienne, pour le catholicisme, si le Portugal s'était contenté simplement d'assurer sa domination politique et commerciale?

«Tous les autres peuples ont quelque chose à apprendre des Portugais. Ils leur sont redevables d'un apport

de civilisation et d'humanité, de connaissances nautiques et géographiques. Premier peuple colonisateur, il le fut, certes, et de cent coudées au-dessus des autres! Son histoire constitue la plus magnifique des épopées. Son œuvre colonisatrice lui fait honneur.

«En ce qui concerne l'action colonisatrice portugaise, elle ne connaît aucun problème angoissant ni en Angola, ni dans tout l'Empire, quant aux populations indigènes ou aux groupes colonisateurs. Le secret de l'action portugaise réside dans le fait qu'on s'est penché ici avec sollicitude, plus que chez les autres peuples, vers l'indigène, on s'est fait aimer en le rapprochant de soi et on a su lui apprendre la langue portugaise».

Feita esta referência, creio ser tempo de entrar no assunto principal desta palestra.

SENHOR PRESIDENTE E MEUS SENHORES

Foi em 1938, por ocasião da visita do Venerando Chefe do Estado a Angola, que se publicou o Decreto n.º 29:244, criando a Escola Agro-Pecuária e, com ela, o ensino agrícola médio e elementar na Colónia.

Decorreu um espaço de tempo grande entre a promulgação do decreto e o início das obras de construção; de facto, só em 1942 estas começaram.

Escolheu-se o Tchivinguiro para sede da Escola: a 40 quilómetros de Sá da Bandeira, capital da Huila, a cerca de uma légua da missão católica que existe desde 1892, ela completa um triângulo cujos restantes vértices são ocupados pela Estação Agrícola da Humpata e pela Estação Zootécnica do Sul.

O que mais valoriza a escolha feita, é o facto de a Escola dispor de terrenos que se estendem do Tchivinguiro, a 1.700 m. de altitude até à propriedade do Bruco a 700 m.; e entre estes dois núcleos encontra-se uma outra proprie-

dade — o Chão da Chela — a 1.100 m. de altitude, protegida por duas falésias da Serra. A distância que separa a sede da Escola do Bruco é de cerca de 19 quilómetros, seguindo o caminho tradicional dos antigos colonos, que tem o interesse histórico de ser o que Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens percorreram na primeira parte da sua admirável viagem de Angola à contracosta. Trajecto de uma grande beleza, mas violento pelas rampas que se tem de vencer. Percorrêmo-lo várias vezes e podemos dizer que verificamos a realidade da descrição que dele fazem os dois notáveis viajantes no seu relatório.

A estrada de ligação que, com os meios de que dispunhamos, se está a abrir, permite que dentro em breve o trajecto se possa fazer de automóvel.

Embora a distância entre as propriedades seja curta, é grande a diferença quanto ao clima. A média de temperatura anual do triénio 1945-1947 foi de 17°,4 no Tchivinguiro, no Chão de Chela de 21°,4 e no Bruco de 23°,9. Enquanto a temperatura na relva chegou a baixar no Tchivinguiro a —9°,1, no Chão da Chela e no Bruco os valores mais baixos registados foram, respectivamente, de 4°,8 e 5°,3.

Os números que apresentamos são suficientemente elucidativos.

Mercê destas condições, podem fazer-se na área da Escola todas as culturas desde as das regiões temperadas, até às das regiões tropicais, e o Chão de Chela é o solar do magnífico café conhecido por café Chela.

Faculta-se assim aos alunos o estudo da agricultura geral, no mais amplo significado do termo.

Em Setembro do 1942 assistiu a população do Lubango à cerimónia do lançamento da primeira pedra do edifício principal da Escola, projecto do architecto Vasco Regaleira, começando as obras, efectuadas por empreitada pela firma V. Guimarães & C.^a Os trabalhos de construção duraram mais de 5 anos, através das dificuldades provenientes da segunda guerra mundial.

Durante esse período, instalaram-se campos experimentais, regularizou-se o regime de águas, ordenaram-se culturas, estabeleceram-se novos pomares, modificaram-se antigos, aproveitando-se tudo o que havia de bom na propriedade, abriram-se novos arruamentos, instalou-se uma central eléctrica e de elevação de águas, estabeleceram-se três postos meteorológicos que funcionam desde 1944, e organizou-se a parte cultural nos núcleos da Escola que se encontram serra abaixo, no Chão da Chela e no Bruco.

Durante este período de tempo foi a Escola muito visitada: os ministros das Colónias Dr. Vieira Machado e Prof. Marcelo Caetano, os *governadores gerais* Comandantes Álvaro Morna e Lopes Alves e cap. Silva Carvalho, o director dos Serviços Económicos do Congo Belga, os cônsules da França e da Bélgica etc. Recebeu também a Escola a visita de SS. EE. os cardeais D. Manuel Cerejeira e D. Teodósio de Gouveia, dos bispos de Nova Lisboa de Brazzaville, etc. passando a ser ponto obrigatório de visita de todos os que vêm ao Lubango.

Em 1947 estavam prontos o edifício principal, a casa do director, a capela privativa, uma camarata para pessoal e uma pequena residência.

No edifício principal, construção magnífica com 90 metros de frente podem instalar-se 96 alunos em óptimas condições higiénicas. Nele se encontram as camaratas, balneários, salas de aulas e laboratórios, e as salas de recreio e para a associação escolar. No rés-do-chão encontram-se os gabinetes da direcção e dos professores, a biblioteca e o museu. Ainda neste edifício existe uma moradia provisoriamente ocupada por um professor, e acomodações para o professor regente e para um hóspede.

A capela com as suas linhas simples, e as casas construídas dão já um aspecto bonito de conjunto.

Do local onde se encontra o edifício principal disfruta-se uma linda vista sobre os contrafortes da Chela, destacando-se o pico da Banja que ao longe nos surge. O visitante que ali chega tem a impressão de se encontrar numa pro-

priedade da Metrópole... se abstrair do pessoal que vê trabalhar nos campos. O próprio clima temperado não difere do clima de Portugal, e a adaptação do europeu é perfeita.

E assim se chegou ao fim das obras essenciais para a abertura da Escola. No dia 22 de Abril de 1948, na presença da primeira autoridade da Colónia, da maior parte dos técnicos agrícolas da Colónia e de todas as autoridades e muita gente de Sá da Bandeira, realizava-se a sessão solene comemorativa do início do funcionamento do primeiro estabelecimento de ensino agrícola das nossas colónias.

Qual o papel que lhe está destinado? Qual a acção que ela deve vir a ter na vida de Angola? Permitam-me Vossas Excelências que repita nesta sala o que tivemos ocasião de dizer nessa sessão e que, cremos responder a essas perguntas.

Principiámos por recordar algumas palavras proferidas em 22 de Setembro de 1942 pelo então governador-geral de Angola, cap. de mar e guerra Álvaro Morna e pelo professor Sousa Dias.

Disse o ilustre oficial da Armada: «Estou certo de que a Escola do Tchivinguiro vai ter uma larga projecção no futuro de Angola. Vai ela formar almas fortes e viris, capazes de arrostar com todas as dificuldades e triunfarem.

Vai ser uma catedral do ensino secundário, e preparará os homens práticos que saibam tratar da terra e tirar dela as suas riquezas».

E disse o distinto escritor, depois de relembrar a acção dos soldados, dos missionários e dos colonos no desbravamento do sul de Angola: «Ao lançar a pedra fundamental deste edifício, cumpre, por isso, recordar essa gente heróica para que, sob a sua invocação, a nova escola possa erguer-se à luz, no meio destas alterosas montanhas, fadadas para o alto destino de formar gerações que, libertas de tantos males que conduzem ao depauperamento da raça, lhes dêem, pelo contrário, nova seiva e vigor, que a fortaleçam e vitalizem».

Dissemos depois:

«Não duvidamos interpretar o sentir de toda a gente da Huila, manifestando a nossa gratidão ao seu patrono, o Dr. Francisco Vieira Machado, que a fundou e lhe dispensou todo o carinho enquanto ocupou o alto cargo de ministro das Colónias do governo da Nação. Fica o seu nome inscrito na frontaria deste edifício, e fica-lhe Angola devendo uma obra notável nesta província a que dedicou o maior interesse».

E prosseguimos:

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

É fácil fazer a história do ensino agrícola nas colónias portuguesas e em especial em Angola. Ele limitava-se à existência das chamadas escolas agrícola-pecuárias, funcionando junto de alguns estabelecimentos dependentes da Repartição Central dos Serviços Agrícolas e de organismos económicos. Este ensino, destinado a indígenas limitava-se à instrução primária elementar e a ligeiras noções de agricultura prática, e em parte foram já extintas essas escolas. Delas saíram alguns rapazes aproveitáveis para o serviço de capatazia indígena, desde que orientados por práticos brancos.

À Colónia interessava, porém, o ensino mais desenvolvido, reclamava-o a população branca e civilizada, sempre crescente. Tinha de se encarar a sério o problema agudo da educação técnica de muitas centenas de jovens, por vezes vivendo longe dos centros de população importante e a muitos dos quais apenas podia ser — quando o era — ministrada a instrução primária. Tornava-se necessário e urgente elevar o nível de vida de muitos brancos, e o Estado tinha de abordar resolutamente problema de tanta gravidade.

A criação de escolas de ensino técnico — industriais ou agrícolas, conforme as regiões — e nas quais a juventude de Angola possa adquirir os conhecimentos necessários ao

bom exercício de uma profissão, é o primeiro e importantíssimo passo para a resolução do problema. Essas escolas, nas quais o regime de internato estava indicado, terão de ministrar, a par de uma sólida instrução técnica, uma cuidada educação moral e cívica, não descurando também a obrigação de dar aos seus alunos as necessárias condições de higiene.

Coube, neste campo de acção do Estado, a primazia ao Lubango.

Escrevíamos há pouco tempo as palavras que seguem e que, cremos, traduzem a realidade dos factos.

Vive hoje em Angola uma população branca de algumas dezenas de milhares de habitantes. O ensino professado na Colónia é apenas o primário e o liceal. Quanto ao ensino técnico, além do que virá a ser feito nesta Escola, encontra-se em construção a Escola de Artes e Ofícios de Artur de Paiva, em Sá da Bandeira.

Que sucede até hoje? O ensino liceal ministrado com proficiência nos liceus de Luanda e de Sá da Bandeira, tem uma enorme frequência. O ensino particular, em colégios destas duas cidades e ainda das de Nova Lisboa, Benguela, Lobito, Moçamedes, Malange e Silva Porto, é também largamente frequentado. Qual o futuro daqueles que completam o curso liceal? Uma pequena percentagem, muito pequena mesmo, parte para a Metrópole a fim de seguir um curso superior; a maioria porém, acabado o liceu só pode contar com um emprego público, e a aspiração que pode ter é a de ingressar nos quadros Administrativo, da Fazenda ou das Alfândegas. Mas esses quadros pouco futuro lhes podem dar, por nele terem preferência e mais rápido acesso os diplomados com os cursos da Escola Superior Colonial ou do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras. Nessas condições esses rapazes dificilmente poderão passar de funcionários de pequena categoria dos referidos quadros, se neles conseguem ingressar.

Parece-nos por isso que a criação das escolas de ensino técnico, constitui a solução do problema.

A vinda de portugueses para o Ultramar é cada vez mais intensa. Cremos não errar dizendo que a maior parte dos que chegam vem para se fixar. Já lá vai o tempo em que a África era para grande parte dos portugueses da Metrópole, considerada como lugar de febres, de feras e de desterro. Desde o litoral até às mais distantes regiões do interior, encontramos núcleos mais ou menos importantes de população branca, sendo, sobretudo notáveis os das províncias de Benguela e da Huila. Esses núcleos tendem a desenvolver-se mais e mais e é surpreendente para quem chega a cidades como Moçâmedes, Sá da Bandeira ou Nova Lisboa verificar a densidade da população branca.

Ora, esses milhares de famílias se quiserem dar a seus filhos, não dizemos já um curso superior, mas um simples curso técnico, teriam de os mandar à Metrópole; e temos de concordar que a maior parte delas não está em condições económicas que lhes permitam arcar com as despesas daí resultantes.

A criação das duas escolas técnicas a que nos referimos, marca a primeira fase da resolução de um problema de tão grande importância para a mocidade de Angola; por isso merece os maiores louvores quem encarou a sério o assunto.

Quanto a ensino superior, parece-nos ainda muito cedo para nele se pensar; mas, a continuar com o mesmo ritmo a afluência de portugueses e o aumento da população branca, não teremos de esperar muitos anos para que se tenha de encarar também este assunto, de modo a permitir aos que aqui vivem, e cujo amor a Portugal nunca é demais encarecer e elogiar, o darem a seus filhos, sem que deles tenham de se separar, toda a instrução oficial portuguesa, desde a primária até ao superior.

MEUS SENHORES

Todas as grandes realizações têm de contar com os seus partidários, com os seus detractores, e com a massa mais ou

menos importante e de descrentes: isto sucedeu, aliás, com esta Escola. Para que uma obra atinja a sua finalidade é preciso que os primeiros mantenham o fogo sagrado do seu entusiasmo, e que os obstáculos que, porventura, surjam na caminho, sejam vencidos, e então a indiferença de alguns transformar-se-á em colaboração, e a descrença de outros acabará. Quanto aos detractores, não é natural que abandonem de um momento para o outro as suas críticas, quantas vezes infundadas, consciente ou inconscientemente; isso não obsta a que se prossiga com um trabalho julgado bom, e que vai beneficiar um agregado humano.

Assim foi sempre e assim, certamente, continuará a ser.

No capítulo da instrução tem o Estado de dispendir muito dinheiro, sem que dessa despesa resulte um lucro material imediato. Mas esse emprego de capital é, afinal, altamente rendoso, pois traduzir-se-á no futuro por um aumento de riqueza, proveniente do aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, do melhor aproveitamento do solo, do maior rendimento da indústria, e ainda pela possibilidade de nos libertarmos de muitos mercados externos, em conclusão, pela melhoria das condições sociais do país.

Há 20 séculos já Plutarco dizia: «a nobreza vem dos antepassados; as riquezas, podemos perdê-las; a glória é efémera e a beleza precária; a saúde é transitória; o vigor físico não resiste aos anos nem à doença. A instrução é o único bem imperecível.»

Foi o desenvolvimento da instrução que fez as grandes nações da Europa e da América. O orçamento dos serviços que a ela dizem respeito atinge, nos países progressivos, somas elevadíssimas. E se vemos discutir e criticar outras despesas, essa discordância ou crítica é menos vulgar nas que se relacionam com a instrução.

Passou já o tempo em que Pasteur ou Curie estudaram o problema das fermentações ou a apaixonante radioactividade em miseráveis sótãos ou cocheiras, em que Barros Gomes viveu e ordenou o pinhal de Leiria, como o mais

pobre dos trabalhadores rurais; é preciso que aqueles que se dedicam ao ensino e à investigação, tenham os meios materiais necessários para o poderem fazer sem a preocupação do problema, quantas vezes angustiante, da manutenção do seu lar. Se há espíritos heróicos que, abnegadamente, prosseguem na sua missão, através de privações quando não de miséria, outros vão procurar meios e profissões onde, mais facilmente, podem ganhar o essencial para a vida. E, é preciso também dotar os serviços com as verbas necessárias para que possam cumprir com eficiência a missão que lhes compete. Os serviços de instrução e os serviços agrícolas estão entre aqueles que mais necessário se torna dotar largamente.

São de um nosso saudoso professor, Lima Basto, as palavras que me parece oportuno lembrar: «Consagre-se ao progresso, ao melhoramento, ao desenvolvimento da agricultura, algumas das somas de que o erário público pode dispor, com método, ciência e previdência, e o próprio erário público disso receberá em breve, avultada compensação pelo desenvolvimento de riqueza que pode, mais afoitamente, tributar, sem lamentações nem protestos dos tributados. O dinheiro consagrado a melhorar a eficiência da agricultura e dos agricultores é essencialmente reprodutivo e contribui, como nenhum, para a tranquilidade dos espíritos e para a paz dos povos.»

Quanto aos estudantes, é necessário que o preço dos seus estudos seja acessível a todos os jovens que queiram trabalhar. E neste capítulo cremos que poucas vezes se terão fixado propinas tão reduzidas e mensalidades tão limitadas como as que constam da Portaria n.º 6:247 recentemente publicada. É de agradecer ao sr. Governador-Geral o bem que fez à juventude. A despesa que o Estado faz será importante: mas é assim que se deve compreender a sua acção em prol da instrução.

Há poucos anos atrás esta obra seria impossível. Se hoje a vemos realizada é, de facto, justo recordar o trabalho

daqueles que a tornaram possível, que contribuíram para ela com o seu esforço e quantas vezes com o seu sangue, a abnegação dos colonos que, através de privações e sofrimentos, aqui se fixaram, a acção dos soldados que, em precárias condições quanto a meios de acção, fizeram a ocupação destes vastos territórios, a acção missionária que levou até às mais remotas regiões a palavra de Cristo.

Não queremos deixar de dizer algumas palavras sobre o trabalho que compete a professores e alunos, e bem assim ao de todos os técnicos agrícolas e veterinários que trabalham na Colónia, em relação à primeira escola de agricultura de Angola.

É de grande responsabilidade a missão do professor. Não se pode limitar ao ensino teórico e prático das disciplinas que lhe forem distribuídas. Cumpre-lhe, também, contribuir para o progresso da ciência agro-pecuária, por meio de trabalhos de investigação, prestar informações à lavoura, colaborar no serviço de propaganda dos métodos agrícolas mais aconselháveis. Terá também, de ser um verdadeiro educador. Deve ter presente que, como disse alguém «nada há que penetre o espírito humano mais suave e profundamente de que o exemplo». Não deve esquecer, pois, que o seu amor ao trabalho, a dignidade das suas acções, a afabilidade do seu trato, são os melhores exemplos que pode dar aos jovens de quem vai ser orientador.

O contacto diário e constante do mestre com o aluno, facilita, sem dúvida, a missão educativa; a vida que o espera é, todavia, uma vida de trabalho que terá de ser inteiramente dedicada à sua alta e nobre profissão.

Desejaríamos, e cremos não somos os únicos a pensar assim, que a Escola fosse a de todos os técnicos que, em Angola, trabalham na agricultura, na pecuária, e nas ciências afins. Supomos que só traria vantagens para professores e alunos a vinda a este meio daqueles que trabalham noutras regiões, com o objectivo de expor o que se

faz, dando, em íntima colaboração com o professorado, ensinamentos eminentemente práticos e compatíveis com a idade e desenvolvimento intelectual dos estudantes. Parece-nos que esta colaboração se poderá conseguir facilmente; quanto à importância que ela virá a ter para o desenvolvimento agrícola de Angola, não temos dúvida em o considerar de primeira grandeza.

Aos alunos que entrarem para a Escola, diremos que é indispensável que se convençam que para ela vêm para aprender, e que essa aprendizagem, só se poderá fazer com muito trabalho e com muita dedicação. A disciplina que desejamos ver seguida, define-a o Prof. António Câmara nas belas palavras que fazemos nossas: «a disciplina que se procura, a que tem de se criar, actua sobre a inteligência do indivíduo e ao mesmo tempo sobre o seu coração. Age sobre a consciência, exerce-se à custa de métodos leais, baseia-se sobre a liberdade, sobre princípios essencialmente humanos, respeitando como sagrados os direitos de cada um, e sendo inflexível perante os deveres de todos. Exerce como que uma irradiação espiritual, persuade sem esmagar.

A disciplina, tal como a queremos, é a que resulta de um homem que, dando continuados exemplos, tendo prestígio sobre outro, lhe fala, olhos nos olhos, coração aberto, em palavras claras, sem evasivas nem hesitações».

Habitado durante muitos anos a lidar com rapazes, a vê-los, pouco a pouco, tornarem-se homens, a seguir com interesse e simpatia a carreira ascensional de tantos deles, na vida oficial, em empresas particulares, e até em profissões diferentes daquelas que inicialmente escolheram, não esqueço jamais a vida de camaradagem que os uniu num estabelecimento de ensino semelhante. É com alegria que constatamos que essa fraterna amizade, cimentada nos bancos da Escola, se mantém inalterável pela vida fora, sem que o decorrer dos anos a faça diminuir.

Esperamos que na nova escola o mesmo venha a suceder, e praza a Deus que o possamos verificar, ou no desempenho do lugar que nos honramos de ocupar, ou mesmo longe da admirável terra de Angola.

Os futuros diplomados, terão de contactar na sua vida profissional com muitas e variadas gentes. Terão de contar com a incompreensão de muitos, terão dissabores e terão alegrias. Haverá obstáculos a vencer, contrariedades a suportar, desilusões que sofrer. Assim é a vida.

O campo de trabalho que se lhes depara é vastíssimo, tão vasto como a terra de Angola.

A necessidade de melhorar o nosso armentio, o desenvolvimento da cultura mecânica, o melhor aproveitamento da mão de obra indígena na agricultura, o estudo do solo e da sua fertilização, o desenvolvimento da tecnologia agrícola colonial, a selecção de sementes e o estudo da sua adaptação a regiões de características climáticas e pedológicas tão diversas, requerem larga soma de trabalhos. Competem eles aos serviços agronómicos e veterinários, e se muito se tem feito já, se as estações agrícolas e zootécnicas existentes, se a moderna Estação de Melhoramentos da Chianga, são exemplos notáveis do esforço dos técnicos, eles têm de prosseguir em ritmo acelerado, e para isso são precisos muitos agrónomos, muitos veterinários, muitos auxiliares. E, perguntamos: Quem, com mais eficiência, poderá coadjuvar nessa tarefa, do que aqueles que, nados e criados em Angola, ali estudaram? A quem está mais naturalmente indicada a missão de valorizar esta África «dos bens avara e toda cheia de brutesa»?

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Estes foram os desejos manifestados, esta é a orientação que desejaríamos ver seguida na nova Escola.

Os resultados do primeiro ano de funcionamento foram animadores. Quem, como nós, acompanhou, num contacto

de todas as horas, a evolução do primeiro grupo de jovens que a frequentou, quem viu o interesse destes pelos trabalhos agrícolas que fizeram por suas mãos — estabelecimento de campos experimentais, armação de máquinas, lavouras mecânicas, tratamento de pomares, etc. — quem constatou a forma como esse pequeno grupo inicial se interessou pelas coisas da terra, e seguiu com zelo a orientação que se imprimiu à vida escolar, tem direito a esperar que a semente lançada germine e dê bom fruto. E essa fé torna-se mais intensa por conhecer o interesse que pela Escola já têm os técnicos que, embora há pouco tempo, foram ocupar os seus cargos de professores.

As notícias recebidas recentemente, dão-nos conta do início de novas construções, e da continuação do apetrechamento da escola.

Desta maneira está hoje a região da Humpata com três dos melhores estabelecimentos oficiais agro-pecuários, que contribuirão largamente para o progresso de Angola.

E bem o merece esta Colónia tão portuguesa, tão unida à Mãe Pátria, que fielmente acompanha nos seus destinos, parcela admirável do nosso Império, verdadeira continuação de Portugal em África.

SENHOR PRESIDENTE

É tempo de terminar.

A Vossa Excelência, que com tanta elevação preside aos destinos desta benemérita Sociedade, professor notável da gloriosa Universidade de Coimbra, a quem se devem, além dos longos anos devotados com brilho e dedicação ao ensino superior, o prestígio que mundialmente goza o Observatório Geofísico desta cidade, o estudo geológico de S. Tomé e Príncipe e uma larga soma de trabalhos de alto valor científico, dirijo os meus cumprimentos de alta e respeitosa consideração, e agradeço penhorado

a honra que nos deu, vindo presidir a esta modesta palestra.

A todos Vossas Excelências, que tiveram a paciência de nos escutar, dirijo também as minhas saudações e agradecimentos, fazendo votos pelas prosperidades do «Instituto» que tanto deve ao trabalho e dedicação de todos.

ALBERTO FERREIRA DA SILVA.

LES HOMMES D'AFFAIRES ITALIENS ET L'AVENEMENT DE LA RENAISSANCE (1)

La période qui s'étend du troisième quart du XIII^{ème} siècle au début du XV^{ème} siècle est la première pour laquelle nous commençons à vraiment bien connaître les hommes d'affaires italiens et leur activité. Cette connaissance est directe. Elle provient de la masse de documents émanant d'eux, comptes, correspondances, actes notariés, chroniques, qui subsistent de cette période. Cette abondante documentation a permis d'esquisser des monographies plus nombreuses, plus concrètes et plus denses. Et la comparaison de ces vies d'hommes d'affaires, malgré les différences considérables qui résultent de la diversité des cadres géographiques, des milieux sociaux et de la personnalité de chaque individu, permet de dégager des caractères généraux communs, valables, semble-t-il, pour tous les hommes d'affaires de la Péninsule dans la période considérée.

Le premier caractère frappant est le grand nombre des hommes d'affaires. Aucun moyen statistique ne permet, naturellement, de le préciser pour aucune cité. Mais il ressort à l'évidence d'un certain nombre de faits : la masse même des documents par lesquels nous connaissons leur activité, dont l'ampleur n'est pas tant fonction de la relative jeunesse partant de la meilleure conservation que de l'énorme quantité des originaux ; la continuité de l'activité mercantile de Gênes et de Florence malgré les luttes civiles qui y entraînent des bannissements massifs ; la croissance des quatre grandes villes commerçantes, dont la popu-

(1) Conferência proferida no Instituto de Coimbra no dia 18 de Março de 1949.

lation dépasse le chiffre de cent mille habitants avant 1.348; l'essor des colonies vénitiennes et gênoises dans tout l'Orient, puis dans l'Occident; le foisonnement des hommes d'affaires italiens aux foires de Champagne; la multiplicité des succursales des grandes compagnies florentines dans toutes les villes importantes de l'Occident et du Nord de l'Europe. Et certaines données numériques, si elles n'ont aucune valeur absolue, n'en sont pas moins suggestives. Les listes des associés et facteurs des compagnies des Bardi et des Peruzzi actuellement connus pour les années 1.310-1.345 comprennent la première 346, la deuxième 142 noms; et le personnel de la compagnie des Acciaiuoli devait bien être aussi nombreux. D'autre part, et toujours pour la seule Florence, lorsque la paix fût rétablie avec Pise en 1.369, la République remit à la Commune de Pise la liste des compagnies de Calimala qui devaient être, aux termes du traité, exemptées du paiement de droits de douane sur son territoire: cette liste comprenait 108 noms; et nous savons que certaines compagnies n'y étaient pas portées. Evidemment aucune des compagnies florentines de 1369 n'avait la puissance ni le personnel des Bardi. Ces listes n'en sont pas moins très significatives pour prouver le nombre important des hommes d'affaires florentins au Trecento.

Ces nombreux hommes d'affaires italiens, dont la technique et l'esprit d'entreprise n'ont pas d'égaux en Occident où ils se répandent si largement et animent l'économie, sont tous chrétiens. On ne trouve parmi eux aucun juif. Les juifs jouaient dans mainte bourgade le rôle de prêteurs locaux. Ils avaient été amenés à se spécialiser dans cette fonction sociale indispensable par l'interdiction du prêt à intérêt faite par l'Eglise aux Chrétiens; cette interdiction était édictée par des textes canoniques dont la plupart reflétaient le caractère surtout rural de la société antérieure au XII^{ème} siècle où les échanges étaient peu développés; et le fait que les prêteurs juifs demandaient un intérêt, tout autant que le taux souvent fort élevé de celui-ci, 25 %, 50 % et plus, les faisait qualifier d'usuriers. Mais aucun

juif ne s'est livré en Italie, non plus qu'ailleurs en Occident, aux grandes affaires commerciales ni aux opérations financières internationales; les initiateurs et les maîtres aux XIII^{ème}. XIV^{ème} siècles en ont été exclusivement des chrétiens.

Leur activité est multiforme: les hommes d'affaires italiens sont à la fois commerçants, transporteurs, assureurs, changeurs, banquiers, industriels, agents d'information. A ces titres divers, leurs affaires portent sur des quantités de produits et sur des sommes d'argent bien plus importantes qu'à la période précédente. Bien plus, certains des aspects de leur activité sont nouveaux. En particulier, à la suite de deux siècles de tâtonnements où les changes maritimes se sont multipliés, où les instruments de change, les lettres de change, se sont perfectionnés et font maintenant l'objet d'un véritable commerce, à une époque où les énormes besoins d'argent des états, dont la croissance ne s'est pas accompagnée de la création des ressources financières nécessaires à leur nouvelle grandeur, multiplient les émissions monétaires et les emprunts, s'établit peu à peu un marché de l'argent. C'est une des nouveautés les plus importantes du XIV^{ème} siècle sur le plan économique. Les hommes d'affaires italiens en sont à la fois les auteurs et les agents. Néanmoins, malgré l'apparition dans le monde de la grande finance et de ses principaux instruments, ce sont les éléments anciens, ceux dont ils ont reçu la tradition de leurs prédécesseurs, qui demeurent prépondérants dans leur activité: les hommes d'affaires italiens du XIV^{ème} siècle sont encore avant tout des commerçants. Ils font commerce aussi bien en détail qu'en gros de tout ce qui est susceptible de se vendre et de s'acheter dans le monde élargi qui est le leur.

Ils pratiquent ce commerce dans des conditions toutes différentes de leurs prédécesseurs. Alors que les hommes d'affaires antérieurs au XIII^{ème} siècle étaient à peu près tous des voyageurs, constamment en route par les grands chemins terrestres et maritimes du monde le long desquels ils accompagnaient leurs marchandises, les hommes d'affaires

du *xiv^{ème}* siècle sont, dans leur immense majorité, des sédentaires. Ils voyagent encore, certes, et beaucoup, mais il est de moins en moins fréquent qu'ils le fassent avec les objets dont ils trafiquent. Qu'ils soient vénitiens, génois ou florentins, ils se rendent dans les lieux cardinaux de leur activité où ils ont des comptoirs, des représentants, des correspondants, des associés ou des succursales; ils y résident un certain temps, parfois très longtemps et, de ces lieux, ils dirigent leurs affaires dans une fraction du monde, comme de Venise, de Gênes, de Florence leurs parents ou associés les dirigent dans le monde entier. Ce phénomène de la sédentarisation des hommes d'affaires que Madame Edler de Hoover appelle la révolution commerciale des années 1275-1325 est corrélatif de découvertes techniques et d'une évolution sociale et politique générale. Il correspond à l'invention et au développement de l'assurance à prime qui permet le transport des marchandises sans la surveillance constante de leur propriétaire dont leur perte éventuelle n'entraînerait plus la ruine. Il correspond aussi à l'essor des villes à un moment d'exubérance démographique et de grande prospérité. Toutes les villes se développent en même temps que la classe marchande et industrielle qui les habite; certaines d'entre elles, s'accroissent extraordinairement parce qu'elles deviennent le siège nécessairement fixe de l'administration d'un puissant état: ainsi Paris, Naples, Londres, Avignon, Prague prennent peu à peu le caractère nouveau de capitales à la fin du *xiii^{ème}* et au *xiv^{ème}* siècles. Dans ces villes, dont la nombreuse population fait des marchés de consommation et de production importants, tendent à se fixer de plus en plus les centres d'échanges internationaux: les foires de Champagne déclinent, mais à Paris, à Bruges, sur leur périphérie, se tient dans les boutiques approvisionnées par les hommes d'affaires italiens une foire permanente de tous les produits; et, dans toutes les capitales, les princes ont besoin de la présence d'hommes d'affaires qui se chargent d'une partie de l'administration financière de leurs états et les aident dans les moments difficiles.

Les hommes d'affaires qui se sédentarisent ainsi dans les villes adoptent tout naturellement de nouvelles méthodes de travail que leur proposent d'ailleurs les progrès constants de la technique. Ils perdent moins de temps et ne s'épuisent plus aux fatigues de la route et de la mer. Ils ont donc plus de facilité pour entreprendre simultanément des affaires de types et de caractères divers. Et ils le font d'autant mieux que l'invention de la comptabilité à partie double vient leur permettre de dominer l'ensemble de leurs activités. L'homme d'affaires sédentaire peut être un industriel qui, par le système de l'entreprise capitaliste, dirige la fabrication ou l'affinage de draps par une série de travailleurs spécialisés appartenant à une dizaine ou une vingtaine de corporations différentes qui dépendent tous de lui en définitive. Il peut être un commerçant qui, grâce au système de l'association, dirige d'un centre régional ou d'un centre mondial l'activité de diverses sociétés ou d'importantes compagnies, répartissant entre les diverses places les créances et les dettes selon les circonstances, les événements et ses prévisions. Il peut être, enfin, un banquier qui se consacre au commerce des lettres de change et aux prêts aux particuliers comme aux princes. Il est, le plus souvent, les trois simultanément sur une échelle très variable. En tout cas c'est un personnage qui dirige de son bureau, avec ses livres de comptes et les informations que lui adressent tous ses correspondants et que lui apportent les courriers, des affaires réparties sur un échiquier international et parfois mondial, sans manipuler lui-même les marchandises ni les espèces qui en sont l'objet. Tels apparaissent par exemple Pietro Soranzo à Venise, les directeurs des grandes compagnies florentines à Florence, les directeurs des principales succursales de ces compagnies dans les ressorts impartis à chacune, ou Francesco di Marco de Prato, qui, de Prato ou de Florence, dirige et harmonise, avec une autorité souveraine, les affaires que font ses diverses compagnies établies dans les villes importantes de tout le pourtour de la Méditerranée Occidentale.

Les associations, les sociétés que constituent les hommes d'affaires demeurent, aux XIII^{ème} et XIV^{ème} siècles, étroitement citadines. Elles ne groupent, ordinairement, que des personnes originaires de la même ville: les hommes d'affaires vénitiens ne forment de sociétés qu'avec des vénitiens, les gênois qu'avec des gênois, et, dans les grandes compagnies florentines, siennoises, lucquoises ou astesanes, tout le personnel fixe, du directeur au dernier commis, et même la plupart des hôtes et des courriers, était originaire de Florence, de Sienne, de Lucques ou d'Asti. De même, dans les relations internationales, ils préfèrent toujours avoir des relations avec d'autres hommes d'affaires de leur cité. C'est ainsi que les maisons de commerce qui étaient en rapports avec Francesco di Marco Datini étaient florentines dans la proportion de neuf sur dix d'après ses livres de compte; semblablement, lorsque diverses compagnies florentines s'étaient unies pour organiser à frais communs un service postal, la Scarsella, elles n'y admirent aucun associé étranger. La ville était pour les hommes d'affaires comme une plus grande famille. Cet exclusivisme citadin est imposé par une nécessité essentielle des sociétés commerciales: celle d'avoir pleine confiance dans ses associés et d'éviter tout sujet de difficulté interne lors de conflits toujours possibles entre des villes voisines et rivales. Mais il est aussi l'expression du profond patriotisme urbain qui animait les hommes d'affaires comme tous les habitants des cités italiennes. Ils aimaient leur ville par dessus tout; à l'intérieur de ses murailles, ils se sentaient citoyens de plein droit; là seulement s'épanouissait leur individu dans le sentiment de son autonomie politique; c'est dans son enceinte qu'ils édifiaient la demeure de leurs vieux jours et préparaient leur sépulture; c'est pour sa beauté qu'ils faisaient construire et orner des chapelles; c'est à sa gloire qu'ils écrivaient des chroniques. Ils la défendaient avec passion contre tout adversaire en contribuant souvent volontairement à cette défense. Et, si les vicissitudes politiques les en bannissaient, l'amour de leur cité était un des moteurs

principaux de l'acharnement avec lequel ils s'efforçaient d'y rentrer: les luttes entre Florence et Sienne en fournissent maint exemple. Ce sentiment, autant que l'intérêt, les poussait même parfois à renoncer à la concurrence qui était la loi de leurs entreprises parallèles: ainsi, à Sienne, les Bonsignori, les Salimbeni et les Tolomei s'unirent au moment de la fatale crise économique de la fin du XIII^{ème} siècle; de même, lorsqu'après la faillite des Scali en 1326, l'économie florentine parut vaciller à son tour, les Bardi, les Peruzzi et les Acciaiuoli s'entendirent pour se soutenir mutuellement et se partager à peu près également les profits de la clientèle pontificale; leur entente constitue un véritable trust florentin d'une puissance sans précédent.

* * *

De même que les caractères généraux de leur activité, les hommes d'affaires de toutes les places d'Italie ont en commun leur attitude intellectuelle et morale.

L'ampleur et la multiplicité de leurs affaires par rapport à la période précédente les amène à en tenir un compte exact, d'autant plus qu'ils entendent de plus en plus les diriger de leur comptoir. Aussi s'affirment, dans des conditions générales favorables, des habitudes d'esprit qui sont l'aboutissement des tendances de l'âge précédent. Devenus sédentaires, les hommes d'affaires ont plus besoin que par le passé d'être informés de tous les faits de leur trafic comme des événements généraux qui influent sur lui, de façon complète, précise, exacte et rapide. C'est pourquoi ils continuent à faire rédiger par les notaires des contrats à propos des moindres de leurs transactions. C'est pourquoi les compagnies entretiennent des services de courriers. C'est pourquoi elles tiennent des jeux de livres où leurs associés enregistrent toutes les affaires qu'ils font avec un scrupule et une méticulosité extrêmes. C'est pourquoi beaucoup d'hommes d'affaires notent sur un carnet personnel tout ce qu'ils font et tout ce qui vient à leur connaissance, les

événements familiaux et les dépenses quotidiennes comme les événements de la cité ou du monde. Et ces mentions sont toujours précises: elles comportent des références, des noms, des dates et des chiffres: on ne se paye pas de mots. Elles sont aussi toujours exactes: les livres des sociétés et des compagnies, qu'ils soient tenus selon la pratique compliquée de la comptabilité primitive ou selon les méthodes bien plus simples de la comptabilité à partie double, présentent des calculs exacts: les erreurs y sont extrêmement rares, bien que les calculs soient toujours poussés, si c'est nécessaire, jusqu'aux fractions d'unité.

Cette même nécessité d'être au courant de tout a amené les hommes d'affaires à imiter sans doute les manuels du parfait commerçant que tenaient depuis des siècles les grands marchands du monde arabe avec lesquels ils étaient en relations; il ne semble pas en avoir existé en Occident avant le XIII^{ème} siècle. Ce qu'un marchand vénitien ou génois de l'âge des Croisades, dont l'itinérance simplifiait l'activité et rafraîchissait les souvenirs en le ramenant souvent dans les mêmes places de commerce, pouvait conserver dans sa tête doit être maintenant couché par écrit: les données n'en sont que plus précises et plus sûres. Les notes prises ainsi par des hommes d'affaires à l'esprit ouvert et qui ont beaucoup voyagé constituent petit à petit de véritables guides du commerce. Deux d'entre eux nous ont été conservés. L'un est l'ouvrage d'un vénitien anonyme: il a pour titre *Tarif ou Notice des poids et mesures*. L'autre a été rédigé et retouché constamment entre 1.310 et 1.342 par un des principaux facteurs des Bardi, Francesco di Balduccio Pegolotti. Il s'intitule *Pratica della Mercatura*. On y trouve l'indication, à propos de chacune des places commerciales des pays méditerranéens et de l'Europe Occidentale, des routes qui les relient entre elles, des distances à parcourir pour aller de l'une à l'autre, des prix des transports, des monnaies, poids et mesures qui ont cours dans chacune avec leurs équivalences, des impôts et droits divers qu'il y faut acquitter, des marchandises que l'on

y vend et que l'on y achète ainsi que des conseils pour la navigation ou pour le voyage, pour l'examen, la manutention et la conservation de telle ou telle marchandise et les habitudes des marchands de chaque pays. Il comporte en appendice des comptes faits qui donnent l'équivalence en florins des différentes monnaies selon leur poids et leur aloi et les intérêts composés pour des sommes diverses. Dans le bureau florentin de chaque compagnie importante figurait auprès des livres de comptes un semblable manuel: il permettait au directeur de la compagnie de connaître les conditions ordinaires du commerce dans le monde, de renseigner ses associés et facteurs lors de leur départ, de prévoir et de combiner des opérations fructueuses.

Quand c'étaient des événements généraux qui retenaient davantage l'attention d'un homme d'affaires, ses notes pouvaient constituer non plus un manuel de commerce, mais un journal, comme le *Diario* de Guido Monaldi, ou même une chronique. C'est le cas, en particulier, de la plus remarquable des chroniques du *xiv^{ème}* siècle, celle de Giovanni Villani, associé de la compagnie des Peruzzi, puis de celle des Bonaccorsi. De ses séjours à Bruges de 1.302 à 1.307, Giovanni Villani a rapporté, avec une exactitude qui confond les autres sources narratives, les événements auxquels il a assisté ou dont il a entendu parler. Une des pages les plus célèbres de sa *Chronique*, exceptionnelle dans les récits des témoins de n'importe quelle époque, est celle où il décrit la situation de Florence en 1.338: il donne le nombre des habitants, des quartiers, des paroisses de la ville, le nombre des arts et celui des membres de chacun d'entre eux, le chiffre d'affaires de telle ou telle corporation, celui des impôts et des ressources du trésor. Ces données statistiques, multiples et chiffrées, préfigure d'un dépouillement de recensement moderne, page unique d'un *Statesman's Year Book* du *xiv^{ème}* siècle, constituent un inventaire à une date donnée, comme en dressaient les associés des compagnies au jour de leur liquidation. Elles en ont la précision et la

rigueur: en bon homme d'affaires, Villani savait l'importance de l'économique dans la vie d'une cité; mais il connaissait aussi l'éloquence des nombres, la vertu épique des énumérations, même des plus dépouillées; il savait que toute grandeur s'analyse, qu'elle s'exprime par des chiffres mieux que par des adjectifs; et il a senti instinctivement que l'hymne de fierté et d'orgueil le plus susceptible de célébrer l'apogée de sa ville bien aimée, c'était avec une litanie de chiffres et non avec le creux lyrisme des mots qu'il fallait le chanter.

Tous ces faits convergent: ils manifestent le développement chez les hommes d'affaires italiens du *xiv^{ème}* siècle d'une culture et d'une mentalité particulières. Tous ou presque savent lire, écrire et compter; ils l'ont appris dans les écoles ouvertes par leurs états citadins à côté de celles des clercs: ils y ont étudié dans des traités comme ceux de Paolo Dagomari de Prato, dit Paolo dell'Abaco, les quatre opérations, la règle de trois, le calcul de l'intérêt et de l'es-compte; puis, ils ont complété leurs connaissances théoriques en apprenant la pratique auprès des comptables des compagnies commerciales. Ils comptent soit au moyen de l'abaque, sorte de damier où les jetons ont des valeurs différentes selon le compartiment où la partie de compartiment où ils sont posés, soit au moyen de tablettes quadrillées d'un usage plus facile, soit aussi à la plume: ils utilisent de plus en plus les chiffres arabes; mais, à Florence, les Arts prescrivent de tenir les livres de comptes en chiffres romains, jugés moins susceptibles, d'être altérés. La plupart d'entre eux connaissent aussi une langue étrangère, généralement le français: la langue de Villani et celle de Boccace fourmillent de gallicismes. Certains, mais ils sont rares, prennent plaisir à lire des ouvrages littéraires et prisent les oeuvres d'art dont ils font commerce, le cas échéant; nous ignorerons sans doute toujours si les Bardi et les Peruzzi goûtaient véritablement les fresques qu'avait exécutées Giotto pour leurs chapelles de Santa-Croce, ni si Francesco di Marco ouvrait même le Tite-Live et le Sénèque qu'il avait dans

sa bibliothèque. L'on ne saurait, en tout cas, tirer argument de la culture raffinée et étendue de ceux-là même qui, précisément, avaient quitté les comptoirs et les affaires, un Boccace, un Niccolò Acciaiuoli.

Surtout, tous ces hommes d'affaires ont en commun le désir de savoir, de comprendre, de voir clair. Pour être bien informés, assurément. Mais, en suscitant perpétuellement ce besoin, c'est une curiosité d'esprit essentielle que leur métier développe en eux. Ils éprouvent constamment le désir de connaître les faits et les événements pour en prévoir d'autres et en tirer profit. L'expérience suscite chez eux la certitude que tout fait a une cause, que, pour prévoir, il faut d'abord savoir et que, en toutes circonstances, il est nécessaire d'avoir des données précises, exactes et complètes. Cette conscience profonde qu'une bonne information permettra l'action fructueuse par des prévisions judicieuses, c'est la démarche logique même de la pensée rationnelle. Les hommes d'affaires italiens du *xiv^{ème}* siècle agissent comme s'ils croyaient que la raison humaine peut tout comprendre, tout expliquer et diriger toute action: ils ne l'expriment pas clairement, mais leur comportement montre qu'ils le sentent sans le formuler: ils ont une mentalité rationaliste.

* * *

Cette soif d'information n'est absolument pas désintéressée. Les hommes d'affaires souhaitent connaître les nouvelles au plus vite, non seulement pour prendre position en fonction des événements et des prévisions que ceux-ci suggèrent, mais encore pour le faire avant leurs concurrents: ainsi seulement peuvent se réaliser de grands profits et éviter des pertes dans un monde économique où les activités de tous les hommes d'affaires italiens sont parallèles. C'est pourquoi ils attachent un tel prix à connaître les nouvelles par priorité: les grandes compagnies envoient, dans cette intention, on l'a vu, des courriers spéciaux; et,

lorsque des compagnies différentes s'associent pour constituer une organisation postale, elles décident dans les statuts de celle-ci, par exemple dans ceux de la Scarsella florentine, de ne remettre qu'un jour après l'arrivée du courrier les lettres d'autrui apportées par leurs soins; ainsi leurs membres auront le temps de prendre les premiers les dispositions dictées par les nouvelles. C'est un procédé dont, à la fin du siècle, Paolo di messer Pace da Certaldo explique crument la nécessité à propos des correspondances groupées: «Si tu fais du commerce et si aux lettres qui te sont destinées sont jointes, lorsqu'elles te parviennent des lettres destinées à autrui, aie toujours à l'esprit de lire d'abord tes lettres avant de remettre celles d'autrui. Et si tes lettres contiennent des conseils d'achat ou de vente qui doivent tourner à ton bénéfice, convoque aussitôt le courtier et fais ce que te conseillent tes lettres, et ensuite seulement remets les lettres qui sont venues avec les tiennes. Mais ne les remets jamais avant d'avoir d'abord fait tes affaires car ces lettres pourraient contenir des indications qui iraient à la traverse de tes affaires, et le service que tu aurais rendu à un ami, à un voisin ou à un étranger de lui porter ses lettres tournerait à ton grand détriment: or, tu ne dois pas servir autrui pour te desservir dans tes propres affaires.» Cette priorité de l'information concourt au même but que le secret si jalousement gardé en particulier par les hommes d'affaires génois.

«Tu ne dois pas servir autrui pour te desservir dans tes propres affaires»: c'est la règle d'or d'un régime de concurrence, c'est celle aussi de l'individualisme. Or le système corporatif, dont la stricte et étouffante réglementation tend à égaliser les conditions du commerce pour assurer aux consommateurs un produit de bonne qualité et à tous les producteurs l'écoulement de leurs produits à des prix qui permettent aux uns et aux autres de subsister, ne vaut que pour le marché intérieur d'une cité; il ne peut valoir pour le grand commerce dont les membres vendent dans des pays étrangers des marchandises achetées

dans d'autres pays étrangers. Aussi l'esprit d'entreprise et la concurrence y jouent-ils à plein, sans plus d'égard bien souvent, à Florence comme à Gênes, pour les amis et les voisins que pour les étrangers.

Lorsque cet individualisme s'exaspère, il pousse parfois bien des hommes d'affaires à des agissements qu'aucun raisonnement ne peut plus justifier. Ils manifestent souvent une avidité sans frein. Avidité collective de la compagnie, ou de la société qui continue, par exemple, surtout à Venise et à Gênes, à vendre aux Infidèles, malgré les interdictions pontificales les fournitures de guerre dont ceux-ci useront contre les Chrétiens: le bois, le fer, la poix, les esclaves ne constituent ils pas une contrepartie très utile à leurs importations d'Orient et d'autant plus recherchée que la clandestinité de leur trafic permet de les vendre plus cher. Avidité individuelle aussi: les Peruzzi qui avaient soutenu en Bourgogne l'orthodoxie de Scaglia Tiffi, leur parent, accusé d'hérésie, n'hésitent pas à acquérir à vil prix les biens qu'il possédait à Florence, lorsqu'ils sont vendus à la demande de l'Inquisiteur. Tout profit est bon à prendre de quelque manière qu'il soit acquis.

De tels appétits conduisent facilement à l'usure à laquelle se livrent certains membres des grandes familles d'affaires qui jugent cette activité plus lucrative et moins fatigante que le commerce: Bartolomeo Cocchi-Compagni accumule par l'usure une belle fortune à Florence dans la deuxième moitié du *xiv^{ème}* siècle. Ils expliquent aussi que les hommes d'affaires ne prêtent pas grande attention aux salaires de leurs moindres employés ni surtout à ceux des ouvriers qui travaillent pour eux dans les ateliers de l'Arte della Lana ou de l'Arte di Calimala. Ce qui leur importe avant tout, c'est que le prix des draps tissés ou affinés à Florence soit suffisamment bas pour leur permettre de conserver les marchés extérieurs en faisant d'importants bénéfices: ils ne se préoccupent jamais des conditions de vie des ouvriers du textile et de leur famille.

Ce dévorant égoïsme les pousse même parfois jusqu'à la malhonnêteté caractérisée. Passe encore que Bartolomeo Cocchi-Compagni ne paie pas la dot promise à sa fille, ne verse pas à sa femme les sommes qu'elle hérite, ni ne remette pas à un de ses neveux l'argent qu'il lui devait: c'est un usurier. Passe encore que les Frescobaldi présentent au roi d'Angleterre un mémoire dont les articles sont manifestement exagérés: celui-ci était, tout le premier trop mauvais payeur et il fallait lui demander beaucoup pour obtenir son dû. Mais certains entrepreneurs, au dire de Giovanni Sercambi, trichent sur les sommes qu'ils doivent aux ouvriers de la laine. Certains facteurs des compagnies florentines sont de francs fripons: tel, ce Jacopo di Bruno, surnommé Zampaloca, facteur des Gianfigliuzzi, qui refusa de rendre compte de l'activité qu'il avait eue au service de la compagnie dans le Dauphiné; tel aussi le génois Daniele Fontanella qui déclara au tuteur des héritiers d'un de ses commanditaires qu'il avait perdu 20% du capital social alors que ses bénéfices montaient à 50% de celui-ci. Même des hommes d'affaires de premier plan ne répugnent pas à employer ces petits moyens: Francesco di Marco Datini lui-même ne paie pas exactement à son personnel les salaires convenus et ne rembourse pas à ses associés et à ses facteurs les sommes qu'ils avaient avancées à la compagnie.

* * *

Faire des affaires, le plus nombreuses possible, sans se soucier de leur diversité, afin d'accumuler les plus importants bénéfices possible; faire ces affaires dans des conditions d'information et de comptabilité telles que le raisonnement permette d'éliminer au maximum les mauvais risques, de déceler, les opérations le plus susceptibles de réussite et d'en contrôler sans cesse la marche; se lancer dans les entreprises décidées avec audace et sans reculer devant les aléas et les fatigues, si grands soient-ils; ne jamais se laisser retenir dans les affaires par des considérations de religion, de morale

ou de sentiment; mais aller de l'avant sans scrupule, même si l'on nuit à ses compatriotes, à ses amis, à ses collaborateurs: la fin justifie les moyens; et cette fin, c'est le profit qui permettra à celui qui se le sera procuré des jouissances surtout matérielles proportionnelles à son importance. Telles sont, ramenées à leurs traits essentiels, les aspirations communes des hommes d'affaires italiens du *xiv^{ème}* siècle. Cette éthique apparaît comme un individualisme foncier, servi par un rationalisme de méthode. Elle est substantiellement la même que celle des hommes d'affaires des siècles précédents; mais ceux du *xiv^{ème}* siècle, plus nombreux, plus riches et plus cultivés, la vivent et l'expriment d'une façon plus nette et plus consciente. C'est une éthique capitaliste: il s'agit bien, en effet pour les hommes d'affaires de trouver les moyens les plus efficaces d'acquérir des richesses et d'utiliser ces richesses selon un principe de jouissance individualiste, sans connaître à cette acquisition comme à cette jouissance d'autre limite que leur satisfaction. Bonaccorso Pitti, dans les premières années du *xv^{ème}* siècle, se glorifiera sans ambages dans sa chronique de la prospérité de ses affaires.

Or les hommes d'affaires italiens du *xiv^{ème}* siècle pensent et vivent dans une société qui n'est pas encore dégagée des habitudes morales nées aux périodes antérieures. Le catholicisme en rassemble toutes les aspirations et définit sa conduite. La morale chrétienne est orientée vers une fin dernière: l'accès de l'homme à la béatitude céleste; transposant, dans la pratique de ses affirmations, l'égoïsme sur le plan spirituel, elle préconise, pour atteindre cette fin, le renoncement de l'homme sur la terre à une part de ses aspirations individualistes. Elle recommande en matière économique et sociale la réalisation d'un certain bien-être collectif, différent selon les classes de la société; les membres de chaque catégorie sociale doivent obtenir ce qui suffit à leur entretien et s'en contenter; les marchands, en particulier, doivent rechercher non pas un profit mais une rétribution de leur travail: à cette condition expresse le bénéfice est toléré par Saint Thomas qui a des mots très

durs pour les commerçants; les échanges doivent se faire à un juste prix. Et les règlements des corporations découlent des idées connexes que la rétribution de chacun doit être limitée à l'avantage de tous et qu'un juste prix permet la satisfaction des besoins des producteurs et des consommateurs et, par conséquent, le commun profit de la cité. Et comme cette morale s'est définie à une époque et dans un monde où l'économie fermée avait la prépondérance, où le numéraire était rare, elle interdit certains moyens de se procurer cette rétribution déjà limitée quantitativement, comme le prêt à intérêt. Elle condamne, enfin et surtout, toute affirmation de l'individu comme étant le péché suprême: l'orgueil de la créature. Elle fixe donc en fonction d'un but supraterrrestre des limites à l'acquisition comme à la jouissance des richesses matérielles.

Cette éthique chrétienne imprègne tout le monde où vivent les hommes d'affaires, leur ville, la péninsule italienne, l'Occident tout entier et une bonne part de l'Orient. Elle leur a été enseignée dès leur plus jeune âge; elle est prêchée par tous les prédicateurs, orthodoxes, vaudois ou cathares; l'Évangile dont ils entendent lectures et commentaires condamne la richesse. Surtout, dans l'Italie du *xiv^{ème}* siècle, tout imprégnée de franciscanisme, la pauvreté apparaît non seulement comme le gage du salut mais comme le véritable idéal de vie: les disciples de Pétrarque que nous appelons les premiers humanistes, en sont si pénétrés qu'ils vont naturellement aux écrits des stoiciens, à Sénèque, au Cicéron des jours austères et déclarent avec eux que la pauvreté est la forme idéale de vie pour le sage. Boccace lui-même affirme, lorsqu'il écrit en latin, que le dénuement des Romains de la République dont il retrace la vie parmi ses hommes illustres a fait leur grandeur comme hommes et comme citoyens.

Les hommes d'affaires eux-mêmes sont profondément chrétiens; tout leur comportement l'indique. Non seulement ils se conforment exactement à titre personnel, à toutes les prescriptions cultuelles de la religion chrétienne, mais

encore ils s'efforcent d'obtenir la bénédiction de Dieu sur leurs activités collectives. Ils s'assemblent parfois dans les lieux saints : c'est dans la maison des Frères Prêcheurs de Sienne que se fonde en 1.289 la compagnie des Bonsignori renouvelée à cette date. Et les contrats de société commencent ordinairement par une invocation, tels celui de la compagnie des Tolomei de Sienne en 1.321 : « Au nom de Dieu et de la Vierge Marie ; puissent-ils nous donner et nous concéder de faire des actions qui tournent à leur louange et à leur salut, à notre honneur et à notre profit pour l'âme et pour le corps. Amen. », ou celui de la compagnie des Alberti de Florence en 1.322 : « Au nom de Monseigneur Dieu Notre Sire et de Notre-Dame la Vierge Sainte Marie et de tous les saints du Paradis, nous, Alberto et Neri... ». Ils n'entreprennent donc rien sans demander à Dieu de bénir leur entreprise et de lui apporter un succès que, par ailleurs, ils préparent par l'usage le plus pertinent de leur raison et de leur réflexion. Il y a lieu de croire que certains de ceux qui pénétraient en Orient ou tentaient les routes océanes songeaient à convertir les Infidèles en même temps qu'à faire des affaires. Ils attendent de leurs affaires de grands profits ; mais ils n'entendent pas accumuler égoïstement ces profits alors qu'il y a tant de pauvres et de malheureux. Aussi prévoient-ils dès la constitution des compagnies une activité bienfaisante de celles-ci : ils mettent au non de Dieu ou des pauvres — « conto di messer Domeneddio », disent les Bardi — une partie du capital social, variable selon les compagnies, aux environs d'1 % du capital, et la fraction des bénéfices afférente à cette part est versée aux pauvres. Il n'y a pas de meilleur moyen d'intéresser Dieu à assurer le succès de l'entreprise. Dans chaque magasin est ordinairement pendue au mur une boîte à deniers destinée aux aumônes. Tous les hommes d'affaires font partie de confréries, telle à Florence celle d'Or San Michele, qu'ils enrichissent de leurs dons ; les produits de ces dons vont, pour une large part, à la bienfaisance. Chacun, personnellement, se préoccupe, en outre, de faire des oeuvre de charité : la plu-

part laissent des legs aux pauvres dans leurs testaments; certains, comme Francesco di Marco, consacrent leur fortune à une fondation hospitalière. Et les fondations de monastères et de chapelles, l'érection de leurs tombeaux dans les églises attestent combien le but final de leur existence est d'assurer à leur âme le salut éternel: Scaglia Tiffi se fait porter, pour mourir, entouré de moines, dans le chœur de l'église du Saint-Esprit de Besançon.

La contradiction intime des deux éthiques, capitaliste et chrétienne, dont relève simultanément leur conduite, ne semble pas leur apparaître nettement: la naïve invocation des Tolomei, qui demandent à Dieu de bénir leur entreprise pour le bénéfice simultané de leur âme et de leur corpora, en porte témoignage. Parfois, la lecture plus attentive d'un texte évangélique, un serment plus véhément d'un franciscain, la contemplation d'une fresque représentant l'au-delà où les riches peuplent l'enfer, la pensée de la mort prochaine, lors d'une des épidémies si violentes et si fréquentes du siècle, ou la vue de quelque stèle funéraire représentant un moribond qui tend vers la mort inexorable un sac gonflé d'écus, suscitent en eux l'inquiétude et la crainte: tout cette vie où ils agissaient comme si le profit et la jouissance matérielle étaient le but ne doit-elle pas être vraiment ordonnée vers le ciel par l'abandon de ce profit et de ces jouissances? les sacs de ducats et de florins ne sont-ils pas le gage même de la damnation? et ne convient-il pas de suivre le Christ sur les chemins du dénuement matériel, si l'on ne veut pas être chassé par lui du Paradis comme les marchands du Temple?

Rares sont ceux chez qui ces pensées deviennent une torturante angoisse. Certains, pourtant n'en peuvent soutenir la morsure tenaillante et continuer une vie qui leur apparaît tissée de contradictions dans ses principes directeurs: comme naguère François d'Assise, ils suivent le conseil du Christ: ils distribuent leurs biens aux pauvres et se font mendiants; ainsi Giovanni Colombini, homme d'affaires siennois, laisse son comptoir en 1342, et, parcourant la cam-

pagne toscane en glorifiant le nom de Jésus fonde l'ordre mendiant des Jésuites.

La plupart n'ont pas l'âme si délicate. Ils pensent résoudre la contradiction qui leur apparaît en honorant la pauvreté et ses représentants, les frères mendiants : c'est à l'église des Frères Mineurs, Santa Croce, qu'ils réservent leurs dons, c'est sous ses dalles qu'ils veulent être enterrés et les Bardi y font peindre par Giotto la vie de Saint-François sur les murs de leur chapelle. Ils se contentent d'un pragmatisme quotidien et se persuadent aisément que leurs largesses aux pauvres, et aux églises, leur assistance régulière aux offices sont une assurance contre l'enfer. Aussi bien, la plupart des ecclésiastiques qui les entourent, qui sont leurs parents et leurs obligés, les poussent-ils à se satisfaire en toute bonne foi de cette attitude puisqu'ils partagent et approuvent ces sentiments. L'on se rassure aisément en répétant que les esclaves dont on fait commerce ou dont on peuple sa maison pour remplacer les domestiques salariés et pour se faciliter des plaisirs coupables ne sont pas des Chrétiens. Et le pape lui-même ne finit-il pas par vendre des licences d'exportation aux hommes d'affaires qui veulent expédier sans scrupule du bois, du fer et de la poix à Alexandrie ? Mais peut-être, s'il fallait absolument choisir entre Dieu et Mammon, entre l'âme et le corps, entre les profits et les jouissances terrestres et l'affaire majeure du salut éternel obtenu par le renoncement, trouverait-on à la fin de la période quelques individus qui, comme le ser Ciappelletto, mis en scène par Boccace dans sa première nouvelle, opteraient pour la terre où certains ont su se créer un Paradis.

* * *

Cette mentalité, cette culture, ces aspirations individualistes, cette éthique inconsciemment capitaliste qui s'affirment de plus en plus chez les hommes d'affaires des XIII^{ème}-XIV^{ème} siècles ont, sur le plan de la civilisation

générale, de grandes conséquences politiques, sociales et morales.

Les hommes d'affaires, on l'a vu, sont nombreux. Ils sont groupés dans les villes. Les données numériques qui nous restent pour Florence et pour Venise permettent d'évaluer leur nombre pour ces deux villes à environ 2⁰/₀ de la population. En ajoutant tous les membres de la famille, femmes, enfants, vieillards qui participent de la même éthique, on parvient à un chiffre équivalent à plus de 5⁰/₀ de la population totale. Or, cette minorité est la partie essentielle de la population urbaine: ce sont les hommes d'affaires qui, en suscitant par leur commerce le développement de l'industrie, ont fait des villes où ils résident de grandes agglomérations; ce sont eux qui, dans toutes ces agglomérations, exercent le pouvoir politique comme ils ont la prépondérance économique. Aussi leur façon de penser, de vivre et d'agir tend-elle à devenir, par le fait même de leur prééminence sociale, un des éléments de cette civilisation urbaine qu'ils ont contribué plus que quiconque à former, comme de la civilisation générale d'un monde où les villes ont un rôle de plus en plus important.

Leur patriotisme citadin est toujours, on l'a vu, aussi vif que celui de leurs pères. Mais le développement même de leurs affaires et l'enrichissement qui en résulte souvent en ont modifié profondément les manifestations. Ils sont assurés par l'expérience que la prospérité de leurs affaires est un des éléments essentiels de la grandeur de leur cité. Ils servent donc à la fois leurs intérêts particuliers et l'intérêt général par la politique qu'ils mènent dans les conseils où ils siègent presque exclusivement. Ils savent aussi qu'à certains moments la guerre s'impose pour favoriser ce même développement de leurs affaires et la prospérité de la ville; ils n'hésitent pas à la déclancher, à l'occasion; mais ils ne la font plus eux-mêmes. De continuels appels aux armes troublent trop la bonne marche de ces compagnies, de ces sociétés aux relations mondiales où la compétence de chacun a son emploi: les hommes d'affaires du xiv^{ème} siècle

cessent de ceindre l'épée et de se grouper sous les bannières des milices citadines au si glorieux passé; ils décident les guerres; ils les financent; mais ils ne les font plus de leur personne. Même ceux qui, parmi eux, ont des origines nobles ont perdu le goût de tirer l'épée. La prospérité et l'intensité de ces affaires auxquelles ils sacrifient tout leur donnent à la fois les raisons et les moyens de ne plus porter les armes: n'est-il pas plus raisonnable et plus économique, sans mobiliser les plus efficaces des citoyens, de payer des mercenaires qui guerroyeront tandis que les marchands, actifs à leurs comptoirs, gagneront l'argent de leurs soldes? C'est le système de la «condotta»: l'homme d'affaires, par le développement même de ses activités professionnelles, par son âpreté au gain par le sentiment qu'il a de sa supériorité intellectuelle, par son mépris de la force brutale, par la conscience aussi qu'il a prise de la puissance de l'argent, a créé le condottiere: ces deux types d'hommes opposés et complémentaires caractérisent la société italienne du XIV^{ème} siècle où ils tiennent les premiers rôles. Aux soldats de faire la guerre. L'homme d'affaires, surtout dans les cités continentales, est devenu un civil intégral: les éperons de chevalier qu'il ambitionne ou qu'il porte ne sont qu'une décoration: il ne porte plus les armes comme ses pères au XIII^{ème} siècle. Il accepte les missions diplomatiques dont le charge le gouvernement de la cité parce qu'elles peuvent coïncider avec un voyage d'affaires et qu'il se sent mieux placé que quiconque pour négocier avec des puissances qui ont été ou sont encore ses clients. Mais il se refuse absolument à perdre son temps pour la défense de la patrie. Le développement extraordinaire des affaires au XIV^{ème} siècle et l'immense richesse qu'elles ont accumulée entraînent ce changement capital et profond dans la mentalité de l'homme d'affaires, partant dans la structure de la société.

Ils en ont entraîné bien d'autres. Ainsi les hommes d'affaires imposent une réglementation internationale du droit commercial qui facilite leurs affaires devenues un élément essentiel de la vie des états citadins. Les relations

entre commerçants de villes différentes étaient encore réglées au XIII^{ème} siècle par des procédés primitifs et simplistes : lorsqu'un commerçant n'avait pas rempli ses engagements envers un habitant d'une autre ville ou lui avait nu d'une façon quelconque, celle-ci faisait justice à ses ressortissants lésés en proclamant le droit de représailles à l'encontre des concitoyens de l'agresseur dont toutes les marchandises et les biens pouvaient être saisis. Le développement du commerce, le développement concomitant d'une culture juridique et d'une mentalité rationaliste chez les hommes d'affaires les amènent au XIV^{ème} siècle, lorsqu'ils gouvernent les grandes villes commerçantes, à instituer un nouveau système plus raffiné : le droit commercial uniforme se développant, des tribunaux de commerce sont créés dans les grandes villes, tel le Tribunal de la Mercanzia à Florence ; les litiges sont portés devant des juges qui jugent selon le droit commercial commun ; ainsi les représailles peuvent être abandonnées dans la plupart des cas et les alliances entre villes et états sont rendues plus solides.

Les mêmes besoins et commodités de leur commerce amènent les hommes d'affaires à multiplier en les faisant souvent créer par l'Etat qu'ils dirigent, les écoles où leurs fils acquerront la culture technique qui leur est nécessaire. C'est favoriser davantage encore l'essor d'une culture laïque et moderne qui prend désormais le pas dans ces villes où les clercs sont exclus des fonctions publiques sur la culture ecclésiastique donnée dans les écoles des cathédrales et des monastères.

La manifestation la plus concrète de cette transformation de la culture et de la mentalité se trouve sans doute dans l'abandon progressif des méthodes traditionnelles de comput du temps, sous la pression des nécessités pratiques. On donnait aux années des points de départ variables selon les états, mais tous définis par la liturgie : la fête de l'Annonciation, celle de la Nativité, celle de Pâques. De même, on comptait les heures selon les habitudes des anciens conservées par les clercs dont les cloches scandaient le rythme de la vie dans toutes les villes médiévales : le jour comme

la nuit étaient divisés en douze heures toujours égales entre elles, quelle que fût la durée de la présence ou de l'absence du soleil; les heures de jour s'allongeaient donc en été et se raccourcissaient en hiver, tandis que c'était l'inverse pour les heures de nuit.

De tels procédés étaient fort incommodes pour les hommes d'affaires: la fixation de la date initiale de l'année au 25 mars, au 25 décembre ou à une date constamment variable entre le 22 mars et le 25 avril, c'est à dire toujours au milieu d'un mois, ne facilitait pas la tenue des comptes ni les calculs d'intérêt. Or les sociétés et surtout les grandes compagnies commerciales ont besoin de faire des bilans à dates fixes et régulières pour contrôler leur marche et de calculer les intérêts avec des références fixes. Aussi beaucoup d'entre elles prennent-elles délibérément l'habitude de faire commencer l'année à la suite des fêtes liturgiques importantes dont la date fût commode, la Circoncision, célébrée le 1^{er} janvier; elles arrêtent leurs comptes tous les six mois, le 1^{er} janvier et le 1^{er} juillet et elles ne se constituent et ne se dissolvent qu'à l'une de ces deux dates. La logique rationaliste des hommes d'affaires, suscitée par leurs besoins ouvrait ainsi la voie à une réforme du calendrier usuel.

Elle le faisait en même temps, et plus efficacement, pour les heures. L'inégalité des heures selon les saisons gênait sans doute moins les affaires que la date variable du commencement de l'année, puisqu'assés bien elles correspondaient à la durée réelle du jour en un temps où le travail ne pouvait régulièrement se poursuivre à la lumière artificielle. Mais l'invention récente de l'horloge à sonnerie attirait l'esprit logique de la bourgeoisie urbaine. Quoi de plus souhaitable, en effet, pour les gens qui vivaient au son des cloches et qui connoissaient les horloges que d'entendre une horloge sonner automatiquement et régulièrement les heures? Mais il ne pouvait y avoir sonnerie automatique que pour des heures égales entre elles: l'invention nouvelle était alliée à l'usage d'un cadran divisé en douze ou vingt quatre

parties égales. Tout se passe comme si c'était les hommes d'affaires qui gouvernaient les grandes villes italiennes qui avaient imposé l'adoption du nouveau système: il semble y avoir eu une horloge à sonnerie à Florence dès 1.325; il y en eut une à Milan en 1.335, une à Padoue en 1.344, une à Gênes en 1.356, une à Sienne en 1.359 pour le moins. Leur adoption satisfaisait l'esprit civique des classes commerçantes au pouvoir; elle leur permettait de dresser en face du campanile du dôme qui sonnait les heures ecclésiastiques, sur la tour du palais municipal déjà pourvue d'une horloge muette et d'une cloche qui appelait les citoyens à leurs tâches civiques, une horloge dont la sonnerie scanderait désormais la vie de la cité; ce n'est plus l'heure des clercs mais l'heure laïque, municipale qui guiderait l'activité de tous les habitants de la ville: aux heures inégales que seuls des gens d'église pouvaient calculer succédaient des heures égales entre elles dont le déroulement automatique était en même temps satisfaisant pour la raison. C'est dans ces collectivités urbaines qui excluent les clercs des charges civiques, qui dispensent dans leurs écoles une culture laïque, que s'est réalisée, selon la marche du progrès technique, une réforme importante pour la vie de tous les hommes où se marquent nettement les tendances intellectuelles nouvelles de la classe dirigeante des hommes d'affaires.

Et, de la même façon, par la pression inéluctable de la nécessité, les hommes d'affaires imposent peu à peu une transformation des pratiques de la morale chrétienne. Celle-ci, on l'a vu, reflétant la civilisation des temps antérieurs, interdisait absolument le prêt à intérêt, en vertu de l'adage d'une société purement agricole et pastorale: «nummus non parit nummos» «un écu ne fait pas d'écus». Or la rémunération du capital est à la base même de l'activité des hommes d'affaires; c'est un des profits qu'ils recherchent pour eux-mêmes et qu'ils assurent à leurs bailleurs de fonds. Aussi l'interdiction canonique a-t-elle lourdement pesé sur leur activité comme sur le développe-

ment de la technique commerciale. Dans la pratique, depuis l'essor du grand commerce, cette rémunération était cachée dans le taux des changes conclus ou dans le chiffre de la somme empruntée, de telle façon que ni le nom ni l'existence même de l'intérêt n'apparussent dans les contrats. Mais de tels camouflages pouvaient valoir pour les petites sociétés des places maritimes; ils n'étaient pas possibles pour les grandes compagnies des places de l'intérieur dont la plupart des ressources provenaient de capitaux déposés chez elles en quête, précisément, de rémunération. La nécessité s'imposa: à Florence, les clercs, qui figuraient eux mêmes parmi les principaux déposants, en vinrent à considérer que l'intérêt était légitime tant qu'il restait limité à un certain taux; la pratique des compagnies qui servaient de 6% à 10% d'intérêt à leurs déposants apparut de plus en plus comme la norme aux canonistes comme à l'opinion; c'est au delà de 15% que les clercs considérèrent qu'il y avait usure et c'est à ces intérêts excessifs qu'ils réservèrent leurs anathèmes. La pratique des hommes d'affaires avait, sur ce point essentiel, modifié une éthique entièrement dominée par des idées religieuses. A la fin du siècle, le dominicain Giovanni Dominici, qui mourut cardinal, enseigne que la richesse peut être un état auquel Dieu a appelé certains hommes: elle n'est donc pas condamnable en soi. Voilà donc leurs aspirations légitimées aussi par l'Eglise.

Toutes ces transformations importantes que l'activité sans cesse accrue des hommes d'affaires a suscitées dans tous les domaines marquent quel actif ferment ils furent dans la civilisation du *xiv^{ème}* siècle: leur esprit rationnaliste et laïque, leur matérialisme, leur soif de profit sont de plus en plus acceptés par une société qui participe par les dépôts même qu'elle leur confie à leur activité et qui a intérêt à leur succès.

Ces hommes d'affaires de plus en plus fastueux, qui habitent les plus belles maisons de leurs villes, des palais où sont hébergés les princes de passage, qui possèdent hors

des villes des propriétés foncières qu'ils cultivent scientifiquement et où ils vont passer dans de riches villas les soirées et les jours chauds, inaugurent un nouveau genre de vie. Ils sont à la fois citadins et campagnards, ils travaillent comme leurs ancêtres dans les rues étroites et les boutiques obscures à l'ombre des monuments de la ville qu'ils aiment et qu'ils dirigent, mais ils vont se délasser dans la nature qu'ils goûtent, comme nous l'apprend Boccace, et mener à la campagne une existence qui les rapproche des derniers nobles féodaux. Ils se donnent la totalité des jouissances, celles du pouvoir et celles du délassement, celles du travail et celles du loisir, celles de la cité et celle des champs, celles de l'intelligence active et celles de l'intelligence spéculative.

Aussi lorsque Pétrarque puis ses disciples que nous appelons les humanistes, remettent en honneur, un fois de plus, la langue et la culture des anciens, lorsque les oeuvres qu'ils font recopier et traduisent et les restes archéologiques vers lesquels celles-ci attirent les regards proposent comme des modèles les modes de vie de l'antiquité, trouvent-ils un écho profond dans ces consciences nouvelles qui par leur éducation, par la marche même, la pression et les nécessités de leurs affaires, s'étaient façonnés une culture une mentalité et une éthique susceptibles de les comprendre et de les accueillir. Aussi bien, le droit romain, plus ouvert aux affaires que les coutumes médiévales et dont un décret de 1346 avait ordonné l'usage en certains cas dans les tribunaux florentins, leur servait-il tout naturellement d'introducteur à la civilisation antique.

Les promoteurs de la Renaissance carolingienne, ceux de la Renaissance du XII^{ème} siècle avaient eux aussi sauvé les manuscrits des anciens et imité leur style à s'y méprendre; ils n'avaient pas pour autant modifié l'éthique de leur siècle. C'est qu'ils n'étaient que quelques clercs érudits enfermés dans leurs monastères ou leurs évêchés sans sympathie ni correspondance avec la société contemporaine de ruraux incultes et de barons batailleurs et sans prise ni

influence sur elle. La Renaissance humaniste du *xiv^{ème}* siècle survient dans des conditions et dans un milieu tout différents: elle est proposée par des érudits laïques à la société des grandes villes d'Italie, dominées par les hommes d'affaires. La civilisation citadine de l'antiquité y trouve d'emblée une résonance favorable. L'exaltation de l'individu, le matérialisme profond, l'esprit de jouissance de la civilisation païenne sont progressivement révélés par les humanistes qui, tout imprégnés du franciscanisme ambiant, avaient d'abord mis l'accent sur le stoïcisme et la pauvreté: ils apparaissent exprimer clairement ce à quoi aspire confusément dans son ensemble cette riche société mercantile qui échappe peu à peu, inégalement d'ailleurs, aux prises de la morale chrétienne. Les humanistes et leur public s'entraînent mutuellement dans la voie de la libération des contraintes morales. Les hommes d'affaires adoptent, en les enhardissant, ces maîtres qui leur recommandent le genre de vie qu'ils tendaient d'eux-mêmes à se créer.

Pétrarque, à la suite de Cicéron, préconise une culture qui mette au centre l'individu, le subjectif, le personnel au lieu de reposer sur les données objectives définies, organisées et classées logiquement de la scolastique. Boccace et les humanistes qui le suivent célèbrent l'individu dont le bonheur est fonction de toutes les jouissances intellectuelles et sensuelles. Ces messages sont parfaitement entendus par ce grand nombre d'hommes cultivés, d'une culture purement laïque, qui constituent l'élite de chaque ville. N'ayant pas fréquenté les Universités, ils ne connaissent la scolastique que par les sermons des Frères Prêcheurs; aucune formation ne s'oppose en eux à ce qu'ils accueillent les paroles nouvelles; au contraire, leur frénésie de s'exalter, tant dans le succès de leurs affaires que dans la jouissance que les profits leur procurent, les tourne tout naturellement vers ces maîtres issus de leur milieu qui demandent à nouveau aux anciens les secrets et les joies de l'hédonisme. Et beaucoup, surtout parmi les plus riches les accueillent sans se laisser retenir par les prescriptions du

christianisme traditionnel. Ils soutiennent, entretiennent applaudissent les traducteurs le plus souvent issus de leurs familles. Le processus arrive à son terme dans les toutes dernières années du siècle : les humanistes abandonnent alors les auteurs austères de l'antiquité et, sous l'influence de Pétrarque vieillissant, du Cicéron des *Tusculanes* et du Xénophon des *Économiques*, sont prêts à considérer avec Leonardo Bruni que la richesse permet le développement des vertus personnelles, à condition qu'on l'ait gagnée soi-même. Les hommes d'affaires vont devenir Mécènes.

Sans cette large élite citadine de plus en plus portée au rationalisme, au matérialisme, à la jouissance sous toutes ses formes par le développement même de ses affaires et de leur technique qui ont défini sa culture nouvelle et transformé sa mentalité, le mouvement humaniste serait sans doute resté, comme les précédents, purement superficiel : la Renaissance ne s'est implantée que parce que les hommes d'affaires avaient déjà créé inconsciemment le climat intellectuel et moral qui lui était favorable ; elle s'est développée parce qu'ils constituaient un milieu social suffisamment ample et influent et qu'ils avaient les moyens matériels d'en soutenir les promoteurs, hommes de lettres et artistes, de tenter personnellement toutes les expériences dispendieuses. Ils ont permis et suscité l'éclosion d'une nouvelle forme de civilisation et l'ont rendue durable. Et dans cette lente transformation d'un siècle, Florence a joué le rôle prépondérant parce qu'elle avait acquis la prédominance sur les cités toscanes de l'intérieur, parce qu'à la différence de Milan elle était dirigée par des hommes d'affaires et parce que le cadre propre des affaires de ceux-ci, les grandes compagnies, imposait à ses citoyens un développement intellectuel et mental bien plus rapide.

Y. RENOARD

Doyen de la Faculté des Lettres de Bordeaux

UMA CARTA INÉDITA DE D. FERNANDO DE CASTRO

Fins de Junho de 1546. Os mares encapelados pelo vento da monção rugiam no Golfo de Cambaia e vinham quebrar-se sobre os penedos de Diu, fustigados pela chuva torrencial, onde atrás dos muros esboroados pelo tiro inimigo um punhado de bravos agarrava-se ainda. Havia já três meses que durava o cerco da fortaleza portuguesa pelas hostes do rei de Cambaia, iniciado sob o comando do renegado Coja Sofar, e depois da sua morte prosseguido com mais fúria ainda pelo filho Rume Cão, sequioso de vingança. Já estavam as cavas entulhadas, as baterias cegas pelo fogo inimigo, os baluartes já minados e os muros esburacados, aos cercados faltavam já os mantimentos e as munições; decimados, doentes e aleijados a sua resistência tornava-se cada vez mais desesperada.

Foi só então que o valente capitão, D. João Mascarenhas, resolveu-se a pedir socorro. Fê-lo, diz Gaspar Correa, «por esforçar a gente mais que por lhe parecer que aproveitava, pois lhe nom podia hir senão em agosto», quando, com o fim da monção no Oceano Índico, a navegação tornar-se-ia de novo viável. Entretanto, o vigairo de Diu, João Coelho, exemplar destes clérigos denodados que acompanharam a epopeia portuguesa, ofereceu-se para enfrentar os mares invernais com doze marinheiros numa das pequenas embarcações indianas chamadas *catures*, e «em presença de todos jurou tornar com resposta, se a morte lho nom estrovasse.»

Mascarenhas então escreveu aos capitães de Baçaim e Chaul, que eram mais próximos para poderem mandar socorro, mas também a eles enviou um carta ao Governador da Índia, D. João de Castro, pedindo que a despachas-

sem a Goa por terra. Ao mesmo tempo, é Correa que nos informa (1), mandou ao filho mais novo do Governador, D. Fernando de Castro, que estava em Diu, que escrevesse por sua parte ao pai. O rapaz, porém «nom quis mais escrever que somente mea folha de papel a seu pay, em que lhe dizia que estava de saude, e que a fortaleza estava assy como lhe o capitão escrevia.»

Esta carta do capitão, datada de 2 de Julho de 1546, existe ainda. Conserva-se na preciosa Colecção de S. Lourenço, na Torre do Tombo, de onde a extraiu o Sr. Dr. António Baião para publicar na sua interessantíssima *História Quinhentista do segundo Cerco de Diu*, ali transcrevendo também uma breve carta de D. Fernando de Castro, datada do dia anterior, dirigida porém não ao pai mas ao irmão, D. Álvaro de Castro. O original desta pode ver-se na mesma Colecção de S. Lourenço, a seguir a outra carta de D. Fernando, muito mais extensa e datada de 5 de Maio, também endereçada ao irmão, e que já tive ocasião de citar na minha biografia de D. João de Castro. Nem nesta Colecção, porém, nem alhures encontrei vestígio da carta ao pai referida por Gaspar Correa, e em vista da paridade das datas concluí que o cronista confundisse dando como escrita ao Governador a carta de 1.º de Julho dirigida a D. Álvaro de Castro.

Foi portanto com surpresa e o mais vivo interesse que recentemente, a folhear um catálogo dos livros e manuscritos da biblioteca Ameal vendidos em leilão em 1924, constou-me da existência de uma terceira carta de D. Fernando de Castro, esta, de facto, escrita ao pai. Pus-me em contacto imediato com o adquiridor do precioso documento, o distinto coleccionador Sr. Dr. Jorge de Faria, e devido a sua inexcédível gentileza, tive a carta de empréstimo entre as mãos. Assim pude examinar e estudá-la, verificando que é exactamente a tal carta referida por Gaspar Correa.

Como afirma o cronista, o texto ocupa somente meia folha de papel; é dirigida a D. João de Castro, e é datada

(1) *Lendas da Índia*, tomo iv pág. 481, 482.

de primeiro de Julho, o dia anterior ao da missiva de D. João de Mascarenhas ao Governador, o mesmo em que D. Fernando escreveu também ao irmão. O autógrafo é indubitavelmente o das duas cartas de D. Fernando existentes na Torre do Tombo, mas enquanto que aquelas dirigidas a D. Álvaro sejam rabiscadas em letra execrável que mal se percebe, esta carta ao pai é escrita com certo cuidado em caligrafia muito regular e bem legível. Isto fez-me sorrir, a relembrar o dizer de D. Fernando quando, logo depois de chegar a Diu, escreveu ao irmão: «ey de fazer isto primeyro a vossa Mercê que a meu pai, ho mais não temdo arreceo de bõma pena.» A diferença de aspecto entre as cartas é elucidativa. D. João de Castro, que ele mesmo tinha uma bela caligrafia, havia de ser exigente a este respeito, e esta última carta foi escrita com o «arreceo» de suas críticas.

Ela consta de uma folha dobrada de bom papel de 21×31 cms. — formato vulgar na correspondência da época. No canto esquerdo superior leva a indicação «de seu fº dom fernando», traçada por mão coeva mas em tinta já mais desbotada. O texto da carta, conforme a minha leitura é como segue:

Sr

heu fiquo de saude noso sñr seja louvado e toda minha cõpanhia som^{te} Jorge dalmeyda hũ fidalgo homrado q̃ esta ferido dũa espingardada porq̃ este he officio divido a nosas p^{as}/ he eles e eu fiquamos servimdo noso capitão segundo emxemplo e doutrina q̃ Recebi de v. m. porq̃ p^a syma de cõprir seu mãdado sigo meu naturall não tenho mais q̃ dizer a vosa m^e senão q̃ em toda parte dõde estiver serey seu fº/ noso sñr acrecemte a vida a vosa m^e de dio Pº de Julho

fº de V. m^e

dõ fernãdo de Crastro

Sobrescritos no verso da folha: ao governador da Imdia
meu sñr

Tal foi a derradeira mensagem ao pai do simpático e infeliz rapaz — «Em toda a parte donde estiver, serei seu filho» De facto sempre o foi. Desde a sua chegada a Diu cercado, e durante as poucas semanas que lhe restavam ainda para viver, em todos os trabalhos, perigos e sacrifícios D. Fernando mostrou-se digno filho de D. João de Castro, até a morte heróica e desastrosa na explosão da mina debaixo do baluarte de S. João. Também ali havia de morrer com ele o «fidalgo homrado» Jorge de Almeida, o valente companheiro já referido por D. Fernando de Castro na carta ao irmão de 5 de Maio — «q̃ nũqua topey omẽ que lhe iguallasse.»

Para o historiador o pequeno documento acima transcrito não trás informações novas nem projecta nova luz sobre os episódios trágicos e gloriosos da epopeia de Diu. Apenas vem confirmar a exactidão de um acerto de Gaspar Correa. A sua sobrevivência deve-se sem dúvida ao coração de um pai que, tal preciosa relíquia, havia de conservar as últimas linhas a ele dirigidas pelo filho querido. Também para nós, que através dos fastos e pompas da história oficial procuramos vislumbrar as almas humanas dos homens e mulheres que os presencaram, estas lembranças pessoais são preciosos, e a carta particular a mais banal é de um interesse empolgante.

Papéis esparsos, amarelecidos pelos anos, que brancos e novos tremularam com o troar dos basiliscos de Diu, que foram levados nos *captures* sobre as ondas procelosas, que passaram pelas mãos dos heróis — toquemo-lhes com reverência, estes sobreviventes silenciosos de um mundo que passou, como também há-de passar este nosso, que não é de vida mais intensa nem menos irreal do que ele.

ELAINE SANCEAU

PRÉCÉDENTS ET PARALLÈLES EUROPÉENS DE L'ESCLAVAGE COLONIAL (*)

Chacun sait que l'esclavage a connu dans les colonies de l'époque moderne, et surtout dans les colonies d'Amérique, un développement considérable. A première vue, le lien qui unit cet esclavage colonial à l'histoire sociale du monde européen médiéval et moderne ne semble pas très évident. C'est qu'en effet on croit trop souvent que l'esclavage a disparu de l'échelle sociale de la plupart des pays européens à une époque aussi reculée que la fin de l'Antiquité. On sait qu'il a existé des serfs, c'est-à-dire des demi-libres, pendant les dix siècles de l'époque médiévale, mais on ignore trop souvent que l'esclavage a subsisté dans de nombreuses régions pendant toute la longue période

(*) Communication faite le 10 décembre 1948 à l'Instituto de Coimbra.

Je n'ai pas joint de références à mon exposé. On trouvera tous les compléments d'information désirables dans mon ouvrage: «L'esclavage dans l'Europe médiévale» (3 vol., dont le premier est sous presse dans la série des Travaux de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Gand). On peut consulter en attendant une série de travaux publiés par moi dans diverses revues: «L'esclavage dans le monde ibérique médiéval» (*Anuario de historia del derecho español*, t. XI, 1934, pp. 283-448 et t. XII, 1935, pp. 361-424); «Esclaves du Sud-Est et de l'Est européen en Espagne orientale à la fin du moyen âge» (*Revue historique du Sud-Est européen*, t. XIX, Bucarest, 1942, pp. 371-406); «Note sur l'esclavage à Montpellier au bas moyen âge (XIII^e-XIV^e siècles)» (*Etudes d'histoire dédiées à la mémoire de Henri Pirenne*, Bruxelles, 1937, pp. 451-469); «L'origine de *sclavus*-esclave» (*Archivum Latinitatis medii aevi*, t. XVII, 1942, pp. 97-128); «Esclavage et ethnographie sur les bords de la Mer Noire (XIII^e et XIV^e siècle)» (*Mélanges Van der Essen*, t. I, Bruxelles, 1948, pp. 287-298); «La colonie vénitienne de Tana, centre de la traite des esclaves au début du XV^e siècle» (*Studi in onore di Gino Luzzatto*, Milan, 1949).

qui sépare la chute de l'Empire romain d'Occident de l'âge héroïque des grandes découvertes, et que cette institution a même continué à exister en Europe bien après cette date.

Il ne sera donc pas dénué d'intérêt de montrer que l'esclavage européen a été en réalité le précurseur de celui qu'ont connu les civilisations coloniales.

Pour comprendre l'évolution de l'esclavage au moyen âge, il est nécessaire de remonter jusqu'à la fin du Bas-Empire. Cette période qui a vu s'accomplir tant de changements dans la vie économique et sociale et qui a exercé une action si profonde sur la transformation des institutions ne nous est guère connue, en ce qui concerne l'esclavage, que sous son aspect juridique. On peut suivre surtout l'évolution de la loi dans ses rapports avec la classe des esclaves. Cette étude permet de dégager l'influence des idées philosophiques et religieuses, principalement celle du stoïcisme et du christianisme. La transformation de l'esclavage sous l'action des idées chrétiennes a donné naissance à une abondante littérature, malheureusement trop souvent de valeur médiocre et trop violemment divisée en deux camps hostiles pour rester vraiment scientifique et objective.

Sans vouloir revenir sur la question, il y a lieu de remarquer que la doctrine évangélique qui s'intéresse avant tout au monde moral, n'a jamais visé à supprimer l'esclavage. Le Christ, dit un texte, «*non venit mutare condiciones, sed mentes*». Il faut attendre St. Grégoire de Nysse pour voir combattre la légitimité de l'institution, sans beaucoup de succès d'ailleurs. Cependant, le changement de mentalité engendré par le christianisme, bien plus que les écrits des Pères de l'Eglise, divergents comme leurs personnalités, fut l'une des causes de la lente transformation de l'esclavage, sinon de sa disparition comme on l'a prétendu à tort. L'Eglise, peu intéressée primitivement par les conditions sociales, a néanmoins contribué efficacement à les transformer par son action morale, car il est certain qu'aucune philosophie humanitaire antique n'a pénétré aussi

profondément l'esprit des masses que n'a pu le faire la religion chrétienne.

Agent de transformation de l'esclavage, le christianisme ne l'a pas supprimé. L'Eglise permet à ses fidèles et même à ses dignitaires de posséder des esclaves. Elle leur ordonne seulement de les traiter avec humanité. L'affranchissement est une oeuvre pie, mais nullepart il n'est imposé, ni même expressément recommandé. Le christianisme a certainement contribué à faire diminuer le nombre des esclaves à la fin de l'Antiquité, mais il ne saurait être considéré comme la cause principale de ce phénomène social, moins encore comme sa raison unique.

Il faut donc chercher ailleurs et examiner notamment les conditions économiques. Mais ici les renseignements sont fort maigres et les interprétations demeurent contradictoires. D'après les uns, c'est la nature même de l'économie esclavagiste antique qui la condamne à disparaître. Ceux qui pensent ainsi invoquent la faible capacité productive de l'esclave, les frais d'entretien qui auraient été fort élevés, le manque de soin apporté au travail. Ces auteurs se basent, parfois sans s'en rendre compte bien nettement, sur des théories nées au XVIII^e siècle et formulées avec une force particulière par le grand économiste anglais Adam Smith, dont ils appliquent les conceptions, sans souci de l'anachronisme, à l'évolution de la société antique, pourtant si différente des sociétés coloniales de la fin des temps modernes observées par Smith. C'est une erreur où est tombé notamment l'économiste et historien italien Salvioli dans son livre célèbre sur le capitalisme antique.

D'autres savants croient, au contraire, que ce sont les ouvriers libres qui auraient coûté cher à entretenir dans le monde antique. Les entrepreneurs industriels et agricoles auraient bien souvent couru le risque de ne pas voir fructifier les capitaux qu'ils consacraient à leurs salaires et à leur apprentissage. Ces inconvénients n'auraient pas existé pour la main d'oeuvre servile. Pareille opinion, défendue notamment par l'érudit allemand Eduard Meyer, est diamétrale-

ment opposée à celle des auteurs précédents. Tout comme cette dernière s'appuie sur Adam Smith, elle peut, de même, se prévaloir de l'avis de techniciens de l'économie et invoquer notamment l'autorité de J. E. Cairnes. Celui-ci est l'auteur d'un livre intitulé *The Slave Power, its character, career and probable designs* dont la seconde édition fut publiée en 1863, deux ans avant la suppression de l'esclavage nord-américain par Lincoln. Ce volume, objectif et scientifique, est l'oeuvre d'un témoin oculaire de l'économie esclavagiste. Or, il en admet le caractère rentable.

Ce n'est donc pas non plus du côté des théories économiques qu'il faut chercher les raisons de la diminution du nombre des esclaves à la fin de l'Antiquité. De pareilles théories sont trop faciles à construire après coup pour ces hautes époques; on ne peut les étayer suffisamment de faits bien connus et d'interprétation certaine. Sans doute, la diminution des esclaves elle-même fut-elle la cause des transformations économiques et sociales qui substituèrent à l'économie esclavagiste des formes d'exploitation où le faire-valoir direct à l'aide d'esclaves fut, en grande partie, éliminé.

Mais alors où trouver l'explication de l'évolution de la classe servile au Bas-Empire? L'histoire politique seule peut fournir la solution de cet important problème.

C'est la *Pax Romana* qui, en mettant fin aux guerres de conquête, n'a plus permis de jeter sur le marché les grandes masses d'esclaves dont avaient besoin les *latifundia*. Cette *pax romana* c'est, en somme, surtout au II^e siècle de notre ère et pendant le premier tiers du III^e qu'elle fit sentir ses effets. Or, n'est-ce pas précisément à cette époque que se développe le colonat et que s'étend la demi-liberté, annonciatrice du servage médiéval? Les guerres avec les Barbares, devenues intenses surtout après la mort d'Alexandre Sévère en 235, jettent bien sur le marché, de temps à autre, des quantités assez considérables d'esclaves, mais elles ne modifient pas suffisamment le recrutement de la main d'oeuvre pour entraver l'évolution commencée. Ce ne

sont plus des peuples que l'on combat, mais des bandes d'envahisseurs peu saisissables. De plus, ces luttes sont loin d'être toujours victorieuses pour les Romains. Or, l'expérience faite dans toutes les économies esclavagistes prouve que, lorsque la traite diminue ou disparaît, le nombre des esclaves nés dans la maison ou sur les terres du maître n'est pas, à la longue, suffisamment élevé pour permettre à l'esclavage de subsister.

Jusqu'à présent on n'a pas réussi à établir dans quelle proportion le nombre des esclaves a alors diminué. On ne sait pas quel était, à peu près, à l'époque de la fondation des monarchies germaniques qui s'élevèrent sur les ruines de l'Empire durant le v^e siècle, le rapport de la population servile avec l'ensemble des habitants non pas seulement de l'Empire, non pas de l'Italie ou d'une des grandes provinces, mais d'un seul domaine rural. On est frappé de l'indigence de nos connaissances lorsque l'on parcourt les ouvrages consacrés à l'histoire économique et sociale de ces temps. Les auteurs multiplient les hypothèses, mais sont incapables de fournir des faits précis. Il semble qu'hypnotisée par le colonat qui naît, l'érudition ait détourné son regard de l'esclavage qui décline.

Cependant, une chose est sûre : le colonat n'a pas évincé l'esclavage. Cette condition juridique nouvelle ne s'est répandue que dans les milieux ruraux. Elle y a substitué partiellement aux esclaves un ensemble de tenanciers d'origine aussi bien libre que servile. Mais l'esclavage domestique, bien qu'entamé par la conjoncture nouvelle, a subsisté. Même dans les domaines agricoles, l'esclavage n'a pas disparu ; loin de là. Salvien dans son *De gubernatione Dei* parle encore, vers 440, de troupeaux d'esclaves surveillés par des *actores*, des *silentarii*, des *procuratores*, tout comme à l'époque classique.

Dans les Etats germaniques du haut moyen âge, l'esclavage a continué à exister. Les sources en sont restées, dans l'ensemble, les mêmes que sous l'Empire. La célèbre *Histoire des Francs* de Grégoire de Tours contient de nom-

breux exemples de réduction en captivité à la suite de guerres. La Vie de Saint Césaire d'Arles raconte que cet évêque du VI^e siècle racheta des prisonniers de guerre emmenés par les Ostrogoths en Italie, mais il est certain que tous les prisonniers ne furent pas libérés. Les malchanceux restent esclaves. Dans la Vie de St. Gall, nous voyons que les Francs qui avaient pénétré en Alamanie, au début du VII^e siècle, emmenèrent beaucoup d'habitants en captivité. Quelques servantes s'étant réfugiées auprès de la cellule où avait vécu le saint, furent découvertes par les envahisseurs; elles eurent beau se réclamer de sa protection, les vainqueurs ne les écoutèrent pas et elles devinrent esclaves en pays franc. Ainsi des chrétiens en réduisaient d'autres en servitude, si peu développée était encore la notion de société chrétienne.

A côté de la guerre, la traite alimentait également la classe servile. La Vie de St. Eloi rapporte que lorsque ce saint apprenait que l'on vendait des esclaves en quelque lieu, il accourait aussitôt pour les racheter. Parfois un seul navire en contenait plus de cent. Il y avait là des hommes et des femmes de toute nationalité, depuis des Gallois et des Bretons jusqu'à des Maures, mais surtout des Saxons que l'on arrachait alors par troupeaux entiers à leurs foyers. A lui seul, ce passage d'un récit hagiographique concernant le VII^e siècle, prouve l'existence d'une véritable traite. Le navire «négrier» auquel s'en prend St. Eloi transporte une cargaison humaine aussi nombreuse que les vaisseaux qui faisaient le commerce des noirs au Rio dos Escravos dès le milieu du XV^e siècle.

L'esclavage temporaire pour dettes ou obnoxiation était une autre source de la classe servile. Cette institution d'origine romaine a subsisté à l'époque mérovingienne et s'est maintenue dans le droit byzantin pendant tout le moyen âge. On la trouve encore, pour ne citer qu'un exemple, au XIV^e siècle dans un traité juridique, l'Hexabiblos d'Harménopoule. L'esclavage pénal, punition d'un délit, a également son importance. De nombreux articles

des lois visigothiques, burgondes, alamanes, bavaroises et anglo-saxonnes s'y rapportent.

La condition des esclaves au haut moyen âge est surtout connue par la législation des peuples germaniques. La loi salique, entre autres, nous renseigne abondamment sur ce sujet. Alors qu'à l'époque où Tacite rédigeait son *De Germania*, la condition des non-libres était moins dure chez les Germains que dans l'Empire, il en est tout autrement dans la loi des Saliens. Le recul est net par rapport à la législation théodosienne. Chez les Francs l'esclave est protégé contre des tiers, mais non contre son maître. La loi romaine, au contraire, limitait l'arbitraire de celui-ci.

Certains peuples germaniques réservaient cependant à leurs esclaves un traitement plus humain. Alors qu'au v^e siècle les Visigoths, au témoignage de Salvien, ne croyaient pas commettre un crime en tuant leurs esclaves, nous voyons qu'une loi, promulguée par un des rois qui les gouvernèrent lorsqu'ils se furent fixés en Espagne, défend aux maîtres, sous peine d'infamie et d'une amende d'une livre d'or, de faire périr leurs captifs. La sentence de mort ne peut être prononcée que par le juge. Cette humanité plus grande est assurément due à l'influence du christianisme. On n'en saurait douter lorsqu'on lit dans une autre loi de ce peuple qu'il est interdit aux maîtres de mutiler leurs esclaves parce qu'il n'est pas permis de défigurer les créatures de Dieu.

Chez les Burgondes également on trouve plus d'humanité que chez les Francs. La loi de ces derniers est muette sur le *wergeld* des esclaves, c'est-à-dire qu'elle ne frappe leur meurtrier d'aucune peine pécuniaire. Dans la loi burgonde, au contraire, le *wergeld* des esclaves varie suivant la capacité de la victime. Les propriétaires burgondes louaient fréquemment dans les villes ceux de leurs esclaves qui travaillaient l'or, l'argent et le fer. Il est clair qu'ils leur assuraient ainsi une autonomie relative.

L'esclavage a si peu disparu pendant les premiers siècles du moyen âge que l'on rencontre des dispositions légales visant à renforcer le droit qu'avait le maître de disposer de

la personne de ses esclaves, même si ceux-ci étaient fixés héréditairement sur une terre. On les appelait alors «originaires»; leur condition se rapprochait déjà de celle des demi-libres que connaîtront les siècles ultérieurs. Or, un passage de l'édit de Théodoric, roi des Ostrogoths, met ces «originaires» absolument sur le même pied que les esclaves ordinaires. «Que tout maître, dit ce texte, ait le droit de tirer des champs les esclaves des deux sexes qu'il possède par corps et par droit légitime — fussent-ils originaires —, pour les transférer dans les divers lieux de son domaine ou les appliquer au service de la ville. Qu'on n'admette aucun litige sur les faits et les arrangements de ce genre et sur l'opposition d'origine. Qu'il soit permis au maître d'aliéner par contrat les hommes de la dite condition sans aucune portion de terre ou de les vendre, de les céder à qui bon lui semblera, ou de les donner». C'est à rien de moins qu'à entraver l'évolution vers le colonat ou la demi-liberté que tend une telle disposition. Pour y parvenir, elle «mobilise» l'esclave, elle le détache de la terre, en rompant le lien héréditaire que la coutume commençait à tisser entre elle et lui. Un domaine se composant de biens souvent très éloignés les uns des autres, le déplacement d'une famille servile par le maître plongeait celle-ci dans un milieu entièrement nouveau, où sa condition personnelle dépendait absolument de l'arbitraire du propriétaire.

En Grande Bretagne, chez les Angles et les Saxons, les lois du Wessex admettent la réduction en esclavage des Gallois. La législation promulguée par Ethelred défend, toutefois, de vendre les captifs hors du pays, et l'on retrouve des stipulations analogues chez les Alamans, les Lombards et les Frisons. Ces prescriptions sont d'ailleurs très mal observées.

La législation conciliaire en matière d'esclavage est très développée. L'Eglise du haut moyen âge, fort différente en cela de celle des premiers siècles, s'est occupée de tous les aspects de la condition sociale de l'esclave.

Le concile d'Agde de 506, par exemple, après avoir défendu de vendre les vases d'église, d'aliéner les maisons,

les esclaves et les autres biens qui font subsister les pauvres, déclare qu'il est permis à l'évêque d'affranchir les captifs qui ont bien servi l'Eglise, sans que ses successeurs puissent les réduire à nouveau à leur condition première. Il est licite également de leur donner quelque chose au moment de leur affranchissement, à condition que la valeur n'en excède pas vingt sous d'or en terres, vignes ou immeubles.

En ce qui concerne l'admissibilité à la cléricature, le premier concile d'Orléans de 511 suit la décision du pape Gélase Ier, d'après laquelle le prêtre qui a été esclave garde sa dignité en cas de contestation avec le maître, mais perd son pécule, tandis que le simple clerc doit être restitué, alors que le diacre peut désigner un remplaçant qui sera rendu à sa place.

Il est intéressant de rapprocher de ces canons conciliaires certaines règles monastiques. Ainsi la règle de Saint Benoît admet aussi bien les esclaves que les libres dans l'ordre bénédictin. Ce principe est repris dans la règle d'Isidore de Séville, mais les règles ultérieures s'inspirent des usages admis pour le clergé séculier.

L'Eglise a pris un grand nombre de mesures tendant à protéger les esclaves tant au point de vue moral qu'au point de vue matériel. C'est évidemment dans le but d'assurer l'intégrité de la foi des captifs qu'elle sévit contre les Juifs propriétaires d'esclaves chrétiens. Pendant tout le moyen âge et dans tous les pays, de nombreuses décisions conciliaires s'occupent de cette question. L'Eglise entend aussi défendre les esclaves contre l'arbitraire du maître. Un concile d'Auxerre de la fin du vi^e siècle interdit de les faire travailler le dimanche et, en Grande-Bretagne, une assemblée d'évêques tenue en 691, sous le roi Ina de Wessex, stipule que, si un maître force son esclave à travailler le dimanche, le captif sera affranchi.

Il ne faudrait pas croire, cependant, que l'Eglise, malgré les dispositions humanitaires dont elle a donné tant de preuves, ait été hostile à l'institution elle-même. Tout

comme la loi civile, la législation canonique admet l'esclavage pénal. Le troisième concile de Tolède de 589 n'ordonne-t-il pas de vendre comme esclaves les femmes qui auraient vécu en concubinage avec des ecclésiastiques?

Néanmoins on constate peu à peu une transformation des conceptions relatives à la servitude. La législation reconnaît progressivement une certaine personnalité à l'esclave. Dans la loi des Ripuaires, rédigée à l'époque carolingienne, il apparaît de plus en plus comme doté d'une responsabilité pénale distincte de celle du maître. Des dispositions de même nature sont contenues dans d'autres lois germaniques et annoncent, du moins dans la plus grande partie de l'Europe occidentale, la substitution du servage à l'esclavage.

Ici se pose la question capitale de la date de cette importante transformation sociale.

Dès l'époque mérovingienne, le régime du colonat a exercé une certaine attraction sur celui auquel étaient soumis les esclaves. Evolution, en somme, analogue à celle que l'on constate sous le Bas-Empire. Mais, pas plus qu'alors, les esclaves n'ont été absorbés dans le colonat. Cependant, il est incontestable que leur nombre diminue. Au IX^e siècle, le fameux Polyptyque de l'abbé Irminon, qui décrit les terres composant le domaine de l'abbaye parisienne de St. Germain des Prés et indique la condition des habitants, mentionne assez peu d'esclaves (*servi*), tandis que les classes de demi-libres, comme les colons et les lites, sont beaucoup mieux représentées. Or, aux XII^e et au XIII^e siècles, la très grande majorité de la population rurale est désignée sous le nom de *servi*, qui signifie alors manifestement «serfs» et non plus «esclaves». C'est donc entre le IX^e et le XIII^e siècles que l'on doit placer la transformation du sens du mot *servus* d'esclave en serf.

Il y a de fortes raisons de croire que cette transformation s'est réalisée en grande partie dès le IX^e siècle. En effet, lorsqu'avant le X^e siècle quelqu'un renonçait à la liberté, il se faisait lite, colon ou *servus*. Or, à partir du

x^e siècle, c'est à peu près uniquement *servus* que devient l'homme qui, pour une raison ou une autre, abandonne à autrui le droit de disposer de sa personne. Ce n'est assurément pas que l'esclavage ait tout à coup supplanté le colonat et l'institution lidile. C'est qu'il commence à être beaucoup moins représenté que le servage, lequel absorbera peu à peu toutes les classes inférieures de la société occidentale.

D'autre part, une des sources principales de la servitude a été jusqu'à l'époque carolingienne, la guerre d'Etat à Etat, la guerre nationale. Or, la monarchie carolingienne a, en grande partie, supprimé cette sorte de conflits. Une nouvelle *pax romana* a régné à l'intérieur de l'Empire et a empêché les razzias entre peuples germaniques. Lors de la décomposition de l'Empire, dès après la mort de Charlemagne, il n'y a plus que des guerres civiles, des conflits que l'on peut déjà considérer comme féodaux. Ce sont des luttes de frères ennemis qui se tuent, mais ne se réduisent plus en esclavage, comme ils feraient d'étrangers. C'est alors seulement que commence à jouer et à agir en cette matière l'idée de société chrétienne.

La traite, certes, subsiste au ix^e siècle, mais elle a changé entièrement de caractère. Combattue par les conciles, limitée par les capitulaires, elle devient de plus en plus un commerce interlope. Les documents du ix^e siècle, et plus encore ceux du x^e, nous la montrent passant pour ainsi dire par dessus le territoire des pays occidentaux sans les pénétrer. Ces pays ne sont plus que des zones de transit. Déjà le concile de Meaux de 845 parle de marchands qui conduisent des esclaves païens à travers beaucoup de pays chrétiens pour les vendre à d'autres païens. Les documents postérieurs prouvent qu'il s'agit de Slaves d'au delà de l'Elbe, vendus — souvent par des Juifs — dans le califat umayyade d'Espagne. Presque jamais les textes qui nous renseignent sur le commerce des esclaves au ix^e siècle ne font allusion à des ventes à l'intérieur d'Etats chrétiens. La traite a cessé d'être une source de la servitude en Europe occidentale.

Si l'esclavage disparaît à une époque voisine du IX^e siècle dans l'Ouest de l'Europe continentale, il continue cependant à exister dans la périphérie maritime.

Et notamment en Grande-Bretagne. C'est que précisément, dans ce pays, les guerres nationales entre Anglo-Saxons, Gallois, Irlandais, Ecossais persistent, entraînant des razzias, suivies de réductions en captivité. Les membres de la plus basse des classes sociales de la société anglo-saxonne portent le nom de *theow*. Au X^e siècle encore, un texte des dialogues d'Aelfric montre combien leur condition restait dure. Au XI^e siècle, le *Domesdaybook* ne parle plus de *theows*, mais de *servi*. Toutefois, les quelques 25.000 *servi* mentionnés sont loin d'être tous de la même condition économique et juridique. Il en est qui sont chasés et tiennent des terres du seigneur; d'autres ne le sont pas et vivent en véritables esclaves sur la réserve seigneuriale. Certains payent un chevage, d'autres pas. Pour le comté d'Essex, nous avons la bonne fortune de posséder une double série de chiffres relatifs les uns à 1066, les autres à 1086. Or les *servi* y ont très considérablement diminué à cette seconde date. Pour désigner ceux qui sont chasés d'autres appellations prévalent. On peut en conclure que le nombre des esclaves véritables a fortement diminué. En effet, la conquête normande a amené de très importants changements. Les Normands, venus du continent, ne connaissaient plus l'esclavage proprement dit. Les nouveaux seigneurs auront donc été amenés à renoncer, dans une très large mesure, au faire-valoir direct à l'aide de *theows*, nourris par eux, pour recourir aux corvées des *villani* et des *bordarii*.

Cependant, n'allons pas croire que l'esclavage disparaît complètement en Grande-Bretagne avec la conquête normande.

En 1102 encore, le concile de Londres défend «*ne quis illud nefarium negotium quo hactenus in Anglia solebant homines sicut bruta animalia venundari deinceps nullatenus facere presumat*». Guillaume de Malmesbury dans sa Vie de Wulfstan, évêque de Worcester mort en 1095, dit que ce

saint prêchait chaque année plusieurs semaines contre le commerce des esclaves à Bristol. L'esclavage, d'ailleurs, eut la vie très dure dans le pays de Galles. Les *Leges Wallicae* montrent combien il y était rigoureux: «*Hero enim eadem est potestas in servum ac in jumentum*» dit un article; et un autre «*Si servus alicujus inter famulandum occisus fuerit, contra herum lege non agetur*». Il n'y a guère de raisons de croire que l'institution disparut entièrement du pays avant sa soumission effective par le roi d'Angleterre au xiv^e siècle.

Pour ce qui regarde l'Irlande, le synode d'Armagh de 1170, tenu peu après la réunion de l'île à Angleterre, déclare que les maux des Irlandais sont une juste punition de leurs péchés et surtout de celui qu'ils commettent depuis longtemps en réduisant en servitude des Anglais achetés aux pirates et aux marchands. Cette situation cessa évidemment avec la conquête.

En Angleterre, au pays de Galles et en Irlande on peut donc dire que, tout comme sur le continent à l'époque carolingienne, c'est l'unification politique qui a mis fin à l'esclavage.

En Europe occidentale, on le sait déjà, l'esclavage décline rapidement dès le ix^e siècle. Il n'en est pas de même de la traite. Si les pays chrétiens d'Occident ne servent plus guère que de zone de transit, le commerce des captifs, néanmoins, garde une importance proprement européenne.

Au ix^e et surtout au x^e siècle, les esclaves d'origine transpyrénéenne sont particulièrement nombreux en Espagne musulmane sous le nom de *Sakaliba*, c'est-à-dire de Slaves. Sous le règne d'Abd-er-Rahman III des dénombrements successifs révèlent qu'il y a, rien qu'à Cordoue 3.750, puis 6.087, enfin 13.750 esclaves slaves. Pendant cette période (912-961) l'augmentation de leur nombre a donc été très rapide. A la fin du règne, au seul palais de Madinat az-Zahra près de Cordoue, vivent 3.750 *Sakaliba*.

Le commerce des esclaves slaves était, en grande partie, entre les mains de marchands juifs. Ils achetaient en masse

les prisonniers faits au cours des guerres incessantes contre les Slaves qu'entreprenaient les souverains germaniques.

Comment tous ces Slaves étaient-ils conduits en Espagne musulmane?

Si nous faisons abstraction de ceux qui étaient dirigés sur le Levant par la vallée du Danube, nous pouvons distinguer essentiellement deux itinéraires. Le premier, qui est aussi le moins important en ce qui concerne l'Espagne, conduisait de la Bavière — où le tonlieu de Raffelstätten (906) atteste l'activité de la traite — vers Walenstad dans les Alpes. Cette localité, sise dans l'évêché de Coire, était le siège d'un péage important par où passait une grande partie du trafic entre l'Allemagne du Sud et l'Italie. C'était la route qui menait au col du Septimer. Or, dans un tarif de 1050 environ, nous trouvons: «*De unoquoque mancipio, quod ibi venditur, denarii II*». Nul doute que ce tarif ne consigne des usages beaucoup plus anciens. De Walenstad il était évidemment facile d'arriver à Venise. Nous savons que, déjà à l'époque de Charlemagne, les rapports des Vénitiens avec les Arabes étaient tellement suivis qu'ils transportaient même leurs ambassadeurs. Quoi d'étonnant, dans ces conditions, qu'ils aient aussi conduit des esclaves vers les ports de l'Espagne musulmane? Nous n'en avons, toutefois, pas de preuves formelles.

Le second des itinéraires que nous pouvons reconstruire était plus suivi. Des bords de l'Elbe, il menait à Coblenze, ville pour laquelle nous avons un tarif de tonlieu du XI^e siècle qui dit: «*Judei pro unoquoque sclavo emticio debent 4 denarios*». Il est clair que ce tarif reflète une situation qui existait longtemps auparavant. De Coblenze, par les vallées de la Moselle et de la Meuse, les marchands d'esclaves, accompagnés de leur marchandise humaine, gagnaient Verdun. Les Juifs de cette ville étaient depuis longtemps en relations avec l'Espagne. En 955, Recemund, évêque d'Elvira, vint de ce pays en Allemagne avec un Verdunois. En 956, l'empereur Otton I^{er} envoya l'abbé Jean de Gorze comme ambassadeur à Cordoue. Le moine

se fit accompagner par « *Viridunensis quidam gnarus partium Hispaniarum* ». Liutprand, évêque de Crémone, dans son *Antapodosis* (958-962) nous apprend que Verdun était une véritable manufacture d'eunuques. Ceux-ci étaient ensuite conduits en Espagne.

Par quelle route? Nous pouvons aisément nous en faire une idée, si nous nous rappelons que, déjà du temps d'Agobard, les Juifs de Lyon et d'Arles entretenaient d'actifs rapports commerciaux avec l'Espagne musulmane et faisaient la traite dans ce pays. De Verdun, les caravanes d'esclaves gagnaient les vallées de la Saône et du Rhône qu'elles descendaient jusqu'à la Méditerranée. Arles leur servait, sans doute, de port d'embarquement. On est d'autant plus tenté de le croire que l'on sait quel rôle considérable le sud de la France jouait dans l'activité commerciale de caractère « international » dont les Juifs font preuve à ce moment. Dans toute la France méditerranéenne, il n'y avait alors aucun port qui fut aussi facilement en communications avec le reste de l'Europe occidentale que celui d'Arles.

D'Arles, les captifs étaient embarqués pour l'un des ports de l'Espagne musulmane, sans doute pour Almeria qu'As-Sakati nous dépeint comme le grand port d'arrivage des esclaves.

Ainsi se trouve expliquée à la fois l'origine d'une des classes les plus intéressantes de l'Espagne musulmane et la formation d'un courant commercial d'importance vraiment « internationale », d'autant plus remarquable que l'organisation économique de l'époque qui l'a vu naître est caractérisée par les transactions locales.

A Venise, dès le début du VIII^e siècle, le doge défend le commerce des esclaves. Pareilles interdictions furent continuellement répétées dans la longue série des *Pacta* signés par les Vénitiens avec les souverains byzantins, carolingiens et saxons; mais cela n'empêcha nullement la traite d'être pratiquée à Venise pendant toute la durée du moyen

âge et même après. Au ix^e et au x^e siècle, les captifs vendus par les Vénitiens ont dû être en majorité des Slaves. Il en venait non seulement du Nord, mais aussi de Dalmatie et d'Istrie, où Pola était un marché important.

La traite des Slaves, toutefois, a fortement diminué au xi^e siècle. L'Espagne musulmane, dont la période de splendeur est passée, est en proie au morcellement politique et ne peut plus guère servir de débouché. D'autre part, la Chrétienté, pour environ deux siècles, va prendre à l'égard de l'Islam une attitude agressive. Loin de lui fournir des esclaves, elle va tâcher, du moins dans la zone méditerranéenne, de lui en prendre chaque fois que l'occasion s'en présente.

C'est à partir de cette époque que l'on voit s'accroître sur les rives chrétiennes de la Méditerranée le nombre des captifs d'origine musulmane, tandis qu'en revanche, dans les pays islamiques, augmente celui des chrétiens. L'esclavage, désormais, est avant tout un phénomène caractéristique des régions maritimes en contact — souvent hostile — avec l'Islam. Certes, en Espagne la lutte se livre aussi sur terre, notamment et surtout en Castille. En dehors de la zone méditerranéenne, toutefois, ce n'est guère que sur les limites du monde slave-payen ou orthodoxe — que la fraction — importante, mais périphérique — de l'Europe où se maintient l'esclavage trouvera désormais à se pourvoir en matériel humain.

Dans le midi de la France, cette nouvelle forme de l'esclavage n'eut aucune peine à s'implanter : la traite y avait maintenu vivace le souvenir d'une économie esclavagiste. Mais l'institution, dorénavant, y apparaît surtout sous son aspect domestique. A Marseille, par exemple, les esclaves sont assez nombreux dès le xiii^e siècle. Les actes notariés les qualifient de *sarracenus*, ce qui montre assez leur origine. C'est d'Espagne qu'on les importe et spécialement de Valence, région où la reconquista aragonaise fait alors de grands progrès et jette sur le marché des quantités considérables de captifs musulmans.

Dans le Sud-Ouest français il ne faut bientôt plus chercher d'esclaves au nord de Toulouse, dont le droit ne reconnaît plus l'institution servile et qui sert, de plus en plus, de refuge aux fugitifs venus de Catalogne et du Roussillon. Les capitouls toulousains soutiendront à ce propos des négociations délicates avec la Généralité de Barcelone.

Dans la péninsule ibérique, l'esclavage se maintiendra sans interruption pendant tout le moyen âge et même plus tard. La loi visigothique prouve l'existence d'une classe servile nombreuse et, malgré des transformations internes importantes, celle-ci n'eut pas le temps de disparaître avant que les guerres avec les musulmans vinssent à nouveau l'alimenter. Déjà au x^e siècle, les princes des états chrétiens du nord de la péninsule font des donations — souvent considérables — de maures à des monastères. Ainsi naît et se développe ce que les érudits espagnols appellent le *cautiverio*, l'esclavage consécutif à la guerre contre l'Infidèle. Il subsistera jusqu'à ce qu'en 1442 les Maures cessent de vivre d'une existence politique distincte. Même après cette date, il trouvera encore à s'alimenter dans la guerre de course et la piraterie, désormais dirigée contre les états musulmans du Maghreb et non plus, comme antérieurement, contre l'Espagne maure.

En Catalogne et dans le Roussillon, très tôt, l'esclavage fut alimenté plus encore par le commerce que par la guerre. Les actes notariés du xiii^e siècle nous renseignent abondamment sur les aspects que revêt alors la servitude des musulmans. Des captifs de cette origine jouent leur rôle dans la plupart des manifestations de la vie économique et sociale. Voici quelques exemples cueillis presque au hasard.

En 1252, Stéphanie, veuve de Guillem Eymerich, qui devait au Juif Perfecto Bonafos, 9 livres barcelonaises lui donne en gage une sarrasine blanche du nom de Marie, avec faculté de la vendre si la dette n'est pas acquittée au jour fixé. A ce cas d'une captive donnée en gage joignons-en un autre où l'on voit des esclaves faire l'objet

d'une propriété indivise. En 1212, Durfort de Espiells doit à Jean de Colomer une somme «*pro parte quam tu habebas in quodam sarraceno qui se redemptus est*». Dans le même acte est mentionné un esclave qui a cinq propriétaires indivis et un autre qui en a deux. Des esclaves sont fréquemment, comme n'importe quelle autre marchandise, l'objet de contrats de *commenda*, contrats qui, on le sait, eurent une part importante dans le développement du capitalisme commercial dans le monde méditerranéen. Un acte de 1266, par exemple, contient le passage suivant: «*ex ipsa comanda viginti quinque bisançorum argenti, implicatorum in uno sarraceno quem a dicto Natale (de Sitges) portasti in viatico Sicilie et ligno Petri Nin de Terrachona*». Dans un autre cas le propriétaire d'un Sarrasin donne celui-ci en commande à une personne qui promet de remettre au maître les $\frac{3}{4}$ du produit du travail de l'esclave, son entretien restant à charge du propriétaire. Cette *commenda* tient du louage de services, car c'est en même temps un contrat d'apprentissage conclu par le maître au nom de son esclave. En effet, le commandité qui est calfateur de vaisseau devra apprendre son métier au captif.

Les esclaves se vendaient souvent dans les foires. En 1249, un certain Juan Robert reconnaît avoir reçu du frère Berenguer de Castellfolit de la maison du Temple à Barberá 65 sous de Barcelone pour un Sarrasin qu'il a acheté lui-même à la foire de Valence. Il remet par la même occasion l'*instrumentum* prouvant la légitimité de ses droits au nouvel acquéreur.

Dans les actes du milieu du XIII^e siècle apparaît l'énumération des garanties qui deviendra courante et subsistera pendant tout le moyen âge avec quelques légères modifications. En 1261, Pere Rosana de Vilafranca vend aux Templiers deux Sarrasins pour 460 sous de Barcelone. L'acte déclare à propos de ces captifs «*non esse xrisptianos, ablatos vel furatos alicui persone, nec etiam esse de pace vel trequa domini regis aut de palia, immo eos vobis vendimus ad usum et consuetudinem Barchinone*». L'assurance que les esclaves

ne sont pas chrétiens disparaîtra au xiv^e siècle, quand il y aura des esclaves orthodoxes. Les clauses garantissant la légitimité de la possession du vendeur sont les mêmes que celles que l'on trouve déjà dans les contrats romains. La clause disant que les esclaves ne sont pas de la trêve du roi est à mettre en rapport avec le développement du droit international à cette époque. Dès la seconde moitié du xiii^e siècle, en effet, une des stipulations principales des traités de paix et de commerce conclus entre les Etats chrétiens et les puissances musulmanes, porte presque toujours sur l'échange des prisonniers. Les sujets d'un souverain musulman, avec qui le roi d'Aragon — duquel relève la Catalogne — a conclu un traité, sont de la trêve du roi et doivent être renvoyés dans leur pays s'ils viennent à être pris par des pirates. Enfin, la clause relative à la *palia* vise les maures regnicoles libres, vivant dans les *aljamas de moros* de la plupart des villes importantes de la péninsule. La *palia* ou *paria* est le tribut qu'ils payaient aux comtes de Barcelone, et plus tard aux rois d'Aragon. Elle s'acquittait en espèces ou en esclaves et avait comme contre-partie la protection royale.

Quelques documents nous permettent de nous rendre compte du nombre des esclaves possédés par certains établissements religieux au xiii^e siècle. Les Templiers surtout en avaient beaucoup. La maison du Temple à Gardeny, près de Lerida, possède 43 *catius* ou *sclaus*, celle de Mirabet 45, celle de Muntsó 49. En 1286, Alphonse III, après la conquête de Minorque, donne 11 esclaves musulmans à l'abbaye bénédictine du Montserrat. Les laïcs semblent en posséder moins; mais, comme ils étaient évidemment, de loin, les plus nombreux, c'est néanmoins en leur pouvoir que se trouvaient, dans l'ensemble, la majorité des captifs.

Nous constatons qu'en Catalogne les esclaves femmes valent moins au xiii^e siècle que les hommes, alors que nous voyons tout le contraire en Italie. C'est que l'esclave, en Catalogne, fournit souvent de la main d'oeuvre rurale ou industrielle, tandis qu'en Italie, il trouve plus souvent son

emploi dans l'économie domestique ou ménagère; d'où la valeur plus élevée des captives. Dans les *atarazanas*, les docks de Barcelone, travaillaient de très nombreux esclaves. La corporation barcelonaise des *palanquines* ou portefaix leur doit même son second nom, celui de *macips de ribera*, le mot *macip*, qui a subsisté aussi en Provençal, n'étant autre que le latin *mancipium*. Au ^{xiv}^e siècle et au ^{xv}^e, la main d'oeuvre libre sera fortement concurrencée par le travail servile, et plusieurs corporations devront prendre des mesures très énergiques pour se défendre.

Au ^{xiv}^e siècle apparaissent dans l'Espagne méditerranéenne, à côté des esclaves sarrasins, des captifs d'autres provenances ethniques et notamment des Grecs. Peut-être même il y avait-il déjà quelques Grecs à la fin du ^{xiii}^e siècle. Les conquêtes des Catalans en Grèce développèrent fortement le commerce de ces esclaves. Thèbes en était un marché important et les Majorquins les principaux agents. Nous y reviendrons à propos de la Sicile. En 1326, par exemple, deux marchands de Barcelone reçoivent à Majorque une *commenda* de 426 lb. en lainages à transporter en Roumanie. A Thèbes, ils achètent de la soie et des esclaves grecs. Pendant le voyage de retour, voulant se rendre à Chypre, ils sont attaqués près de l'île de Cérigo par des Vénitiens et privés de leurs marchandises.

L'esclavage des Grecs est un phénomène presque exclusivement particulier au ^{xiv}^e siècle, comme on le voit aussi pour la Sicile, gouvernée à ce moment par des souverains appartenant à une branche cadette de la dynastie d'Aragon. S'inspirant de la législation adoptée à l'égard des esclaves grecs par Frédéric III de Sicile en 1310, Pierre IV d'Aragon ordonna en 1382 d'affranchir ces captifs après 7 ans de services. Cette mesure, sans supprimer brusquement leur servitude, devait en amener la disparition progressive. Ces esclaves orthodoxes occupèrent d'ailleurs une position à part. Un texte nous dit que l'on considérait qu'ils étaient doués du libre arbitre. Certains d'entre eux étaient employés à des travaux d'un ordre relevé. Entre 1370 et 1380 un

esclave grec, Jordi de Deu, qualifié de *lapicida* (sculpteur), travaille aux tombeaux royaux de Poblet.

Au ^{xiv}^e siècle également, apparaissent des esclaves tartares et, à côté d'eux, des Russes, des Circassiens, des Caucasiens, vendus par des pillards et des marchands tartares aux négociants génois et vénitiens des colonies de Caffa et de Tana en Crimée. Les Italiens les conduisaient des rives de la Mer Noire soit vers l'Égypte, où ils les vendaient comme mamelouks ou soldats-esclaves, soit vers l'Italie, d'où ils se répandaient dans tout l'occident méditerranéen.

La Catalogne semble avoir réservé aux captifs une condition assez dure. Les fuites étaient fréquentes au point qu'en 1421 la *Generalidad* fonda une véritable compagnie d'assurances contre les fuites d'esclaves. Les maîtres qui faisaient inscrire ceux qu'ils possédaient et payaient une prime, avaient droit, moyennant certaines conditions, au remboursement de la valeur du fugitif. Quelques-uns des procès plaidés à ce sujet devant les instances judiciaires de la *Generalidad* de Catalogne sont très révélateurs quant à la composition de la classe servile. Ainsi en 1439, Simon, esclave éthiopien du monastère de Montealegre, tue, en le frappant d'une barre de fer, un autre esclave du même monastère, un Russe, Ignacio. De nombreux captifs du monastère sont interrogés et l'on note qu'ils sont divisés en véritables clans très hostiles: d'un côté les blancs, de l'autre les hommes de couleur, noirs et jaunes (mongols).

Dès le ^{xiv}^e siècle on voit, à Palma comme à Barcelone, une forte concurrence entre la main-d'oeuvre libre et la main-d'oeuvre servile. A Majorque, les paysans libres furent pour les esclaves des ennemis terribles, notamment au cours des révoltes qui éclatèrent au milieu du ^{xv}^e siècle et opposèrent les paysans aux villes. En 1450, dans certaines localités, tous les esclaves furent massacrés, après qu'on les eût torturés pour les forcer à dire où leurs maîtres cachaient leurs provisions. A Majorque, également, le recrutement de la classe servile était très varié. Un

document de 1401 parle de «*servi de natione Grecorum seu qui fuerint Ermines (Arméniens), Albanesos, Rossos, Bugros (Bulgares), Bloschs (Valaques) vel de partibus aut regionibus Constantinopolitano imperatori subiectis*». Ces esclaves, considérés en bloc comme des orthodoxes, ne peuvent être soustraits par rachat à leur servitude que s'ils se convertissent au catholicisme. On le voit, le royaume de Majorque n'avait pas adopté l'ordonnance de 1382 par laquelle Pierre IV prescrivait pour la Catalogne l'affranchissement des Grecs après 7 ans de services. Le désir émis par l'empereur byzantin de voir se réaliser l'union des églises modifia cependant brusquement l'attitude du clergé à l'égard des captifs orthodoxes. En 1439, l'année du concile de Florence, le conseil urbain de Palma, sous la pression de l'archevêque de Valence, ordonna à l'Audiencia d'entendre désormais chaque vendredi les revendications en liberté de ceux-ci. Il est curieux d'observer qu'après l'échec du concile le mouvement d'émancipation prend fin lui aussi. L'esclavage eut la vie dure dans les Baléares et subsistait encore au XVII^e siècle. A ce moment les captifs étaient surtout des nègres, des métis, des Turcs et des Berbères des Etats barbaresques.

Dans le Roussillon, également soumis à l'autorité des rois d'Aragon, les esclaves étaient qualifiés de *sclavi, captivi, servi, sarraceni* et parfois, mais très rarement, de *forsani*, ce dernier mot ne s'appliquant qu'à ceux que frappait la *servitus poenae*.

Si, en Roussillon, l'esclavage apparaît surtout comme domestique, on y voit cependant aussi des esclaves occupés aux travaux agricoles, comme aux Baléares et dans les propriétés ecclésiastiques catalanes. En 1384, les députés de Perpignan aux Cortès de Monzon représentent au roi d'Aragon que nombre de propriétés rurales sont en friche. Cela est dû, disent-ils, aux exigences des ouvriers agricoles et au voisinage de la frontière qui rend aisée la fuite des esclaves.

Toutes les classes de la société roussillonnaise possédaient des captifs: hommes de loi, nobles, prêtres, moines,

religieuses, marchands, templiers, chevaliers de St. Jean, évêques, tous en ont et les échangent entre eux. Ainsi, le 11 avril 1415, Guillaume de So, vicomte d'Evol, vend à un épicier de Perpignan, pour 60 livres et demie de Barcelone, une esclave éthiopienne, baptisée, âgée de 30 ans et appelée Anthonia. Le 28 juin 1464, Louis Miquel, chanoine d'Elne et archidiacre de Conflent, élève des protestations parce que la femme d'un teinturier ne lui a pas encore payé le prix d'une captive.

Ce n'est qu'à partir du xiii^e siècle que les textes concernant notre sujet deviennent réellement explicites en Roussillon. Est-ce à dire cependant que l'esclavage ne soit pas plus ancien dans la région? Je ne le pense pas. Il n'y a aucune raison de croire que l'institution se soit développée plus tard que dans la Catalogne proprement dite, où, on s'en souviendra, les premiers actes notariés datent également du même siècle, alors qu'il est certain, grâce aux textes littéraires et diplomatiques, que l'on y réduisait des Sarrasins en esclavage depuis le x^e siècle. C'est surtout à partir du milieu du xiv^e siècle que les actes sont nombreux en Roussillon, tout comme en Catalogne d'ailleurs. Après 1500 les pièces d'archives sont presque toutes relatives à des fuites en France. L'acte notarié le plus récent est de 1612. Les dernières traces de l'esclavage disparurent, semble-t-il, vers 1659, date de l'annexion définitive à la France, dont le droit public n'admettait plus l'esclavage. Il est curieux de mettre ce fait en contraste avec le maintien de l'institution pendant l'occupation française sous Louis xi et Charles viii.

Au début, les esclaves en Roussillon sont uniquement sarrasins, mais, après 1350, la plupart sont tartares, quelques-uns grecs, bosniaques ou bulgares. Au xv^e siècle, il y a surtout des Russes et des Circassiens, quelques Ethiopiens et des Turcs. On trouve aussi des captifs qualifiés de Sardes, comme en Catalogne. Avant 1324, alors que l'île n'appartenait pas encore à l'Aragon, il se peut très bien que les marins catalans soient allés s'y pourvoir en esclaves, comme l'ont fait aussi les Pisans et les Génois. Mais,

après cette date, nous nous trouvons devant des cas de *servitus poenae* consécutifs à des révoltes de caractère politique.

En Roussillon, les femmes sont beaucoup plus nombreuses parmi les esclaves que les hommes, ce qui constitue un contraste très net avec la situation existant en Catalogne. Durant la seconde moitié du xv^e siècle, on rencontre assez bien d'exemples de femmes employées comme nourrices. Les bourgeois de Perpignan, comme ceux d'Italie et d'Espagne d'ailleurs, abusaient souvent de leurs esclaves et il y avait en 1456 à l'hôpital St. Jean à Perpignan un certain nombre de nourrices pour les enfants issus de ces unions illégales.

Un mot des trafiquants d'esclaves roussillonnais. Nous en connaissons surtout pour le xv^e siècle. Un nommé Barbaroja de Perpignan figure en 1487 dans une *commenda*. Se trouvant en Sicile, il reçoit de Jean Font, marchand de Perpignan, des balles de draps qu'il vendra dans le Levant où et comme il le jugera à propos; il achètera ensuite des épices, de la soie et deux esclaves femelles, de 12 à 20 ans, qu'il devra livrer en Sicile, à Aiguemortes ou dans un port de la Catalogne. D'autres actes permettent de suivre l'activité de pareils négriers, mais au xvi^e siècle on ne trouve plus de semblables documents.

A l'intérieur de la péninsule ibérique, nous l'avons dit, l'esclavage est avant tout alimenté par la guerre contre l'Islam. Aussi n'est-il pas étonnant qu'à mesure que la Reconquista repousse vers le Sud l'influence musulmane, des zones de plus en plus nombreuses se trouvent coupées de leur approvisionnement naturel en esclaves. La servitude, suite de guerre, disparaît, ou, du moins, diminue plus rapidement dans le Nord que dans le Centre ou le Sud de la péninsule. Il eut la vie plus courte en Galice ou aux Asturies qu'en Castille, et en Castille proprement dite il s'éteignit plutôt qu'en Andalousie ou en Estrémadoure. N'est-il pas intéressant de se rappeler à ce propos que ce sont précisément ces régions qui ont joué dans les débuts de la colonisation américaine le rôle le plus important?

Il nous faut dire à présent quelques mots d'un Etat qui occupe dans l'histoire de l'esclavage médiéval une position particulière : le Portugal.

Né à la fin du XI^e siècle, ce pays a d'abord été soumis à l'empire de la loi visigothique qui, nous le savons, connaissait l'esclavage. Conquis ensuite par l'Islam, il s'en affranchit au cours d'une longue lutte. Dès que la Reconquista fait sentir ses effets de ce côté de la péninsule, les Portugais, eux aussi, réduisent des maures en esclavage. Depuis le XII^e siècle, presque tous les *forais* municipaux du Portugal contiennent des stipulations concernant les esclaves musulmans. En 1124 le *foral* de Cernancelhe assigne au seigneur le quint des maures capturés. Celui de Seia de 1136 assimile les esclaves maures aux mulets, chevaux, ânes, boeufs et vaches dont il faut donner le quint au roi s'ils font partie d'un butin. Chose plus rare, le *foral* de Freixo (1152) affranchit le maure qui pénètre dans cette localité.

A partir du milieu du XII^e siècle on constate au Portugal, en matière d'esclavage, l'existence de plusieurs familles de *forais* municipaux. Tout d'abord celle constituée par les textes qui reproduisent le *foral* d'Evora (1166). Une autre famille de textes est celle dont le modèle est le *foral* de Thomar (1174). Ces deux groupes de *forais* sont constitués surtout par les droits municipaux de localités secondaires. Il n'en est pas de même du groupe qui a comme prototype le second *foral* de Santarem (1179). C'est, en effet, à ce groupe qu'appartiennent les *forais* de Lisbonne et de Coimbre. Le droit de ces villes importantes, qui étaient aussi des marchés, s'occupe surtout des taxes à acquitter sur les esclaves en tant que marchandise. Les textes qui suivent le *foral* d'Evora ont un caractère mi-commercial, mi-pénal, tandis que c'est le caractère pénal qui domine dans les *forais* des villages qui prennent pour modèle le droit de Thomar. Le droit de ces petits centres punit certains délits des esclaves maures de la lapidation ou du bûcher. Ce sont les principes de ces différents

droits, amalgamés et développés, que l'on retrouve au xiii^e siècle dans ceux de Castello-Bom, Alfaiates, Castello-Rodrigo, etc. Ces codes municipaux prévoient tous la capture de prisonniers au cours de *fonsados* (raids) ou *azarias* (escarmouches) en terre ennemie. La Coutume de Castello-Melhor de 1209 nous a gardé un texte qui marque bien la différence entre le *preso*, prisonnier fait au cours d'une guerre entre chrétiens, et le *cativo*, le prisonnier infidèle, destiné à être réduit en esclavage. Le texte ajoute «*mas vale el preso que el cativo*», et il faut sans doute entendre par là que le *preso* fournit par sa rançon un gain immédiat plus sûr que le *cativo* qui n'est qu'assez rarement racheté. La distinction entre *preso* et *cativo* apparaît vers la même époque en Castille dans les *Siete Partidas*.

Une institution à laquelle les coutumes portugaises font également allusion est celle des *alfaqueques*, civils chargés du rachat des captifs chrétiens en terre musulmane. Cette institution qui existe aussi en Castille et correspond à l'*exeazgo* aragonais, fonctionne depuis la fin du xii^e siècle. Il semble que l'initiative laïque ait précédé ici celle des différents ordres religieux, ordre militaire de Santiago, ordre de Santa Maria de Montgaudi et Templiers, qui se chargèrent du rachat des captifs, jusqu'à ce que leur tâche fut reprise au xiii^e siècle par les Trinitaires et surtout par l'Ordre de la Merci. Il est vrai qu'à partir de cette époque, les rédemptions opérées par les ordres religieux furent beaucoup plus nombreuses que celles des associations civiles.

Nous avons vu que, dans les pays ibériques voisins de la Méditerranée, les maures, à partir du xiv^e siècle, ne sont plus seuls à être réduits en esclavage. Les peuples du bassin oriental de la Méditerranée, par suite de l'activité des marchands italiens et catalans, font désormais l'objet d'une traite très intense. Au Portugal et dans le complexe politique castillan l'évolution ne fut pas la même. Les Tartares, Grecs, Albanais, Bosniaques etc. ne pénétrèrent pas jusque là. Mais, c'est au xiv^e siècle également que

commence à s'introduire chez les Portugais un nouvel esclavage, celui des Africains. Ce n'est pas encore la traite négrière, c'est l'esclavage des habitants de l'Afrique insulaire. Il s'agit surtout des Canaries, qui furent, comme on sait, un des premiers objectifs des voyages de découverte. Cet esclavage des Guanches durera jusqu'à la fin du xv^e siècle. Le premier document qui le concerne date de 1345. Le roi Alphonse iv fait alors savoir à Clément vi que les Portugais ont abordé aux Canaries et en ont ramené des esclaves. En 1385, des Espagnols s'en mêlent également. Le biscayen Fernando Peraza Martel, seigneur d'Almonaster, ramène de Lanzarote 170 esclaves qu'il vend en Andalousie. Nouvelle razzia en 1393. Peu après c'est le Normand Jean de Béthencourt qui s'y livre, et cela continue pendant tout le xv^e siècle. En 1493, 1200 habitants de las Palmas sont réduits en esclavage à la suite d'une révolte et en 1494 un plus grand nombre encore subissent le même sort.

Vers le milieu du xv^e siècle commence la traite des Noirs. On peut même dire que nous en possédons l'acte de naissance, puisque c'est exactement le 8 août 1444 que le premier chargement réellement important arriva à Lagos. Cependant avant cette date, 1.000 nègres environ avaient été importés au Portugal. Après 1444 il en vint quelque 500 par an, dont une partie considérable passait en Espagne. A partir de 1455 le marchand et navigateur vénitien Ca da Mosto envoya chaque année 700 à 800 esclaves au Portugal. Le commerce des esclaves était à ce moment un véritable troc. On est assez surpris de lire dans le récit de Ca da Mosto que le froment constituait un important article d'échange. Mais il n'en était pas toujours ainsi. Au xv^e siècle chez les Toucouleurs, en amont du Sénégal on obtenait six ou sept esclaves pour un mauvais cheval. En 1460, chez les Sérères on achète douze nègres pour un cheval. Mais un Génois, Antonio de Noli, se chargea de gâter ce beau commerce en amenant plusieurs caravelles chargées de chevaux, ce qui apprit aux nègres

la loi de l'offre et de la demande et fit baisser le cours du cheval jusqu'à ne plus valoir que sept nègres. Un Belge se mêla également de ce fructueux négoce; c'est le Tournaisien Eustache de la Fosse. Il partit de Bruges en 1479 avec une pacotille à écouler en Guinée. En cours de route il put acheter des esclaves à bon compte. La mère et l'enfant valaient un bassin pour se faire la barbe et trois ou quatre anneaux de laiton. Il revendit quelques captifs en Afrique même pour 12 ou 14 poids d'or chacun, «et chascun poix est de trois estrelins d'or, ajoute Eustache, qui estoit bien grand gaing». Il essaya de ramener d'autres esclaves en Europe, mais comme il voyageait à bord d'un vaisseau espagnol, il en fut empêché par les Portugais qui défendaient leur monopole. A la fin du xv^e siècle, la maison florentine Bartholomeo Marchione achète la concession de la traite au Rio dos Escravos pour une rente annuelle de 1.100.000 reis. Ce négoce devient alors excessivement prospère et une *Casa dos Escravos* royale est établie à Lisbonne. Entre le 15 juin 1486 et le 31 décembre 1493 elle vend 3.589 esclaves, ce qui produit 14.580.278 reis. Une autre *Casa* a existé à Lagos et a rapporté aussi beaucoup à l'Etat. Ainsi organisée, la traite négrière pouvait s'étendre facilement à un champ d'action beaucoup plus vaste. C'est ce que nous voyons lorsque, en 1501, commence l'importation de la main d'oeuvre noire en Amérique. Nous saisissons ici un chaînon absolument évident entre l'esclavage médiéval en Europe et l'esclavage colonial des possessions d'Amérique. Mais l'évidence du lien ainsi constaté ne doit pas nous faire oublier que les traits que nous venons de noter ne sont que l'aboutissement de l'évolution médiévale toute entière.

L'Italie, elle aussi, occupe une place importante dans l'histoire de l'esclavage médiéval, et il en est de même des colonies fondées au bas moyen âge par Gênes et Venise. L'institution, très vivace encore sous les régimes ostrogoth et lombard, n'a pas eu le temps de disparaître avant

d'être revigorée par la traite vénitienne aux toutes premières années du VIII^e siècle. Plus tard Gênes fut, à côté de Venise, l'un des grands centres de ce trafic, après qu'Amalfi et Naples eurent joué pendant quelque temps un rôle au haut moyen âge.

C'est surtout à partir du XI^e siècle que l'esclavage prend du développement dans ces régions. Lors de la renaissance du commerce méditerranéen, ce sont, tout comme en Espagne, surtout des musulmans qui sont réduits en captivité. On se les procure soit par la piraterie, soit par la guerre. Cette dernière cause avait d'ailleurs déjà répandu un certain nombre d'esclaves musulmans dans le pays pendant les IX^e et X^e siècles, comme on le voit dans les cartulaires de l'Italie centrale et méridionale. On n'était pas, à ces hautes époques, très attentif à l'origine véritable des captifs. Des habitants non musulmans de la Corse et de la Sardaigne furent réduits en esclavage lors de la reconquête de ces îles sur l'Islam. Encore au début du XII^e siècle, il y a des esclaves corses à Pise, et à Gênes des actes de la fin du même siècle mentionnent des Sardes.

A côté de la guerre et de la piraterie, le commerce joue un rôle capital. Le grand marché d'esclaves est d'abord l'Espagne, jusqu'à ce que, au XIV^e siècle surtout, les Italiens y envoient eux-mêmes des captifs originaires de l'Est de la Méditerranée. Le célèbre notulaire du notaire génois connu sous le nom de Jean Scriba, qui est du milieu du XII^e siècle, fournit des exemples de Musulmans d'Espagne vendus en Ligurie. A cette époque Gênes est le centre de distribution des esclaves musulmans en Italie et le lieu de provenance le plus important reste l'Espagne.

Il semble bien que l'une des causes de l'introduction en masse d'esclaves orientaux en Italie à la fin du XIII^e siècle et surtout au XIV^e fut la diminution du nombre des captifs maures. Celle-ci dût être provoquée en partie par l'activité déployée par les cités italiennes et principalement par Pise, en vue de la réglementation de la guerre de course. A partir de 1150 environ, les Pisans concluent une série de traités

avec différents souverains musulmans d'Afrique et d'Espagne. Dans ces traités est prévu l'échange des prisonniers faits par les pirates. L'exemple donné par Pise fut imité par les Florentins et, nous l'avons vu déjà, par les rois d'Aragon. Pas plus qu'aucune législation, ces traités n'eurent un effet radical, mais ils contribuèrent néanmoins à diminuer le nombre des esclaves sarrasins. Ce dut être, avec l'arrêt de la Reconquista espagnole, une des raisons qui poussèrent les Italiens à aller chercher désormais leurs esclaves dans le bassin oriental de la Méditerranée.

Dès la fin du XIII^e siècle, la colonie génoise de Caffa en Crimée et celle de Péra, le quartier génois de Constantinople, sont d'actifs centres de la traite. La plupart des captifs vendus à Caffa étaient d'origine caucasienne: Abkhazes, Circassiens, Lezghiens etc. Plus rarement il s'agit de Syriens, de Bulgares, de Hongrois, de Roumains ou de Russes. Tous ces êtres sont vendus aux Génois par des marchands tartares. Les Génois les emmènent ensuite en Italie d'où ils se répandent dans tout l'occident méditerranéen. Nous savons qu'on les revendait aussi en Egypte, où les habitants du sud de la Russie constituaient l'un des éléments les plus importants de l'armée du Soudan, les célèbres Mamelouks.

Tout comme les Génois, les Vénitiens commerçaient dans la Mer Noire où ils possédaient, également en Crimée, la colonie de Tana. Celle-ci fut aux XIV^e et au XV^e siècles le centre d'un commerce d'esclaves particulièrement actif et réellement cosmopolite tant par son objet que par ses agents.

En se rendant en Egypte, les marchands italiens des colonies de la Mer Noire rencontraient sur leur chemin l'île de Chypre. L'esclavage indigène y avait fait place au servage et la population rurale y portait le nom de *παροικιοι*, ou *parici*, comme dans l'empire byzantin. Les Italiens qui avaient fait de l'île une véritable colonie agricole y importèrent des esclaves. Les documents attestent aussi l'existence de l'esclavage dans la colonie génoise de l'Aïas ou Petite Arménie en Asie Mineure. Nous savons, d'autre

part, que les Génois exportaient également des esclaves de ce pays.

Les colonies italiennes de Crète et Chios tiennent également leur place dans l'histoire de l'esclavage. En Crète, à côté des *villani* ou serfs, les Vénitiens avaient introduit un grand nombre d'esclaves qui y travaillaient dans les plantations de cannes à sucre et de coton, tout comme ce sera le cas plus tard en Amérique. A Chios les Génois suivirent des pratiques assez analogues.

Si des colonies nous retournons en Italie, nous voyons qu'il s'y déversait un véritable flot d'esclaves orientaux. Venise et Gênes restent les deux ports d'entrée les plus importants. Un relevé de tonlieu montre, d'autre part, qu'entre 1414 et 1423 il sortit de Venise, pour se répandre dans le monde méditerranéen, quelque 10.000 esclaves. A Gênes les Statuts de *l'Officium Gazariae* régulent minutieusement le transport des esclaves par les galères de la république. Un vaisseau à un pont peut en transporter 30, un vaisseau à deux ponts 45, un vaisseau à trois ponts 60. Des deux grands ports les esclaves se répandent dans le reste de l'Italie.

Une remarque générale s'impose: l'esclavage tel qu'il existe en Italie continentale est un esclavage domestique. Un second fait important à signaler est que les femmes sont beaucoup plus nombreuses que les hommes. C'est, en effet, qu'elles convenaient mieux que ceux-ci pour les travaux domestiques. D'autre part, les hommes vendus par les marchands tartares aux traitants italiens étaient moins nombreux que les femmes, plus faciles à enlever au cours d'une razzia. En outre, la majeure partie des esclaves masculins était exportée vers les colonies ou l'Égypte.

Une institution spéciale à Venise fut celle des *anime*. Elle se développa surtout au xiv^e siècle et dura jusqu'à la fin du xv^e. Les *anime* sont des enfants de moins de 10 ans, de parents chrétiens pauvres qui les vendaient à des marchands vénitiens. On les achetait surtout à Corfou, en Albanie, en Dalmatie, en Istrie, dans le Trentin et même

parfois en Lombardie. En 1386 il est ordonné que l'esclavage des *anime* prendra fin dès qu'ils pourront payer 6 ducats pour leur rachat, mais pas avant quatre ans. Il est, en outre, défendu de les revendre, afin d'éviter qu'ils ne deviennent des esclaves perpétuels. En 1388 il est stipulé qu'ils devront désormais 10 ans de service. Le dernier texte qui les concerne est de 1482.

Si la prise des colonies italiennes de la Mer Noire par les Turcs amena la décadence de l'esclavage en Italie, celui-ci se survécut cependant jusqu'au xviii^e siècle et nous y reviendrons. Après le milieu du xv^e siècle, toutefois, la classe servile est surtout alimentée par la piraterie.

La Sicile occupe dans l'histoire de l'esclavage italien une place particulière. Ancienne terre arabe comme l'Espagne, elle imposa à l'institution servile un caractère assez différent de celui qu'elle présente dans l'Italie continentale. Lors de la conquête normande de nombreux Arabes furent réduits en esclavage, tout comme cela s'était produit bien des fois en Espagne. Au xii^e siècle, pendant les guerres de Roger II contre les Comnènes, des Grecs subirent le même sort. Au xiii^e, les Constitutions de Frédéric II montrent que le fisc royal est propriétaire d'esclaves musulmans, et les diplômes de cet empereur prouvent que des captifs de même provenance servaient dans l'administration. Tout cela confère à l'esclavage sicilien des caractères qui rappellent davantage l'Espagne de la Reconquista que l'Italie continentale.

Au début du xiv^e siècle, les esclaves grecs deviennent très nombreux par suite des razzias des Almogavares catalans en Morée. Frédéric III d'Aragon promulgue, en 1310, une loi ordonnant que ces captifs soient affranchis après sept ans de services, de sorte qu'en Sicile comme en Catalogne l'esclavage des Grecs disparaît en quelques décades. Il y a de sérieuses raisons de croire que les esclaves grecs que l'on rencontre en Italie continentale étaient importés de Sicile.

Au *xiv*^e et *xv*^e siècles l'esclavage sicilien connut une évolution plus semblable à celle que l'on peut observer dans le reste de l'Italie. Nous voyons arriver alors des esclaves orientaux toujours plus nombreux. Toutefois la décadence de l'institution se produit plus tard en Sicile que sur la terre ferme. En effet, par suite de sa proximité de la côte africaine, l'île put se pourvoir beaucoup plus longtemps de matériel humain. Alors qu'au *xvi*^e siècle l'institution est en plein déclin en Italie, elle est encore extrêmement vivante en Sicile.

Admirablement placée pour que convergent vers elle tous les courants de la traite, la Sicile comptait encore à cette époque un nombre très élevé de captifs. Un historien italien du siècle passé, Corrado Avolio, pense que vers 1535 il devait y en avoir en Sicile quelque 50.000 sur une population totale estimée à 1.220.000 habitants. Pareils chiffres — tous ceux qui ont pratiqué la démographie historique s'en persuaderont aisément — sont difficilement contrôlables. Aussi faut-il essayer de les confronter avec d'autres. Des sondages faits par le même érudit aux archives notariales de Noto, dans la cinquième partie environ des registres intéressant la période allant de 1516 à 1570, lui ont permis d'évaluer à quelque 600 le nombre des esclaves existant alors dans cette agglomération de 14.000 habitants. Nous possédons, d'autre part, pour la ville de Palerme un précieux recensement de 1565 qui fournit également d'utiles renseignements sur la provenance des esclaves. En 1565, la Sicile étant menacée par les Turcs, les autorités firent établir dans un but militaire, un recensement des esclaves mâles résidant dans l'île. Malheureusement seule la partie relative à Palerme est connue jusqu'ici. Pour cette ville, 645 esclaves mâles ont été relevés. Si l'on tient compte de ce qu'en Italie, le nombre des captives féminines l'emporte prodigieusement pendant les siècles antérieurs sur celui des esclaves masculins, il faut multiplier ce chiffre par un nombre assez fort, peut-être même voisin de 10, pour arriver à un chiffre global représentant toute la population

servile de Palerme en 1565. Il ne semble pas exagéré d'admettre qu'il y avait à ce moment quelque 6.000 esclaves dans la capitale sicilienne. Or, cette ville aurait compté alors environ 113.000 habitants, de sorte que sa population servile aurait représenté quelque 5% de la population totale, ce qui en fait une classe sociale d'une très réelle importance. D'autre part, dans les recensements, on avait coutume d'assigner à Palerme 10% de la capacité fiscale et de la population de l'île. Si nous utilisons cette donnée pour l'estimation de la classe servile sicilienne, nous arrivons à un chiffre de quelque 60.000 esclaves pour la seconde moitié du xvi^e siècle, ce qui se rapproche sensiblement du chiffre de 50.000 dont il a d'abord été question.

Parmi les 645 esclaves mâles recensés en 1565, 124 sont de nationalité inconnue, 228 sont nés à Palerme et désignés sous le nom de *casanatizzi*, qui correspond au *verna* des Anciens. Quarante autres, nés en Sicile, peuvent être assimilés à ce dernier groupe. Six esclaves sont turcs, deux viennent de Gênes qui est encore à ce moment un centre de la traite, deux proviennent de Malte, trois de Bulgarie, un de Grèce, un de «Scavonia» (Esclavonie), deux d'Espagne, un d'Algérie, vingt-neuf de Tunisie, sept de Barbarie en général, dix-neuf d'Arabie, six de Tripoli, cinquante-cinq d'Afrique (sans autre précision), cent dix-sept du Bornou, un de Caramanie, un de Kabylie. On sera surtout frappé par la présence des 117 nègres du Bornou venant du cœur de l'Afrique. Il convient cependant de ne pas oublier que, dès le moyen âge, la traite négrière a créé un courant commercial très vivant entre l'Afrique transsaharienne et les rivages de la Méditerranée. Tant l'Espagne que l'Italie ont reçu dès lors des esclaves nègres qui venaient de régions aussi éloignées que les côtes de la Guinée.

Sur les 645 esclaves recensés, 118 sont blancs, 223 sont des nègres, 115 des «olivâtres» — c'est ainsi qu'on désigne, en général, les populations musulmanes de l'Afrique du Nord —, et 189 ne sont pas classés par variété humaine. 147 sont chrétiens, soit environ 22%.

L'âge de 620 captifs est connu. Un peu plus de la moitié ont moins de 30 ans: 107 ont de 1 à 10 ans; 130 de 11 à 17 ans; 152 de 16 à 30; 82 de 31 à 40; 63 de 41 à 50; 43 de 51 à 60; 20 de 61 à 70; 19 de 71 à 80 et 4 ont plus de 80 ans.

Entre 18 et 60 ans, sur 340 esclaves, 52 sont atteints de diverses infirmités; les autres, soit 288, sont aptes à porter les armes. En dessous de 18 et au dessus de 60 ans, 72 sont infirmes sur 280.

Nombre de propriétaires sont inscrits pour plusieurs esclaves. L'un, appartenant à la haute noblesse, en a même 9, un autre 6.

Les chiffres que nous venons d'indiquer sont plus parlants que de longues considérations. Ils nous font saisir sur le vif plusieurs des traits caractéristiques de l'esclavage sicilien au XVI^e siècle.

Le recensement de 1565 contient encore d'autres données sur la condition des esclaves. Certains sont occupés à des travaux agricoles. Ainsi un nègre de 70 ans, surveille les chevaux que possède son maître, un notaire, dans une terre située à Castronovo. Un nègre de 60 ans travaille dans une «massaria» (exploitation rurale). Un autre cultive les vignes de son maître.

Beaucoup d'actes notariés relatifs à l'esclavage sicilien au XVI^e siècle sont des actes de vente. La vente des captifs se faisait essentiellement de trois façons. Un acte de 1555 parle d'une vente «*ad usum et observanciam servorum vendicionum quae solite sunt fieri in magazenis in eadem civitate Syracusarum*». Ces *magazeni* sont exclusivement réservés au commerce des esclaves; il est compréhensible qu'il s'y soit développé des usages juridiques spéciaux. D'autres formes de vente sont celle «*ad usum ferae*» et celle, sans garantie aucune, que les actes rédigés en dialecte sicilien désignent pittoresquement par la formule «*como uno sacco plino di ossa*». A Noto, les prix varient entre 3 et 30 onces. Exceptionnellement on rencontre une vente conclue au prix de 50 onces. Pour rendre ces chiffres plus concrets, notons

qu'on estime alors un bon esclave à 3 ou 4 fois la valeur d'un cheval, 5 ou 6 fois celle d'un boeuf. En 1526, un nègre dont le maître reconnaît la propension à fuir — ce qui, évidemment, en diminue la valeur — est échangé contre 12 veaux de moins d'un an.

Voici quelques exemples d'actes notariés du xvi^e siècle concernant l'esclavage. Tous proviennent de Noto. Le 8 novembre 1515, Bernardus Spatafora, bourgeois de Noto, vend à Laurencius Lavegla de la même ville un nègre du nom de Cristafaru pour 5 onces, 15 tarènes. En 1530, devant le notaire Fillippo Jancorabeni, maître Hieronimus Muraturi, bourgeois de Noto, vend à Matheo de Malandrino de la même ville un nègre appelé Antonin. La vente est faite «*ad usum magazendorum, hoc est ne quæta cadat, lectum mingat aut sit mente captus; reservatis omnibus aliis vitiis...*» Prix : 18 onces. En 1530 est passé un contrat de mariage entre deux nobles siciliens; trois esclaves figurent dans la dot, la mère et deux enfants. En 1533, le «*reverendus dompnus Leonardus de Terranova, canonicus capitularis ecclesie cathedralis et cantor*», bourgeois de Noto, vend à l'honorable Jacopo Visaza, de la même ville une esclave du nom de Venira, originaire de Tripolitaine, qu'il certifie ne pas être buveuse (*imbriaca*).

La plupart des ventes signalées ont été faites dans les *magazeni*. Un acte du 12 octobre 1543 fournit un exemple d'une vente «*ala fratisca*», c'est-à-dire en toute confiance, de la main à la main. Voici, à présent, un acte de 1556 par lequel nous apprenons qu'une esclave comparait en personne devant le notaire pour régler son affranchissement. Son maître, décédé, lui avait promis la liberté moyennant le paiement d'un prix de rachat de 15 onces. Elle en a payé sept. Elle obtient d'un tiers le paiement des huit onces restantes et se met à son service «*de omnibus serviciis necessariis domus et fluminis*», et cela jusqu'à remboursement des 8 onces. En conséquence, elle est affranchie immédiatement par les héritiers de son ancien maître et ne sert donc le garant qu'en qualité de servante libre. Ce texte

souligne, notons-le en passant, la persistance de la vieille institution romaine du pécule.

Après la Sicile, la Sardaigne. Cagliari, la capitale fut au xvi^e siècle un actif marché d'esclaves. Pour le prouver relevons quelques textes provenant de l'*Archivio di Stato* de cette ville.

En 1502, ordre est donné au Podestat d'Oristano de consigner deux esclaves maures qu'il avait achetés sans les mettre à l'encan et sans payer le quint au Trésor. En 1503, deux corsaires siciliens de Trapani, ayant capturé sept Maures, obtiennent licence du Procureur royal de les vendre à l'encan. Un esclave de 30 ans est acheté pour 33 ducats d'or; un autre de 46, assez débile et malade, est vendu à un substitut du procureur royal pour 24 ducats; un esclave de 12 ans est acquis par un conseiller municipal pour 35 ducats. Un captif de 25 ans va 22 ducats. Un maître d'école paye 15 ducats pour un esclave de 45 ans «assez usé». Un pharmacien donne 8 ducats pour un homme atteint de fièvres. Remarquons que tous ces esclaves sont des maures de l'Afrique du Nord. Cependant l'hétérodoxie religieuse n'entraîne pas nécessairement l'esclavage en Sardaigne. Il y a encore dans l'île, au début du xvi^e siècle, une population musulmane libre. On le comprend d'autant mieux que la situation est la même à ce moment en Espagne, pays auquel la Sardaigne est politiquement soumise. C'est uniquement parce que la guerre de course continue à se pratiquer entre les rivages musulman et chrétien de la Méditerranée que les prises des corsaires peuvent être librement mises sur le marché. Beaucoup de chrétiens sont d'ailleurs vendus vers le même moment en Afrique du Nord.

Un trait différencie fortement l'esclavage sarde de l'esclavage sicilien: la source en Sardaigne est exclusivement la guerre de course; la traite ne joue aucun rôle. De là, la prédominance des hommes sur les femmes; de là aussi leur provenance presque exclusive de l'Afrique du Nord musulmane.

En Italie continentale également, les esclaves continuent à être assez nombreux pendant une grande partie du xvi^e siècle.

Pour Venise, nous avons les comptes d'une compagnie de commerce fondée en 1588 dans le but d'acquérir des esclaves musulmans sur la côte dalmate et de les vendre en Italie. Il y avait aussi d'assez nombreux esclaves noirs. Certains esclaves continuent à venir des colonies vénitienes, par exemple de Crète. L'esclavage persiste également à Pise, où se rencontrent des noirs, des musulmans et des Russes. Certains sont vendus par des Juifs levantins. Il y a, de même, des textes pour Rimini, pour Lucques, pour Florence, où les grands-ducs de Toscane font eux-mêmes le trafic, pour Rome, où il y avait un esclavage public aussi bien que privé, pour Naples, pour la Pouille.

En France, l'esclavage est attesté au xvi^e siècle en Roussillon, en Languedoc et en Provence. A Marseille des captifs sont encore mis en vente au milieu du siècle, mais cet esclavage est strictement domestique et apparaît comme très faiblement représenté. Bientôt l'institution ne subsistera plus que sur les galères. En Languedoc, les esclaves figurent encore au tarif du robinage de Narbonne en 1584.

Si en France l'esclavage est près de s'éteindre, il n'en est pas de même en Espagne et au Portugal. La littérature en a gardé la preuve notamment dans *El zeloso estre-méno* de Cervantes. En 1569, à la suite d'une révolte, on vend quelque mille femmes maures à Grenade. En 1545, le monastère de las Cuevas à Séville possède des esclaves nègres et mulâtres. Entre 1555 et 1576 des captifs nègres travaillent à côté d'ouvriers allemands dans les mines d'argent de Guadalcanal. Qu'il suffise de noter qu'au xvi^e siècle l'esclavage est encore abondamment représenté dans toutes les régions de l'Espagne, mais surtout en Castille. Ce fait s'explique notamment par l'influence de la traite négrière qui touche surtout les ports atlantiques, alors que les centres maritimes méditerranéens sont entrés en léthargie. D'autre

part, les révoltes des Maures sont assez fréquentes et entraînent de multiples réductions en esclavage, augmentées encore par un droit pénal très strict à l'égard des populations hétérodoxes. C'est ainsi qu'au début du xvi^e siècle on rencontre des cas de réduction en esclavage de Juifs qui ne s'étaient pas soumis aux lois religieuses. Contrairement à ce que l'on constate dans le Midi de la France et dans la plus grande partie de l'Italie, les hommes semblent encore prédominer.

Au Portugal, les comptes de la *Casa dos Escravos* de Lisbonne renseignent, surtout pour le xvi^e siècle, des importations massives d'esclaves noirs venant des colonies d'Afrique. En 1551, Lisbonne, sur 100.000 habitants, compte 9.950 esclaves. Il en vient aussi des Indes, mais en petit nombre. On en a des preuves notamment dans les lettres d'Albuquerque. Dès 1534 on importe des captifs originaires du Brésil. Il y a même quelques Chinois et, évidemment, des Maures du Nord de l'Afrique, victimes de la guerre de course.

Au xvii^e siècle, l'esclavage décline fortement en Italie et disparaît complètement en France, sauf pour ce qui concerne les galériens qui sont surtout des Turcs achetés dans le Levant, notamment par des marchands toulonnais. En Roussillon, nous l'avons vu, l'esclavage s'éteint lors de l'annexion à la France.

En Italie, les derniers actes de vente datent du xvii^e siècle à Venise, à Gênes, à Salerne et à Rome. Dans le Sud, l'esclavage a subsisté plus longtemps: à Naples il a duré jusqu'à la fin du xviii^e siècle. En Sardaigne il subsiste en 1802 des esclaves musulmans, turcs et barbaresques. L'institution est attestée encore en Sicile par ce texte caractéristique, extrait d'un rapport présenté au roi le 22 mai 1812 par la Jointe des président et consultateurs: «L'autorité des publicistes, la sainteté de notre religion, la discipline de l'Eglise, les sanctions des lois nationales, l'usage constamment appliqué dans notre royaume nous persuadent de suggérer à Votre Majesté que l'esclave, même après le baptême, doit

demeurer dans sa condition servile pour peu que son maître refuse de lui donner la liberté».

Dans la péninsule ibérique l'esclavage reste, surtout à cause de la traite avec les colonies d'Amérique assez abondamment représenté, principalement dans le Sud de l'Espagne et du Portugal. Il y a cependant aussi quelques esclaves maures dans les zones côtières des rives de la Méditerranée. En Espagne, l'importation est définitivement défendue en 1836. Au Portugal, Lisbonne en 1620 compte 10.470 esclaves. Ce nombre diminue au XVIII^e siècle, mais, en 1761 encore, on doit interdire l'entrée des noirs à cause de la concurrence qu'ils font à la main-d'oeuvre libre.

Dans les pays du Centre et du Nord de l'Europe, il n'y a plus guère que des esclaves coloniaux que leurs maîtres ramenaient de ce côté-ci de l'Océan. Certains pays les affranchissaient immédiatement; c'est le cas, par exemple, pour la Belgique. Ailleurs la législation n'était pas aussi généreuse. En France, bien que la loi déclarât les esclaves libres, en fait, beaucoup d'entre eux demeuraient dans leur condition, soit parce que les maîtres omettaient de les affranchir, soit parce qu'ils déclaraient qu'ils les emmèneraient à nouveau lors de leur retour aux colonies. Cependant les propriétaires trouvaient souvent moyen de tourner la loi. Et ce n'était pas seulement dans les ports d'arrivée qu'il y avait des esclaves. On en trouve un en pleine Bourgogne, à Auxerre, à une date aussi tardive que 1770. En Angleterre des cas analogues se sont présentés, et en Allemagne, au XVII^e et XVIII^e siècles, il y eu quelques captifs turcs.

Ainsi donc tous les peuples qui, directement ou indirectement, ont joué leur rôle dans l'économie coloniale de l'époque moderne, dont l'une des caractéristiques essentielles a été l'emploi de la main-d'oeuvre servile, ont connu l'esclavage longtemps avant de l'introduire aux colonies. Si chez quelques-uns d'entre eux il disparaît plus tôt que

chez d'autres, pour tous, néanmoins, il était une réalité encore fort proche au moment où commence la colonisation du Nouveau Monde. D'autre part, l'Europe, après avoir connu des précédents de l'esclavage colonial à l'époque médiévale, continue à en présenter des parallèles pendant la période moderne. Il valait la peine de souligner que l'un des traits que l'on prend à tort pour un caractère spécifique des sociétés coloniales d'ancien régime, n'est, en réalité, que le prolongement de situations européennes antérieures et non encore entièrement disparues de l'ancien continent au moment de leur apparition au delà de l'Océan.

CHARLES VERLINDEN

Professeur ordinaire à l'Université de Gand
Membre correspondant de l'Instituto de Coimbra

LE THÈME DE JÉSUS DANS LA POÉSIE ROUMAINE JUSQU'À LA FIN DU XIX^e SIÈCLE

A Son Eminence Mgr. le Cardinal Eugène
Tisserant hommage profond et dévoué

L'idéal moral et spirituel du Christianisme pénétra dans les Balkans et peut-être même en Dacie sous la domination de Rome et il y conquiert définitivement la population latinisée, ancêtre des Roumains, spécialement grâce à l'activité d'apôtres, comme Saint Nicéta évêque de Rémésiane⁽¹⁾ qui avait été élevé en Italie et qui fut célébré comme une sorte de lointain missionnaire en deux longs poèmes par son ami Saint Paulin de Nole⁽²⁾, contemporain de Saint Augustin. C'est le Christianisme latin et non le Christianisme grec, et l'influence de l'Occident⁽³⁾ que ces évêques et ces églises apportaient à cette population déjà en grande partie latinisée; mais précisément c'est cette prédication du Christianisme qui contribua à leur profonde et décisive romanisation — Saint Nicéta, dit Saint Paulin, leur apprenait à louer le Christ *corde romano* — et le témoin même de ce Christianisme d'époque patristique est leur langue, cette langue roumaine où les termes latins, exprimant toutes les notions essentielles, sont infiniment plus importants que les éléments grecs et slaves secondaires. Mais le Christianisme de la Dacie était une fusion d'éléments orientaux et occidentaux pour ce qui regarde le rite, différent alors dans l'em-

(1) A. E. Burn, *Niceta of Remesiana, his life and works*, Cambridge, 1905.

(2) Cfr. *Corpus Script. Eccl. Lat.* tome 30, 81 et suiv. et 268 et suiv.

(3) V. Pârvan, *Contribuții epigrafice la istoria creștinismului dacoromân*, București, 1911; Cl. Isopescu, *L'antichità dei Romeni ed il fondo latino del loro cristianesimo* dans *La Festa* (Assisi), 1940 e Aloisio L. Tăutu, *I Romeni* dans *L'Oriente Cristiano e l'Unità della Chiesa*, Roma, 1943.

pire de pays à pays. Dans les oeuvres de Saint Nicéa, publiées par Burn (1), on trouve le cantique propre à la messe, à la «liturgie» orientale: *Unus Sanctus, Unus Dominus, Iesus Christus*, et, avec la fonction spéciale du diacre, un texte liturgique propre. Et si l'Occident possède des poèmes sur le Rédempteur comme les *Evangeliorum Libri IV* de Juvencus (2) du iv^e siècle avec le *Carmen Paschale*, l'Hymne au Christ, et le *In Nativitate Domini*, qui est en même temps le plus ancien poème sur la Vierge, de Sedulius (3), dès le v^e siècle, l'Orient religieux latin a l'hymne célèbre du *Te Deum* du même Saint Nicéa (4). Mais, en raison de leur situation géographique, un peu comme il advint en Pouille, en Calabre et en Sicile, les Roumains se virent imposer le grec comme langue liturgique peut-être dès l'époque de Léon l'Isaurien, puis, après Photius, sous l'empire bulgare, le vieux slavon.

Nous ne savons pas si les Roumains ont jamais connu l'équivalent des «mystères» du moyen âge, tandis qu'ils sont attestés pour Byzance dès 1430 par un voyageur français Bertrand de la Broquière: les sacrés mystères représentés au peuple avec des chants en vers sur Jésus (5).

Tous les historiens de la littérature roumaine considèrent comme la plus ancienne production poétique roumaine les *colinde* ou chants de Noël, mot et usage, connus en Orient depuis la Grèce jusqu'à la Pologne et qui est le mot latin *calendae*; la vieille forme *cărinde* prouve que c'est bien un mot roumain authentique, reformé, mais non emprunté au gréco-slave. Les *colinde* correspondent à la fois aux *noëls*

(1) Cfr. A. L. Tăutu, o. c., l. c.

(2) Z. Garsia Villada, *Historia ecclesiastica de España*, Madrid, 1929, I, pp. 147-51.

(3) I. Huemer, *De Saedulii vita et scriptis commentatio*, 1878; C. Weyman, *Beiträge zur Geschichte der christlich-lateinischen Poesie*, 1926.

(4) A. E. Burn, *The hymn Te Deum and its author*, London, 1926.

(5) Cl. Isopescu, *L'Italia e gli inizi del teatro drammatico e musicale romeno*, Roma, 1929, p. 4 e la bibl. y citée.

et aux *chants de quête* français, au *cantico di natale* ou *lode di natale* en Italie, au *villancico de Noche buena* d'Espagne, au *vilhancico* du Portugal, lesquels continuent l'usage romain des *festa Kalendarum* (Kalendae Ianuarii, quibus Romae pueri domos ingredientes bona adprecantur, écrit du Cange — s. v. — dans le *Glossarium mediae et infimae latinitatis*). La veille de Noël, les troupes d'enfants vont de maison en maison et chantent en chœur sous les fenêtres ces *colinde* où l'on célèbre la Nativité (1), mais aussi la Passion, et où ne manque pas, parfois, l'élément païen ou la partie profane. On les divise généralement en *colinde* religieuses et sociales, et les vieilles *colinde* religieuses célèbrent avec un art simple le mystère de Noël dans la riche langue des Ecritures. A quelle époque remontent-elles? A l'époque des Pères latins et de l'évangélisation? Dans l'état actuel des recherches, nous considérons comme impossible de les dater, et malgré la tentative de Martin Löpelmann (2), nous ne possédons pas encore une étude comparée sous tous les aspects, de ces compositions religieuses des littératures romanes. Assez souvent elles se ressemblent beaucoup pour le contenu et pour le mètre ou le rythme, par exemple en octonaires à rimes plates. Presque sûrement leur origine première est millénaire, savante (le sujet dérivant de la Bible et plus tard des apocryphes) (3), mais le plus grand nombre, bien que présentant aussi des traits et une inspiration d'évidente antiquité, en est plus récent et de source authentiquement populaire.

Beaucoup de *colinde* sont dédiées à Jésus (4), reflet de

(1) Cl. Isopescu, *La poesia popolare romena*, Livorno, 1927.

(2) *Das Weihnachtslied der Franzosen und der übrigen romanischen Völker*, Berlin, 1913.

(3) Al. Rosetti, *Colindele religioase la Români*, București, Academia Română, 1920, p. 1.

(4) Il suffit de rappeler de G. Dem. Teodorescu, *Poezii populare ale Românilor*, București, 1885, les titres: «*Colindul lui Christos*» (p. 19); «*Isus Christos, Crăciun și Sf. Ion*» (p. 15); «*Domnului nostru Isus Christos*» (p. 26); «*Christos și Apostolii*» (p. 27); «*Colind lui Dumne-*

la foi du peuple vénérant la figure de Christ, et, dans son humilité, sentant et vivant la beauté du sacrifice chrétien. Comme en Italie ⁽¹⁾, dans le Frioul, la Vénétie, l'Istrie, la Nativité est célébrée aussi dans les *Cântece de Stea* — cantiques de l'Étoile — chantés du matin de Noël à l'Épiphanie par des enfants portant, hissée à une perche, une grande étoile de papier où est peinte la crèche avec les trois Rois Mages. Signalons encore la représentation dramatique d'origine occidentale appelée *Vicleim* — Béthléem — qui s'ouvre sur l'Annonciation et se termine par la *licenza*, le renvoi, comme en Occident.

Quant aux *Cântece de Stea*, dont un recueil a été imprimé en 1747, il faut rappeler de remarquables traductions du *Stabat Mater* ⁽²⁾ dont le prototype latin est attribué à Iacopone da Todi. Cartoian ⁽³⁾ pense que «cette fleur du mysticisme italien du moyen âge» n'est arrivée chez les Roumains qu'après l'Union religieuse des Roumains avec Rome, en 1700, en Transylvanie; mais étant donné que des missionnaires catholiques déployaient leur noble activité en Transylvanie, Moldavie et Valachie dès le XIII^e siècle, elles doivent remonter à une date bien plus reculée et avoir eu une large circulation pour avoir trouvé place dans le recueil de A. Pann.

Dans la représentation populaire religieuse, qui ne peut sans doute pas être comparée à celle que nous décrit ⁽⁴⁾ un

zeu» (p. 28); et de Gr. Tocilescu, *Materialuri folkloristice*, București, 1900, I, p. 528 (*Doamne Isuse Christoase*); II, p. 1662 (*Colindul lui Christos*); p. 1481 (*Doamne Isuse Christoase*).

(1) P. Toschi, in *Romana*, I, (1937) p. 110-114; R. M. Cossar dans *Il Folklore italiano*, IX (1934) p. 53 et suiv.

(2) C. Tagliavini, *Le traduzioni rumene dello «Stabat Mater» e di altri inni religiosi di Iacopone da Todi*, dans *Studi Italiane* IX, p. 147-152, et X, p. 49-57.

(3) *Cărțile populare în literatura românească*, București, 1938, II, pp. 207-8.

(4) Cfr. A. d'Ancona, *Origini del teatro italiano*, Torino, 1891, I, p. 230 et suiv.

des Grecs qui en 1439 vinrent à Florence avec l'Empereur Jean Paléologue, ou Machiavelli (1), on raconte en vers la Nativité, l'arrivée des trois Rois Mages en Judée, leur rencontre avec Hérode, le massacre des Innocentes à Béthléem. Le sujet rappelle les mystères du moyen-âge et surtout la *Natività di Cristo come i pastori e magi adorano e offeriscono e crudeltà del Re Herode*, imprimée en 1553 à Florence (2). Dans le *Vicléim* ne manque pas, souvent, la partie profane où défilent divers types qui en vers improvisés font la satire d'usages ou d'événements locaux.

En fait de textes relatifs à Notre Seigneur, il y a encore des écrits apocryphes comme «L'avis de Lentus, Proconsul de Judée, au Sénat de Rome, sur la figure du Rédempteur» imprimé à la fin d'un bréviaire du xviii^e siècle, et basé sur la rédaction traduite en latin par L. de Dieu (3); mais il faut aussi relever le poème populaire puisé aux apocryphes *Cântecul lui Adam* (Le chant d'Adam) écrit au xviii^e, où l'on célèbre aussi la Nativité (4).

La première poésie savante et moderne sur le Sauveur est due au prince Pierre Cercel qui est sans doute un des premiers poètes roumains, bien qu'il ne soit même pas mentionné dans la littérature roumaine, parce que son *Inno a Dio* (5) est écrit en vers italiens, comme Georges Asachi (6)

(1) *Storie fiorentine*, lib. VII, par. 12.

(2) N. Cartoian, *Les premiers éléments occidentaux dans la littérature roumaine* dans la *Revue de Littérature comparée*, 1938, n° 1-3.

(3) M. Gaster, *Literatură populară română*, București, 1882, pp. 251-2.

(4) N. Cartoian, *o. c.* I, pp. 55-6.

(5) M. Kogalniceanu, *Histoire de la Dacie*, Berlin, 1827, pp. 244-46, a découvert le poème et C. Esarcu, *Petru Cercel*, București, 1874; Gr. Tocilescu, *Petru Cercel*, București, 1876; J. A. Vaillant, *La Roumanie*, Paris, 1844, I, pp. 398-99; Tullo Massarani, *Studi di Politica e di Storia*, Firenze, 1875, p. 293; R. Ortiz, *Per la storia della cultura italiana in Romania*, Roma, 1945, II éd. pp. 179-192, l'ont reproduit entièrement ou au moins quelques tercets.

(6) Cl. Isopescu, *Il poeta Giorgio Asachi in Italia*, Livorno, 1930, p. 38 et suiv. Des poètes roumains qui ont «poétisé» dans des langues

en devait écrire au début du xix^e. On considère à tort comme premier poète roumain Udriște Năsturel (1) pour ses vers originaux en vieux slavon autour du blason moldave, dans la «Pravila» de 1640 et dans la traduction, du latin, en 1647 de la «fleur d'or» de l'ascétisme catholique, *l'Imitatio Cristi*, par lui introduite et répandue dans les littératures slaves, tandis que les premiers vers originaux roumains, toujours autour du blason moldave se trouvent dans la «Cazania» de 1643, du Métropolitain Varlaam. Le moment est venu de considérer Pierre Cercel comme un des premiers poètes roumains. Son *Inno a Dio*, conservé dans les *Dialoghi piacevoli* (Venise, 1586, 2^e ed. 1610) de Stefano Guazzo, fut composé à Paris et envoyé à son secrétaire italien Francesco Pugiello en Italie. Cercel (2) avait acquis une culture riche et variée, était un croyant convaincu et connaissait bien, non seulement les Saintes Ecritures imprimées en vieux slavon entre 1508 et 1512 à Târgoviște, et peut-être aussi

étrangères je rappellerai encore: Miron Costin, en polonais; Antioh Cantemir, en russe; Mihail Herescu, auteur du poème russe «Rosiada» qui le fit considérer l'Homère de la Russie; G. Brâncoveanu, en néo-grec; Nicolaus Olahus, M. Halici, Gheorghe Șincai, Vasile Pop, Moise Noac, H. Frolo, etc. en latin; mais les plus nombreux en français, comme V. Alecsandri, Corradini, Julia Hașdeu, Elena Văcărescu, etc. Il y eut aussi des étrangers à avoir été poètes en roumain, comme l'Allemand Valentin Franck von Frankenstein, Heinrich Winterhalder, les Français Vaillant, Hétrat, etc.; le Hongrois Konz, etc.

(1) Cfr. N. Iorga, *Istoria literaturii românești*, București, 1925, I, p. 376.

(2) Sur la vie et le règne de ce prince voir aussi N. Iorga, *Un courtisan valaque de Henri III* (où il y a la traduction française du poème) dans *Bulletin de la Section Historique, Académie Roumaine*, t. XVIII (1936); Al Ciorănescu, *Nou despre Cercel* dans *Revista istorică*, XXI, (1935), pp. 247-276; Cl. Isopescu, *Renseignements sur la littérature en Roumanie* dans *Pagine nuove*, III, 1-3, pp. 5-7, où il y a une lettre restée inconnue de Stefano Guazzo (7 mars 1587) sur Cercel et où l'on parle d'une dédicace en plus de six pages à Cercel faite par le médecin italien de la cour transylvaine, Marcello Squarcialupi dans le livre *De Fontium et fluviorum origine ac fluxu*, Claudiopoli, 1585.

les textes traduits en roumain et imprimés en Transylvanie de 1559 à 1581 par Coresi avec des presses importées de Venise, mais aussi des pétrarquistes du *Cinquecento*, spécialement Michelange Buonarroti, dont les vers suivants, de la *Lirica* LXXVII-a, «le chiuse porte del ciel... col sangue apristi» ont leur écho dans ceux de Cercel «Tu che col proprio sangue... N'apristi il ciel»; ou bien les vers de Gaspara Stampa «Tu volesti per noi, Signor, morire» dans celui de Cercel «Per noi volesti Padre onnipotente... et morire».

L'on n'a d'ailleurs pas encore étudié les sources d'inspiration du poème. L'hymne commence par l'expression de la reconnaissance pour tous les bienfaits accordés à l'humanité, envers le «Potentissimo Dio» que, suivant la Genèse et le Psaume 134, il appelle le créateur du ciel, de la terre et de la mer, mais celui-ci est Jésus: «Tu che nel ventre vergine incarnare — Per noi volesti Padre onnipotente, — Et nascere, et morire, et suscitare». Le Christ se montre aux hommes «con sante braccia aperte», «mansueto et pio, — Per darne eterno ben nei regni tuoi», et le poète lui adresse la prière suivante en des vers encore plus beaux, inspirés des Saints Pères et des psaumes :

Ascolta Padre l'umil priego mio,
Che supplice e divoto a te ne vegno,
A te che ti festi uom per far me Dio.

Con che ti pagherò mai Signor degno
Di tanti beneficii a me largiti?
Che guiderdon potrò mai darti in pegno?

Stati sono i favor certo infiniti
C'hai mostrati a me vil peccatore,
Che mi governi ogn'or, ogn'or m'aiti.

Gemme non cerchi già d'alto valore,
Né perle oriental né gran tesoro,
Che tu gli hai fatti, tutto è tuo Signore.

Tutte le cose da te fatte foro,
Né ponno in terra i miseri mortali
Pur una paglia attribuirsi a loro.

De tout cela il conclut qu'au Christ on ne peut faire d'autre offrande que celle d'un coeur sincère (psaume 50), que de le reconnaître le vrai Dieu d'Israel, comme il est dit au livre de l'Exode, et que de Lui faire des oeuvres bonnes, pour que, dans sa grande bonté et son grand amour, avec sa justice égale à sa miséricorde, il veuille nous faire héritiers de la gloire éternelle. Mais, malheureusement, nous l'offensons toujours et grandement, et il lui en demande pardon :

Pria Signor mio che la tremenda Parca
Rompa degli anni miei lo stame frale,
Perdonami l'offesa che mi carica.

Et la misericordia tua sia tale
Verso di me, vil peccatore indegno
Ch'io viva teco in ciel sempre immortale.

Fammi Signor della tua grazia degno
Non mi punir secondo i falli miei
Ch'hanno di remission passato il segno (1)

Et avec les paroles latines de la Parabole de l'Enfant Prodigue, il implore pitié pour que son âme puisse monter au ciel :

Pater peccavi, miserere mei,
Inflamma il cor, lo spirto e l'alma mia
Et piacciati ch'io venga ove tu sei.

Tu che sei vita, veritate e via,
Fammi conoscer che quanto nel mondo
Di ben aurò, per tua bontà sol fla.

(1) Ce vers est l'écho du chant xvii-e d'*Orlando Furioso* d'Arioste :

Il giusto Dio, quando i peccati nostri
Hanno di remission passato il segno.

Voir Al Ciorănescu, *Rugăciunea lui Petru Cercel* dans *Revista Fundațiilor Regale*, II, p. 663. Ciorănescu donne une bonne traduction roumaine du poème.

Il prie ensuite le Christ de le rendre bienfaisant, s'il doit être riche et heureux, patient comme Job et courageux s'il doit être frappé par le malheur, car

Solo ò l'intento mio servir ogn'hora
L'immensa maestà tua, Padre santo,
Chi serve a te tutta la vita honora

Et al fin vola al Ciel con festa, et canto.

«Vers froids, mais qui ne peuvent pas étonner, composés par un étranger», affirme R. Ortiz (1). Mais si la valeur poétique n'est pas excessive, il n'y manque pourtant pas de traits heureux où le poète frémit et palpète, et l'on ne peut lui refuser la sincérité avec laquelle il se réfugie dans la seule foi, et cela d'une manière sereine, sans retours, sans luttes.

Il est vrai que le poète n'a pas le ravissement d'une âme d'enfant, mais sa foi, qui semble plutôt raisonnée, est cristalline, appuyée sur les préceptes moraux et tend à une religiosité plus intime, à une pureté d'idéal un peu rigide, mais incapable de transactions. Mais s'il lui manque l'envol du ravissement, on n'y peut méconnaître l'inquiétude de la pensée ou du cœur. Cet hymne est la première expression en vers originaux de la première idée motrice de l'âme roumaine, l'idée chrétienne, parce que tout ce que les Roumains surent souffrir et faire jusqu'au dix-septième n'a sa justification que dans la foi chrétienne, l'amour envers elle, les sacrifices qu'elle exigeait, tout cela résumé en une seule devise : tout pour le Christ. Ainsi s'explique l'immense lutte et la résistance des Roumains pour la défense de la civilisation chrétienne, contre l'invasion turque qui effleura presque l'Italie et menaça tout l'Occident. Ainsi s'explique la construction de tant de sanctuaires enrichis d'ornements précieux, parés de ces fresques sur les voûtes et sur les murs extérieurs tels que le célèbre historien viennois

(1) R. Ortiz, *o. c.*, p. 188.

J. Strygowski put dire qu' « aucun pays au monde ne peut offrir rien de pareil ».

Comme il n'existe pas encore d'histoire complète de la poésie roumaine (1), ni d'étude sur la poésie religieuse roumaine, nous rappellerons encore le manuscrit du XVII^e siècle contenant des cantiques hongrois avec traduction roumaine, comme des hymnes pour Noël, pour la Passion, Pâques, l'Ascension. La version hongroise et roumaine pour les calvinistes (2) est due certainement à l'influence de la première belle traduction en vers de *Cinquante Psaumes* (1543) du poète français Clément Marot (3), puisque ce manuscrit contient aussi des psaumes versifiés. Mais il faut reconnaître que ces traductions, aussi bien que les vers roumains à la louange de la Vierge contenus dans un livre catholique de prières en roumain, en caractères latins, vers du XVIII^e siècle (4) n'ont d'intérêt que pour l'histoire littéraire.

Un riche sentiment religieux traverse la poésie de Jenăchită Văcărescu, (1740-1797) (5) considéré à juste titre comme le premier poète moderne valaque et qui est le pre-

(1) Nous n'avons pas eu la chance de consulter l'essai de Leon Feraru, *The Development of Roumanian Poetry*, New-York, 1929.

(2) N. Drăganu, *Un manuscris calvino-român din veacul al XVII-lea* dans *Omăgiu Lapedatu*, București, 1936, p. 279-99.

(3) H. Guy, *Clément Marot et son école*, Paris, 1926. L'on sait que l'exemple de Marot détermina encore en 1557 la traduction en vers des psaumes par Jan Kochanowski (voir J. Langlade, *Jan Kochanowski*, Paris, 1932), le père de la poésie polonaise qui avait étudié à Padoue et qui connut Ronsard à Paris. Cette version fournit l'impulsion et le modèle à la version (1673) du docte métropolitain moldave Dosofteiu qui cependant adopta le rythme et la rime du vers populaire roumain en y mettant parfois un coloris local riche d'images neuves, surprenantes pour cette époque. Certaines des traductions de Dosofteiu, celles par exemple des psaumes 46, 48 et 94, sont devenues des *Cântece de Stea* et vivent ainsi toujours sur les lèvres du peuple; d'autres, par exemple les psaumes 94 et 98, ont pénétré dans le texte du drame religieux des *Vicleim*. Voir N. Cartojan, *Istoria Literaturii Române Vechi*, București, 1942, II, p. 120.

(4) N. Iorga dans *Revista Istorică*, 1934, p. 25-7.

(5) Paul I. Papadopol, *Poezii Văcărești*, București, 1940.

mier à avoir été connu dès 1771 en Occident — la poésie *Cântecul lui Jenachitza* a été connue dans le texte grec et dans la traduction française (1). Dans des poésies comme *Sfătuire și Rugăciune* (Conseils et Prières), *Trâmbița Românească* (La Trompette roumaine), *Plângerea și Tânguirea Valahiei* (Plaintes et Lamentations de la Valachie), cette dernière imprimée en 1825 à Budapest et attribuée par J. A. Vaillant (*Poésies de la langue d'or*, Paris, 1851, p. 32-37) à Barbu Paris Mumuleanu, l'on trouve pour la première fois de nombreux vers où le sentiment religieux s'unit à l'amour de la patrie et à la fierté latine pour demander la libération des Roumains de l'oppression étrangère. Parmi ses poésies inédites récemment publiées par N. Iorga (2), dédiées toutes les trois à la Vierge, il y en a une, la seconde, plus belle que toutes les autres de cette époque « par la fluidité du style et par la nouveauté du rythme ». Quand il les composait en 1795, la peste sévissait à Bucarest et le poète, croyant profond, recourt à la prière et aux vers: il exprime, dans la première, le désir de mourir chrétiennement, la troisième est un remerciement pour lui même et sa famille épargnée; et dans la seconde, donc, reconnaissant la multitude de ses fautes, il s'adresse à la Vierge « unique salut et espérance des pécheurs » pour que d'« un Fils si puissant — un Dieu éternel » elle obtienne ce qu'il demande: « Ne me laisse pas périr! — Avec larmes je T'implore — Aide-moi aujourd'hui — Que j'implore Ta pitié ». Malheureusement seul l'original peut nous faire sentir la beauté rythmique des vers.

Le premier à avoir pris le Sauveur et la Passion comme objet de ses vers est le transylvain Vasile Aaron — 1770-1822 — qui avait étudié la théologie à Blaj « la petite Rome », et le droit à Cluj. Il publia en 1805 un long poème en dix chants « *Patimile și moartea Domnului și Mântuirea Nostru Isus Hristos* »; dans la préface, il dit avoir puisé

(1) Cl. Isopescu, *Renseignements* cit. p. 9-10.

(2) *Versuri nouă ale lui Jenachița Văcărescu* dans *Memoriile Secțiunii Istorice, Acad. Rom.* S. II, t. xxxv, p. 163-173.

à l'Écriture Sainte et aux histoires sacrées; mais en fait il s'inspira, sans suivre le modèle des vers classiques, de la *Messiade* de Klopstock, oeuvre qui a eu son influence aussi sur d'autres littératures (1). Du premier chant, où il prend le Christ sur le Mont des Oliviers, jusqu'à la crucifixion du Sauveur, Aaron ne fait que suivre la *Messiade*, comme le prouve O. Densusianu (2), mais en vers de type populaire. Aaron n'est pas un poète, mais un simple versificateur. Son oeuvre connut toutefois une diffusion immense dans toutes les provinces roumaines et eut deux autres éditions, — 1808 et 1829 — et contribua ainsi fortement, et sous une forme accessible et agréable aux masses, à renforcer le sentiment religieux. Mais lorsque, dans d'autres oeuvres, il va chercher son inspiration dans les *Métamorphoses* d'Ovide ou les *Géorgiques* de Virgile, il ne réussit pas à surmonter la gaucherie de ses vers.

Pour démontrer combien l'affirmation du docte philologue roman Ovid Densusianu (3) correspond peu à la réalité, savoir que «les poésies religieuses sont très rares dans la littérature roumaine» nous voudrions mettre en relief qu'une riche production religieuse se trouve aussi dans les *Poezii* (1830, puis 1848) de l'authentique précurseur de la poésie en Valachie, Jancu Văcărescu, (1792-1863) (4) qui, traducteur de Métastase (*La Partenza*), de Racine (*Britannicus* et *Andromaque*), de Kotzebue, Scribe, Dupentry et Regnier, de Heinrich von Kollin (*Regulus*) et de poésies de Lamartine, a le mérite d'avoir créé, sous l'influence de la poésie fran-

(1) Cfr. Cristal, *La passion de J. Christ*, Paris, 1833; P. Soutsos, *Messia* (en grec moderne), Athènes, 1839.

(2) *Literatura română modernă*, Bucureşti, 1929, I, pp. 137-40.

(3) *Literatura română modernă*, Bucureşti, 1929, II, p. 86.

Le contraire est confirmé par le récent et riche recueil qui est très loin d'être complet de Ioan Georgescu, *Poezi în rugăciune*, Oradea-Mare, 1943, où manquent des poèmes à sujet religieux de Jenăchiță et Jancu Văcărescu, d'Asachi, d'Aaron, d'Ianov, de Gr. Alexandrescu, d'Alecsandri, etc.

(4) Paul I. Papadopol, *o. c.*, p. 165 et suiv.

çaise et italienne, en Valachie le vers littéraire dans la poésie lyrique, dans l'ode, dans le sonnet, l'épigramme, la chanson, l'épigramme etc. Il faut rappeler les poésies religieuses, comme «Au Créateur», «L'espoir en Dieu» et surtout «La Vérité» en sept parties, qui à côté de *Primăvara Amorului* (1) constitue son plus long et plus important poème lyrique et qui mériterait une étude spéciale pour les idées morales, philosophiques, politiques et sociales nouvelles dans la poésie roumaine de ce temps. Bien que Jancu Văcărescu soit plus artiste que ses prédécesseurs, nous ne pouvons pas nous en occuper, il manque chez lui le thème de Jésus.

Comme Văcărescu en Valachie, G. Asachi (1788-1869), qui avait étudié à Lemberg, Vienne et Rome, et qui demanda son inspiration aux grandes littératures antique, romane, germanique et slave, introduisit (2) avec ses *Poésies* — 1836, puis 1854 et 1863 — en Moldavie, le sonnet, l'ode, l'anacréontique et la rime dactylique (sdruciolli). Parmi ses poésies religieuses méritent d'être rappelées *Incredere în Dumnezeu*, «Confiance en Dieu», dont la source d'inspiration est à rechercher dans l'ode connue du poète russe Vassilii Jukovski (1786-1852) qui «imita Young, Gray et Ossian» (3), puis *Moartea lui Isus* «La Mort de Jésus», et *Oda Către Dumnezeu, Pentru Prosperitatea Patriei Române*, «Ode à Dieu, Pour la prospérité de la Patrie Roumaine». Asachi lui-même confesse que le sonnet «Moartea lui Isus» est une «imitation»; il s'agit du premier seulement des trois sonnets «Su la morte di Cristo» d'Onofrio Minzoni — 1734-1817 (4).

(1) Traduit en vers français par J. A. Vaillant, *Poésies de la langue d'or*, Paris, 1851, p. 39-56.

(2) Cfr. Isopescu, *Il poeta Giorgio Asachi in Italia*, Livorno, 1930, pp 79.

(3) Cfr. P. Van Tieghem, *Histoire littéraire de l'Europe et de l'Amérique de la Renaissance à nos jours*, Paris, A Colin, 1946, p. 172.

(4) Cfr. *Rime e prose*, Milano, 1830, p. 47. La source d'inspiration en est relevée par G. Bogdan-Duică dans *Gândirea*, 1922 ou 1923, que je ne puis malheureusement pas consulter pour cette étude.

Minzoni était l'un des poètes les plus loués de son temps pour l'art de composer et la sonorité de ses sonnets. Asachi le lut certainement durant son séjour à Rome de 1808 à 1812, et c'est peut-être là qu'il composa son sonnet. Comme preuve de l'écho qu'eut ce sonnet de Minzoni à l'étranger, nous rappellerons que vers la fin du dix-neuvième encore, il a été traduit en allemand par le poète italo-autrichien Caietan Cerri, dans «Das Sonett in Italien seit einem Jahrhundert» (Cfr. *Die Dioskuren*, Literarisches Jahrbuch des ersten allgemeinen Beamtenvereines der österreichisch-ungarischen Monarchie, Wien, 1882, p. 56).

Si Asachi suit dans l'ensemble la ligne du sonnet de Minzoni, l'on ne peut pourtant méconnaître les adaptations et les additions qui trahissent son propre sentiment religieux. A la mort de Jésus, Adam leva la tête et demanda «qui était Celui-ci qui pendait sanglant et épuisé»; pour Asachi au contraire, Adam demande: «qui est ce couronné d'épines qui sur la croix montre au monde son destin et ses tempes sanglantes»? Et tandis que Minzoni se contente de son «come lo seppe», «quand il le sut», Asachi exalte les vertus et le sacrifice de Jésus: «Quand il sut que l'auteur des astres, de toute force — Enseignant, réconfortant, buvant le fiel, a incliné la tête, — Il éclata en amères lamentations, et le yeux lui débordaient de larmes, de douleur». Pour Minzoni ensuite, Adam cria à Eve, de façon à en faire retentir toute la montagne: «Moi, pour toi, j'ai donné la mort à mon Seigneur». Asachi ne se contente pas de ce reproche plein de regret et de douleur mais sans remède; il passe de cette amertume à l'exaltation de la victoire sur le mal et la mort: «Voici que son triomphe apparaît sur la voûte enténébrée aux sphères célestes: Celui qui est mort pour nous, nous a donné résurrection!»

Comme dans l'*Elegia scrisă pe ținterimea unui sat* (1838), imitation de celle, célèbre, de T. Gray (1), *Elegy written in*

(1) Cfr. Paul Van Tieghem, *Le préromantisme. Etudes d'histoire littéraire européenne*, Paris, p. 42-45.

a country church-yard (1751), Asachi ajoute un puissant accent de révolte sociale contre les nobles qui méprisent les paysans, avec une belle note religieuse; pareillement, dans le sonnet *Moartea lui Isus*, il introduit l'expression d'un sentiment religieux personnel en relevant la haute signification chrétienne de la mort de Jésus. Mais aussi du point de vue de l'expressivité artistique le sonnet d'Asachi se montre quelques fois supérieur parce que les images de vision plastique y collaborent davantage avec l'évocation des sons — le prolongement de l'*r* et l'*u* étouffé — à suggérer l'atmosphère de mystère : l'association entre musique et plastique visuelle, un des secrets de la poésie, est son triomphe. Nous regrettons seulement de ne pouvoir analyser ici ce problème séduisant. Cependant, on ne peut pas comparer la valeur de ce sonnet à l'ode sur l'Italie ou à quelques versions et imitations d'Horace, de Pétrarque, du Tasse, de Boileau, Lamartine, Victor Hugo, Gray, Schiller, etc.

Plus riche encore est la production religieuse de l'autre «italianiste» (1), Ioan Eliade Rădulescu (1802-1872), la figure majeure de la culture roumaine de la première moitié du dix-neuvième, qui traduisit Lamartine, Boileau, Byron, le Tasse, Dante, Cervantes, Voltaire, Molière et Ossian : esprit profondément religieux, traducteur de la *Biblia Sacră* (1858), il emplit ses innombrables compositions poétiques du sentiment chrétien, comme par exemple, dans le poème en 20 chants de l'*Anatolida*, où l'hymne de la création — VII — inspiré des *Nuits* de Young trouve une force de pensée, une profondeur de sentiments et une musicalité et harmonie lamartinienne. Nous ne nous arrêterons pas sur le beau poème, chaud et émouvant «Le chant du matin», *Cântarea dimineții* (2) qui, à partir de 1822, pen-

(1) Pour son italianisme cfr. C. Tagliavini, *Um frammento di storia della lingua romena nel sec. XIX* (L'italianismo di Ion Eliade Rădulescu), Roma, 1926.

(2) Publié seulement en 1830 avec d'autres poésies originales et les premières traductions des «Méditations poétiques» de Lamartine.

dant presque un siècle, fut récité en chœur, et même chanté plus tard dans la composition de Esse, dans toutes les écoles primaires et secondaires de Roumanie.

Les tendances fortement humanitaires de Ion Eliade Rădulescu passent dans ses poésies, et le Christ chez lui aussi est prolétaire: «J'ai incarné le Verbe — fait il dire à Dieu — pour rendre l'homme divin, je me le suis rendu frère et fils d'un père céleste, et je l'ai rendu frère de lui même... J'ai renforcé la foi, j'ai réchauffé l'amour, j'ai radouci l'espérance, j'ai consolé le malheureux, j'ai plaint tout prolétaire... j'ai mis l'anathème sur le joug et sur la servitude» (1). Pénétrée d'un sentiment religieux analogue, *Sânta Cetate*, «La Cité Sainte», retrace l'image roumaine de la cité future de Michelet (*Le Peuple*, ch ix, pp. 265-267), mais sa structure lexicale rappelle *L'évangile du peuple* de Esquiros, et *L'humanité* de Pierre Leroux (2). Le Christ — Peuple, «la lumière et la force», souffre depuis des siècles toutes sortes de tortures et d'humiliations, mais le Verbe — Souverain est finalement proclamé: au monde règnent paix et joie. «Verte s'élève la vallée de larmes; l'apocalyptique cité sainte du nouveau monde brille rayonnante d'espérance, d'amour et de liberté... C'est la cité idéale, élevée; ici domine la justice; ici est réalisée la fraternité; ici la vertu est force, est valeur». Cette cité, rêvée par les prophètes et dont la pierre angulaire est mise par le Christ, a vu verser tant de sang des martyrs et des chrétiens tandis que maints peuples réussirent à abattre la tyrannie: «Ouvrez les portes — Que le Roi entre!».

Adhérent du socialisme depuis 1832, mais non sans beaucoup de réserves, il y voyait la clef de voûte de l'organisation nouvelle de l'humanité, qui devait être, selon lui, républicaine, démocratique et sociale. C'est pourquoi il adopta la théorie française du messianisme social du poète;

(1) Cfr. I. Eliade Rădulescu, *Biblicele*, Paris, 1858, p. 99.

(2) Cfr. D. Popovici, *Ideologia literară a lui J. Heliade Rădulescu*, Buc. 1935, pp. 240-241.

mais, en cette fonction, il n'en ressent qu'une adoration plus profonde pour le Christ, tandis qu'il affirme que c'est seulement par le socialisme que l'on peut arriver à la connaissance du vrai Dieu. «Si tu cherches quelque chose que ton esprit entrevoit, écrit il plus tard de Paris, et si cette chose c'est le Bien, l'Amour et la Paix, voilà Dieu (1).

Nous sommes à l'époque où, après de longues hésitations, la poésie roumaine est pénétrée d'un esprit nouveau, moderne, grâce surtout à l'influence de Lamartine. Et celui qui ouvre la série d'une luxuriante génération de poètes est Vasile Cârlova (1809-1831) (2). Formé lui aussi à l'école de la «Société Littéraire» (1827-8) où Eliade lut la traduction des poésies «Le Désespoir», «La Providence à l'homme», «Le Lac» et «La Prière» de Lamartine, très apprécié lui aussi pour ses poésies où il subit l'influence du thème pastoral de Florian et du thème des ruines de Volney en même temps que celle de la lyrique de Lamartine, il eut la satisfaction de voir publier trois de ses cinq poésies avant celles de Eliade et de Gr. Alexandrescu. Après la mort prématurée — survenue à 22 ans — du premier poète roumain moderne pour la sensibilité et l'expression, J. Eliade Rădulescu tint à publier de son côté dans son *Curierul Românesc* (1839), sa poésie religieuse *Rugăciune*, écrite en mai 1830. Elle s'ouvre sur un très bel et profond accent «hymnique», jamais entendu jusqu'alors dans la poésie roumaine, mais nous ne pouvons insister sur cette prière où c'est avant tout le patriote qui parle, cherchant, en esprit augustinien, dans le Tout-Puisant, l'apaisement de son inquiétude et de son âme déchirée par l'oppression sans pitié de sa patrie due à l'étranger.

Dans la première moitié du dix-neuvième siècle, la poésie roumaine devait être portée vers les plus hautes

(1) Cfr. I. Heliade Rădulescu, *Souvenirs et impressions d'un proscrit*, Paris, 1850, p. 286.

(2) Cfr. O. Densusianu, *o. c.* II, pp. 111-122; G. Bogdan-Duică, *Istoria Literaturii moderne*, Cluj 1923, pp. 230-39; L. Predescu, *Vasile Cârlova* dans *Convorbiri Literare*, LXIII pp. 852-868.

cimes par Grigore Alexandrescu (1812-1885) (1), l'élève du professeur français Vaillant, traducteur de Florian, Voltaire, Lamartine, Byron, Laboulay et du Tasse, dont plusieurs, ainsi que Volney, exercèrent une évidente influence sur son oeuvre. Dans les premières phases de sa production poétique, jusqu'en 1838, date où il publia son deuxième recueil de poésies, outre une pensée religieuse originale nous notons une riche sensibilité aux accents personnels et forts, au lyrisme mélancolique aussi et comme pessimiste. Bien que la *Rugăciune* (Prière) où se trouve l'expression la plus parfaite de son désir de la perfection humaine et religieuse, soit considérée par certains (2) comme la plus belle prière poétique écrite en roumain jusqu'à l'hymne païen *Rugăciunea unui Dac* (1879) d'Eminescu, nous ne pouvons pas insister sur ce plus beau fruit de son âme désintéressée, altruiste et religieuse. Dans l'*Antre*, qui, dans les éditions de 1847 et 1863 s'intitule *Cimitirul*, le poète sent à la vue des crânes des moines défunts, dans les cryptes du Monastère de Neamț, un frisson de terreur devant «l'effrayant silence montrant les ombres de la mort qui volent à travers des ossements», mais son profond sentiment chrétien le fait pourtant entendre le mystère du lieu où «la religion parle à qui veut écouter la parole du Christ; la terreur disparaît petit à petit et l'homme y rencontre d'utiles préceptes.» Quand son cierge s'éteint, il pense au flambeau de la vie qui abandonne l'homme : «quelque longtemps qu'il ait vécu, il lui semble de ne pas avoir vécu assez». Dans *Candela* où l'on entend aussi des échos de Lamartine et de Béranger même, nous trouvons l'atmosphère de

(1) O. Densusianu, *o. c.* III, pp. 99-145; G. Bogdan-Duică, *o. c.*, pp. 249-278; E. Lovinescu, *Grigore Alexandrescu. Viața și opera lui*, București, 1928, Pompiliu Eliade, *Grégoire Alexandrescu et ses maîtres français* dans *Revue des Deux Mondes*, 15 Déc. 1904.

(2) B. Florescu, *Poetul Grigore Alecsandrescu* dans *Columna lui Traian*, 1874, n.º 5; C. Gerota dans *Convorbiri Literare*, 1930, p. 1173 et surtout N. Iorga *Istoria literaturii românești în veacul XIX-lea*, București, 1907, I, p. 221.

mystère, de mysticisme religieux et surtout le langage ému du croyant devant «Dieu qui se montre sur la croix»; mais les valeurs d'expression n'atteignent pas la haute expressivité poétique de *Rugăciune*.

La première poésie plus originale sur le Rédempteur est due à Dimitrie Bolintineanu (1819-1872) (1), poète très fécond et l'un des plus insignes de la génération de 1848, qui avait fait ses études à Paris, où il publia l'opuscule sur les *Principautés Roumaines* (1854) et qui donna l'impulsion à l'action généreuse de Michelet et Quinet en faveur des Roumains. Il traduisit plus tard la plus grande partie de ses poésies en vers français sous le titre de *Brises d'Orient* (1866). Voici ce qu'en écrivait dans la préface Philarète Chasles, professeur au Collège de France: «Elégance, verve, souplesse, facilité de versification, ces qualités lui sont communes avec plus d'un poète vivant de notre race... Ce qui me charme surtout dans ces chants, à la fois exquis et populaires, c'est la spécialité de leur accent. Un accent nouveau!... Cet accent, un écho lointain qui a passé sur les flots bleus du Bosphore, nous apporte dans les mystères du rythme et du mètre un murmure échappé aux forêts de la Macédoine et aux vieilles tours en ruine qui gardent le Danube» (p. v). Des poésies comme celles de Gr. Alexandrescu et d'autres poètes roumains se voyaient aussi traduites en anglais dans la *Rouman Anthology* (Hertford, 1856) de Henry Stanley et une de ses poésies avec d'autres de Héliade, de V. Alecsandri et d'Eminescu, fut aussi traduite plus tard en italien dans le volume iv de «Il libro dell'amore» (Venise, 1890) de Marc'Antonio Canini. L'influence exercée sur son art par André Chénier, Lamartine, Victor Hugo, Gérard de Nerval, a été en partie relevée (2); il n'existe

(1) Cfr. G. Popescu, *Viața și opera lui Bolintineanu*, Buc. 1876; A. Demetrescu, *Bolintineanu* dans *Analele Literare*, 1886; Iorga *Istoria literaturii românești în veacul al XIX-lea*, Buc. 1908, II, pp. 186-194; Th. Banville, dans *Revue du siècle*, XIX, Oct. 1866.

(2) Cfr. N. Apostolescu, *L'influence des romantiques français sur la poésie roumaine*, Paris, 1909, pp. 203-37. Des poésies de Bolinti-

pourtant malheureusement pas d'étude approfondie sur la poésie de Bolintineanu. Ce poète aux delectations visuelles, acoustiques et tactiles si parfaitement fondues, outre l'*Invocația* (Invocation), belle prière patriotique d'inspiration lamartinienne où il s'élève par delà l'harmonie du vers à un sentiment vrai et fort, nous a donné aussi *La Isus pe Cruce*, «A Jésus en Croix», publié en 1847, et non traduit en d'autre langue. Dans un monologue au coulant alexandrin, mètre typique de la poésie roumaine, — un alexandrin avec septième syllabe atone à la césure — le poète s'adresse au Christ: «O Christ aux cheveux blonds et aux douces paroles — Dont déborde le don de consolation», lui posant une série de questions. «Toi même Tu as dit, ô Christ, en montant sur la Croix: — Père, ne veux-tu pas que passe ce calice?» — «Pensais-tu que ce que tu avais semé allait périr? — Pensais-tu que les Pharisiens détourneraient demain — Le Peuple de la croyance que tu lui avais insufflée?» La réponse devait partir du sentiment et de la raison religieuse, mais aussi de l'accord de la foi avec les plus hauts idéals humains et ceux de ce siècle, et donc de l'accord entre religion et liberté, religion et patrie, parce que le romantisme roumain lui aussi fut foi en Dieu et amour effréné de la patrie. Aussi le poète répond qu'avec toute leur influence et leur acharnement, les puissants ne peuvent pas arrêter une doctrine; celle-ci, si elle n'a «le principe de lumière, de vie et de raison», étouffe son propre élan. Mais la doctrine de Jésus est sainte et a la vie en elle — même; et plus elle rencontre d'obstacles, plus elle se répand sur les ténèbres du monde. C'est depuis lors que la tyrannie n'est plus à craindre sur la terre. «Une tyrannie porte sa mort en son sein — Et apparaît à la vie comme naît un tombeau». La poésie s'inspire de la Bible, mais aussi de Lamartine, peut-être de l'*Hymne au Christ* (1), où l'on exalte la vraie

neanu ont été traduites aussi dans *Les Franco-Roumaines*, traduction en vers par J. Capéran, Paris, 1893.

(1) Cfr. *Harmonies poétiques et religieuses*, Paris, 1907, p. 229-43.

doctrine de Jésus et l'on fait allusion aux tyrans, et elle en est digne pour l'harmonie si douce des vers, où il n'est surpassé par aucun de ses contemporains.

Une poésie beaucoup plus parfaite encore *Christ după cină*, «Le Christ après la Cène» de 1854 (1), est due à un poète mineur, Nicolae Orășanu, (1833-1890), traducteur du premier livre français sur les principautés danubiennes (2), et poète satirique de la société de transition de Bucarest, comme le fut avec un talent supérieur Vasile Alecsandri pour Jassy (3).

Toujours en alexandrins et en vers coulants et musicaux qui trahissent l'école poétique de Bolintineanu, le tout jeune poète part de l'évangile de Saint Mathieu, et raconte la scène où, après avoir lavé «les pieds perfides du disciple qui depuis longtemps voulait le vendre» le Maître annonce qu'il va mourir et sera abandonné de tous les apôtres. C'est avec un effet dramatique émouvant que sont rendues les paroles d'enseignement aux apôtres où l'affirmation de la divine humanité du Christ s'exprime en une sorte d'amalgame ou de fusion panthéiste dans notre vie humaine de ce Dieu qui quitte la terre sans abandonner les siens. Il n'y manque pas non plus la religion de la patrie ou des idéaux modernes: «Aux peuples opprimés, promettez la liberté; aux monarques puissants tenant sous leurs pieds des cités fameuses et des centaines de peuples, enseignez que dans le monde tout est folie, que seule la vertu vit et reste. Au ciel chacun répondra de ses actions devant lui; personne ne pourra se cacher au Seigneur». Dans tous ces vers l'expression est très appropriée, et atteint, par l'effet du prolongement des -r, la profondeur étouffée des -u, un sentiment de dou-

(1) Cfr. *Floricele de primăvară*, Buc. 1854, pp. 18-19.

(2) Cfr. *Istoria Moldaviei și a României de Carra* (traduction), Buc. 1857. Le titre original est: «Histoire de la Moldavie et de la Valachie avec une dissertation sur l'état actuel de ces deux provinces», Yassi, 1777; Neufchâtel, 1781.

(3) Cfr. N. Jorga *o. c.*, III, p. 277.

leur mystique, dans les deux derniers vers où l'on sent les apôtres affligés des dernières paroles: «Je pars, je n'hésite pas; aujourd'hui par mon sang je sauve l'homme», et que le jour suivant, les Hébreux l'ont cloué sur la croix: «*Si-a doua zi, Evreii L-au pironit pe cruce*».

Cette poésie, à son tour, a inspiré celle de titre semblable «Hristos după cina cea de taină» du poète Alexe Mateevici — 1888-1917 (1).

Un jeune poète de dix-huit ans, Ioan Ianov — 1836-1903 — qui fit ensuite ses études à Vienne et à Paris, et qui écrivit comme membre de la fameuse société littéraire «Junimea» pour la revue «Convorbiri Literare» des chansons comiques et des monologues en vers et en prose sur le modèle d'Alecsandri, publia sur le journal d'Asachi (2) sa première poésie: *Invierea lui Hristos* (La Résurrection du Christ) (1854) où l'on sent l'admirateur des psaumes traduits en vers du métropolitain Dosofteiu et le disciple d'Asachi. En une discrète architecture de rythmes et de rimes, il élève le cœur vers Celui qui siège en gloire sur son trône d'éternité et qui par sa mort a donné la vie aux hommes. «Aujourd'hui le cœur humain exulte de joie — Et bat incessamment au paradis de félicité — Quand il voit que la noire malédiction de bannissement, — Le Christ l'a faite crouler avec sa résurrection et sa mort». Par la victoire de la croix est écrasée la force des ténèbres de la mort, parce que l'esprit de vie vole, à la mort de l'homme, sur des ailes salvatrices vers le Créateur. L'espérance qui soutient et guide la barque de la vie sur la mer du sort, même quand elle est battue des ondes des passions, crie triomphante: «Nous, nous ne sommes pas le chaos! Le ciel exulte, et, dans l'harmonie sainte, s'entendent les louanges au Fils de l'Homme.» L'enfer pareillement se réjouit pour ce Soleil glorieux levé dans le ciel, avec qui commence le jour de vie illimitée pour le pauvre genre humain, tandis que

(1) *Poezii*, éd. V. Haneș, Buc. 1926, pp. 65-6.

(2) *Gazeta de Moldavia*, 1854, 19 Avril.

l'Eglise renaît, s'illumine de nouveau, et que la foi élève son autel brillant comme un phare sur la voie de la rédemption. Du bois de la crucifixion, des lauriers d'épines et du fer qui transperça le corps du Christ naît la joie du jour lumineux, même pour le pécheur. Et la douleur des plaies, les tourments supportés et la mort terrestre de trois jours frappent la source des larmes de foi que tout Chrétien verse sur la tombe sainte. Avec le soleil d'aujourd'hui naissent dans l'âme chrétienne l'immortalité et le paradis, car «aujourd'hui ressuscite Celui qui ressuscite la nature et devant lequel s'inclinent la terre et le ciel».

La veille de Noël, Ianov publica *Nașterea lui Hristos* ⁽¹⁾, où encore davantage se ressent l'influence de la beauté des images et des expressions des Psaumes de Dosofteiu. «Exulte, Bethléem, et toi, Jérusalem — Parce que l'attente du monde est venue au monde—Pour notre salut et la gloire du ciel — Aujourd'hui Dieu le Verbe s'est changé en homme!» La terre tremble, le ciel s'allume, l'enfer s'ouvre, les morts lèvent la tête, la douleur cesse. Et, avec l'accent des Psaumes, il exalte «le mystère impénétrable à l'esprit humain, le Petit Enfant divin, attente des nations que le genre humain ne peut glorifier qu'en versant d'incessantes larmes d'humilité». Le poète traite ensuite de la création de l'homme, d'Adam «père de la naissance naturelle» pour exalter la naissance de Jésus d'un corps vierge, et après avoir relevé l'humilité de la naissance, la persécution de César et l'adoration des mages, il affirme que c'est de là que sortent la foi et la doctrine qui mènent au Sanctuaire et que l'Eglise est, au milieu des ondes agitées du monde, l'unique phare et l'unique port de la vie. Des ténèbres est sortie la lumière, parce que l'espérance renaît dans le cœur chrétien avec le paradis et l'immortalité restitués.

Tandis que dans les deux précédentes poésies il emploie l'alexandrin, dans *Răstignirea lui Hristos* ⁽²⁾ (La Crucifixion

(1) *Ibidem*, 1854, 23 Décembre.

(2) *Ibidem*, 1856, 12 Avril.

du Christ), il emploie l'octonaire et suit le modèle de la poésie populaire; et tandis que dans les pièces précédentes le ton était contemplatif, méditatif, il est ici plutôt élégiaque; la poésie entière, d'ailleurs inférieure aux précédentes, n'est pénétrée, malgré les moyens expressifs, mis en oeuvre, que d'accents de lamentation. Les cieux, la mer, les oiseaux, les étoiles du couchant pleurent; sur leurs bases les édifices éternels vacillent à la mort du Christ. La Vierge pleure, ainsi que les anges et Jérusalem; la Croix est baignée de larmes; le ciel et la terre pleurent. Mais ici se fait ouïr un ton de révolte, parce que, tandis que même le soleil éteint ses rayons, seul l'homme reste avec un coeur de pierre: les disciples se sont cachés, Judas L'a vendu; et des hommes L'ont mis en croix, L'ont offensé, et le genre humain a foulé aux pieds la Divinité. Mais la croix devient fontaine d'amour, de piété, de pardon, et source de lumière pour quiconque espère la vie d'outre tombe. Il termine ainsi sur un élan mystique, qui cependant reste collé à la terre du point de vue poétique.

Inspirée de l'Evangile de Saint Marc, la poésie semble composée avec des intentions de popularisation, privée qu'elle est des inattendues virtualités poétiques des deux précédentes, qui sont dans l'ensemble des essais assez réussis, surtout si l'on pense que ce sont là les débuts d'un très jeune poète.

Alexandru Depărățeanu (1835-1865), un autre poète, mort aussi très jeune, à trente-et-un ans, avait acquis durant son séjour — 1856-1858 — en France, en Espagne et en Italie, une fort belle culture. Le premier, il traduisit en vers roumains de nombreuses poésies populaires espagnoles, et qui, dans ses vers ou en exergue, cite Pétrarque et Ronsard, et montre connaître Dante, Lamartine, Byron, Alfred de Musset, Victor Hugo, Théophile Gautier, Beaudelaire. Il exprima aussi, en des vers comme *Calul* (Le Cheval), tant d'admiration pour la France de Napoléon III marraine de l'unité nationale de l'Italie et de la Roumanie. Dans le poème *La Italia* il incite les Rou-

mains à suivre l'exemple héroïque de l'Italie conquérant sa liberté. C'est lui qui écrit aussi sur le Rédempteur deux poésies restées sans mention dans la plus récente et la meilleure étude critique sur ce poète (1). Le premier, il introduisit dans la poésie roumaine aussi les rythmes de la Pléiade et de Ronsard, repris aussi par Théophile Gautier (2). Ce poète penseur et novateur, peut-être le plus fort entre Grigore Alexandrescu et Mihail Eminescu, exprime dans quelques poèmes comme par exemple *Sunt capete profunde*, sa profonde souffrance et la révolte jaillissant de la conscience de la caducité universelle. Il exalte l'éternité immuable de l'idée divine, inaccessible cependant à la pensée humaine. Après l'invocation lamartinienne: «O mon Jésus, Toi Agneau de Dieu, Toi Soleil — D'amour, de charité, de paix, de candeur — Toi la bonne Parole — La divine Rosée qui fais fleurir — Dans les cœurs humains la vertu angélique — Et le ciel sur la terre», on trouve dans *Către Isus* (1859) une attitude de sombre «désespérance» byronienne. Au nom de Jésus «Bonté suprême» tant de martyrs sont morts, tant de sang a été versé dans le feu et les flammes, et pourtant, après tant de tempêtes, le chrétien est toujours triste et plein de larmes, parce que les tyrans qui ne voient que tombes et morts dans leurs rêves, «ceux qui courent par les rues en criant "fraternité" et qui tuent leurs "frères" transforment la terre en chaos, la foi en hérésie, les maisons en cimetières. Ils viennent au nom de Jésus, et «ils nous déchirent, nous mordent, nous dépouillent, nous tuent, nous proscrivent».

Ici, l'idée prise d'un autre poète est tellement transformée que dans ses vers elle paraît originale, et la conscience de la misère humaine y semble sourdre de la vie vécue. Si ailleurs il a dû constater les obstacles infinis qui s'oppo-

(1) Cfr. Al. Ciorănescu, *Alexandru DepărăŃeanu, Studiu critic* dans *Academia Română, Memoriile Secțiunii Literare*, S.III, T. VII (1934-36), pp. 267-489.

(2) N. Apostolescu, *o. c.*, p. 257.

sent à l'amélioration du sort des malheureux, ici il entend signaler le calvaire qu'impose la tyrannie à une grande partie du genre humain.

Dans *Isus în templu* qu'Apostolescu (1), sans pourtant l'étudier, considère à juste titre comme un de ses plus beaux poèmes, Depărățeanu exprime toujours son énergique révolte contre l'oppression et la corruption. Le poème s'ouvre sur l'atmosphère exotique, légendaire détaillant compte de tout ce qu'avaient apporté de précieux, de grand, de rare, tant de pays de l'Orient pour contribuer à la construction, pendant quarante ans, du temple gigantesque où la volonté humaine entendit unir le ciel et la terre, et l'homme avec Dieu. La description si colorée des « torrents de splendeur », pose au lecteur le problème connu « ut pictura poesis »; sur le plan de la vision de l'espace, les oppositions d'ombre et de lumière variées et graduées et l'harmonie de la structure auditive, presque parfaite, si n'étaient quelques néologismes, créent une véritable symphonie d'une rare beauté, harmonisée à l'image du rayonnement de lumière du soleil qui enveloppe le Seigneur. Dans le peu de traits descriptifs de cette profusion de beauté terrestre pour la gloire divine, que Jésus put embrasser d'un regard, la valeur symbolique des sons évoque un hymne adressé à l'Hôte. Mais, tout d'un coup, la scène change d'aspect; l'on sent monter un ton de douloureuse révolte, imprégné d'un puissant accent éthique dans le sanctuaire de la prière. Dans le lieu « où le genou se ploie avec ferveur, où les yeux se convrent de larmes et le front de sueur », Jésus trouve des bancs pour l'or et l'argent et ceux-là qui n'ont qu'un culte, le gain, et qu'un dieu, l'argent. Elle est mouvementée, sentie, vivement exprimée, la description des caractères de l'avidité, de la corruption, du manque de dignité des usuriers, des publicains et des trafiquants. La colère de Jésus n'est décrite que dans ses effets: la terreur de ceux qui avaient osé profaner le temple; et seulement pour que pût l'enten-

(1) *Ibidem*, p. 266.

dre la Judée «opprimée, vendue, trompée», Jésus dit: «Ne faites pas de la maison de mon Père une caverne de voleurs».

Pour les moyens d'expressions, je releverai que la plupart des rimes sont formées de substantifs, et quelques unes seulement comportent des verbes ou des adjectives rimant avec des substantifs. Tandis que dans les premiers vers on reconte les verbes au passé historique, dans la description de la beauté du temple l'imparfait alterne avec le présent, ce qui est d'un effet puissant. Il faut encore relever une précieuse harmonie du vers, due souvent à la disposition heureuse des structures lexicales, morphologiques, syntaxiques.

Le véritable continuateur de Bolintineanu, Grigore H. Grandea (1843-1898) ⁽¹⁾, un Macédo-roumain qui fut professeur de botanique et de zoologie à l'École de Médecine à Bucarest, puis membre de l'Académie de Bruxelles, et qui avait l'illusion d'être le fils de Byron, tenta d'introduire dans la poésie roumaine le motif de l'exotisme et du démonisme romantique. Et à la «sauvage harmonie» des chants de Lord Byron si mystérieux, s'enivraient non seulement de Musset, Lamartine, George Sand, mais aussi notre poète mineur, qui pourtant n'atteignit jamais le niveau artistique que faisaient espérer ses premières poésies ⁽²⁾. A lui aussi il fallait une muse forte et sauvage, une lire qui vibrât les accords plus désespérés; et si Byron, dans *Don Juan*, définit la poésie comme une respiration passionnée, un rugissement de tempête, Grandea fit la tentative, parfois réussie, de rendre en sombres images l'ouragan des éléments de la nature déchainés à la crucifixion du Christ. Dans *La Restignirea lui Crist* (1859) la mer hurle en tempête, les monts résonnent épouvantés sous le mugissement des vents et des abîmes ténébreux, et le ciel gémit, se

(1) Cfr. A. Sonju, *Poetul Grigore Grandea*, dans *Revista Literară*, 1902; N. Iorga, *Istoria literaturii contemporane*, Buc. 1934, I, p. 13.

(2) Cfr. *Preludele*, 1861 et *Miosotis*, 1865.

déchire; dans une lumière lugubre, le phare de la mort, l'Éternel montre sa colère; il en suit une terreur épouvantable. Derrière les flots qui, mugissant, écumant, débordent sur les rives, arrive la mort, échevelée et furieuse: la tempête redouble, le monde est sur le point de disparaître parce que la Vérité est crucifiée en Palestine, et la nature est écrasée par la douleur. Avec un rythme plus vif suivant les intentions d'un art formel, il décrit l'escalade jusqu'au ciel des ondes furieuses, leur retombée sur la terre où, à leur mugissement, les morts relèvent la tête du tombeau. Mais l'apparent calme momentané cède de nouveau la place à la tempête, aux hurlements désespérés qui incitent les fidèles à la prière parce que l'enfer va s'ouvrir. Avec un crescendo bien soutenu et riche d'expressivité vient alors la meilleure strophe: «Le ciel noir s'entr'ouvre, la lampe de la mort s'allume — Surpris, le chaos hurle, la terreur se répand. — La terre clame et se brise toute entière: — L'humanité crie et pleure — Et sur la pâle lune se montrent des taches de sang; — Signe que la divinité elle-même l'a versé — Pour sauver l'humanité de la faute d'Adam». A la mort du Seigneur de la Paix, le vent qui hurle et le tonnerre qui roule prononcent dans leur furie une amère malédiction où l'on reconnaît des échos byroniens de «La malédiction de Minerve». Ici, la source d'inspiration est l'Écriture, le lyrisme ténébreux est d'imitation byronienne, tandis que l'habileté de la versification se ressent de l'influence de Bolintineanu.

Peu nombreuses sont les poésies religieuses de Vasile Alecsandri (1) 1821-1890 — appelé par Eminescu «roi de la poésie, éternellement jeune et heureux», qui survivra dans la poésie roumaine surtout par ses Pastels: *Pasteluri* (2),

(1) Cfr. E. Rădulescu-Pogoneanu, *Vieaja lui Alecsandri*, Craiova, 1940; D. Caracostea, *La poésie d'Alecsandri*, Académie Roum., *Langue et littérature, Bulletin de la Section Littéraire*, Buc. 1941, pp. 125-156.

(2) Trad. en vers français par G. Bengescu, *Pastels, poésies roumaines de V. Alecsandri*, Paris, 1902.

forme nouvelle dans la poésie roumaine, où ne manquent pas les échos de Delille et peut-être de Thompson; l'on a déjà examiné ses rapports avec la France (1) et avec l'Italie (2). Schopenhauer avait affirmé que la véritable oeuvre d'art se réalise en dehors des contingences historiques; Alecsandri, au contraire, nous donne en de telles occasions l'expression la plus poétique des sentiments et des aspirations de son peuple qui, grâce aussi à son art, a conscience d'appartenir à la grande communauté néo-latine, et de la confiance que lui inspire le destin de sa nation. Et la conscience se confond pour lui avec la pensée divine; c'est pourquoi sur la triste situation historique de la Pologne Alecsandri écrivit *Cristos a înviat* (3): «Le Christ est ressuscité» (1863), poésie de circonstance, mais soulevée d'un puissant souffle religieux uni au profond sentiment humanitaire, et plein d'une grande foi envers le Sauveur quant à la rédemption de la nation voisine. Le front du Christ ressuscité, brillant comme un soleil sur les peuples, a éveillé dans le monde des frémissements d'immortalité, et sa résurrection proclame que ne périssent ni la justice, ni la foi, ni la sainte vérité. Le Christ est vivant, et, comme lui, de l'ombre triste de la mort retourneront à la vie tous ceux qui souffrent dans les fers de la servitude; et, s'adressant à la Pologne écrasée sous la botte de la tyrannie, le poète lui crie «courage»: «... Dans le ciel — On entend un hymne de renaissance, une voix annonciatrice: Courage! — Aujourd'hui, entr'ouvrant les portes de l'éternité — Le Rédempteur vient vers toi, ô Pologne — Pour t'enlever triomphalement avec lui d'entre les morts».

La poésie réalise une belle fusion de la pensée et de la forme, et le sentiment qui l'anime n'est pas passive résignation, mais confiance illimitée en Dieu. Son mysti-

(1) Cfr. N. I. Apostolescu, *o. c.*, pp. 284-330, et Ch. Drouhet, *V. Alecsandri și scriitorii francezi*, Buc. 1924.

(2) Cfr. Al. Marcu, *V. Alecsandri e l'Italia*, Roma, ARE, 1929.

(3) V. Alecsandri, *Poezii*, éd. Gh. Adamescu, I, p. 141.

cisme patriotique lui fait prophétiser la libération de la Pologne: il avait connu l'oppression lui aussi, et savait bien que la patrie est tout; et que, comme l'avait dit Fichte, elle inclut et absorbe aussi la liberté; et c'est une telle patrie qu'il souhaite aux Polonais. Mais les études sur la poésie d'Alecsandri semblent oublier ces poésies.

Emouvantes et suggestives sont les poésies religieuses de Mihail Eminescu (1849-1889) qui fut le plus grand poète roumain⁽¹⁾ et dont l'oeuvre commence aussi à être traduite et étudiée à l'étranger⁽²⁾; bien qu'il les ait écrites à l'âge de vingt ans, avant qu'il n'ait commencé à s'affirmer avec *Venus et la Madone* et qu'elles n'aient été publiées que posthumes, ce sont les premières poésies roumaines où la figure du Rédempteur relève de la véritable création artistique. Mais elles n'ont pas été soumises à la lime du poète qui donnait souvent à ses inspirations plusieurs formes successives: nous devons donc les considérer comme de premières ébauches. Dans son excellente étude sur *Eminescu și Cato-*

(1) Pour la riche bibliographie d'Eminescu cfr. *Convorbiri literare*, 1939, pp. 1547-1579.

(2) En français Al. G. Soutzo, *Quelques poésies de M. Eminescu*, Iassy, 1911; N. Iorga-S. Gorceix, *Anthologie de la littérature roumaine*, Paris, 1920; P. Niculescu, *M. Eminescu, Poèmes*, Buc., 1931; L. Barral, *M. Eminescu, Poèmes choisis*, Paris, 1934. — En italien; M. A. Camini, *Il Libro dell'amore*, Venezia, 1890 (3 poésies); P. E. Bosi, dans «Nuova rassegna di letterature moderne», 1906; R. Lovera, *Letteratura romena*, Milano, 1908; C. Tagliavini, *M. Eminescu*, dans «Studi sulla Romania», Roma, 1923; *M. Eminescu, Poesie*, prima versione italiana con introduzione a cura di R. Ortiz, Firenze, Sansoni, 1927; M. Pomilio, *Il capolavoro di Michele Eminescu* dans «La Rassegna Nazionale», 1932; U. Cianciolo, *Poesie scelte di M. Eminescu*, introduzione, versione con testo a fronte, Modena, 1941; *Lucifero, traduction du «Luceafarul»*, par Mina Boschi dans *La Rassegna Italo-romena*, Juillet, 1942; G. Lupi, *M. Eminescu*, Roma, 1943; M. Camillucci, *M. Eminescu* dans *Meridiano di Roma*, 11 Juin 1939; G. Bertoni, *La poesia di M. Eminescu* dans *Archivum Romanicum*, 1940; A. Silvestri-Giorgi, *M. Eminescu, il più grande poeta romeno*, dans *Augustea*, 15 Juin 1939; E. Padrini, *M. Eminescu* dans *Termini*, IV, pp. 770-71, etc.

licismul (1935), I. M. Raşcu a déjà mis en relief ce que doivent aux litanies de la Sainte Vierge et à celles du Coeur de Jésus de l'Eglise latine quelques hymnes assez brefs dédiés à la Vierge et à Jésus et composés durant son séjour à Blaj, «où se leva le soleil du roumanisme», et aussi à Vienne. La poésie *Christ* est datée de décembre 1869⁽¹⁾; *Inviere*, «La Résurrection», comme les précédentes, remonte probablement à 1869, avant la puissante influence exercée sur le poète par la philosophie de Schopenhauer. De même que dans *Venus et la Madone* de plus tard (1870), où il y a le contraste entre la divinité païenne de l'amour et la Vierge représentant la vertu immaculée de la maternité, ici, dans *Christ*, comme dans les chants de Byron ou de Leconte de Lisle — par exemple *Dies Irae* des «*Poèmes antiques*» — Eminescu relève l'antithèse entre le riche fond de foi du passé et l'âme moderne vidée de tout idéal religieux.

L'idéalisation du passé aide à notre poète à affirmer les suprêmes valeurs de l'humanité; aussi le poème s'ouvre-t-il sur des accents élégiaques pour relever qu'en un vieux livre à la couverture décolorée et aux lettres «tordues comme la pensée aveugle de siècles étranges, triste comme l'air malade sous des murs écroulés» il a vu sur la dernière page «en traits grossiers et grêles» une estampe sur la naissance de Jésus: c'était un essai gauche qui aidait l'élan de la ferveur de l'âme, parce que la main ne pouvait encore rendre l'art véritable dans l'image. «Mais l'âme vierge Te pensait dans les nuits sereines, Te voyait sourire entre les larmes avec ton angélique sourire, et à côté de Toi, agenouillée, Ta mère dans la tristesse et les pleurs Te voyait lever les mains vers le ciel, pâle et sainte. Et dans la voûte azurée, sur la plaine calme, champ d'azur comme la mer semée de fleurs d'or, l'âme rêvait un astre, blanc comme un lis ardent, étoile d'argent, pâle et belle, rosée de lumière». Et sous l'étoile on voyait l'étendue du désert avec les Rois d'Orient,

(1) Cfr. M. Eminescu, *Opere*, I, éd. critique de Perpessicius, Buc., 1939, p. 485.

et sur les monts couverts de bois d'oliviers, les bergers qui à la vue de l'étoile en suivent le saint rayon jusqu'à la couche de l'enfant. Après cet admirable aspect du mystère divin décrit avec des images aussi opposées que parfaitement symétriques, mais riches de l'indicible suggestivité et musicalité des vers, Eminescu assure qu'aujourd'hui l'artiste conçoit Jésus comme un roi sur un trône, mais son âme est un désert; aujourd'hui la paille de la grotte est d'or; la Vierge n'est plus une pauvre femme, mais une reine, parce que l'imagination est devenue riche, mais la foi s'est appauvrie, et Jésus est un homme et non plus Dieu. Si la description de l'estampe primitive nous frappe par sa force d'expressivité religieuse, non moins frappante est celle de l'aridité de l'âme moderne avec son manque de frémissement mystique, et la valeur de ce contraste est rendue avec une grande force dans les vers ordonnés en antithèse de la dernière strophe: «Aujourd'hui Tu es la phrase splendide; Tu es le masque royal — Hier Tu étais la foi simple mais sincère, profonde — Tu as été roi de l'humanité, la foi en Toi était granitique. — Aujourd'hui on Te grave sur le marbre, ou l'on T'exalte sur la toile.»

Tandis que cette poésie réalise en images si plastiques l'évocation de la Nativité, *Învierca* est plus riche encore de sensations verbales et musicales, comme un oratorio de Bach (1). Là l'inspiration puisée aux saintes écritures et aux rites liturgiques orientaux déborde aussi de sa foi en Jésus ancrée dans la tradition. Dans une atmosphère de mysticisme religieux où concourt le son ouaté de l'*u* (-ou-) rendu comme impénétrable par l'appui des nasales au bourdonnement de mystère, en l'église aux murs noircis s'insinue, silencieux, le froid esprit de la mort, dont on croit sentir passer le souffle dans la sonorité continue de l'*r*, et une voix en solo murmure les douces paroles du vieil évangile.

Un cierge entre les mains, la barbe blanche comme

(1) Cfr. J. Pillat, *Tradiție și literatură*, București, 1943, où l'on traite brièvement de ces deux poésies (pp. 293-4).

neige, le vieux prêtre enseigne au peuple que la mort lutte contre la vie éternelle, que depuis trois jours elle triomphe, tourmentant cruellement sa victime. Une musique profonde et très douce pénètre plaintive: «La mort, ô saint Seigneur, a tout écrasé, puisqu'elle a frappé la source même de la vie. L'homme n'est rien devant Toi, rien qu'un flocon de neige, et ce rien Te demande un rayon consolateur; dans les foules résonnant de lamentations, nos prières, ô Père, débordent des coeurs».

C'est avec grande richesse de suggestion qu'est décrit le moment le plus dramatique: silence, tremblement, peur, et les ténèbres noires rendues plus impressionnantes par le frémissement de chuchotements. Les douze coups sonnent: minuit. Soudain, entre les noires murailles éclate la lumière, suivie en longs échos du retentissement des cris de joie, tandis que prêtres et peuple regardent l'autel pour voir la résurrection du Christ vainqueur du tombeau. Tous les coeurs s'unissent dans la joie pour chanter l'hymne de Pâques si connu, dont le poète amplifie encore le rythme et la force métrique: «Nous élevons des chants de louange — vers Toi, l'Un. — L'accueillant avec psaumes et rameaux, inclinez-vous, peuples, — chantant Alleluia! — Le Christ est ressuscité de la mort — avec sa sainte suite — par la mort vainquant la mort — portant la lumière — à ceux des tombeaux».

Jamais jusqu'alors nous n'avions rencontré, dans les poésies précédentes, une aussi étroite collaboration entre le style, déjà si caractéristique, et son inégalable musicalité, expression de l'incommunicable génie du poète. Bien qu'elle ne s'adresse qu'au Créateur, nous reproduirons encore la prière de ce chef-d'oeuvre qu'est *Luceafărul*: «Du poids de la noire éternité, Père, délivre moi; et, éternellement, sois loué sur l'échelle entière du monde; ô, demande-moi, Seigneur, n'importe quelle autre chose mais donne-moi un autre destin, Toi qui es source de vie et donneur de mort; arrache-moi de la tête le nimbe immortel, et le feu du regard; et en échange pour tout cela,

donne-moi une heure d'amour. Du chaos, Seigneur, je suis sorti; fais-moi retourner au chaos! et du repos je suis né: j'ai soif de repos». C'est la prière de l'astre éternel qui regrette d'être un dieu.

Cette prière en vers roumains, due à un poète pessimiste, est sans doute une des plus belles par ses accents mystiques au style biblique, et par la rare musicalité des images dont la résonnance se prolonge à l'infini.

Corneliu Botez (1870-1920), juriste de valeur et conseiller de la Haute Cour de Cassation, publia aussi un volume de *Poesii* (1893). Ce poète oublié nous a laissé un hymne senti, *Cristos*, où il s'associe avec ferveur à l'adoration de la chrétienté entière éternellement en garde, en veillée, à travers la nuit du temps autour d'une colonne de feu, «fantastique comme le songe, immobile comme la durée»; la couronne d'épines et la croix du Sauveur seront pour toujours un vrai enseignement. Le poète s'agenouille pour glorifier le Christ «symbole de toutes les victimes du sort, le Christ vainqueur de César et vainqueur de la mort». Hymne remarquable pour ses richesses expressives et métriques.

Un cas curieux mérite d'être relevé, celui d'Alexandru Vlahuță⁽¹⁾ (1855-1919), disciple et imitateur d'Eminescu⁽²⁾, pour qui il conserva un véritable culte jusqu'à la mort, et qui avait débuté en 1880 par des poésies respirant un défi quasi païen contre le Créateur et la religion, répété encore dans *Dormi în pace* (1885) où, à la fin, résigné, il se réconcilie avec Dieu. Mais le mélancolique, le pessimiste, qui comme Lucrèce, composa de fort beaux poèmes empreints d'une profonde religiosité malgré leur apparente métaphysique contraire, comme *Iertare*, «Pardon», *La Icoană*, «A l'image», *Din Prag*, «Du seuil», du recueil de 1887, est

(¹) Voir V. Gherasim, *Al. Vlahuță ca om și poet*, Cernăuți, 1920; G. Ibrăileanu, *Opera literară a d-lui A. Vlahuță*, Jassy, 1912 (que je n'ai pourtant pas pu utiliser pour cette étude).

(²) Voir Gr. Scorpan, *Elemente eminesciene în poezia lui A. Vlahuță*, Iași, 1937.

remplacé maintenant par un optimiste qui, déjà durant son activité de socialiste militant en faveur des abandonnés, quand il affirme que l'idéologie socialiste n'a pas à pénétrer dans le champ de l'art, a écrit de caractéristiques poésies religieuses comme *Cuvântul*, «Le Verbe», *Sonet*, et *Cristos a înviat*.

Dans *Cuvântul*, qui se ressent d'une évidente influence d'Eminescu, nous trouvons la conception de l'auteur sur la mission de l'art: «De même qu'en légendes est la force du Verbe» — du don de la parole — «ainsi d'une pensée il tire réellement des mondes, et une forme éternelle de l'ombre qui périt, et du jour d'hier il fait de nouveau aujourd'hui; il peut rappeler les morts de la tombe; et, sous son charme, Tu es tout-puissant, Tu pénètres les temps et les lieux, et Tu vis mille sortes de vies». Le poète est un prêtre de la force du verbe, un être supérieur dont l'âme bouillonne des douleurs et des espoirs du peuple; et son verbe est un aspect évangélique de la divinité créatrice: aussi ce verbe doit-il être un très pur sacrement de communion, parce que «des millions de coeurs battent à l'unisson, et que vous parlez à des milliers de siècles».

Le poète, qui mit en roumain certaines poésies de Ada Negri traduisant la vie des humbles, avait exprimé dans *Homo homini lupus* la constatation du triomphe de la haine bestiale et de la force grossière sur la justice; et dans *Sonet* (1896) il supplie Jésus de descendre de nouveau sur terre, parce que le troupeau est saccagé, que les forces de haine et de ténèbres reviennent sur le monde, et que l'étoile de la rédemption se perçoit à peine et semble vouloir nous abandonner: «dans le coeur du monde, reviens semer la foi consolatrice».

Comme dans le poème *Dreptate* il avait élevé un hymne à l'humble classe des paysans — «généreux est le pauvre» — dont le tenace travail nous donne tant, dans *Cristos a înviat* (1)

(1) Cette poésie est rappelée par V. H. Haneş, *Histoire de la littérature roumaine*, préface de Mario Roques, Paris, 1934, p. 139.

(1896), il exalte le sacrifice et la pauvreté du Rédempteur, la souffrance des humbles et la foi dans la rédemption. En images tantôt symétriques, tantôt opposées, il exprime les affronts subis, l'humilité, les miracles et les bienfaits de Jésus. De la crucifixion émanent des ondes incoercibles de justice et d'amour et de paix, sur le monde humain: «Vous tous qui avez pleuré dans l'ombre, et que personne n'a consolés, relevez-vous, après avoir été si longtemps agenouillés. Le Christ est ressuscité.» Non plus rébellion, mais une noble résignation illuminée d'un rayon de la nouvelle foi triomphante.

Duiliu Zamfirescu (1858-1922) qui vécut quinze ans à Rome et dont tant de poésies s'inspirent des villes, des paysages et de la vie d'Italie, mit en roumain des vers de Carducci et de Leopardi ⁽¹⁾. Il nous donne un poème *Gethsemani* (1897), plein d'une magnifique poésie de la nature sous un ciel riche en idéaux, où la lune mélancolique rayonne de dessus les collines. La tristesse de l'âme de Jésus n'est pas exprimée comme dans l'évangile, mais est suggérée par la description de la nature: «C'est l'heure du mystère. Le jour meurt — Dans les lointains calmes. — On voit le temps qui passe — Dans la dernière lueur. — Quand la cime boisée des monts se couronne dans l'air léger de blanches flammes — Sous les arbres bandés de lune — Bougent les ombres des branches». L'état d'âme du Sauveur est suggéré par la notation de son apparition quasi irréelle dans la clairière du jardin où il s'avance dans la lumière, s'arrête, se remet en mouvement, s'arrête encore; puis on le voit, pâle comme de la cire, tendre les bras vers la voûte des blancs mystères, qui saisit son âme d'un désir insatiable des cieux. Et plus riche encore d'indéniables réminiscences d'Eminescu, la prière finit: «Père, Toi qui as mis en moi — La sérénité de Ta sainte essence — Grandis mon âme pour le bien — Mes forces pour la

(1) Cfr. Cl. Isopescu, *Saggi italo-ispanici*, Roma, 1943, pp. 260-290; Fr. Cardinali, *La poesia di Duiliu Zamfirescu*, Roma, 1947.

«douleur». Tombé à genoux, Jésus regarde en haut: et le tableau symbolique répète la rime des collines, *dealuri*, avec les idéaux, *idealuri*. Les rimes très rares du pluriel en — *uri* (du latin — *ora*) comme encore *flamuri-ramuri*; *rânduri-gânduri*; *misteruri-ceruri* confèrent aux termes une valeur impersonnelle. Le poème n'est peut-être pas parmi les meilleurs de Zamfirescu; on ne peut pourtant lui refuser une certaine réussite, sur les traces d'Eminescu, dans la participation de la nature aux tourments de l'homme, et dans la puissance expressive.

A mi-chemin entre la manière d'Eminescu et l'idylle à la Coşbuc, se tient la délicate sensibilité poétique de Ştefan O. Iosif (1875-1913) ⁽¹⁾, qui traduisit intensément Petöfi, Heine, Goethe, Wagner, Corneille, Schiller, Paul Keller, Fulda, Bürger, Carducci, Lenau, Uhland, Hölderlin, Falke, Meerheimb, Wolff, Multatuli, Geijer, Enea Roncinni, Longfellow, Burns, Evers, Rossegger, Carmen Sylva, Shelley, Southey, Stöbec, puis des «dainos» lithuaniens — le mot ressemble étrangement au nom des «doina» roumaines — des chants populaires hongrois, et, en collaboration avec D. Anghel, Verlaine, Ibsen, Halm, Dumas, Banville et La Fontaine. De ses poésies religieuses *Moş Ajun*, «Père Noël»; *De Profundis*; *Ad Mortem*; *Rugăciune*; *Imn religios*, où ne manquent pas les échos de Vasile Alecsandri, nous ne soulignerons ici que *Isus* (1898) ⁽²⁾. C'est un sonnet où la première est la meilleure strophe: «La lumière de la chandelle veille dans un coin — Enveloppant l'icone de rayons pâles: — Jésus enfant au sein de sa mère; — Les bergers s'étonnent, les Mages s'inclinent». Et cet exorde de l'image paraît être emprunté au très beau *Crist* d'Eminescu, que nous avons vu. Le poète découvre sur l'icone un sourire calme, doux, accompagné d'une secrète tristesse jetant une ombre de mystère sur le visage de l'enfant divin; et il demande

(1) Cfr. Paul Papadopol, *Un sol al biruinfei: Poetul St. O. Iosif*, Bucureşti, 1930.

(2) Cfr. «Floare albastră», 1898, 27 Décembre.

à Jésus si déjà il sait que son amour pour les hommes serait payé par le sarcasme et la haine, et qu'il mourrait sur une croix, criant vers le ciel. Bien que ce soit l'une de ses poésies les moins réussies, on y note, avec une discrète harmonie des vers, l'expression frémissante d'une réelle douleur.

Un poète mineur, aujourd'hui complètement oublié, est Florian I. Becescu (1). Il a pourtant une poésie toute remplie des accents d'Eminescu sur la figure du *Crist* (1899) «la plus idéale étincelle qui a fait jaillir de son feu le torrent des plus belles et des plus divines idées». «Elle a brillé... Puis tremblante — Du désir d'un songe chimérique — Elle s'est éteinte, l'étincelle, étouffée par les ténèbres. — Elle s'est éteinte... Mais du feu du rayon qui dans les nues avait trouvé son tombeau — Un phare sauveur s'est allumé, — Enveloppant toute la terre. — Et depuis, les peuples émerveillés — Chantent des hymnes de louange — Et des vagues de lumière douce planent dès lors sur l'humanité». «Car les temps et l'espace finiront — Et d'autres mondes naîtront encore — Mais une étincelle aussi sainte — Ne brillera plus jamais». Malheureusement la poésie est plus raisonnée que sentie, comme réalisation artistique, bien qu'on y perçoive un sincère sentiment de foi.

Après Eminescu, un vrai maître à la forme savante et aux originales innovations rythmiques, qui, en vers inattendus allia des motifs ethniques à des créations artistiques supérieures, est George Coșbuc — 1866-1918 (2). Il écrivit

(1) Il n'est même pas mentionné dans la plus détaillée *Istoria liter. rom. contemp.* de Iorga (1934). Becescu né en 1878 à Pitești fit ses études à Bucarest, et après avoir publié des poésies, articles et essais dans les revues «Convorbiri Literare», «Literatura și arta Română», il se rendit à Bruxelles, mais une maladie l'empêcha de continuer les études commencées. Il fut employé de poste. J'ignore s'il vit encore. Il a publié les volumes de vers: *Vise și lacrimi* (1901); *Poveste grozavă*, poème allégorique (1909) et *În Valuri* (1911).

(2) Cfr. Constanța Marinescu, *George Coșbuc. Studiu critic*, București, 1924; Lucia Santangelo, *Georgio Coșbuc, nella vita e nelle opere*, Roma, 1932 (thèse de doctorat ès lettres à l'Université de Rome).

sur Dante, traduisit de la *Vita Nova*, et consacra les vingt dernières années de sa vie à l'étude et à la traduction en tercets roumains de la Divine Comédie, qu'il savait par coeur; mais sa traduction intégrale ne parut imprimée qu'après la mort du poète, par les soins du regretté philologue Ramiro Ortiz; et de l'avis de ce dernier «peu de peuples peuvent se vanter d'en avoir une meilleure». Il traduisit encore le drame indien «Sacotala» de Kalidassa, l'Enéide et les Géorgiques de Virgile, Parmeno de Térence, Don Carlos de Schiller, Mazeppa de Byron, et une anthologie du Rig-Veda, Mahabharata et Ramajana.

Fils d'un «preot» catholique de rite oriental, le croyant poète transylvain a composé diverses poésies religieuses. Dans *Isus la Impăratul*, les enfants jouaient dans une rue de Nazareth et ils en étaient venus à se battre quand une jeune femme passa et vit que son fils pleurait et se débattait, pendant que les autres criaient contre lui. Prenant l'enfant, elle s'en alla avec lui, et avec de douces paroles le gronda; mais, d'un ton de prière, l'enfant lui raconta comment les autres, tandis qu'il était à regarder, jouaient aux voleurs et couraient derrière le brigand pour l'amener au roi pour être puni; et comme le fripon avait échappé, ils le forcèrent à coups de poing, lui, à aller avec les brigands, et le soldat lui avait lié les mains comme pour de vrai, brutalement. «Pourquoi m'ont-ils pris moi, et non le coupable?» — Marie écoutait, soupirant au fond de son coeur envahi par la peine. Peut-être pressentait-elle dès lors que leur jeu devrait se réaliser... Les paroles, empruntées au langage populaire, mais aussi à celui de l'Écriture, réussissent avec intuition artistique à créer l'atmosphère voulue; d'abord la scène animée du jeu, avec des touches auditives, et la dispute; puis la disculpation de l'enfant avec des naïvetés de langage de petit paysan et toute l'expression de l'innocence. Bien que située à Nazareth, la poésie nous donne l'impression émouvante et réelle de l'enfance rurale du poète. Mais la disculpation de l'enfant est un récit vif, ça et là un tantinet gamin, conduit avec beaucoup de mouvement et un cres-

cendo dramatique; et sont rendus le tourment, le pressentiment et la résignation anticipée de la Mère avec non moins de couleur et de sentiment. Jésus, comme tout homme, devait suivre le chemin de son destin.

Encore plus parfait artistiquement est «le pastel» *La Paști* (1899) qui respire tout le charme du printemps au village avec toute la joie chrétienne de Pâques. Bien que ce soit nécessairement la déflorer, je tiens à donner — la littérature roumaine est encore «a less known literature» — une traduction littérale de cette évocation de l'atmosphère mystique et intime de la fête chrétienne paysanne:

«Les vergers ne sont que gazouillis et chants; — L'air est plein d'un soleil rouge, et les saules de blanche floraison: — C'est la paix au ciel et sur terre. — L'haleine chaude du printemps — A ramené les jours de la résurrection».

«Et comme tout est beau au village! — Les chrétiens viennent silencieux de la vallée — Et si deux se rencontrent sur la route —, Ils se disent: Christ a revécu! ⁽¹⁾ — Et un sourire d'un tal air de fête rayonne — Sur leur visage brûlé de soleil».

«Et un vent remuant à peine — Chuchote dans l'air des paroles: — C'est la voix de ceux des tombeaux — C'est le bruit de leur envol! — Et les arbres inclinent le front — Parce que l'Esprit Saint vole dans l'air».

«Le calme règne. Et du sanctuaire — Les chants en stiques répétées — Sont portés au loin dans les vallées — Et les cloches tintent leurs coups séparés. — Seigneur, il faut les entendre du val — Comme elles rient la joie et pleurent la peine!»

«L'église sur la colline, là-haut — Maintenant est pleine de lumière — Car tout le monde est là, plein — De la même pensée, du ciel venue: — Entre nos mains se trouve notre sort; — C'est la vie qui est tout, et non pas la mort».

(1) On sait que de Pâques à la Pentecôte «Christ a revécu!» est la formule de salutation des chrétiens orientaux avec la réponse: «En vérité il a revécu».

«Sur la colline montent lentement jeunes femmes et jeunes filles — Les vieux avec l'hiver sur les cheveux blancs; — Et lentement tout à la fin, — On voit ça et là, chancelante, une vieille, — Avec son petit fils qui lui tient la main...»

«Et voici que tu m'es revenue à la mémoire — Toi, mère, avec les petites filles — Je sais qu'en ces jours — Tu pleures du désir de ton fils! — Aujourd'hui le ciel nous invite au sourire. — C'est Pâques! Ne pleure pas, maman!»

La poésie a été étudiée (1) et l'on y a relevé la belle expression des «vieux avec l'hiver sur les cheveux blancs». Je soulignerai encore, en cette poésie qui élève et ravive le cœur et qui mène la pensée vers les sphères éternelles du beau, ce don habituel à notre poète de mettre en valeur des traits humains caractéristiques et les beautés de la nature dans le paysage roumain. Et ses sentiments qui montent de profondeurs telluriques parlent avec la voix même et la suggestion immédiate de la musique.

* * *

A la fin de ces recherches loin d'être exhaustives — je n'ai pas pu les mener dans la riche bibliothèque de l'Académie Roumaine de Bucarest — il faut pourtant une conclusion à cette étude, histoire et critique littéraire d'un thème poétique (2). La poésie roumaine est dès le début religieuse, et, dans les *colinde* de Noël, elle exalte par la bouche des petits la Nativité, mais souvent aussi tout le drame du Rédempteur. Le sentiment chrétien s'identifie avec le sen-

(1) Cfr. C. Marinescu, *o. c.* pp. 85-87.

(2) Cfr. pour l'Allemagne: Fr. Nippold, *Das deutsche Christuslied des 19-ten Jahrhunderts*, Leipzig, 1903; pour la France: Consolata, *Christ in the poetry of Lamartine, Vigny, Hugo and Musset*, Bryn, 1947. Il y aussi l'anthologie d'A. Lejard et P. H. Michel, *Le Christ glorifié par les poètes et les peintres*, Paris, 1942.

timent ethnique, «chrétien — roumain»; et si déjà à l'époque de prédominance de l'idée directrice chrétienne dans l'âme roumaine, cette poésie accueille des éléments profanes, nous y notons une tradition qui constitue un vrai patrimoine d'idées, de coutumes, de pensées et d'art acquis par des aptitudes propres, et augmenté avec les expériences successives. La poésie littéraire ou savante part de cette tradition, et s'élève elle aussi vers le Sauveur pour lui adresser des prières personnelles, mais plus souvent pour lui demander de racheter la patrie de l'oppression. Presque toute la poésie roumaine sur le Rédempteur est donc religieuse et profane à la fois, même quand elle évoque tous les moments variés de la vie ou de la passion de Jésus. Rares sont les cas où l'on perçoit passagèrement un sentiment tendant à le renier, et presque tous les poètes tournent leur regard vers la justice, l'amour et le bonheur ultra-terrestres. Et l'intimité religieuse que l'on rencontre en certains d'entre eux vient y assumer un aspect nouveau quand la nature même y participe avec sa voix d'une foi transcendente pour la glorification du Rédempteur. Mais cette réalisation esthétique a été le fait surtout des poètes du vingtième siècle.

CLAUDE ISOPESCU

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO DA HISTÓRIA CULTU- RAL EM ESPANHA E SOBRE A ESPANHA

O compêndio fundamental sobre a história cultural de Espanha é a *Historia de España y de la civilización española* do historiador espanhol R. Altamira y Crevea (4 tomos, 1.^a ed. 1899, 3.^a ed. Barcelona, 1913-1914), obra também importante para ser consultada. Estende-se desde a época pré-histórica até 1808 e está dividido em várias secções: Os dois primeiros tomos são dedicados, prescindido dos tempos pré-históricos, aos tempos romanos e à Idade Média subdividida em cinco partes, sem dúvida desiguais: domínio dos godos, época dos mouros e Reconquista, tempo das grandes conquistas dos cristãos do século XI até o século XIII, fim da Reconquista e princípio da unidade política, unidade política e monarquia absoluta. Os tomos seguintes são dedicados aos tempos modernos: o tomo terceiro aos tempos dos Habsburgos, o quarto ao governo dos Borbões. Em cada uma das subdivisões mencionadas a representação da história é composta de duas contribuições independentes, uma parte dedicada à história política e outra que se ocupa da história cultural: da sociedade, constituição, igreja e vida religiosa, vida económica, ciências, literatura, artes, música, costumes e traje, separadamente representados. Nas épocas da Idade Média a obra contenta todas as exigências com respeito às diferenciações da vida cultural nos vários estados independentes. Por outro lado, representando a evolução cultural, territórios de cultura comum ou análoga são reunidos. A obra de Altamira é a primeira obra moderna de conjunto da história cultural espanhola. Contém também uma rica bibliografia de valor. É verdade que a ilustração parece hoje muito modesta, especialmente do ponto de vista técnico,

É de lamentar que esta publicação tenha terminado com o ano de 1808. É o grande mérito do historiador e lente da Universidade de Madrid, P. Zabala y Lera, ter continuado a obra de Altamira até o ano de 1923 com a sua *Historia de España. Edad contemporánea*, aparecida em 1930 em dois volumes. Na maneira da concepção e da representação técnica estes dois tomos juntam-se aos quatro de Altamira, com os quais formam um todo.

Desde 1919 viram a luz em Barcelona os volumes da *Historia de España y de sua influencia en la historia universal* de A. Ballesteros y Beretta, amplamente ideada. A disposição desta obra é bastante análoga à do compêndio de Altamira, porém, muito mais concentrada nas diferentes épocas. Vai dos tempos mais antigos até o século XIX. A representação das manifestações da vida cultural que segue ao relato da história política de cada época é muito detalhada e extensa e oferece ricos pormenores. As gravuras dos objectos da cultura material das várias épocas (p. e. de uniformes e trajos) avultam na riqueza da escolha e no valor caracterizante tudo o que os espanhóis tiveram representado neste território. Os dados biográficos são muito ricos. Está a cultura dos mouros no volume II e a avançada Idade Média cristã no volume III. Todo o tomo IV, 2 (1927) dedica-se à cultura do Século de ouro e todo o volume VI (1932) à cultura do século XVIII. Mencionamos ainda que Ballesteros não esqueceu a cultura nas colónias espanholas na América que tomou em consideração segundo a sua importância.

Resultam da mão de importantes investigadores espanhóis as contribuições para a história cultural (desgraçadamente sem assinaturas) no tomo *España* da *Enciclopedia Espasa* (Barcelona 1925). Na contribuição *Arqueología e historia* (págs. 835-1016), com mapas em parte coloridos e muitas ilustrações, seguem-se aos capítulos da história política comprimidos mas substanciosos sumários da evolução cultural. Especialmente a representação dos tempos pré-históricos demonstra eficazmente os progressos extraordinários

neste campo desde os tempos de Altamira. A sexta parte do volume, *Cultura*, é importante pela história do ensino e das ciências na Espanha (págs. 1061-1240). Ajuntamos o resumo da história da arte que oferece também ricas explicações sobre as artes industriais geralmente um pouco esquecidas. As duas contribuições mencionadas têm boas bibliografias. São de proveito para o estudo da cultura também outras secções do volume *España*, p. e. as explicações sobre a religião e a organização clerical (págs. 739-766) e sobre a história do direito (págs. 785-808).

O Instituto Gallach em Barcelona publica uma *Historia de España. Gran historia general de los pueblos hispanos*. No ano de 1943 apareceu o tomo v: *La Casa de Borbón*, editada com a colaboração de vários autores por L. Pericot García. Ao lado dos trabalhos sobre a cultura espanhola em geral no século xviii (do historiador L. Ulloa Cisneros) e no século xix (de L. Pericot García) são dignos de ser mencionadas as representações de arte espanhola nos séculos xviii (págs. 171-222, com excelentes ilustrações) e xix (págs. 527-548), ambas do arquiteto J. F. Ráfols.

Também a *Historia de España* editada por R. Menéndez Pidal, calculada em 17 tomos, é uma obra de colaboração de vários sábios espanhóis. A obra dedica-se com a mesma intensidade à história política e à história cultural. A parte cultural é ricamente decorada com ilustrações e mapas. Apareceram o tomo ii: *España romana* (Madri 1935) e o tomo iii: *España visigoda* (Madrid 1940).

Na Alemanha publicou Max von Boehn no ano de 1924 em Berlim o seu livro *Spanien. Geschichte. Kultur. Kunst*. Esta obra, escrita num estilo elegante, dirige-se a um público mais extenso. O conhecido perito da arte põe em evidência a arquitectura, a escultura e a pintura. O vigor da obra está na descrição dos monumentos artísticos, mas ela dá também um quadro mais ou menos perfeito da cultura das diferentes épocas. Têm um valor especial as ilustrações, escolhidas com grande destreza e representadas com soberana técnica, entre elas muitas gravuras separadas no tamanho

de uma página, em preto ou em cores e numerosas reproduções de gravuras, debuxos e gravuras a água forte antigos, de modo que as ilustrações na sua totalidade dão, além duma instrução no sentido da história da arte, excelentes impressões dos trajos, modos, de viver e costumes de cada época.

O *Handbuch der Spanienkunde*, publicado em 1932 em Frankfort sobre o Meno, oferece somente resumos da evolução histórica de aspectos particulares da cultura da Espanha. O estudo sobre o Estado e a sociedade (*Staat und Gesellschaft*, págs. 27-72) de Gertrud Wacker é para os tempos remotos muito comprimido, e mais alargado só desde o ano 1808. Fr. W. von Rauchhaupt orienta-nos em forma concisa sobre a história do direito espanhol (págs. 107-113). É também de importância o esboço da música sacra e profana na Espanha de O. Ursprung (págs. 329-356).

No ano 1938 apareceu o fascículo do *Handbuch der Kulturgeschichte* editado por H. Kindermann que contém a minha representação ilustrada da evolução da cultura espanhola (tomo: Mulertt — Gmelin — Giese — Block, *Kultur der romanischen Völker*, págs. 273-315), e tenta demonstrar num tamanho prescrito e limitado as grandes linhas da evolução, considerando os vários aspectos da vida cultural e a diferenciação cultural da Idade Média espanhola (1).

A série *Gesammelte Aufsätze zur Kulturgeschichte Spaniens* publicada desde 1928 em Münster na Westfália sob os auspícios da Sociedade Görres, da qual viram a luz até agora oito tomos, contém muitas contribuições de eruditos alemães e também espanhóis sobre aspectos variados da

(1) Desgraçadamente a obra difusa, em dois tomos, de F. Litschauer, *Spanische Kulturgeschichte* (Viena, 1936, com muitas fotografias tomadas de K. Hielscher e do comerciante hamburguês F. Christiansen) oferece bastantes desfigurações. — O capítulo sobre a cultura na *Geschichte des spanischen und portugiesischen Volkes* de R. Konezke (Leipzig, 1939, *Die grosse Weltgeschichte*, vol. VIII) não fornecem novos pontos de vista (cf. as minhas notas *Volkstum und Kultur der Romanen*, XIV, 122-123).

cultura espanhola, particularmente sobre a história da igreja, do direito, da literatura, das artes e da música (1).

Trataremos agora das obras sobre *épocas particulares*.

Para os tempos pré-históricos dispomos da *Etnologia de la península ibérica* de P. Bosch-Gimpera (Barcelona 1932), copiosa e ricamente ilustrada, escrita em catalão e baseada em grande parte nas próprias investigações do autor. É uma grande parada de todo o material pré-histórico e a base para todas as investigações futuras neste terreno.

A par de Bosch-Gimpera deve ser realçado o labor de muito mérito de outro investigador espanhol, J. Cabré Aguiló. A sua obra principal é *El arte rupestre en España* (Madrid 1915). As investigações pré-históricas do sábio alemão H. Obermeier, que viveu em Madrid, no que se refere à Espanha encontram-se na sua obra *El hombre fósil* (Madrid 1916). Muito grande são os méritos dos franceses no estudo da pré-história espanhola. Mencionemos só E. Cartailhac, E. Breuil (2), H. e L. Siret (3), P. Paris (4).

A cultura dos iberos está amplamente exposta no livro *Les Ibères* (Paris 1909) do erudito francês E. Philipon, cujos resultados, porém, são contraditados em partes essenciais pela investigação mais moderna. Da cultura de Tartessos trata o arqueólogo de Erlangen A. Schulten na sua obra *Tartessos* (Hamburgo 1922). Da parte dos espanhóis temos de mencionar J. Tarancón de Valencia, *Apuntes de un estudio sobre el pueblo ibero* (Madrid 1931). Possuímos um estudo extenso e pormenorizado da cultura celtibérica com o título *Das*

(1) Cf. *Volkstum und Kultur der Romanen*, VII, 94-97; XI, 169-174; XIV, 125-129.

(2) E. Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et de Portugal*, Paris, 1890. E. Cartailhac e H. Breuil, *La caverne d'Altamira*, Monaco, 1906. H. Breuil, *Les peintures rupestres schématiques de la Péninsule Ibérique*, 2 tomos, Lagny, 1933.

(3) *Les premiers âges du métal dans le Sud-Est de l'Espagne* (1887).

(4) *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*, 2 tomos, Paris, 1903, 1904.

Volkstum der Keltiberer no primeiro volume da grande obra *Numantia* de A. Schulten (Munich 1914, págs. 179-260). Bosch-Gimpera trata da história mais antiga, deixando à parte uma série de outros trabalhos seus, no mencionado compêndio, junto com a pré-história.

Para o tempo dos romanos já indicamos o tomo II da *Historia de España* editada por Menéndez Pidal.

C. Sánchez—Albornoz reconstruiu num trabalho muito penoso de documentos e miniaturas da época a vida da cidade de León e da sua corte cristã no século X e expôs os seus resultados de maneira magistral no seu livro *Estampas de la vida em León durante el siglo X* (Madrid 1925).

E. Lévi-Provençal apreciou com muita competência o sul agareno do mesmo tempo em *L'Espagne musulmane au X^{ème} siècle. Institutions et vie sociale* (Paris 1932).

R. Menéndez Pidal, depois de uma concentração de vários decênios na história do século XI, evocou com espírito criador este tempo a uma vida nova na sua obra em dois tomos *La España del Cid* (Madrid 1929) (1). Esta publicação dá, junto com a representação da história política, profundas perspectivas da vida cultural desta época. São também muito explícitas para um esclarecimento deste tempo as ilustrações de raro valor: miniaturas, detalhes de esculturas e objectos. Como suplemento podem servir as gravuras e explicações arqueológicas do volume II da grande edição do *Cantar de Mio Cid* de Menéndez Pidal (Madrid, 1911).

Para o conhecimento da cultura moçárabe continuam a ser de importância os capítulos respectivos da *Historia de los mozárabes de España* de F. J. Simonet (Madrid 1897-1903), bem que hoje sejam antiquados em pormenores.

Para o Século de ouro temos a citar em primeiro lugar uma obra alemã, que também foi traduzida em castelhano e que temporalmente precedeu o tomo IV, 2 de Ballesteros y Beretta, o livro *Spanische Kultur und Sitte des 16. und 17.*

(1) Tradução alemã: *Das Spanien des Cid*, Munique, 1936-1937.

Jahrhunderts de L. Pfandl (Kempten, 1924) (1). É uma obra-prima que não só está baseada no conhecimento extraordinário das fontes e na grande erudição que foram características para Pfandl, mas que manifesta ainda a sua penetrante crítica e a sua fina observação da essência e substância espanhola e dos costumes dependentes da evolução histórica. Ajuntam-se a esta obra fundamental valiosas e explicativas gravuras e uma boa bibliografia coordenada conforme as matérias. C. B. Bourland publicou uma contribuição sobre a vida doméstica durante o século xvii (*Aspectos de la vida del hogar en el siglo XVII según las novelas de D.^a Mariana de Carabajal y Saavedra*), em *Homenaje Menéndez Pidal*, v. II, Madrid, 1925, págs. 331-368). Também é de valor o trabalho de J. Zarco Cuevas, *La vida española en los siglos XVI y XVII* (2).

Boas impressões da cultura do século xviii oferece A. Salcedo Ruiz, *La época de Goya* (Madrid, 1924), que entretanto é sobrepujado pelo tomo vi da obra de Ballesteros. No mesmo ano que o tomo últimamente mencionado saiu à luz um livro sobre a cultura de Madrid na segunda metade do século xviii, escrito pelo norte-americano Charles E. Kany: *Life and manners in Madrid. 1750-1800* (Berkeley, Califórnia, 1932). Em parte Kany podia aproveitar o estudo do seu compatriota A. Hamilton, *A study of Spanish manners 1700-1800 from the plays of Ramón de la Cruz* (Urbana, 1926). Porém, Kany tirou o seu material não só dos sainetes de Cruz y Cano (3), mas também dos tesouros dos arquivos e bibliotecas de Madrid e dá-nos numa representação hábil uma visão intuitiva da vida e dos

(1) Tradução espanhola: *Cultura y costumbres del pueblo español de los siglos XVI y XVII*, Barcelona, 1929, 2.^a ed., 1942.

(2) Na revista *Ciudad de Dios*, CL (1927), 445-453; CLI (1927), 161-177, 346-365, 433-444.

(3) Veja-se sobre o combate de Cruz y Cano contra a francezia também F. Palau Casamitjana, *Ramón de la Cruz und der französische Kultureinfluss im Spanien des XVIII. Jahrhunderts*, Bonn, 1935.

costumes na Madrid do XVIII século, especialmente nas camadas médias e superiores da população. Muitas das reproduções de gravuras e quadros do tempo, que se ajuntam, publicam-se aqui pela primeira vez.

Não existem compêndios ou resumos para todas as épocas e todos os territórios da Espanha. Por isso damos um valor especial a certas *edições de textos* ou documentos. É porém verdade que neste caso o leitor está obrigado a estudar e elaborar o material cultural pelo próprio esforço.

Neste sentido, para dar só um exemplo de uma edição de um texto importante, é grande mérito do arabista espanhol J. Ribera ter permitido pela sua edição da *Historia de los jueces de Córdoba* de Abû Abdallâh Muhammed ibn Harits Al-Chochanî de Kairuan (Madrid 1914) penetrar na vida social do emirado de Córdoba de uma maneira que outros historiadores agarenos não permitem. A tradução espanhola acrescentada facilita a consulta desta importante fonte árabe.

Têm um valor extraordinário para o conhecimento da cultura de Toledo do século XI até o XIV, especialmente para a coabitação de mouros, moçárabes, franceses e catalães recentemente chegados, e os judeus, obrigados a viver em uma parte separada da cidade, os documentos escritos em árabe provenientes do arquivo da catedral e de alguns conventos de Toledo, que publicou A. González Palencia depois de 17 anos de labor preliminar (*Los mozárabes en Toledo en los siglos XII y XIII*, 4 volumes, Madrid 1926, 1926, 1928, 1930). Os volumes I-III contêm os documentos, o volume IV é um estudo do editor. Como é demonstrado pelo plano do volume IV, González Palencia foi capaz de reconstruir segundo os documentos o Toledo da Idade Média rua por rua e casa por casa.

Uma rica fonte para conhecer a vida cultural da Catalunha no século XIV é a série de valiosos documentos tirados do Arquivo da Coroa de Aragão por A. Rubió i Lluch. (*Documents per l'història de la cultura catalana mig-èval*, 2 tomos, Barcelona 1908, 1921). Impressão da vida privada

em Barcelona nos séculos XIV e XV dá a colecção de actas de processos que publicou Miret i Sans com o título *Sempre han tingut béch les oques. Apuntacions per la historia de les costumes privades* (2 tomos, Barcelona 1905, 1906).

Na minha *Anthologie der geistigen Kultur auf der Pyrenäenhalbinsel (Mittelalter)* (Hamburgo-Berlim 1927) tentei dar a visão de vários aspectos da cultura medieval na península ibérica por meio de textos escolhidos.

* * *

No que segue quero demonstrar por meio de exemplos a situação da investigação da história cultural da Espanha em alguns aspectos separados.

A CAÇA

É curioso que até agora não possuimos um compêndio da história da caça em Espanha, bem que já existam vários textos medievais em boas edições como também obras instrutivas dos séculos XVI e XVII.

Temos da Idade Média o *Libro de la montería* redigido por incitamento de Afonso XI (1311?-1350) (publicou-o J. Gutiérrez de la Vega na *Biblioteca venatoria*, vol. I. II. Madrid 1877). Em Portugal o *Livro da Montaria* do século XV, que trata da caça do javali e que se tem atribuído ao rei D. João I (editado por F. M. Esteves Pereira, Coimbra 1918), oferece um valioso material de comparação. Parece que este livro foi composto por especialistas na corte do rei sob os auspícios de D. João.

Da falcoaria medieval na Espanha possuimos do século XIV o *Libro de la caza* por Juan Manuel, editado por G. Baist (Halle 1880) e o *Libro de la caza de las aves* do chanceler Pero Lopes de Ayala (J. Gutiérrez de la Vega, *Biblioteca venatoria*, vol. III, Madrid, 1879). Lopez de Ayala dá como um dos seus fiadores o falcoeiro do rei D. Fernando de Portugal, «que dicen Pero Meniño». O tratado da fal-

coaria deste Pero Menino foi publicado em uma edição crítica e perfeita por Rodrigues Lapa (Pero Menino, *Livro de falcoaria*, Coimbra, 1931), depois de já G. Pereira ter dado à luz em 1909 um manuscrito, sem ter tido a possibilidade de averiguar o verdadeiro autor (Mestre Giraldo, *Tratado das enfermidades das aves de caça*, Lisboa, 1909).

Para uma representação da falcoaria medieval na Península Ibérica seria de muito proveito uma comparação com o livro da caça do imperador Frederico II, *De arte venandi cum avibus*. O manuscrito desta obra que se conserva no Vaticano, é adornado com miniaturas explicativas.

No século XVI, Gonzalo Argota de Molina retocou o livro da caça de Afonso XI e publicou-o de forma bastante aumentada (*Libro de la montería que mandó escribir el Rey Don Alfonso de Castilla y León, último de este nombre*, Sevilha, 1582).

O arcabuzeiro mor de Felipe IV, Juan Mateos, explicou as suas experiências das caças da corte no século XVII num compêndio *Origen y dignidad de la caza* (Madrid, 1634). O caçador particular do rei, Afonso Martinez de Espinar, trata na sua *Arte de ballestería y montería* (Madrid 1644) das diferenças entre as várias técnicas da caça e das armas, cães e aves empregados nelas.

Ao lado dos textos são de muito proveito as gravuras. O tratado de Pero Menino oferece primitivos desenhos de objectos usados pelos falcoeiros. No livro mencionado de Argote Molina encontram-se 35 gravuras em madeira de valor especial. O compêndio de Mateos representa cinco caças do javali e uma caça do veado em gravuras em cobre. Recordamos que possuímos também a representação de uma caçada ao javali por Velázquez.

O TRAJO

Enquanto que existe uma série de publicações sobre os trajes modernos da Espanha, só raras vezes se têm estudado sistemáticamente as fontes para uma história do trajo.

Importantes ilustrações para o século XI dá o segundo volume da grande edição do *Cantar do Mio Cid* de Menéndez Pidal.

Representações dos trajes dos mouros (e também de trajes do oriente) oferecem as miniaturas do *Libro de acedrex, dados, tablas* de Alfonso o Sábio (1283). Agradecemos a J. G. White uma edição facsimiliada (Leipzig 1913) (1). Os manuscritos magnificamente iluminados das *Cantigas de Santa Maria* de Afonso o Sábio contêm muitas vistas de trajes espanhóis e mouros. Pode-se dizer que as miniaturas medievais em geral representam uma fonte excelente para o conhecimento dos trajes da Idade Média. A colecção de J. Dominguez Bordona, *Die spanische Buchmalerei vom siebten bis siebzehnten Jahrhundert* (2 tomos, Firenze-Munich 1930) permite uma olhada preliminar sobre este rico material (2).

Para os tempos mais modernos são de importância as reproduções de retratos de personagens. Por isso as gravuras nas obras da história da arte têm um valor especial para o estudo do traje. Neste sentido mencionamos com um prazer especial — prescindindo da rica série de obras sobre a pintura e escultura espanholas, nas quais investigadores alemães representam um papel extraordinário (C. Justi, A. L. Mayer, G. Richert, H. Kehrer, G. Weise) (3) — a *Historia del arte hispánico* do catedrático da Universidade de Valência Juan de Contreras, Marqués de Lozoya (4), a

(1) Agradecemos uma edição com tradução alemã a A. Steiger (Zurich, 1941. *Romanica Helvetica*, vol. x). Esta edição contém só 51 das 150 miniaturas.

(2) Dirigimos a atenção também para obras como W. Neuss, *Die katalanische Bibelillustration um die Wende des ersten Jahrtausends und die altspanische Buchmalerei*, Bonn-Leipzig, 1922.

(3) Boas ilustrações oferece, além das conhecidas obras dos eruditos alemães mencionados, G. Jedlicka, *Spanische Malerei*, Zurich-Berlin, 1941.

(4) Antes da publicação desta obra serviu para dar uma impressão total da arte da Península o livro conceituoso e estimulante de M. Dieulafoy, *Geschichte der Kunst in Spanien und Portugal* (Stuttgart, 1913) que, porém, oferece gravuras num tamanho muito pequenino.

primeira história da arte peninsular detalhada, uma esplêndida vista geral, ricamente ilustrada. Conhecemos os três primeiros tomos (Barcelona, Salvat, 1931, 1934, 1940). Aqui interessam-nos as reproduções de miniaturas nos dois primeiros tomos e as de quadros dos séculos xv e xvi no tomo III.

I. de Palencia mostra-nos na sua obra *The regional costumes of Spain* (London 1926) os trajos do fim do século passado, reproduzindo painéis de Manuel Bedito, Valentin de Zubiaurre, José Pinazo e outros. São muito explícitos para este tempo também os quadros de I. Zuloaga.

Parece impossível indicar todas as obras que contêm vistas de trajos do século XIX, como p. e. E. von Cuendias, *Spanien und die Spanier* (Bruxelas-Leipzig 1849). Aparecem vistas de trajos também na representação da dança por A. Capmany em *Folklore y costumbres de España*, tomo II (Barcelona 1931).

Muito mais importantes que as reproduções são naturalmente os trajos mesmo, as colecções nos museus e as exposições. Recordamos para o traje dos cavaleiros as armaduras e os objectos coleccionados na Armería em Madrid (catálogo ilustrado, Paris s. a.).

A riqueza das colecções particulares na Espanha pode ser calculada pela colecção de trajos de mulheres, especialmente dos séculos XVII até XIX, de Manuel Rocamora, exposta em 1933 no Paço Pedralbes em Barcelona (catálogo ilustrado, Barcelona, 1933).

Os conhecimentos obtidos pelos objectos e por reproduções de objectos podem ser completados, especialmente para os tempos medievais, pelos dados adquiridos no estudo de textos e documentos. Tenho estudado em vários lugares o que se pode conseguir com referência ao traje cavalheiresco e às armaduras dos textos épicos medievais ⁽¹⁾.

(1) *Vaffen nach der spanischen Literatur des 12. und 13. Jahrhunderts*, (Hamburgo, 1925), págs. 101-119; *Volkstum und Kultur des Romanen*, I (Hamburgo, 1928), págs. 551-154, 174-180; *Homenaje a Antoni Rubió i Lluch*, I (Barcelona, 1936), págs. 57-66.

Vantajoso seria colocar sistematicamente os dados sobre o trajo das mulheres que oferecem os textos medievais tanto espanhóis como catalães. Especialmente a literatura hostil à mulher dá dados notáveis sobre o penteado, cosméticos e pintura do rosto. Muitos detalhes contém por exemplo o *Livre de les dones* de Francesc Eximeniç, do século XIV (Barcelona, 1495).

Outra fonte importante para estudar os trajos dos tempos passados são ao lado dos textos mencionados as descrições de viagens dos estrangeiros (alemães, franceses, ingleses), tanto mais que o trajo é um objecto da vida cultural, que muito dá na vista numa viagem. Especialmente é de esperar, que um viajante atento trave conhecimento também com os trajos dos territórios desviados e rurais num tempo em que as viagens se efectuam ainda a cavalo ou em carruagem. Dirigimos a atenção em primeiro lugar, para o século XVI, para o *Trachtenbuch von seinen Reisen nach Spanien (1529) und den Niederlanden (1531/32)* de Christoph Weiditz, editado por Th. Hampe (Berlim-Leipzig, 1927) e ricamente ilustrado (1).

C. H. Vogeler demonstra no seu livro *Spanisches Volkstum nach älteren deutschen Reisebeschreibungen (1760-1860)* (Hamburgo, 1941) os resultados que se podem obter de uma revisão sistemática das descrições de viagem. O capítulo dedicado ao trajo está nas páginas 175-228. Todas as comarcas de Espanha são representadas, mais ou menos amplamente segundo a frequência das visitas dos viajantes alemães aos respectivos territórios.

A investigação sobre a história do trajo tem grandemente aproveitado do estudo da vida popular. F. Krüger, estudando no tomo D da sua obra *Die Hochpyrenäen* (Hamburgo, 1936) nas páginas 67-119 o trajo contemporâneo nos vales dos Pireneos por ele visitados, estendeu a sua apresentação num estudo comparativo a uma história evolucionária

(1) Cf. para os trajos dos bascos *Revue internationale des études basques*, xxv (1934), págs. 274-282.

por toda uma série de detalhes do traje, sumamente importante para a história cultural. Tratando das alpergatas de pele e da sua distribuição ou dos sapatos de pau nas variadas formas da sua evolução e do seu aperfeiçoamento (incluindo os patins para correr sobre a neve), das calças curtas, das peles nas pernas dos pastores, dos lenços da cabeça, das formas dos chapéus, do gorro em forma de bolsa, sempre chama a atenção não só para a distribuição no espaço, mas dá também provas e informações do passado; saindo da época actual dirige a atenção para os problemas da história do traje.

A HABITAÇÃO

Na história da habitação temos de distinguir as casas fortes e os castelos dos nobres, a habitação burguesa e a habitação rural.

A primeira obra de conjunto sobre os castelos da Espanha deu nos o architecto espanhol Vicente Lampérez y Romea na sua *Arquitectura civil española de los siglos I al XVIII* (Madrid 1922, 2 tomos). Esta representação, coordenada segundo as diferentes comarcas espanholas, com certas descrições dos castelos, datas históricas, vistas, cortes e plantas não é amplo, mas limitado a um material escolhido. Porém é de valor para uma primeira orientação.

Boas vistas e descrições de castelos oferece F. C. Sainz de Robles, *Castillos de España, su historia su arte, sus leyendas* (Barcelona-Madrid 1932), uma obra popular para um público mais vasto ⁽¹⁾. C. Sarthou Carreras, *Castillos de España (su pasado y su porvenir)* (Madrid 1943) é um grande inventário, que trata de mais de 500 castelos, especialmente da sua história. No texto como nas ilustrações as províncias do leste da Espanha são mais ricamente representadas que o resto do país.

(1) Conheço a obra de J. Paz, *Castillos y fortalezas del reino* sòmente pelo título.

Mencionamos das contribuições que se ocupam só de certas regiões P. Hurtado, *Castillos, torres y casas fuertes de la provincia de Cáceres* (2.^a ed. Cáceres 1927) e Conde de Gamazo, *Castillos en Castilla* (Madrid 1930). Agradecemos a J. Altadill uma obra excelente sobre os castelos medievais de Navarra (*Castillos medioevales de Nabarra*, Donostia, Zabal-kundea Sorta, 1934, 2 tomos), onde o autor não só descreveu e representou nas gravuras os castelos conservados, mas colocou também com grande diligência todas as datas históricas que se podem conseguir sobre estes castelos como também sobre os que não se têm conservado. É uma obra de importância para a história da construção dos castelos e para a história regional.

O fim principal da investigação na Espanha deve ser uma história e uma caracterização da construção dos castelos baseada num amplo material. Este fim entra no programa do grande investigador desta matéria, o conhecido architecto alemão Bodo Ebbardt que quer representar também os castelos espanhóis na sua grande obra *Der Wehrbau Europas in Mittelalter, Versuch einer Gesamtdarstellung der europäischen Burgen*. O tomo 1 (Berlim 1939), único até agora publicado, ainda não contém a Espanha. Mas já possuímos de B. Ebbardt um relato de uma viagem por Espanha com o título *Spanische Burgenfahrt 1930* (Marksburg ob Branbach, 1934). Neste livro artístico Ebbardt descreve os monumentos mais importantes para um grande público e dá impressões de castelos espanhóis por fotos, desenhos e esboços artísticos.

Um tipo característico da *casa forte*, unindo castelo e fazenda, é a *casa-torre*, um solar rural com uma torre, que representa a antiga fortificação ou obra de defesa à maneira de um *donjon*. Juntando os edifícios rurais resulta deste tipo a «casa granja». Lampérez y Romea pôde demonstrar a existência destas construções com torreão nas partes medianas e orientais do norte da Espanha. É de muito interesse a sua tentativa de reconstrução do interior do solar dos Barreda em Santillana del Mar (*op. cit.* pág. 223).

Trata da «casa-torre» e de solares de outros tipos na Montaña de Santander M. de Cossío y Gómez Acebo, *La 'casona' montañesa (apuntes para su historia)* (Madrid, 1923), da «casa-torre» do país basco o arquiteto espanhol J. de Yrizar no seu livro *Las casas vascas* (San Sebastian, 1929, págs. 11-26 e láminas I-XIII). Também o arquitecto suiço-alemão A. Baeschlin oferece alguns dados sobre a «casa-torre» na sua obra *La arquitectura del caserío vasco* (Barcelona, 1930, págs. 18-20).

Os *paços dos nobres* nas cidades são amplamente representados e ricamente ilustrados no primeiro tomo da obra de Lampérez y Romea, que também aqui segue a coordenação geográfica, de modo que a evolução histórica desapareceu detrás da inventariação dos monumentos.

Poucas são as notícias sobre a história da *casa burguesa*, da casa urbana. Para o Século de ouro — um exemplo é de resto a casa de Cervantes em Valladolid — dá Ballesteros IV, 2, págs. 551-556 valiosas indicações. Além disso devemos limitar-nos à reconstrução ajudando-nos de casas posteriores ou ainda modernas.

Nas cidades do sul de Castela-a-Velha e na província de Santander encontramos casas antigas, muitas vezes em ruína, com um primeiro andar com muros em alvenaria e vários andares superiores de madeiramento. Os compartimentos enchem-se muitas vezes com adobes de barro. Não raras vezes o primeiro dos andares superiores sobressai do andar inferior e é apoiado por pilares, nos casos mais simples por rudes troncos de árvore, de modo que resultam arcadas que formam pórtico. Estas casas são certamente bastante antigas.

Nem sempre se pode distinguir claramente entre a casa urbana e a casa rural. Em várias comarcas as relações entre as casas urbanas mais simples e as casas rurais são evidentes. É verdade que nas cidades as casas se juntam mais estreitamente sob a pressão de se formar uma rua e tendem, por causa do pouco espaço, a subir em altura, tendência que pode ser estudada especialmente nos Pireneos e nas costas

do país basco da Galiza. Nas cidades do sul da Espanha, simples casas rurais formam amiúdo bairros completos, particularmente nas partes exteriores, enquanto que casas rurais mais desenvolvidas incorporam-se no interior.

O architecto alemão O. Jürgens estudou e reconstruiu a casa urbana do sul da Espanha, saindo dos restos das casas granadinas dos últimos tempos da Idade Média (*Das spanisch-maurische Wohnhaus* em *Mitteilungen aus Spanien* II, Hamburgo 1918, págs. 136-148). A evolução da casa moura da Idade Média à casa urbana com pátio de hoje, como a encontramos em Sevilha, Jerez e Cádiz, é apresentada na obra de O. Jürgens, *Spanische Städte, ihre bauliche Entwicklung und Ausgestaltung* (Hamburgo 1926, págs. 271-279) (1).

A história cultural da *casa rural* em Espanha pode aproveitar os estudos folclóricos que têm efectuado recentemente alemães (colaboradores do Seminar für romanische Sprachen und Kultur de Hamburgo) sobre a habitação rural em diferentes comarcas da Espanha. Ainda que a elaboração da evolução da casa rural de certa região pelo método comparativo só raras vezes permita datar exactamente as diversas fases evolutivas, já a série evolutiva por si mesma é de imensa importância para conceber a base cultural e a evolução da cultura.

Estudem-se no tomo VI da grande obra *Die Hochpyrenäen* (Hamburgo 1936) de F. Krüger os capítulos sobre os princípios da construção da casa altocatalã, sobre Montgarri ou sobre o Val d'Arán, e ver-se-á quão importantes são os resultados, que se podem ganhar de um estudo comparativo, num espaço bastante grande e considerando as relações económicas, para a história cultural de uma região determinada. Quão importante é a conclusão (pág. 190), que a casa rural com os andares sobrepostos (estábulo — habitação — depósito de forragens) nos tempos passados foi mais extensa

(1) C. H. Vogeler (*op. cit.*, págs. 67-109) colocou o que dizem as descrições de viagens alemãs dos tempos passados com respeito às casas urbanas e rurais da Espanha.

nas altas montanhas da Catalunha, — ou a deducção das casas de Montgarri (págs. 212 e segs.) e das casas arago-nesas (págs. 226 e segs.) da granja-estábulo («borda»), demonstrando como o lugar do abrigo do pastor foi transformado em habitação! Tais estudos não só fomentam essencialmente a história da construção das casas, mas também a história do povoamento em regiões de antiga cultura pastoril.

O mesmo pode dizer-se das investigações do mesmo erudito sobre as *pallazas* da Galiza e Astúrias. Já no seu livro *Die Gegenstandskultur Sanabrias und seiner Nachbargebiete* (Hamburgo, 1925) descreveu a pallaza do Cebrero (província de Lugo, região confinando com León) e tipos aparentados de casas em aldeias solitárias do Bierzo. Em *Wörter und Sachen* x (1927), págs. 109-112 deu um resumo da expressão de pallaza e indicou as relações com construções pré-históricas. Mais tarde tratou do problema das construções circulares da Península Ibérica — e a estas pertence a pallaza — B. Fhr. von Richthofen do ponto de vista da pré-história (*Prähistorische Zeitschrift* xxiii (1932), págs. 45 e segs., especialmente págs. 54 e segs.). Últimamente Krüger ocupou-se de novo intensamente do estudo da pallaza no seu tratado *Las Brañas. Ein Beitrag zur Geschichte der Rundbauten im asturisch-galicisch-portugiesischen Raum* (Congresso do Mundo Português xviii, Lisboa, 1940, págs. 239-292) na revista *Volkstum und Kultur der Romanen* xvi (1944), págs. 158-203) Aqui não só se descrevem as pallazas do sudoeste das Astúrias; especialmente está comprovado, que a extensão da pallaza é muito maior do que se podia presumir. É posto em relevo que a pallaza é um elemento característico da cultura pastoril. Das explicações em geral e do estudo particular do nome do lugar «Las Brañas» esclarecem-se a história do povoamento e os princípios da cultura no noroeste da península.

No meu livro *Nordost-Cádiz, ein kulturwissenschaftlicher Beitrag zur Erforschung Andalusiens* (Halle 1937), págs. 30-53, tratei das relações entre a casa rural no sul da Espanha e a

casa berbere, indiquei as sobrevivências da técnica romana e a série evolutiva para as casas rurais da região estudada. Da comparação das diversas formas da evolução das casas da Alta-Andaluzia entre si e também com as casas do Marrocos central resultou a possibilidade de datar os diferentes tipos da série evolutiva de uma maneira aproximativa.

W. Spelbrink apresentou no seu estudo *Die Mittelmeerrinseln Eivissa und Formentera (Butlletí de dialectologia catalana xxiv)*, págs. 209-221 a antiga casa berbere das ilhas Ibiza e Formentera nas suas diversas formas.

Os dados históricos e as alusões em autores da antiguidade que se referem à *barraca* valenciana são colocados por M. Thede na revista *Volkstum und Kultur der Romanen vi* (1934), págs. 261-263. É, porém, muito mais importante para a história cultural a série evolutiva de tipos de barracas que Thede pode coseguir por uma comparação cuidadosa (*op. cit.*, págs. 257-256).

Hamburgo.

VILHELM GIESE

DURANTE O OSTRACISMO

(Continuado do vol. 111.º, pág. 411)

Na página 233 do volume 108.º de *O Instituto* afirmei eu que o Outeiro de Muas (continuava a viver ainda em 22 de Maio de 1563, como se vê desta parte do acórdão do Cabido da Sé de Miranda celebrado nesta data: «*que arrendassem as rendas de Outeiro, Paçoo e Paradinha e Riofrio e suas anexas*». Ora, as anexas de Riofrio só podiam ser as «*capelas de S. Lourenço de Milhão e de Santa Maria de Outeiro*», ou seja, o Outeiro de Muas, como bem se vê de documentos publicados em páginas anteriores.

Na página 410 do volume 111.º da mesma Revista afirmo, porém: «Outeiro de Muas não morreu, pois, totalmente. É que perdeu o seu antigo nome, a sua autonomia administrativa e eclesiástica, e o nome do seu orago *Santa Maria* que foi substituído pelo de *Nossa Senhora da Assunção* que deveria ter sido (e realmente foi, como vai ver-se) o da Igreja do *Outeiro de Miranda*; mas continua a viver como componente do actual Outeiro à volta do seu antiquíssimo templo — que ainda é a *Igreja matriz* da freguesia — no chamado *Bairro da Igreja*, distanciado e separado por um ribeiro do moderno Outeiro».

Poderá parecer que há contradição entre o transcrito do volume 108.º e o do 111.º — resultante de documentos encontrados anos depois de escrita a primeira parte ⁽¹⁾ — pelo que respeita às rendas eclesiásticas do *Outeiro de Muas*.

Atenda-se, porém, a que na troca desta povoação, feita entre D. Dinis e o Convento do Castro de Avelãs em 1290, este reser-

(1) *O Instituto*, vol. 111.º, desde págs. 385 a 406.

vou para si os rendimentos da sua igreja (1) e ainda a que o Cabido da Sé de Miranda foi herdeiro dos bens, rendas e direitos daquele convento, e desaparecerá a suposta contradição. É que o ónus que pesava sobre a igreja do Outeiro de Muas, continuou embora a propriedade passasse ao condomínio de outrem. E, finalmente, pondere-se esta parte do acórdão do Cabido da Sé de Miranda, do dia 6 de Outubro de 1576: «*por quanto estaua vaga aygreja de sam bertholameu de negreda que era dapresentação do mostejro de crasto dauelans euagara per morte natural do l^{do} p^o machado que se faleceu o deradejro dia de set^o proximo pasado de 76 conformãdose cõ a forma do consilio tridētino e do bracharense. ã tal caso acordarão nomear p^{as} que lhe parecerão suficientes e dignas p^a serẽ proujdas... a esteuão gomez cura dalgosello e ao bacharel fr^{co} alurz e ao bacharel fr^{co} roiz cura douteiro*» (2).

É caso único nomearem-se ao mesmo tempo dois curas para uma igreja. Tão extraordinário caso tem, porém, explicação. É que se deve tratar do Outeiro resultante da unificação do Outeiro de Miranda e do Outeiro de Muas e das suas respectivas igrejas — a de Nossa Senhora da Assunção e a de Santa Maria — também unificadas depois. E não esquecer que a última pertenceu durante séculos ao convento do Castro de Avelãs.

Como consta da página 169 do mesmo livro, no dia 17 de Abril de 1603 foi apresentado António Sarmiento para cura da *Igreja de Outeiro*; mas em 23 de Dezembro de 1631 foi apresentado cura da vila de Outeiro o p.^o António Vieira; em 11 de Junho de 1632 e em 11 de Maio de 1633 foi o mesmo apresentado «para servir de cura na igreja de *Nossa Senhora da Assunção da vila de Outeiro*» (3).

Quanto ao primeiro *Outeiro*, ainda se podia admitir que fosse o de Muas; mas, quanto ao segundo, sabe-se que se trata da vila

(1) *Idem, idem*, pág. 404.

(2) *Acórdãos do Cabido da Sé de Miranda — 1547-1606 —* págs. 42, v., e 43.

(3) *O Instituto*, vol. 111.^o, pág. 404.

de Outeiro. É que como se vê da «*Memoria dos S.^{tos} que são oragos das igrejas da nossa* (do Cabido da Sé de Miranda) *apresentação*», por que começa o seu *Livro de Registos — 1634-1656 —*, lá vem *Out.^{ro} — Nossa S.^{ra} da Assumpção*. E dela não consta, porém, o *Outeiro de Muas* que, fazendo parte em 1501 do *Tombo dos Bens do Mosteiro de Castro de Avellãs* e pagando rendas em 1663, havia deixado antes de 1634 de pertencer ao sucessor deste — o Cabido da Sé de Miranda — tendo perdido portanto a sua autonomia eclesiástica, possivelmente, depois de 1567 ou de 1603.

Abade Paio Pirez

Confrontando os nomes dos povoadores do Outeiro de Muas, constantes do foral que lhes foi dado pelo mosteiro de Castro de Avelãs no ano de 1270 ⁽¹⁾, com o testamento que Paio Pirez, abade daquela freguesia, fez no dia 25 de Março de 1303 ⁽²⁾, verifica-se que nos dois documentos, feitos com a diferença de 30 anos, aparecem pessoas com os apelidos comuns: *Laurencio* ou *Lourenço*, *Fernandes*, *Martins* e *Mouro*.

Os portadores destes apelidos pertenciam certamente às respectivas famílias; eram parentes. E alguns deles passaram para as povoações vizinhas. E assim é que em Argoselo apareceram cedo os apelidos *Fernandes* e *Martins* — pertencentes à minha família — nos bairros do *Latedo*, *Santo Amaro* e *Espadana*, situados ao entrar para lá quando se vai de Outeiro. Para lá foram quando para aí se foi alargando Argoselo, como afirmo noutros escritos meus. E é digno de menção o P.^e *Jorge Fernandes* que a partir do ano de 1611 foi cura de Argoselo por muito tempo ⁽³⁾.

Aquele interessante testamento fornece elementos para a reconstituição da vida do seu autor. E assim é que pelo desejo,

⁽¹⁾ *O Instituto*, vol. 108.º, págs. 223 a 225.

⁽²⁾ *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo IV, págs. 466 e 467.

⁽³⁾ *Provisões* do Cabido da Sé de Miranda, págs. 14, 28, v., 38, 43, 46, v., 52, 59, v., 66, v., 79, v., 87, v., e 94.

que manifesta, de ser sepultdo em S. Fagundo de Crespos, concelho de Vinhais, deixa ver que daí seria natural; que dizendo-se, a princípio, «abade douteiro» e «mandando» em seguida «*pera louuor day eglei de sancta maria doutejro çinquenta mç*», mostra ter sido abade do *Outeiro de Muas* que não do *Outeiro de Miranda*; a este refere-se quando diz: «*Roguee a Domingos anes pubrico tabaliom del rrey em outeyro que ffezesse em estru-mento e possesse nel sseu signo*» e «*ffeyta em outeyro xxb dias de março era de mill e ccc.^{os} e quarenta e hũ ano*» — o que prova que o julgado do *Outeiro de Miranda* já existia em Março de 1303 —; que o testador tinha fortuna e vivia com comodidades, pois deixou legados ao criado Fernando, a duas criadas, a Miouso, ao sobrinho Domingo, a Carrado, a Rui Lourenço, a Catrina Martins, a Pedro Lopes, a Sam Martinho de Soeira, ao Mosteiro de Castro de Avelãs, ao clérigo Cibrão Domingues, ao tabalião Domingo Eanes, Gêes Curvo e ao sobrinho, o clérigo Pero Fernandes, legou o casal de Riofrio, de que foi «capela» a sua abadia de *Outeiro de Muas*, então chamada ainda Santa Maria do *Outeiro*.

Seguem-se numerosas dívidas passivas e activas.

O testador era cunhado de Lourenço Martins e afirma que Rui Lourenço era de *Carçom* que não deve ter sido o Carção que ainda existe; mas, sim, o *Carçom* que, sofrendo o abrandamento do *c* inicial, aparece com a forma *Garçom* num documento de D. João I, *atrás publicado* (1). O P.^o Luís Cardoso diz no seu *Dicionário Geográfico* sobre o primeiro *Carção*: «lugar da província de Trás-os-Montes, bispado e comarca da cidade de Miranda: tem 200 moradores e a paróquia fica dentro do lugar e tem por orago a Santa Cruz». E do segundo: «aldeia da província de Trás-os-Montes, bispado de Miranda, comarca de Bragança e freguesia de Nossa Senhora da Assumpção da vila de *Outeiro*». Situadas as duas aldeias na mesma província e no mesmo bispado, pertenciam contudo a comarcas e freguesias diferentes. Trata-se, pois, de povoações diferentes, embora

(1) *O Instituto*, vol. III.^o, pág. 394.

tivessem o mesmo nome e uma exista ainda e a outra haja desaparecido há muito. O *Portugal Sacro-Profano* de Paulo Dias de Niza, publicado em 1767, já a não menciona.

À *Igreja de Santa Maria de Outeiro* tenho-me referido nos capítulos publicados nesta Revista, chegando à conclusão de que ela ainda existe e continua a ser a *Igreja Matriz* de Outeiro. Acerca da sua antiguidade, que vai além de sete séculos, pois nas *Inquirições* de 1258 o seu capelão João Fernandes afirmou que ela pertencia ao mosteiro do Castro de Avelãs, mas que não sabia desde quando datava a sua posse⁽¹⁾, disse o Prior de Argoselo Miranda Lopes: «Dos primitivos templos paroquiais da nossa região apenas existe a igreja da vizinha freguesia de Outeiro, concelho de Bragança, que é muito interessante e muito respeitável pela sua antiguidade e simplicidade. O seu campanário é o que há de mais simples e rústico. Não conhecemos templo de arquitectura mais tosca. É uma veneranda relíquia da vida religiosa dos primeiros cristãos da nossa região, que convinha restaurar, sem lhe alterar em coisa alguma a sua feição característica⁽²⁾. A igreja de S. Bartolomeu, situada no termo de Argoselo e que confina com o de Outeiro, é também antiquíssima e foi igreja matriz de povoação desaparecida, como o provarei no trabalho sobre a minha terra natal que espero seja publicado em breve.

Outeiro de Asnas

Como se afirma no seu régio foral, assim foi chamado a princípio o «logo» sito no outeiro de 812 metros de altitude, de que nos vimos ocupando. Este outeiro é geològicamente a continuação do Serro Grande e Pequeno de Argoselo — elevações todas situadas na margem direita do rio Maçãs. E tanto o Outeiro como o Serro Grande devem ter começado por ser castros cujos habitantes utilizariam as defesas naturais que eles

(1) *O Instituto*, vol. 108.º, págs. 231 e 232.

(2) *Carção, concelho de Vimioso*, 1939, pág. 1.

e os vindouros iriam melhorando segundo as circunstâncias. E, por isso, de crer é que, constituído Portugal, os nossos primeiros reis — para o estabelecimento e defesa das suas fronteiras—melhorassem as condições das fortalezas raianas. E assim é que a tradição lhes atribui o benefício de as edificarem ou reedificarem. E, quanto a Outeiro, a história — corroborando a tradição — diz-nos que D. João I para «*mjlhor defensam da nossa terra*» mandara «*fazer hũu cerco da villa a par do castello d Outeiro de Miranda a qual cerca he ja feita boa parte*»⁽¹⁾. E o castelo já era antigo, visto que em 18 de Agosto de 1321 a povoação chamada *Castello de Outeiro de Miranda* fora doada a Joham Roiz de Basto⁽²⁾. E era bom o castelo de Outeiro, como se afirma no censo da população de Trás-os-Montes feito em 1530 e se vê do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas⁽³⁾.

Respondamos agora à pergunta atrás feita: «Quando passaria *Outeiro de Asnas* a chamar-se *Outeiro de Miranda*?»

Depois de publicada a pergunta, encontrei «[*Inquirições que Fernão de Pina tirou em Miranda, para se lhe dar novo foral (o de 1510)*]», de que consta:

«it. quanto aos termos diserõ que despoes de feito o forall fora dado parte deste termo a Oyteiro e a Vymyoso»⁽⁴⁾.

Ora este foral tem a data de 18 de Dezembro de 1286 e, como o *Outeiro de Asnas* — segundo se afirma no seu futuro foral — passou a chamar-se *Outeiro de Miranda* — depois de lhe ser dada parte do termo de Miranda e já assim se chamava em 1290 — temos de concluir que a mudança de nome se deu entre o ano de 1286 e o de 1290; mas como D. Dinís só pela composição feita com o convento do Castro de Avelãs em 11 de Julho de 1288 conseguira que as aldeias de Algoselo e Pinelo (e certamente a de Santulhão) voltassem para a Coroa,

(1) *O Instituto*, vol. III.º, pág. 392.

(2) *Idem*, *idem*, pág. 386.

(3) *Idem*, *idem*, págs. 402 e 411.

(4) *Estudos de Filologia Mirandesa*, por J. Leite de Vasconcellos, vol. II, págs. 231 e 232.

só depois de 11 de Julho de 1288 é que a mudança de nome se deve ter dado.

Na nova visita que fiz à *Torre do Tombo* nos dias 1, 2 e 3 de Junho de 1949 não encontrei mais documentos sobre o assunto; mas a conclusão a que chego, é corroborada por estas palavras da carta de D. Dinís, de 1 de Abril de 1319: «tenho por bem e mando que essas aldeias, como eram já minhas por direito, e as eu já dera com todo o seu termo a Miranda por suas, que ~~hassy~~ as hajão pera todo o sempre e sejão suas de Miranda» (1).

Quer dizer: D. Dinís, tendo dado por termo as aldeias de Algoselo, Pinelo e Santulhão a Miranda e tornando a dar-lhas, é porque lhas tirara depois de lhas ter dado e, tirando-lhas, só as deveria dar a *Outeiro de Asnas* que, por isso, passou a chamar-se *Outeiro de Miranda*.

*

Como temos visto, há referências claras à Igreja de Santa Maria de Outeiro, também conhecido por Outeiro ou Outer de Muas, nas *Inquirições* de 1258, no documento de troca por que D. Dinís o recebeu e no foral que lhe concedeu em 1290, no testamento do seu abade Paio Pirez de 1303, na *Relação de todas as igrejas do Reino em 1320* e no *Tombo dos bens do convento do Castro de Avelãs* em 1501; mas nenhuma referência encontrei a templo pertencente a Outeiro de Asnas. É a primeira sobre a *Igreja de Nossa Senhora da Assumpção da villa de Outeiro* fá-la indirectamente o P.^o Luís Cardoso quando diz ser Carção «freguesia de Nossa Senhora da Assumpção da vila de Outeiro». Duarte de Armas é que no *Livro das Fortalezas* já havia apresentado a Igreja de Nossa Senhora da Assunção junto da cerca, das muralhas e do castelo da vila de Outeiro. Ora em carta de 26 de Julho de 1414 diz D. João I que da cerca

(1) *O Instituto*, vol. III.^o, pág. 389.

«já era feita boa parte» e pela de 23 de Fevereiro de 1418 deu por termo a Outeiro com outras aldeias a de «garçom». E tudo isto leva a crer que a igreja da vila de Outeiro tenha sido construída entre o ano de 1320 — em que não é incluída no número das igrejas então existentes — e o princípio do século xv em que se calcula tenha tido como anexa a aldeia de Carção ou Garçom.

A ela se referem ainda a provisão de 23 de Julho de 1634, pela qual o Cabido da Sé de Miranda mandou «entregar a Antonio Vieira, cura da vila de Outeiro, 6.006 réis para Ant.^o Lopes pedreiro por vir á dita vila ver a capela e a de Milhaõ» (1) e a de 21 de Maio de 1636 para entregar «a Ant.^o Auriques carpinteiro de Brag.^a 9.100 réis que se lhe estavã debendo da obra da capella de Outr.^o que fes paredes e madeiramento» (2).

Esta obra era, evidentemente, de conserto feito na capella ou igreja — o que mostra pela natureza dela que a igreja fora edificada muito antes.

E não deixa de vir a propósito citar também agora a Provisão do Cabido da Sé de Miranda, do dia 19 de Agosto de 1641, «p.^a que os lugares da raia de todo o B(is)pado trouxessem a prata da Igreja a esta cidade e a Brag.^{ca} visto a ocasião das guerras e outro si que os m.^{res} dos lug.^{res} podessem trabalhar os domingos e São^{dos} uorecolhim.^{to} dos fruitos» (3).

Foi previdente a medida, pois que não tardou muito que tropas castelhanas entrassem na Lombada e se postassem junto de Riofrio e de S. Julião, donde foram afastadas pela nossa cavalaria, como o testemunha o governador das armas da provincia de Trás-os-Montes, Rui de Figueiredo, na sua carta de 12 de Outubro de 1641, dirigida ao Cabido da Sé de Miranda (4).

(1) Livro de Registos — 1634 a 1656 —; fól. 1, v.

(2) Idem, fól. 12.

(3) Idem, fól. 46, v.

(4) Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, tom. iv, págs. 544 e 545.

*Doação do Castelo do Outeiro de Miranda
ao duque de Bragança*

«Dom Affonso pella graça de deus Rey de purtugall e do algarue Senhor de çapta a uos diego gonçallvez de trabaços do nosso conselho ou a outro quallquer que por nos teuer nosso castello do outeiro de mjrãda Saude mãdamos uos que logo nesta esta carta Entreeges o dicto castello ao duque de bragança meu muyto prezado e amado tyo que dell damos por alcayde O quall nos por ell fez prejto e menajẽ hũa e duas e tres Vezes Entregando lho nos como dito he e por esta carta nos quitamos o preito e a menajẽ que pollo dicto castello tinheis fecto hũa e duas e tres vezes e sobre jsto nõ ponhaes algũ Enbargo nõ perlonga Em nenhũa maneira que seja. dannte ẽ a nosa muy noble e muy leal çidade de lixboa xxbij dias de feureiro per autoridade do Senhor Ifante dom Pedro tetor e curador do dicto Senhor Rey Regedor e cõ ajuda de deus deffensor por ell dos seus rregnos e Senhorio martim gill o fez ano do Senhor de mjlliiijº e Riiij anos».

Torre do Tombo — Chanc. de D. Afonso v, Lv.º 27, fl. 38.

Por esta carta que creio só agora é publicada, foi dado pela primeira vez ao duque de Bragança o *Castelo do Outeiro de Miranda* que assim continuava a chamar-se na carta de 28 de Junho de 1449, pela qual D. Afonso v lho doou pela segunda vez, como ficou atrás demonstrado na pág. 397.^a do volume III.º de *O Instituto*.

(Continua)

ADRIÃO MARTINS AMADO

QUELQUES PROBLÈMES ACTUELS RELATIFS AUX TACHES ET AUX FACULES SOLAIRES (1)

L'invention de la lunette astronomique, au début du xvii^e siècle, permit de se rendre compte que les points noirs que l'on apercevait parfois à l'oeil nu sur le Soleil, étaient infiniment plus nombreux qu'on ne l'avait cru auparavant. Ainsi reconnues, les *taches* furent, au cours des deux siècles qui suivirent, l'objet d'observations nombreuses, mais fragmentaires. En 1839, la découverte, par Schwabe, d'une alternance, de période voisine de onze ans dans la fréquence des taches et, peu après, la reconnaissance d'une période de même durée dans certains phénomènes du magnétisme terrestre, vinrent donner à leur étude un renouveau d'intérêt qui ne s'est pas démenti depuis plus d'un siècle. Enfin, il y a moins de vingt ans, on mit en évidence que les communications radiotélégraphiques étaient fortement influencées par certaines manifestations éruptives associées aux taches et leur étude est, actuellement, plus que jamais, à l'ordre du jour.

Ces trois siècles et demi d'observation ont permis de reconnaître et de formuler plusieurs lois sur les taches solaires, brièvement énumérées ici: la vitesse de rotation sidérale du Soleil sur lui-même est de l'ordre de 25 jours et sa vitesse angulaire est sensiblement plus forte à l'équateur qu'aux latitudes plus élevées; le nombre et l'importance des taches, c'est à-dire, ce qu'on est convenu d'appeler l'activité solaire, varient au cours du temps, deux minima, ou époques pratiquement sans taches pendant plusieurs

(1) Communication faite à l'Institut de Coimbra, le 2 mai 1949.

mois, étant séparées par onze ans environ (période undécennale); au début d'une période, les taches apparaissent, d'abord peu nombreuses entre 30° et 40° sur deux zones, dites *zones royales*, symétriques par rapport à l'équateur; elles augmentent en nombre et en importance, pendant que leur latitude diminue, leur maximum a lieu vers 18° , puis elles deviennent moins nombreuses et disparaissent enfin un peu avant d'atteindre l'équateur; d'autre part les taches sont le siège d'un champ magnétique de plusieurs milliers de gauss, qui est différent dans les deux hémisphères et qui s'inverse à chaque changement de cycle; enfin on a précisé l'évolution la plus habituelle des taches, généralement réunies par groupes et entourées de régions plus brillantes, appelées *facules*.

Ces lois descriptives n'ont cependant pas permis d'acquiescer une idée nette sur l'origine des taches, ni d'imaginer leur mécanisme de formation au-dessous de la surface, par une hypothèse rendant compte d'une manière logique de tous les phénomènes observés. Quelques-uns, en effet, attribuent les taches à des marées provoquées par les planètes à la surface du Soleil; d'autres, plus nombreux, jugent, au contraire, que leur origine est dans le Soleil lui-même. Actuellement, on ne peut opter, avec certitude entre les hypothèses proposées, aucune ne satisfaisant réellement l'esprit.

Il semble donc que nous soyons encore éloignés du moment où nous posséderons des indications assez sûres pour aborder les problèmes généraux avec des chances d'aboutir à une solution raisonnable. Cependant, en exploitant plus complètement les observations existantes, plusieurs questions de détail pourraient être élucidées qui, en fournissant des données bien établies, contribueraient à circonscrire les hypothèses valables sur le Soleil. Alors que, sur les images de la surface, ordinairement employées pour les études sur les taches, les facules ne sont visibles que sur les bords du Soleil, et encore faiblement, les spectrohélogrammes de la chromosphère les montrent fortement sur

tout le disque; utilisant la documentation très riche que représentent plus de trente années d'observations au spectrohéliographe de Meudon, j'ai entrepris des mesures destinées à l'examen de certaines de ces questions, en les situant dans le cadre de l'influence de la phase du cycle undécennal. Les quantités à mesurer étant très petites et, notamment, très inférieures aux mouvements propres des phénomènes, le travail doit porter sur les trois cycles undécennaux pour lesquels nous avons des observations suivies et s'étendra de 1919 à 1953. Les premiers résultats obtenus ne sont encore que des indications puisqu'ils ne se rapportent qu'à la période 1919-1921, mais ils sont, d'ores et déjà, encourageants. Voici les principaux points sur lesquels porte cette étude:

Il arrive fréquemment qu'à un groupe de taches en succède, quelques jours à trois à quatre semaines plus tard, un autre qui a exactement la même latitude et qui en diffère en longitude de quelques degrés, moins de dix, qui est l'écartement habituel des taches d'un groupe moyen. Lorsque les formations successives ont lieu dans l'hémisphère invisible, l'observateur terrestre ne voit, parfois pendant plusieurs mois, qu'un seul groupe, sans changements appréciables d'aspect. Les vitesses de rotation qui en sont déduites peuvent alors présenter des anomalies, trop faibles pour donner à penser qu'il s'agit de taches différentes, formées à deux ou trois degrés les unes des autres, mais suffisantes pour introduire une légère erreur dans la détermination de la vitesse de rotation si, comme cela semble se produire de préférence, les taches ont une tendance à se former à l'ouest du groupe précédent, plutôt qu'à l'est. Si en outre, ces écarts ont une allure systématique, ils peuvent fournir des indications sur les vitesses des couches plus profondes, si l'on fait l'hypothèse que les taches qui se succèdent à peu près aux mêmes coordonnées, dans un intervalle de temps court, ne sont que les manifestations, à la surface, d'un seul centre d'activité sous-jacent. La différenciation des groupes est souvent malaisée, mais elle peut être gran-

dement facilitée par l'examen des facules chromosphériques qui les accompagnent toujours. En effet, ces facules sont, non seulement visibles sur tout le disque avec les spectro-héliogrammes, mais elles y présentent, au cours de leur évolution, des différences d'éclat qui font qu'on ne peut, presque jamais, confondre une facule ancienne avec une facule formée seulement quelques jours auparavant.

Outre ces indications précieuses pour l'identification des taches, les facules chromosphériques permettent de mesurer le taux de déplacement vers les pôles des différents phénomènes solaires. Indiqué comme probable par l'Observatoire de Greenwich, en 1925, à partir de mesures de facules de la surface, ce déplacement n'a, réellement, été mis en évidence que sur les protubérances, à Meudon, il y a une dizaine d'années. La durée, généralement trop courte des taches, qui est, en moyenne, d'une demi-rotation, ne permet pas de faire sur elles des mesures utilisables, car le taux du déplacement est de l'ordre d'un degré par rotation et paraît variable avec la phase du cycle. Les facules, de contours très diffus, il est vrai, mais dont la durée atteint couramment, cinq ou six rotations pour les groupes importants, ont déjà donné, surtout au commencement des cycles, des indications très nettes dans ce sens.

Enfin, tenant compte de meilleures identifications des taches, on peut essayer de revoir, à la faveur des mesures faites pour les recherches précédentes, la durée moyenne de vie de ces phénomènes, en fonction du cycle undécennal.

MARGUERITE D'AZAMBUJA

Astronome à l'Observatoire de Meudon.

LES PROGRÈS DES RECHERCHES SUR L'ATMOSPHERE SOLAIRE DANS LES CINQUANTE DERNIÈRES ANNÉES (1)

Les éclipses totales de Soleil, pendant lesquelles la Lune masque exactement le disque éclatant tout en laissant visibles ses dépendances extérieures, a permis de reconnaître que l'astre qui nous éclaire possède deux atmosphères lumineuses par elles-mêmes et très différentes par leur étendue et leur aspect: la première à partir de la surface, colorée en rose et de beaucoup la plus brillante, est relativement très mince, puisque son épaisseur est de l'ordre de $1/200^{\circ}$ du diamètre solaire, soit environ 7000 kilomètres. Elle forme un anneau continu autour de la Lune, duquel semblent jaillir des sortes de flammes, roses également, d'aspect tourmenté, de formes et de hauteurs variables, les *protubérances*. On l'a nommée la *chromosphère*, à cause de sa coloration. La seconde, beaucoup plus vaste, dont l'éclat, déjà faible à la base, diminue très vite avec l'altitude; on l'appelle la *couronne*, par analogie avec la *gloire* dont les peintres ont coutume d'auréoler la tête des saints.

Dès 1868, Janssen et Lockyer, appliquant le spectroscope à l'étude de la chromosphère et des protubérances, reconnurent que leur composition est à peu près identique et qu'elles contiennent notamment de l'hydrogène et de l'hélium. L'hydrogène est caractérisé par les quatre radiations principales de la série de Balmer, notamment par la radiation rouge $H\alpha$, l'hélium par la radiation jaune D_3 . Plus tard, on y reconnut également la présence du calcium

(1) Conférence faite à l'Institut de Coimbra, le 2 mai 1949

ionisé (Ca II) ⁽¹⁾, qui produit dans le violet les deux radiations les plus importantes du spectre solaire, les raies H et K de Fraunhofer.

Ces diverses radiations existent dans le spectre du disque sous forme de raies sombres ou *d'absorption*. On sait que des raies de ce type, en vertu de la loi de Kirchhoff, se comportent à la fois comme un écran et comme une source de lumière: l'écran masque complètement, à la longueur d'onde où il est placé, la lumière du *spectre continu* émis par la surface ou *photosphère* de l'astre; il lui substitue l'éclat de la vapeur par laquelle la raie est produite. Cet éclat est, selon les radiations, cinq à dix fois plus faible que celui du spectre continu.

Si, maintenant, on dispose dans le plan focal du spectroscopie une fente parallèle aux raies et réglable de manière à isoler exactement l'une de celles-ci, le pinceau qui passera par la fente sera exclusivement composé de la lumière de la vapeur au niveau même où est produite la raie. L'appareil agit comme un filtre monochromatique très sélecteur. Formons une image réelle du Soleil sur la fente d'entrée du spectroscopie. Concevons un dispositif mécanique permettant de déplacer lentement cette image d'un bord à l'autre devant la fente et perpendiculairement à celle-ci. Imaginons encore qu'on puisse donner un mouvement similaire et simultané à une plaque photographique glissant devant la seconde fente ou *fente sélectrice*. Si les mouvements sont exactement combinés, la plaque enregistrera une image circulaire du Soleil, composée exclusivement de la lumière de la raie isolée. Si cette raie est une des raies chromosphériques énumérées plus haut, l'image obtenue sera celle de la chromosphère et des protubérances, non seulement sur le pourtour du disque, comme dans les éclipses, mais aussi en projection sur celui-ci. L'appareil ainsi constitué s'appelle

(1) Quand les atomes d'un élément ont perdu un de leurs électrons, on dit qu'il est ionisé une fois, ce qu'on indique par le symbole II, le symbole I étant réservé à l'élément neutre.

un *spectrohéliographe*. Il a été réalisé, indépendamment, en 1891, par *Hale* et par *Deslandres*.

Bien entendu, le *spectrohéliographe* peut reconstituer des images solaires avec n'importe quelle raie de Fraunhofer, à condition qu'elle soit assez large pour être isolée correctement. On a obtenu ainsi des *spectrohéliogrammes* avec des raies du fer, du magnésium, du sodium, etc., qui correspondent, dans la chromosphère, à des niveaux ne dépassant pas 1000 à 1500 kilomètres, alors que le calcium ionisé et l'hydrogène atteignent l'altitude la plus élevée observée pendant les éclipses⁽¹⁾. On peut encore, avec l'instrument, isoler, non plus une raie de Fraunhofer, mais une région de même largeur du spectre continu voisin. On obtient alors des images de la photosphère, en tous points semblables à celles prises avec une lunette astronomique ordinaire. La comparaison du diamètre de ces images avec celui que donne une raie voisine fournit même un moyen de déterminer le niveau atteint par celle-ci; c'est notamment par ce procédé qu'ont été déterminées les altitudes énumérées plus haut. Ainsi, les raies de Fraunhofer ne sont pas exactement limitées au bord solaire, défini, dans un spectrographe, par la limite du spectre continu, mais le dépassent légèrement. Ce dépassement est aisément visible pour les raies de niveaux élevés.

Le spectre de la couronne est resté pendant longtemps tout à fait énigmatique. Aucune de ses raies, en effet, ne correspondait à celles d'un élément connu. On admet aujourd'hui qu'il est produit par des éléments communs dans la chromosphère, mais se trouvant dans la couronne à un degré d'ionisation très élevé par suite des conditions de température et de pression qui y règnent. Ainsi, la radiation la plus intense de la couronne, dans le vert du spectre, serait due au fer au seizième stade d'ionisation. Or, on sait que,

(1) La raie D₃ de l'hélium n'est visible comme raie d'absorption sur le disque que dans des circonstances exceptionnelles, ce qui la rend très difficile à *spectrohéliographier*.

à chaque degré nouveau le spectre des éléments est modifié; la position des raies émises par la couronne n'a pu être déterminée que par le calcul.

Ajoutons encore que ces raies se détachent sur un fond continu relativement brillant où apparaissent, principalement dans les régions extérieures de l'enveloppe coronale, les raies de Fraunhofer. On est d'accord pour en conclure que ce spectre est un spectre de diffusion par des électrons; la couronne serait ainsi un *gaz d'électrons*.

Jusqu'en 1930, toutes les tentatives pour obtenir des images de la couronne en dehors des éclipses étaient restées vaines. A cette époque, Lyot a imaginé un dispositif qui lui a permis d'éviter au maximum la diffusion et la diffraction dans une lunette astronomique. Employé dans la station de haute altitude du Pic du Midi (France), à 2860 mètres, son instrument a permis d'obtenir des images directes de la couronne, et même de la spectrohéliographe en isolant sa raie verte et une autre radiation, située dans le rouge. On mesure aujourd'hui couramment l'intensité de la couronne, près du bord solaire, dans plusieurs stations de montagne.

* * *

Ces notions générales sommairement données, le cadre d'une seule conférence ne nous permet d'exposer avec quelque détail qu'une partie restreinte des vastes questions soulevées par l'étude de l'atmosphère solaire. Nous nous limiterons donc à parler ici des travaux effectués sur la chromosphère avec le spectrohéliographe, dont les résultats acquis sont déjà importants.

Dès l'invention de l'instrument, on commença, de divers côtés, à enregistrer régulièrement des images du disque solaire par le nouveau procédé. On employa d'abord, exclusivement, l'une ou l'autre des deux raies du calcium ionisé H ou K qui, situées dans le violet du spectre, étaient les plus «photogéniques» pour les plaques de cette époque.

Les progrès de la sensibilisation chromatique permirent ensuite d'utiliser aussi la raie H α de l'hydrogène. Enfin, la puissance des appareils étant augmentée, on put aborder l'étude des images données par les raies les plus importantes des vapeurs basses.

Les spectrohéliogrammes fournis par les raies du calcium et de l'hydrogène montrèrent immédiatement une richesse de détails que les photographies de la photosphère avec une lunette astronomique ne permettaient pas de soupçonner. Les taches y étaient devenues presque invisibles, en grande partie masquées, surtout avec le calcium, par des masses de vapeurs lumineuses, occupant l'emplacement des *facules* photosphériques, mais d'un éclat relatif beaucoup plus grand. On observait en outre, avec le calcium, un réseau très contrasté de petits nuages brillants ou *floculi*, réparti à peu près uniformément sur le disque et, avec l'hydrogène, un réseau différent, à mailles plus petites et formant, autour des taches, des figures analogues à des tourbillons, ou mieux, aux aspects que prend une limaille magnétique aux environs des pôles d'un aimant. Enfin, les images des deux éléments montraient de longues lignes sombres, les mêmes pour un jour d'observation donné, que l'on reconnut bientôt être les traces des protubérances, qui marquaient ainsi leur passage sur le disque, grâce à l'absorption qu'elles exercent sur la lumière chromosphérique. On eut ainsi la révélation inattendue de la véritable forme spatiale des pseudo flammes roses observées pendant les éclipses: elles ont l'aspect, en réalité, d'immenses chaînes de montagnes ou encore de lames gazeuses, posées de champ sur la chromosphère.

Les images des vapeurs basses sont beaucoup plus «plates». Les taches n'y sont pas masquées, comme avec les vapeurs élevées, On retrouve, mais avec un éclat très atténué, les vapeurs brillantes qui surmontent les *facules*. Le disque montre une faible granulation, analogue à celle de l'hydrogène, mais sans tourbillons et beaucoup moins apparente. Les protubérances y sont invisibles.

L'étude systématique de ces divers aspects a conduit aux conclusions suivantes: Les détails observés sur les spectrohéliogrammes peuvent se ranger en deux grandes catégories: ceux qui reproduisent, en amplifiant plus ou moins le contraste, les détails de la photosphère; ceux qui n'ont aucune relation avec l'aspect de celle-ci. Dans la première catégorie, il faut ranger les vapeurs lumineuses qui accompagnent les taches et qui sont de véritables *facules chromosphériques*; il faut ranger également la granulation du calcium, qui est sans doute l'image d'un réseau de petites éminences de la surface. Dans la seconde, on doit classer la granulation de l'hydrogène et des vapeurs basses, et surtout, les protubérances, qui sont des structures proprement chromosphériques, les détails liés à la photosphère étant dus à l'excitation plus forte aux points où ils apparaissent. Du dosage, variable avec les radiations employées, entre les deux catégories de détails, résulte l'aspect, qui peut être si différent, entre les diverses images spectrohéliographiques

De ce qui précède, il ressort que la chromosphère est le siège de deux manifestations principales d'activité: 1° — les *facules chromosphériques*, images des facules de la surface, qui accompagnent les taches; 2° — les protubérances. La fréquence et l'importance de ces manifestations suivent, dans l'ensemble, le cycle de onze ans de l'activité des taches. Elles ont d'autre part, une évolution individuelle qui leur est propre, mais dont les circonstances exactes ne peuvent être connues que si l'on dispose de clichés pris à intervalles réguliers et fréquents. A la fin de la première guerre mondiale, des collections déjà importantes de spectrohéliogrammes du calcium ionisé et de l'hydrogène, pris chaque jour de beau temps existaient dans trois observatoires principaux: Kodaikanal (Indes), Meudon (France), Mount Wilson (Etats-Unis). En outre, l'Observatoire de Meudon avait commencé à établir des cartes synoptiques de la chromosphère sur lesquelles étaient reportées et identifiées, d'une part, les facules chromosphériques et les taches associées

que, pour abrégé, nous désignerons désormais par l'expression *centre d'activité* et, d'autre part, les protubérances, d'après l'aspect de leur projection sur le disque, au cours de la traversée de celui-ci. Chaque carte correspondait à la sphère solaire développée et comprenait ainsi tous les phénomènes observés entre deux passages du même méridien de l'astre en face de l'observateur, c'est-à-dire à une période de 27,2 jours environ, durée moyenne de la révolution synodique du Soleil.

Ces cartes, cependant, ne pouvaient prétendre à être complètes, par suite des lacunes dues au mauvais temps, souvent importantes en hiver dans la région parisienne. Une entente internationale s'organisa alors, sous les auspices de l'Union astronomique qui venait d'être créée et les cartes purent être complétées par des documents provenant des observatoires de Kodaikanal et du Mount Wilson. En 1925, l'Observatoire de l'Université de Coimbra se joignit à la coopération. Son regretté Directeur, Comte Miranda da Costa Lobo, venait alors de terminer l'installation d'un spectrohéliographe presque identique à celui de Meudon à l'aide duquel il commençait une collection régulière de clichés du calcium qui fournirent un appoint précieux à la construction des cartes. On sait en outre quel parti le Prof. da Costa Lobo sut tirer de son instrument: les *Annales de l'Observatoire de Coimbra*, où sont consignés les positions et les caractères principaux des phénomènes observés, en sont le meilleur témoignage.

A la fin de la dernière guerre, Meudon avait publié 280 cartes, comprenant un intervalle de 20 ans environ. La documentation abondante ainsi recueillie a permis de compléter l'étude de l'évolution des centres d'activité, entreprise auparavant à l'Observatoire de Cambridge et d'aborder celle des protubérances. Voici les résultats principaux de cette étude:

En ce qui concerne les centres d'activité, les choses se passent habituellement de la façon suivante: en une région du disque où rien de spécial n'attirait l'attention, une facule

très brillante, peu étendue et sensiblement circulaire, apparaît. Presque aussitôt, de petites taches se montrent dans cette facule, en moins de vingt-quatre heures, le plus souvent. Dans les jours qui suivent, deux taches principales se remarquant dans le groupe qui s'est formé; l'une à l'ouest ou tache de tête, si l'on considère le sens de rotation du Soleil, l'autre à l'est ou tache de queue, l'axe qui les joint étant légèrement incliné sur l'équateur, de manière que la tache de tête ait la latitude la plus basse. Puis les taches grossissent, en s'écartant l'une de l'autre; en même temps, la facule se développe, en s'allongeant, elle aussi, dans le sens est-ouest. Au bout d'une huitaine de jours, le centre d'activité a atteint son complet développement. Après une courte période de stabilité, la tache de queue se fragmente et disparaît; il en est bientôt de même de la tache de tête. Durant cette phase de l'évolution, la facule s'est encore étendue, tout en perdant graduellement sa densité et son intensité premières. La dispersion s'accentue ensuite et, après deux mois, dans les cas les plus fréquents, toute trace de la formation a disparu.

Notons encore que, pendant leur période de croissance, les centres d'activité sont le siège de phénomènes lumineux de brève durée que, faute de leur avoir trouvé une meilleure dénomination, on appelle actuellement *éruptions chromosphériques*. Ils consistent en une brusque augmentation d'éclat souvent localisée entre les deux taches du centre, qui, en moins de dix minutes, habituellement, donne à cette région une intensité qui peut surpasser dix à vingt fois son intensité normale. Après ce paroxysme, l'éclat commence à décroître et, après une heure, parfois moins, la facule a repris l'aspect qu'elle avait auparavant. Nous verrons tout à l'heure l'importance particulière de ce phénomène, par l'action qu'il exerce sur notre propre Terre.

Voyons maintenant comment naissent, vivent et meurent les protubérances. La notion d'évolution de ces masses de vapeur n'a réellement pris naissance qu'à partir du

moment où on a su les observer, comme les taches, depuis leur lever au bord est jusqu'à leur coucher au bord ouest. Les cartes synoptiques de Meudon, où on peut suivre un même objet, non seulement pendant une traversée du disque, mais, quand il est assez permanent pour cela, pendant plusieurs traversées où il est aisé à identifier, ont montré que, d'une façon générale, les protubérances sont plus stables que les taches; leur durée moyenne est en effet de trois mois, et il n'est pas rare d'en observer qui ont traversé le disque jusqu'à six ou sept fois, en conservant à peu près leurs formes générales.

Comme les taches, les protubérances apparaissent presque subitement, mais elles sont alors très petites, à l'échelle solaire bien entendu, c'est-à-dire que leur longueur ne dépasse pas 40.000 à 50.000 kilomètres. Leur latitude de formation est exactement celle des taches⁽¹⁾; elles marquent même, très nettement, la brusque augmentation de latitude que celles-ci accusent, au moment du changement de cycle. En outre, plus d'un tiers d'entre elles se forment dans les centres d'activité eux-mêmes sans qu'il ait encore été possible de déterminer si elles lui sont directement liées, ou s'il s'agit d'un rapprochement fortuit dû à la similitude de leur latitude d'apparition.

Les protubérances se forment approximativement suivant les méridiens. Après quelques jours, elles commencent à s'allonger, surtout du côté opposé à l'équateur. Elles atteignent leur développement maximum après deux mois environ. Elles présentent alors l'aspect que nous avons décrit tout à l'heure. A ce moment leur longueur dépasse facilement 300.000 kilomètres. Toutefois, leur orientation

(1) On sait que les taches n'apparaissent pas à toutes les latitudes, mais restent confinées dans deux zones, les *zones royales*, comprises entre 5° et 40° de latitude, de part et d'autre de l'équateur. Au début d'un cycle, elles se montrent près de la limite supérieure des zones, puis se rapprochent progressivement de l'équateur, qu'elles atteignent presque quand le cycle se termine (loi de Spörer).

a changé. Ce changement est dû à une particularité curieuse de la sphère solaire, qui ne tourne pas sur elle-même comme un corps solide, mais dont la période de rotation est plus longue aux hautes latitudes qu'à l'équateur. Ainsi, quand un point de l'équateur a fait un tour complet, un autre point du Soleil, situé à l'origine sur le même méridien, mais à latitude 45° , a encore 35° de longitude à parcourir pour se retrouver en face de l'observateur. Le long ruban sombre, que Deslandres a, pour cette raison, nommé *filament*, s'incurve alors vers l'est et l'angle qu'il forme avec les méridiens augmente de plus en plus aux rotations successives, de sorte que, lorsque sa durée est suffisante, il finit par prendre une direction sensiblement parallèle à l'équateur. Il faut dire d'ailleurs, qu'à ce moment, il a presque toujours perdu sa partie la plus rapprochée de sa latitude de formation.

Ainsi, au cours de leur vie, les protubérances se déplacent vers les pôles. Des mesures précises, effectuées sur un grand nombre d'entre elles, ont montré que ce déplacement est de deux ou trois degrés entre deux passages au méridien central du Soleil, pour les phénomènes situés près de l'équateur et de moins de un degré aux latitudes élevées. C'est là une vérification de l'existence d'une circulation méridienne sur le Soleil, souvent invoquée par les théoriciens, mais non reconnue jusqu'ici, peut-être à cause du ralentissement polaire de la vitesse de rotation, qui a tôt fait de transformer un mouvement selon les méridiens en une sorte de spirale qui s'enroule autour du Globe solaire.

L'évolution des protubérances n'a pas toujours le caractère de simplicité et de régularité que nous venons de décrire. Bien souvent, deux filaments, pour conserver ce nom aux protubérances projetées sur le disque, d'abord voisins et indépendants, semblent tout à coup manifester l'un pour l'autre une sorte d'affinité; ils se rapprochent, se rejoignent et évoluent dès lors comme un seul objet. D'autres fois, un filament isolé se sépare en plusieurs tronçons. Mais l'accident le plus remarquable et le plus spectaculaire, dû

sans doute à une rupture brusque de son équilibre, est l'ascension rapide du phénomène, suivie de sa disparition totale. Dans son ascension, qui ne dure souvent que quelques heures, la protubérance peut atteindre des hauteurs énormes; l'une d'elles a été suivie jusqu'à 1.700.000 kilomètres au-dessus de la surface solaire, soit à un peu plus d'un diamètre de l'astre. En s'élevant, son éclat diminue graduellement et elle finit par disparaître. Fait curieux: très souvent, après quelques jours, le filament qui marquait sa trace réapparaît progressivement à la position qu'il occupait et se complète peu à peu jusqu'à reprendre exactement l'aspect et les dimensions qu'il avait auparavant. Cette particularité suggère que les protubérances pourraient n'être que la manifestation extérieure d'un phénomène sous-jacent plus continu et plus durable. C'est ce courant invisible qui circulerait de l'équateur vers les pôles. Dans cette hypothèse, une protubérance, formée dans une zone royale, pourrait, après des vicissitudes et des éclipses successives, atteindre la latitude 60° quatre ou cinq ans plus tard.

* * *

Au cours de l'étude dont les résultats viennent d'être exposés, il aurait été souvent nécessaire, pour mieux comprendre le détail de l'évolution des phénomènes, que les spectrohéliogrammes fussent pris à des intervalles de temps beaucoup plus rapprochés. En 1936, l'Observatoire du Mount Wilson mit au point un instrument automatique avec lequel une petite image solaire, qui pouvait s'inscrire dans le cadre d'un film standard de 35 millimètres, était obtenue toutes les deux minutes environ. Mais le but principal de l'appareil était de déceler les éruptions chromosphériques, ces phénomènes lumineux de brève durée dont nous avons parlé tout à l'heure et dont l'action sur les couches électrisées de notre haute atmosphère commençait à

apparaître nettement. Peu après, l'Observatoire HacMath-Hulbert, de l'Université de Michigan, mettait au point, lui aussi, un spectrohéliographe automatique, destiné d'abord à l'étude des mouvements des protubérances, observées extérieurement au bord. Les films obtenus étaient ensuite passés sur un écran cinématographique avec une accélération de plusieurs centaines de fois et montraient alors d'une façon saisissante les mouvements internes des protubérances que l'examen d'images fixes, même prises à des intervalles de temps très rapprochés, aurait été à peu près incapable de mettre en évidence.

Au même moment, Lyot, au Pic du Midi, entreprenait une série de films analogues, mais pour l'obtention desquels le spectrohéliographe était remplacé par l'instrument qui lui avait permis, quelques années auparavant, d'observer la couronne en dehors des éclipses. Ce *coronographe* permettait évidemment, *a fortiori*, de voir ou de photographier directement, sans spectroscopie, les protubérances au bord. Un grand avantage du dispositif était que les poses, au lieu d'être de l'ordre de plusieurs minutes, comme avec le spectrohéliographe, étaient seulement de un dixième de seconde environ, si bien que les images obtenues, pour lesquelles l'agitation de l'air atmosphérique intervenait beaucoup moins, étaient d'une finesse extrême. Lyot a réalisé ainsi des films de tout premier ordre qui, jusqu'à présent, n'ont pas été égalés.

Frappée de l'intérêt que présentait l'emploi des procédés de la cinématographie pour l'étude des mouvements des vapeurs dans la chromosphère, l'Union astronomique internationale a recommandé aux Observatoires solaires d'en généraliser l'emploi, non seulement pour l'observation des protubérances au bord, mais aussi, pour la reconnaissance sur le disque, des phénomènes à évolution rapide. En bref, il s'agissait de doter les établissements d'appareils standardisés qui enverraient leurs films à un organisme centralisateur, chargé d'en constituer un film unique où les lacunes des observations au cours d'une journée de

vingt-quatre heures pourraient être comblées si les instruments étaient judicieusement répartis autour du Globe. La seconde guerre mondiale a retardé l'accomplissement du vœu de l'Union et la coopération projetée commence seulement à prendre corps. Une nouvelle réalisation de Lyot va d'ailleurs la rendre plus aisée: il s'agit de l'invention d'un filtre monochromatique basé sur les propriétés polarisantes des lames cristallines. Dans le dernier modèle qu'il a construit, Lyot est parvenu à obtenir un filtre aussi sélecteur que la fente de sortie d'un spectrohéliographe. Un tel appareil, associé à une simple lunette astronomique, permet ainsi d'obtenir des images monochromatiques du disque, avec la raie H α par exemple, en une petite fraction de seconde et sans aucune reconstitution mécanique. Nul doute que, dans les années qui vont venir, de nombreux établissements, parmi lesquels nous nous plaisons à imaginer l'Observatoire de l'Université de Coimbra, actuellement en pleine rénovation, soient dotés du nouvel instrument et qu'une coopération efficace s'organise pour l'étude en commun des phénomènes chromosphériques.

* * *

Il ne faudrait pas croire, d'ailleurs, que la recherche en commun n'existe pas déjà. Mais elle était limitée, jusqu'ici, à la surveillance de la chromosphère, pour y déceler ces phénomènes éruptifs que nous avons eu déjà l'occasion de mentionner, en indiquant qu'ils étaient responsables de certains troubles terrestres, que nous allons maintenant examiner.

Il y a plus d'un siècle que l'on a découvert l'existence d'un parallélisme étroit entre le cycle undécennal de l'activité solaire et les variations, régulières ou inattendues, des éléments du magnétisme terrestre. C'est ainsi que l'amplitude de la variation diurne de la déclinaison magnétique,

est deux fois plus forte au moment du maximum des taches que pendant la période de minimum. En outre, les *orages magnétiques* ⁽¹⁾ sont plus nombreux et plus importants quand l'activité solaire est grande. On crut d'abord que c'étaient les taches elles-mêmes qui produisaient ces orages. Une observation fortuite devait révéler qu'un autre phénomène, associé il est vrai à la présence des taches, en était probablement responsable: Le 1^{er} septembre 1859, Carrington et Hodgson, observant indépendamment un groupe de taches important près du méridien central du Soleil, y virent tout à coup une vive lueur qui disparut au bout de cinq minutes. A l'instant précis du phénomène, les instruments magnétiques de l'Observatoire de Kew, près Londres, enregistrèrent une perturbation peu intense et de faible durée. On dirait aujourd'hui un *crochet*. Dix-huit heures après environ, un violent orage magnétique se déclancha sur le Globe. La première perturbation pouvait avoir été produite par un rayonnement de nature électro-magnétique se propageant avec la vitesse de la lumière. Le grand orage faisait plutôt penser à un jet de particules électrisées relativement lentes issu de la région solaire troublée.

C'était à n'en pas douter, une éruption chromosphérique assez intense pour être visible en lumière intégrale, que Carrington et Hodgson avaient observée. Il devenait ainsi nécessaire de mieux s'organiser pour rechercher et suivre ces phénomènes, afin de reconnaître si leur correspondance avec le magnétisme terrestre avait été accidentelle ou, au contraire, se reproduisait régulièrement. Ce n'est cependant qu'en 1925 que Hale, un des inventeurs du

(1) On désigne sous le nom d'orages magnétiques des variations soudaines et, en apparence, désordonnées, de la grandeur et de la direction du champ magnétique terrestre. Ces perturbations, qui se prolongent pendant plusieurs heures, se traduisent, sur les tracés des appareils enregistreurs, par des oscillations d'amplitude inusitée que, dans le cas de la déclinaison, dépasse souvent un degré.

spectrohéliographe, adapta celui-ci à l'observation visuelle pour faciliter l'observation des éruptions et fit construire une trentaine d'appareils ainsi transformés ou *spectrohélioscopes* avec lesquels un certain nombre d'observatoires, convenablement réparties en longitude, furent équipés. La modification introduite par Hale consistait à placer, devant la fente d'entrée de l'instrument, un prisme à section carrée, pouvant tourner rapidement autour de son axe, lui-même parallèle à la fente. Chaque couple de faces du prisme agissait comme une lame à faces parallèles déviant l'image du Soleil sur la fente quand son orientation changeait. Le prisme étant animé d'un mouvement de rotation continu, tout se passait comme si une série indéfinie d'images avait défilé devant la fente. Hale plaçait un second prisme, semblable au premier, tournant synchroniquement avec lui, entre la fente sélectrice et un oculaire d'observation. Grâce à la persistance des impressions sur la rétine, on voyait alors dans l'oculaire, une image toute semblable à celle qu'aurait fourni l'instrument fonctionnant comme spectrohéliographe. La raie isolée dans la fente était la raie $H\alpha$ de l'hydrogène, située dans une région du spectre à laquelle l'oeil est particulièrement sensible.

Une coopération fut bientôt organisée entre les établissements munis de spectrohélioscopes, et des listes d'éruptions, centralisées à Meudon, furent publiées chaque trimestre dans un Bulletin international, le *Quarterly Bulletin on solar activity*. On découvrit alors que l'éruption contrairement à ce qu'on avait supposé d'abord, est un phénomène banal, étroitement associé à la croissance des centres d'activité. Il se confirma que les orages magnétiques importants étaient habituellement précédés d'une éruption, importante également, l'intervalle entre les deux phénomènes étant de 20 à 30 heures. Toutefois, pour que la correspondance ait lieu, il apparaissait nécessaire que l'éruption se produise, comme celle de Carrington, dans un centre d'activité voisin du méridien central; c'était là une indication nouvelle que les corpuscules émis par le phénomène

devaient se propager sous forme d'un pinceau relativement étroit et à peu près normalement à la surface solaire.

Vers l'époque où ces résultats étaient obtenus, on commençait à exploiter d'une façon régulière et intensive les lignes radiotélégraphiques à grande distance. Jouaust en France, Dellinger aux Etats-Unis, signalèrent qu'il se produit parfois, dans la salle de réception des messages, un brusque silence, dû notamment à l'arrêt des sons musicaux qui s'échappent des écouteurs, indiquant que toute transmission est interrompue. Peu à peu cependant, le bruit recommence et, après une demi-heure ou parfois davantage, il reprend l'intensité qu'il avait avant l'interruption.

Peu de temps après les premières observations de ces *évanouissements*, Dellinger émettait l'hypothèse que le phénomène « dépendait de quelque émanation solaire durant seulement quelques minutes ». En effet, l'évanouissement ne se produisait que si le parcours des ondes était, en grande partie tout au moins, diurne. En outre, tous les circuits atteints l'étaient simultanément, mettant en évidence l'origine cosmique du phénomène. Dellinger alerta l'Observatoire du Mount Wilson et il fut bientôt constaté qu'un évanouissement important avait coïncidé exactement avec une éruption chromosphérique.

Une fois encore le Soleil était pris sur le fait. Par la suite, les listes d'éruptions, déjà dressées, furent confrontées avec les listes des évanouissements observés dans divers pays et il devint évident que, dans 70 à 80^{0/0} des cas, il y avait correspondance précise entre les deux phénomènes. C'est là une des corrélations les plus nettes qui ait jamais été signalée entre une manifestation déterminée de l'activité solaire et une perturbation terrestre bien définie.

Les évanouissements concernaient les ondes hectométriques habituellement employées pour les transmissions à longue distance. Peu après, Bureau montra que la propagation des ondes kilométriques était au contraire renforcée. Enfin, il fut établi que, le plus souvent, un crochet apparaissait au même instant sur les tracés magnétiques.

On est d'accord aujourd'hui pour admettre l'interprétation suivante à ces trois ordres de faits: l'éruption émet un rayonnement intense, non seulement dans la partie visible du spectre, mais dans toute la gamme des radiations, y compris les ondes hertziennes, comme on a pu le constater récemment, à l'aide de radio-télescopes accordés sur les ondes métriques. Dans l'ultraviolet lointain, ce rayonnement est doué d'un pouvoir ionisant considérable. C'est lui qui modifie les conditions normales des couches électrisées de notre haute atmosphère (*ionosphère*), en augmentant, notamment, la densité des ions des couches basses. Cette augmentation s'accompagne d'un effet d'induction qui provoque le crochet des tracés magnétiques. En même temps, les ondes courtes, qui, à partir du signal émetteur, pénètrent dans ces couches et s'y réfractent en se recourbant vers la Terre, sont absorbées et la propagation s'arrête. Au contraire, les ondes longues, qui ne pénètrent pas dans ces mêmes couches, mais s'y réfléchissent comme sur un miroir, voient leur propagation améliorée, par suite de la plus grande densité des ions.

Là s'arrêtent pour l'instant nos connaissances sur le mécanisme des phénomènes. Pour les développer davantage, les Géophysiciens, ceux notamment qui étudient les orages magnétiques dont le début marque un retard notable sur les éruptions, ont demandé à être prévenus de l'apparition de celles-ci, tout au moins des plus importantes; et, si possible d'être informés également de la probabilité plus ou moins grande qu'il s'en produise. Cette possibilité existe: les éruptions étant des manifestations normales de la « jeunesse » des centres d'activité, il suffisait d'annoncer la formation de ceux-ci, sinon le jour même où ils étaient apparus, mais le lendemain ou le surlendemain pour qu'on ait une idée de l'importance qu'ils prendraient et, par suite, des chances que l'on avait de leur voir émettre des éruptions.

Un tel programme ne pouvait être réalisé qu'à l'aide de la Radiodiffusion. Déjà, en 1933, sur l'initiative de l'Union radio-scientifique internationale (U. R. S. I.), des

messages quotidiens (*ursigrammes*), contenant des renseignements de Géophysique et sur l'activité solaire avaient été radiodiffusés. Mais, en ce qui concerne le Soleil tout au moins, les informations données n'étaient pas bien appropriées au but qui vient d'être défini. Ces émissions avaient naturellement été interrompues par la guerre. En 1947, elles ont été reprises en France, sur l'initiative du Bureau ionosphérique. Elles ont d'abord contenu des renseignements sur les perturbations ionosphériques survenues dans la journée, mais il leur fut bientôt adjoint un message solaire signalant la formation des centres d'activité, les éruptions détectées à Meudon et, après entente avec les observatoires coopérant à la surveillance de la chromosphère, les éruptions importantes qui, aussitôt observées, étaient signalées par câble à Meudon. Si, par exemple, l'Observatoire de Kodaikanal (Indes) voyait une éruption importante à 4 heures (T. U.), le câble qui l'annonçait atteignait Meudon dans la matinée et pouvait être aisément retransmis par le message ursigramme du soir, émis avec une puissance suffisante pour être entendu de la plus grande partie du Globe. Le Géophysicien à l'écoute en Europe était donc informé, dès le début de la première nuit qui suivait le phénomène solaire, qu'il y avait possibilité que se produisent à bref délai un orage magnétique et peut-être des manifestations aurorales importantes.

Les messages sont naturellement émis en code, de manière à faire tenir le maximum de renseignements dans le minimum de signes. Ils ont été transmis régulièrement depuis le 1^{er} juin 1947. A partir du 1^{er} janvier 1949, ils ont été complétés par des informations sur le rayonnement radioélectrique du Soleil, sur l'intensité de la couronne de l'astre et sur l'état des éléments magnétiques. On y trouve ainsi, réunis, les données essentielles sur les phénomènes solaires et les phénomènes terrestres qui leur paraissent plus ou moins directement liés.

Il est naturellement désirable que d'autres observatoires se joignent à Meudon pour radiodiffuser les renseig-

nements solaires afin d'éviter les lacunes dans les messages. Quand les mailles du réseau d'informations seront ainsi plus serrées, on peut espérer que cette organisation, jointe aux progrès constants de techniques d'observation, dont nous avons essayé de donner une vue d'ensemble, permettront de résoudre ou, tout au moins, d'aborder avec plus de succès, les nombreux problèmes que nous posent encore aujourd'hui, l'enveloppe lumineuse du Soleil et l'influence que ses perturbations exercent sur notre Globe.

L. D'AZAMBUJA

BOLETIM DO INSTITUTO DE COIMBRA

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA, EM 3 DE DEZEMBRO DE 1948

Aos 3 de Dezembro de 1948 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

Nesta reunião foram discutidas as condições em que poderá ser organizada a Biblioteca desta Academia reconhecendo-se a necessidade de se proceder, o mais rapidamente possível, à catalogação das revistas e sua encadernação. O sócio Torquato de Sousa Soares lembrou o valor destas revistas, algumas delas raras, revistas que o Instituto de Coimbra tem recebido graças à troca com a sua publicação.

O Presidente informou que, logo depois da mudança, mandou proceder ao inventário das revistas para, a seguir, se efectuar o orçamento para a encadernação. O sócio Lopes de Almeida também se ocupou deste assunto.

Foram discutidas e aprovadas, para apresentação na Assembleia Geral, algumas propostas para sócios correspondentes nacionais e estrangeiros.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1948

Assumiu a Presidência o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelos Professores João Pereira da Silva Dias e Torquato Brochado de Sousa Soares.

O Presidente, depois de saudar o Professor Charles Verlinden, deu a palavra ao sócio Torquato Brochado de Sousa Soares que fez a apresentação do conferente.

O Professor Charles Verlinden falou sobre «Les Précédants médiévaux de l'esclavage colonial».

Antes de encerrar a sessão, o Presidente referiu-se com elogio ao trabalho que acabava de ser exposto e dirigiu ao conferente os agradecimentos do Instituto de Coimbra.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO
DE COIMBRA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 1948

Aos 22 de Dezembro de 1948 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por agradecer aos membros da Direcção o telegrama que lhe enviaram no dia dos seus anos, dia em que foi jubilado por ter atingido o limite de idade, e disse quanto o penhoraram as referências aos seus trabalhos na Universidade e no Instituto de Coimbra.

Todos os membros da Direcção renovaram a expressão de consideração pelo presidente, com o desejo de permanência à frente desta academia.

Foram depois apresentadas propostas de sócios correspondentes, que serão levadas à Assembleia Geral.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO
DE COIMBRA, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1948

Aos 22 de Dezembro de 1948 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por dizer que esta Assembleia Geral se destinava especialmente à eleição de novos sócios e da direcção para o biénio de 1949-1950.

A eleição de sócios deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

José Gualberto de Sá Carneiro
José Moreira de Campos
José Fructuoso da Costa
António Barreiros
Amadeu Cochofel de Miranda Mendes
Cristóvão Moreira de Figueiredo
Adelino Pais Clemente
Manuel Gonçalves Pereira de Barros
Francisco Martins da Costa

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Leopoldo António Feijó Bettencourt
José Carlos Macedo Soares
Aureolano Leite
Álvaro Soares Brandão
Francisco Assis Carvalho Franco
Charles Verlinden
M. Waldmeier
J. F. Cox
G. Silva
M. P. Tardi
Bengt Strömngren

B. Lindbladt
M. J. Varzée
J. Lemaitre
M. V. Migeotte
M. C. Fehrenbach
W. Brunner Hagger
Jean Rousé

O Presidente, annunciou a seguir que se ia proceder à eleição da nova Direcção.

Os sócios presentes manifestaram o seu desejo de que o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho continuasse na presidência.

O Dr. Costa Rodrigues, interpretando a maneira de ver de todos os sócios, presta, em breves palavras, homenagem ao Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, começando por se referir à sua longa carreira no ensino universitário, onde as suas lições foram modelares, e, por isso, ouvidas sempre com respeitoso apreço pelos alunos. A par disso — frisou — o Professor Ferraz de Carvalho deu grande incremento à investigação científica não só pela maneira como orientou o ensino, mas ainda pela forma por que desenvolveu, como Director, os trabalhos do Museu Mineralógico e Geológico e do Observatório Meteorológico, mais tarde denominado Instituto Geofísico.

Os seus trabalhos em Geografia, Sismologia, Geologia, etc., trouxeram contribuição muito importante para os respectivos problemas.

Na presidência do Instituto de Coimbra, em que succedeu ao Professor Costa Lobo — cuja memória e saudade se conservam vivas nesta casa, a quem esta agremiação deve assinalados serviços — tem sido relevantíssima a sua acção, pondo nela as suas tão fecundas qualidades de superior distinção.

Terminando, exprime o voto para que o nosso Presidente não prive o Instituto da sua prestimosa actividade,

com a garantia sobeja da sua íntegra mocidade de espírito e da sua afirmada dedicação.

O sócio Gumersindo da Costa Lobo pediu a seguir a palavra para se associar às homenagens que têm sido prestadas ao presidente e às palavras que acabavam de ser proferidas.

Nada teria que acrescentar, disse, se não fora a circunstância de ter tido a satisfação de acompanhar Sua Excelência como membro da Direcção do Instituto de Coimbra, instituição que, estava convencido, tem sempre um papel a desempenhar junto da nossa antiga Universidade.

Sua Excelência tem orientado a vida desta Academia com um perfeito sentido do que deve ser a sua acção. Podemos citar por exemplo o cuidado que lhe têm merecido a Biblioteca, as conferências, o apelo feito para apresentação de comunicações nas sessões, ficando assinaladas na vida intelectual de Coimbra, as homenagens a António Augusto Gonçalves, Eugénio de Castro e as que estão a preparar-se à memória de Adolfo Coelho e Amélia Janny. A última mudança do Instituto de Coimbra foi dirigida com incansável actividade e com a ordem necessária para que nada se perdesse.

Este sócio agradeceu por último as palavras dirigidas à memória de seu pai pelo Dr. Costa Rodrigues.

Procedeu-se por fim à eleição da Direcção, que ficou assim constituída:

Presidente — Anselmo Ferraz de Carvalho

Vice-presidente — Diogo Pacheco de Amorim

Directores das classes — João Pereira Dias

Torquato de Sousa Soares

Manuel Lopes de Almeida

Secretários — António da Rocha Madahil

Maximino de Moraes Correia

Gumersindo da Costa Lobo

José Pinto Loureiro

Tesoureiro — Amadeu Ferraz de Carvalho

O Prof. Ferraz de Carvalho agradeceu a sua reeleição, afirmando o desejo de prestar ao Instituto todos os serviços que estejam dentro das suas possibilidades.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO
DE COIMBRA, DE 25 DE JANEIRO DE 1949

Aos 25 de Janeiro de 1949 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por dizer que tinha recebido um ofício da Universidade de Coimbra, convidando o Instituto para tomar parte na comemoração do centenário do Colégio das Artes. Propôs que fosse encarregado o sócio Lopes de Almeida de representar esta Academia, o que foi aprovado.

Foi depois resolvido que o Presidente e os membros da Direcção, que na ocasião estivessem em Coimbra, fossem, a casa do Prof. jubilado Paulo Merea, entregar-lhe o colar do Instituto de Coimbra, colar adquirido por subscrição entre os sócios, segundo proposta do sócio Torquato Brochado de Sousa Soares.

O Presidente comunicou ainda o convite para representação no Congresso de História e Arte.

Prestou contas o tesoureiro Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho. Foram aprovadas, com um voto de louvor.

Foi aprovada uma proposta para sócio correspondente nacional.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DE 25 DE FEVEREIRO
DE 1949

Aos 25 de Fevereiro de 1949 reuniu a Assembleia Geral, sob a presidência do Professor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente fez uma exposição sobre as despesas do Instituto de Coimbra, sempre aumentadas, o que obriga a propor que a cota dos sócios seja elevada para Esc. 100\$00. Foi aprovado.

Depois lembrou que o Instituto de Coimbra devia comemorar o centenário de Goethe. Desejaria que o programa fosse organizado pelo sócio Paulo Quintela com a colaboração do Teatro dos Estudantes.

Procedeu-se por último à eleição de sócios com o seguinte resultado:

SÓCIO CORRESPONDENTE NACIONAL

D. Genoveva de Lima Mayer Ulrich

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumer-sindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 18 DE MARÇO DE 1949

Assumi a presidência o Professor Diogo Pacheco de Amorim, secretariado pelos Professores Manuel Lopes de Almeida e Padre Pierre David.

O Presidente começou por saudar o conferente, Professor Yves Renouard e deu a seguir a palavra ao sócio Torquato de Sousa Soares, que fez um discurso de apresentação.

O Prof. Yves Renouard realizou então a sua conferência sobre «Le rôle des hommes d'affaires dans l'avènement de la Renaissance Italienne».

Ao terminar, o Professor Yves Renouard foi muito aplaudido e o Presidente, comentando a conferência, agradeceu, em seu nome e no do Instituto de Coimbra, o interessante e original trabalho.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA, DE 28 DE MARÇO DE 1949

Aos 28 de Março de 1949 reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.

Nesta sessão foi discutida a possibilidade da reedição dos volumes esgotados de «O Instituto». O sócio Pacheco de Amorim expôs condições propostas pela casa Lamares, e fez algumas sugestões.

O Presidente anunciou o falecimento do sócio honorário D. Felix Llanos y Torriglia de quem fez o elogio e propôs que fosse exarado na acta um voto de sentimento.

Foi aprovada a proposta para sócio honorário estrangeiro do notável astrónomo Lucien d'Azambuja.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DE 2 DE MAIO DE 1949

Aos 2 de Maio de 1949 reuniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente comunicou que convocava esta Assembleia Geral para ser votada a proposta do sócio L. d'Azambuja para sócio honorário. Aprovada por unanimidade.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, secretário, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

SESSÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 2 DE MAIO DE 1949

Assumiu a Presidência o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelos membros da Direcção, Diogo Pacheco de Amorim, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo e pelo Prof. Manuel dos Reis. Tomaram lugar na mesa os dois sócios que foram recebidos nesta sessão.

O Presidente, ao abri-la, anunciou que se destinava a receber o Dr. L. d'Azambuja e Madame d'Azambuja, que iam apresentar os seus trabalhos. Saudando-os, focou o seu grande valor científico, comunicando ao Dr. L. d'Azambuja que tinha sido eleito sócio honorário desta Academia. Pediu por fim ao Dr. Gumersindo da Costa Lobo, companheiro de trabalho de estes astrónomos em Meudon, em investigações solares, para fazer uma exposição breve das investigações a que actualmente se dedicam.

O sócio Gumersindo da Costa Lobo proferiu as seguintes palavras:

«Sempre empenhado no desenvolvimento das ciências, letras e artes, o Instituto de Coimbra, de acordo com os propósitos que presidiram há quase um século à sua organização, realiza hoje mais uma sessão, sessão que se reveste dum significado muito especial, pois, acedendo gentilmente ao convite que lhes foi feito, são recebidos dois eminentes sábios franceses que interromperam o seu incessante trabalho, levado a cabo num dos centros científicos privilegiados do mundo, o célebre Observatório de Astrofísica de Meudon, situado nesse quadro de encanto, que nunca mais esquecemos, dos arredores de Paris.

É pois com grande emoção que tenho a honra de, neste momento, saudar os meus ilustres e queridos amigos, Mr. d'Azambuja e sua esposa, M.^{me} d'Azambuja. A nossa linda ciência — a Astrofísica — como há dias me escrevia um nosso confrade do estrangeiro, especialmente no que diz respeito ao Sol, dará assuntos aqui hoje versados pelos nossos consócios. Começou a formar-se este novo ramo de Astronomia, como em geral acontece, quando atingiram suficiente eficiência os novos meios, teóricos e práticos, que permitiram iniciar o estudo de fenómenos que eram revelados pela natureza e, acessíveis aos novos métodos.

São exemplo dos primeiros: as manchas solares e os eclipses, e dos segundos: a fotografia, a espectroscopia e mais recentemente importantes aplicações da polarização da luz.

O ponto de partida deve-se em especial ao primeiro Director do Observatório de Meudon — Janssen — com uma descoberta que permitiu, a partir de então, efectuar a observação da atmosfera interior do Sol, fora dos eclipses totais, passando-se duma observação durante uns escassos minutos à quase ininterrupta observação da atmosfera do Sol, como hoje sucede.

O trabalho d'Azambuja enche com estudos magistrais o período que o sucessor de Janssen — Henri Deslandres, nos fins do século XIX iniciou, o que lhe permite apresentar na nossa Academia as suas investigações correspondentes aos 50 anos decorridos até aos nossos dias. D'Azambuja sucedeu na direcção de Meudon a Henri Deslandres e, na União Astronómica Internacional, dirige a secção II, consagrada a estes estudos da atmosfera solar.

A Faculdade de Ciências da nossa Universidade, com a colaboração dada ao Observatório Astronómico, prestou inestimáveis serviços.

Há precisamente 24 anos veio propositadamente a Coimbra, permitindo com a sua orientação que rectificações de grande dificuldade (consideradas das mais difíceis neste campo) atingissem a precisão requerida.

À ciência francesa ficamos assim devendo mais uma prova do seu desejo de colaboração. É pois comovidamente que evoco esses momentos distantes em que acompanhei o meu ilustre amigo d'Azambuja, e recebi os seus ensinamentos. Sua esposa M.^{me} d'Azambuja tem prestado em Meudon uma colaboração brilhantíssima na qual demonstra as suas grandes qualidades de inteligência. Tanto M.^{me} d'Azambuja como Monsieur d'Azambuja aceitaram com muito interesse o fazerem parte do núcleo de sócios que se ocupam das relações científicas, com a nossa Academia, em França.

«Monsieur d'Azambuja, il a été un grand honneur pour moi d'évoquer ici, malgré que très brièvement, votre brillante collaboration à Meudon et de vous dire combien a été grand notre satisfaction que vous ayez accepté de venir à cette Académie avec M.^{me} d'Azambuja, présenter les remarquables résultats obtenus pendant 50 années de vos géniales investigations sur le Soleil, la principale contribution pour le développement de cette nouvelle branche de l'Astronomie — l'Astrophysique.

En vous adressant les bienvenues je salue en vous, M.^{me} d'Azambuja et Mr. d'Azambuja, la Science française — à laquelle nous sommes toujours profondément reconnaissants, pour les grands services rendus au Monde entier».

O Presidente deu a seguir a palavra a Madame d'Azambuja que, antes de iniciar a sua comunicação, teve a gentileza de ler em português as seguintes palavras:

«Em primeiro lugar, desejo exprimir-vos a grande emoção que sinto pela honra que esta Academia me conferiu admitindo-me no seu seio e testemunhar o meu reconhecimento muito sincero pelo acolhimento que me foi feito.

Não posso contudo dispensar-me de pensar que tendo-me recebido nesta Academia, foi menos para atender à minha modesta contribuição nas investigações astronómicas do que para manter as tradições de amizade que unem Por-

tugal e a França desde a época longínqua em que o bisneto do rei de França partiu para o combate aos infiéis preparando a origem de Portugal. Também quisesteis, não posso duvidar, honrar o nome, que se tornou o meu pelo casamento, e pertence ao período da história do mundo em que os vossos antepassados tomados de ideal religioso e do desejo de conhecer a terra e as suas maravilhas, se lançaram, sob o impulso do Infante Dom Henrique à descoberta dos continentes desconhecidos. Através dos séculos catorze e quinze, a contribuição de Portugal para a civilização ocidental foi imensa, tanto maior que na mesma época os outros povos da Europa se consumiam em lutas estéreis e destruíam os restos da Idade-Média cristã em guerras incessantes. É pois com orgulho que posso dizer que, depois da França, para defesa da qual meu Pai deu a vida em mil novecentos e desasseis, Portugal é a minha segunda Pátria.

Pretendi pois, apesar da minha ignorância da vossa língua, dirigir-vos estas palavras de agradecimento em português; peço desculpa da dificuldade que tenho em me exprimir: não desejava porém parecer inteiramente estrangeira num país que me acolhe com tanta simpatia.

Não me leveis a mal, contudo, que para vos expor os trabalhos que executo em Meudon, eu volte ao francês; os meus conhecimentos de português são em verdade muito fracos e espero que me desculparão aqueles dentre vós que, muito raros é certo, não conheçam muito bem o francês».

Madame Marguerite d'Azambuja leu em seguida a sua comunicação «*Quelques problèmes actuels relatifs aux taches et facules solaires*» publicado neste volume.

O Presidente deu a seguir a palavra ao astrónomo d'Azambuja, que agradeceu a eleição para sócio honorário, honra que muito o sensibilizara. Evocou a memória do Prof. Francisco da Costa Lobo, recordando em palavras sentidas a amizade que os unia e a colaboração e intercâmbio científico que durante tantos anos existiu entre eles e com

o Observatório de Meudon, prestando homenagem às suas qualidades e ao seu valor científico.

Iniciou depois a leitura da sua conferência intitulada: «Les progrès des recherches sur l'atmosphère solaire dans les cinquante dernières années», publicado neste volume, que foi uma síntese do seu monumental labor em Meudon durante 50 anos. Acompanhou essa leitura com projecções de grande interesse científico.

Terminada a sua exposição, pôs em destaque, em virtude da índole destes problemas, a necessidade de cooperação internacional e, dirigindo-se ao Prof. Dr. Manuel dos Reis, disse esperar que o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra pudesse colaborar na nova fase de cooperação internacional, como o fez no período anterior, o que tivera já ocasião de propor na visita que fizera ao Observatório Astronómico.

No final os dois astrónomos L. d'Azambuja e Madame d'Azambuja foram muito aplaudidos.

Usou então da palavra em nome do Instituto de Coimbra o sócio desta Academia Prof. Dr. Manuel dos Reis, Director do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, que começou por dizer que o Director da Faculdade de Ciências, Dr. João Pereira Dias, lhe pedira que o representasse, pois, por motivo de doença, não podia assistir àquela sessão, o que muito sentia. O Prof. Dr. Manuel dos Reis comentou em termos elogiosos os trabalhos apresentados, afirmando que os estudos do sol têm atingido um grande valor no Observatório de Astrofísica de Meudon e que o resultado das investigações que os astrónomos L. d'Azambuja e Madame de Azambuja acabavam de apresentar, traziam de facto aquisições novas, representando um grande progresso para o conhecimento dos fenómenos solares.

O Prof. Dr. Manuel dos Reis felicitou ainda os conferentes pelos trabalhos apresentados e disse que tinha muito gosto em aceder ao pedido de colaboração que o astrónomo L. d'Azambuja lhe dirigiu, para que nesta nova fase que se

vai iniciar na organização internacional dos estudos do sol, continue, como já teve lugar, a colaboração do Observatório Astronómico de Coimbra com o Observatório de Meudon. Terminou apresentando agradecimentos em seu nome e em nome do Instituto de Coimbra.

A Direcção do Instituto de Coimbra ofereceu na sua sede um almoço de homenagem a estes dois ilustres astrónomos para que foram convidados o Professor Doutor Manuel dos Reis, Director do Observatório Astronómico de Coimbra e os membros da Aliança Francesa em Coimbra.

SESSÃO DE 4 DE MAIO DE 1949

Assumiu a presidência o Professor Diogo Pacheco de Amorim, secretariado pelos Professores Alberto da Rocha Brito, Aristides de Amorim Girão, Pierre David e Dr. Lucien d'Azambuja.

O Presidente depois de saudar o conferente, advogado Maurice Garçon, deu a palavra ao Professor Alberto da Rocha Brito, Presidente da Aliança Francesa em Coimbra, que fez o elogio do conferente, o qual a seguir leu o seu trabalho — «Les grands procès littéraires».

No fim da sua conferência o ilustre advogado foi muito aplaudido e o Presidente felicitou o e agradeceu o trabalho apresentado.

Esta conferência foi realizada sob os auspícios da Aliança Francesa.

SESSÃO DE 18 DE MAIO DE 1949

Assumiu a presidência o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelos sócios Diogo Pacheco de Amorim, João Pereira da Silva Dias, Torquato Brochado de Sousa Soares e Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo.

O Presidente saudou o escritor Sousa Costa em termos de muito elogio, e a viúva de Guerra Junqueiro, que viera

do Porto com sua filha, expressamente, para assistir àquela sessão.

O conferente leu depois o seu estudo intitulado «Três Junqueiros desconhecidos de amigos e inimigos».

Depois dos aplausos da assistência o Presidente referiu-se com palavras de muito apreço ao trabalho apresentado felicitando e agradecendo em nome do Instituto.

No mesmo dia a Direcção do Instituto de Coimbra ofereceu ao conferente um almoço a que assistiram a sua esposa, a viúva e a filha de Guerra Junqueiro.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA, DE 30 DE JUNHO DE 1949

Aos 30 de Junho de 1949, reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.

Nesta reunião o sócio A. G. da Rocha Madahil apresentou o Livro de Honra que, por seu intermédio, o grande escultor Sandoz, sócio desta Academia, ofereceu ao Instituto de Coimbra. O sócio Rocha Madahil informou que este sócio lhe manifestara grande interesse em desenvolver a sua colaboração.

O Livro de Honra, obra realizada com grande cuidado e arte, foi muito apreciado, tendo sido resolvido consignar na acta um voto de agradecimento.

O sócio A. G. da Rocha Madahil apresentou depois a candidatura do Prof. Ernst Röthling que ofereceu também as suas obras de Química.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

SESSAO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DE 30 DE JUNHO DE 1949

Assumiu a presidência o Professor Anselmo Ferraz de Carvalho, secretariado pelo Presidente da Relação, Conselheiro António Cabral, Professor Aristides de Amorim Girão e João Pereira Dias e por um representante da Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra.

O Presidente começou por saudar o conferente, o sócio desta Academia Alberto Ferreira da Silva, exprimindo-lhe a grande satisfação que tinha de o ver de novo a tomar parte efectiva nos trabalhos do Instituto de Coimbra. Significando-lhe o seu apreço pelo trabalho já realizado em Angola como organizador da Escola Agro-Pecuária Dr. Francisco Vieira Machado, focou a importância daquela obra.

No final da conferência, subordinada ao título «Ensino Agrícola em Angola — A Escola Agro-Pecuária Dr. Francisco Vieira Machado», o conferente foi muito aplaudido e felicitado.

O Presidente, elogiando o trabalho apresentado referiu o interesse daquela conferência, pela qual bem se avaliava a valiosa contribuição de Engenheiro Ferreira da Silva para o engrandecimento de Angola.

Antes de encerrar a sessão o Presidente felicitou o conferente e agradeceu em nome do Instituto de Coimbra.

REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO
DE COIMBRA, DE 19 DE JULHO DE 1949

Aos 19 de Julho de 1949, reuniu a Direcção do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.

O presidente começou por dar notícia das circulares que recebeu relativas à organização do projectado congresso da Associação para o Progresso das Ciências. Mos-

trou a dificuldade da sua realização em Coimbra, em virtude do estado actual das obras da Cidade Universitária e considerou também a exiguidade do tempo.

Foram depois apresentadas e apreciadas algumas propostas de sócios.

E de nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo, lavrei a presente acta.

Anselmo Ferraz de Carvalho

Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo

ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO DE COIMBRA, DE 23 DE JULHO DE 1949

Aos 23 de Julho de 1949, reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.

Nesta reunião o presidente referiu-se aos trabalhos do ano académico e ao êxito das conferências realizadas.

Todos os sócios presentes manifestaram o seu grande apreço pela forma por que decorreu este ano académico.

Procedeu-se depois à eleição dos sócios com o seguinte resultado:

SÓCIOS EFECTIVOS

José Manuel Coteló Neiva

Américo Viana de Lemos

José Augusto Correia de Oliveira

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Mário Tavares Chicó

João Miguel Santos Simões

José Augusto Queiroz Ribeiro Vaz Pinto

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

F. J. Sanchez Canton

M. Aubert

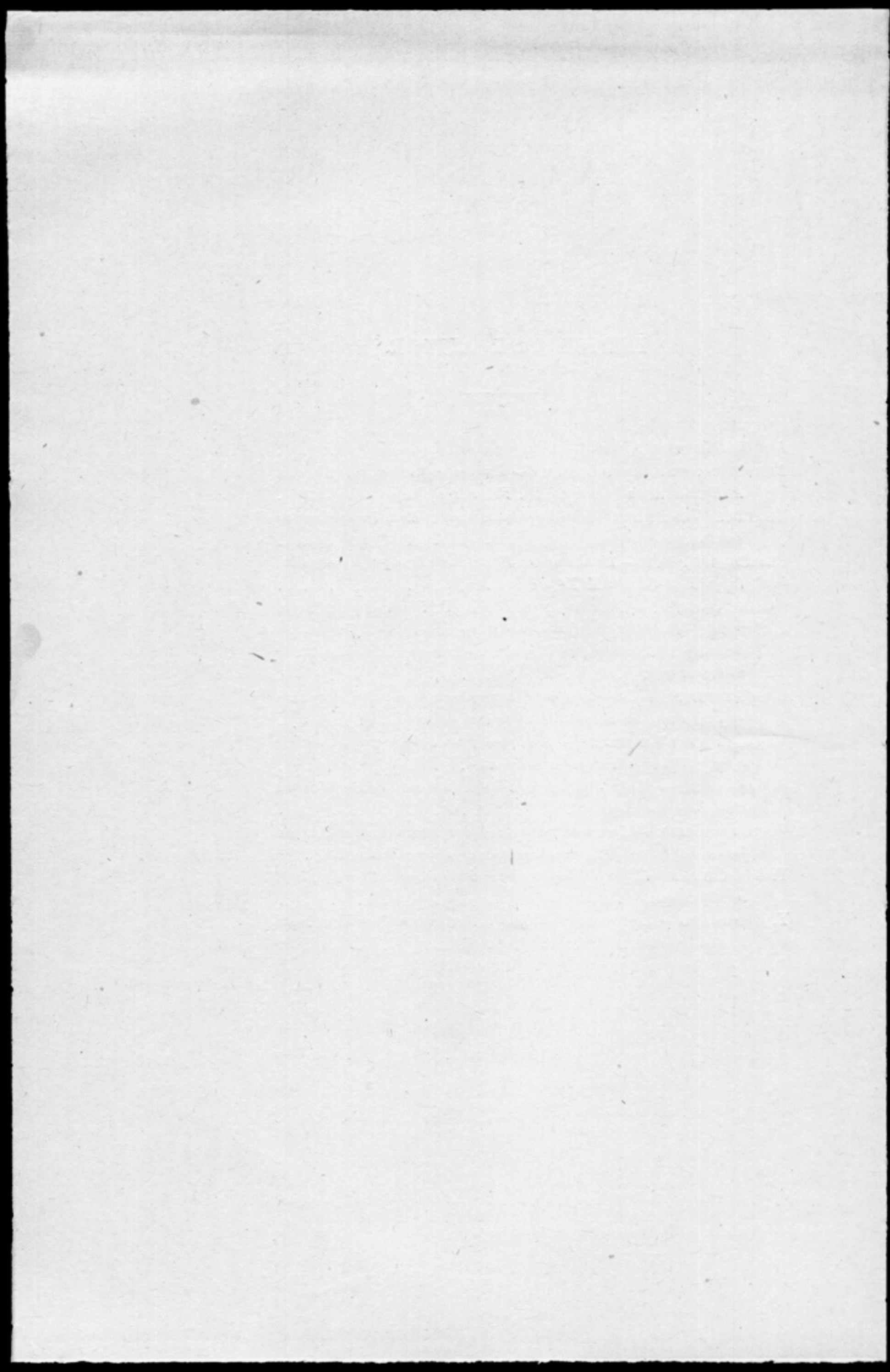
E. Lambert

Yves Renouard

Ernest Röthlin

ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
ADRIÃO MARTINS AMADO — <i>Durante o ostracismo</i>	215
ALBERTO FERREIRA DA SILVA — <i>Ensino agrícola em Angola.</i> <i>A Escola Agro-Pecuária Dr. Francisco Vieira Machado</i> .	63
CHARLES VERLINDEN — <i>Précédents et parallèles européens de</i> <i>l'esclavage colonial.</i>	113
CLAUDE ISOPESCU — <i>Le thème de Jésus dans la poésie roumaine</i> <i>jusqu'à la fin du XIX^e siècle</i>	154
ELAINE SANCEAU — <i>Uma carta inédita de D. Fernando de Castro</i>	109
J. WARZEE — <i>Correction d'une erreur systématique affectant les</i> <i>densités stellaires dans l'espace calculées par une méthode</i> <i>numérique</i>	54
L. D'AZAMBUJA — <i>Les progrès des recherches sur l'atmosphère</i> <i>solaire dans les cinquante dernières années</i>	228
MARGUERITE D'AZAMBUJA — <i>Quelques problèmes actuels relatifs</i> <i>aux taches et aux facules solaires</i>	224
SOUSA COSTA — <i>Três Junqueiros distintos, mal conhecidos de</i> <i>amigos e inimigos.</i>	21
VILHELM GIESE — <i>Algumas considerações sobre a investigação</i> <i>da história cultural em Espanha e sobre a Espanha</i> . .	196
YNGUE ÖHMAN — <i>A investigação astronómica baseada na polari-</i> <i>zação da luz.</i>	1
Y. RENOARD — <i>Les hommes d'affaires italiens et l'avenement de</i> <i>la renaissance</i>	81



ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>A investigação astronómica baseada na polarização da luz, por YNGUE ÖHMAN.</i>	1
<i>Algumas considerações sobre a investigação da história cultural em Espanha e sobre a Espanha, por VILHELM GIESE.</i>	196
<i>Correction d'une erreur systématique affectant les densités stellaires dans l'espace calculées par une méthode numérique, por J. WARZEE.</i>	54
<i>Durante o ostracismo, por ADRIÃO MARTINS AMADO.</i>	215
<i>Ensino agrícola em Angola. A Escola Agro-Pecuária Dr. Francisco Vieira Machado, por ALBERTO FERREIRA DA SILVA.</i>	63
<i>Les hommes d'affaires italiens et l'avenement de la renaissance, por Y. RENOUEARD.</i>	81
<i>Les progrès des recherches sur l'atmosphère solaire dans les cinquante dernières années, por L. D'AZAMBUJA.</i>	228
<i>Le thème de Jésus dans la poésie roumaine jusqu'à la fin du XIX^e siècle, por CLAUDE ISOPESCU.</i>	154
<i>Précédents et parallèles européens de l'esclavage colonial, por CHARLES VERLINDEN.</i>	113
<i>Quelques problèmes actuels relatifs aux taches et aux facules solaires, por MARGUERITE D'AZAMBUJA.</i>	224
<i>Três Junqueiros distintos, mal conhecidos de amigos e inimigos, por SOUSA COSTA.</i>	21
<i>Uma carta inédita de D. Fernando de Castro, por ELAINE SANCEAU.</i>	109

